

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

**ETNOZONEAMENTO, ETNOMAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO  
ETNOAMBIENTAL: REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS E GESTÃO  
TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE.**

**CLOUDE DE SOUZA CORREIA**

**BRASÍLIA**

Universidade de Brasília -UnB  
Instituto de Ciências Sociais -ICS  
Departamento de Antropologia -DAN  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social -PPGAS

**ETNOZONEAMENTO, ETNOMAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO  
ETNOAMBIENTAL: REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS E GESTÃO  
TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE.**

Cloude de Souza Correia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) para a obtenção do título de Doutor

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Henyo Trindade Barretto Filho

Brasília  
fevereiro de 2007

### Banca Examinadora

- Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho (orientador) - DAN/UnB
- Prof. Dr. Paul Elliott Little - DAN/UnB
- Prof. Dr. Stephen Grant Baines - DAN/UnB
- Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – ICHL/UFAM
- Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos – GEA/UnB

...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

(Suárez Miranda: viajes de Varones Prudentes, livro quarto, cap. XLV, Lérída, 1658 apud Borges, 2000)

Aos meus pais, à minha esposa Iva  
e aos meus filhos Raíssa e Mateus (*in memoriam*)

## Resumo

Ao longo de séculos os mapas foram produzidos e utilizados por grupos dominantes como componentes intrínsecos de processos de conquistas territorial e social. Isto fica visível na história da cartografia acreana que produziu diversos mapas para a delimitação das fronteiras internacionais e estaduais. Apenas recentemente, o amplo conhecimento dos povos indígenas que habitavam a região passou a ser contemplado nos mapas, por meio de mapeamentos participativos, como o etnozoneamento da Terra Indígena Mamoadate, o etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e o diagnóstico etnoambiental da Terra Indígena Nawa. Esses instrumentos de planejamento procuram fornecer subsídios para a gestão territorial em terras indígenas a partir da produção e uso de informações descritivas e mapas temáticos – hidrografia, vegetação, caça, pesca, extrativismo, invasão, histórico, ocupação humana, entre outros.

A partir da minha implicação nessas três iniciativas e das diversas fontes acessadas e informações produzidas, efetuo neste trabalho uma abordagem antropológica das três experiências supracitadas - etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental - com o intuito de compreender o processo de produção e uso de mapas – tidos como instrumentos de saber-poder - para a gestão territorial em terras indígenas. Concluo que os mapas continuam atrelados a formas de dominação, mas agora como componentes da ideologia do desenvolvimento sustentável. Não obstante, nesse contexto, mesmo os mapas compondo tecnologias disciplinares e regulamentadoras, os povos indígenas são alçados a condição de sujeitos da sua produção utilizando-os como mecanismos liberatórios em dadas circunstâncias.

## **Abstract**

Over the centuries maps have been produced and used by dominant groups as intrinsic components of the processes of territorial and social conquest. This can be seen in the history of cartography in Acre which produced a diverse range of maps to delimit international and state boundaries. Only recently has the wide knowledge of the indigenous people that inhabit the region become incorporated in maps such as the ethno-zoning of the Mamoadate Indigenous Land, the ethno-mapping of the Kampa do Rio Amônia Indigenous Land and the ethno-environmental survey of the Nawa Indigenous Land. These planning tools aim to provide inputs to territorial management in indigenous lands through the production and use of descriptive information and thematic maps - hydrology, vegetation, hunting, fishing, extractivism, invasion, history, human occupation, among others.

Based on my involvement in these three initiatives and from the diverse sources consulted and information produced, I have applied an anthropological approach to the three above mentioned experiences – ethno-zoning, ethno-mapping and ethno-environmental survey – with the intention of understanding the process involved in the production and use of maps – as instruments of knowledge-power – for territorial management in indigenous lands. I conclude that the maps continue to be linked with forms of domination, but now as components of sustainable development ideology. However, in this context, even with maps using disciplinary and regulatory technologies, the indigenous peoples can rise above the status of subjects in their production and use them as liberating mechanisms in some circumstances.

## Agradecimentos

Agradeço inicialmente ao meu orientador, Henyo Trindade Barreto Filho, por toda dedicação, compreensão e paciência durante o processo de elaboração desta tese. Seus comentários, críticas, observações, correções e sugestões foram fundamentais para esse trabalho.

Aos professores Paul E. Little e Stephen G. Baines por diálogos e ensinamentos em diversas disciplinas na pós-graduação e por seus valiosos comentários ao projeto de pesquisa, que nortearam a elaboração desta tese.

Ao professor José Pimenta, por trocas de informações e longos diálogos sobre o Acre, os Ashaninka, os etnozoneamentos e os etnomapeamentos.

Aos demais professores do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, que ao longo de vários anos contribuíram com o meu processo de formação.

Ao CNPq pela bolsa concedida, sem a qual dificilmente seria possível chegar à elaboração desta tese.

Aos funcionários do Departamento, em especial à Rosa que sempre colaborou, informou e orientou sobre os diversos procedimentos associados ao curso de doutorado.

À CPI-Acre, por ter disponibilizado seu acervo para a pesquisa e ter propiciado diversas discussões e entrevistas relacionadas ao etnomapeamento.

Às pessoas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Acre, especialmente ao Secretário Carlos Edegard de Deus e às funcionárias Marília Guerreiro e Rosângela Cezino.

À Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, na pessoa do seu Secretário Francisco Pinhanta.

Aos representantes indígenas da Mapkaha e OCAEJ pelas discussões sobre o etnozoneamento.

Especialmente aos Ashaninka Francisco, Benki e Isaac; aos Nawa Railson, Zé Maria, Lucila e Fi; aos Machineri Zé Barrão, Zé, Jaime e Lucas; e aos Jaminawa Waldo, Rubens e Zé Correia. Sou grato a muitos outros membros desses povos indígenas. Espero ter expressado minha gratidão por meio de alguns de seus representantes.

À Magaly Medeiros, gerente do ZEE/AC, pela atenção, compreensão e amizade. Sem ela dificilmente teria tido acesso ao etnozoneamento.

À Renato Gavazzi, coordenador do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Ac, pelos diálogos e colaboração com o processo de produção das informações sobre o etnomapeamento.

Aos “cipianos” Julieta, Dede, Verinha, Malú, Gleison e Adriano pelas conversas agradáveis dentro e fora da CPI-Acre.

À Marcelo Iglesias por ter sempre me incentivado a seguir em frente no doutorado e pelas troca de idéias, e-mails e informações diversas.

Aos meus dois grandes amigos Terri Aquino e Antônio Macedo. Cada um a seu modo me apresentou rios, florestas, povos indígenas e conhecimentos relacionados ao Acre. Sempre estiveram presentes ao longo do doutorado, seja nas terras indígenas ou nas cidades. Muito do que sei sobre o Acre deve-se ao companheirismo e profissionalismo deles, e por isso sou muito grato.

Ao meu amigo Ney por conversas intermináveis sobre o Acre, os povos indígenas e suas terras, os etnozoneamentos, a academia e o dia-a-dia.

Aos colegas e amigos da “antiga” Katakumba, César Perez, Dionísio, João Batista, Beto, Andréia Borghi, Rodrigo Pádua, Héber... E aos da “nova” Katakumba, Carlos Alexandre, Cris, Márcia, Ricardo e Luiz.

À Jaime Siqueira por muitas conversas sobre o processo de elaboração de uma tese.

À todos aqueles que estiveram ao meu lado no momento mais difícil do doutorado. Entre eles: Toni, Verenilde, Mara, Ângela, Zé Carlos (*in memoriam*), Paulo Marcelo, Guilherme, Leila, Mauro, Joãozinho, Júlio, Calaça, Estela, Simone, Ronaldo, Hilderone, Rosane, Jaime, Marco Paulo, Barnes e muitos outros.

À toda equipe do IEB, especialmente à Maria José, Gordon, Ailton, Manuel, Lidiane, Camila, Telma, Janilda, Márcia, Alessandra e Íris.

Por fim, à Iva e Raíssa pelo amor que sempre tiveram e pela paciência no convívio diário com um doutorando.

## **Siglas e abreviaturas**

AAPBI - Associação Agroextrativista Barão do Ipiranga  
ACROKA - Agroextrativista Kaxinawá do Novo Lugar  
ACHC - Associação Comunitária da Aldeia Huni Kui da Colônia 27  
ACIK - Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari  
AKAK - Associação Katukina do Campinas  
AMAAIAC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre  
APAHC - Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni – Kui do Caucho  
APROKAP - Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Patoá  
ASATIA - Associação dos Seringueiros e Agricultores da TI Arara  
ASKARJ - Associação dos Serinhueiros Kaxinawá do Rio Jordão  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CNIA - Centro Nacional de Informação Ambiental  
COMIN - Conselho Missionário Indigenista  
CPI-Acre – Comissão Pró-Índio do Acre  
DERACRE - Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre  
FEM - Fundação Elias Mansur  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre  
INCRA - do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
MAPKAHA – Organização Indígena Manchineri  
MMA - Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal  
OAEYRG - Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório  
OCAEJ - Organização das Comunidades Agroextrativistas Jaminawa.  
OPIAC - Organização dos Professores Indígenas do Acre  
OPIRE - Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira  
OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá  
OPITAR - Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá  
PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrada

PMACI - Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas

PNSD – Parque Nacional da Serra do Divisor

PGAI - Projetos de Gestão Ambiental Integrada

PPG7 - Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais no Brasil

PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia  
Legal

SAMA - Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Ac

SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia

SEATER - Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

SEPI - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas

SEPROF - Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar

SESSACRE - Secretaria de Saneamento e Saúde do Estado do Acre

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPRN - Subprograma de Política de Recursos Naturais

TI – Terra Indígena

TNC - The Nature Conservancy

UFAC - Universidade Federal do Acre

UNI - União das Nações Indígenas

UC – Unidade de Conservação

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

## Índice

Introdução.....	3
Uma breve aproximação do objeto.....	3
Os desdobramentos da pesquisa.....	11
Considerações epistemológicas.....	16
Organização da tese.....	21
Capítulo 1: Mapas e antropologia.....	27
1.1. Os mapas na história: da imposição à participação.....	29
1.2. Mapeamento participativo como alternativa à dominação?.....	50
1.3. Produção e uso dos mapas.....	62
1.4. Mapeamento, território, territorialidade e gestão territorial.....	74
Capítulo 2: A construção da cartografia acreana: das expedições de exploração aos mapeamentos participativos.....	88
2.1. Primeiras representações espaciais: exploração e povoamento dos Altos rios Juruá e Purus.....	92
2.2. A definição do Território do Acre: incertezas cartográficas e consolidação do povoamento.....	106
2.3. Sociogênese dos mapeamentos participativos: regularizações fundiárias e frentes de expansão desenvolvimentistas e ambientalistas.....	125
2.4. Mapas e memórias subterrâneas.....	152
2.4.1. Migrações Ashaninka.....	153
2.4.2. Migrações Manchineri.....	162
2.4.3. Migrações Jaminawa.....	169
2.4.4. Migrações Manchineri e Jaminawa na TI Mamoadate.....	173
2.4.5. Migrações Nawa.....	175
Capítulo 3: Os diversos olhares sobre os mapeamentos participativos e seus usos.....	186
3.1. O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia.....	188
3.1.1. A visão dos formuladores e dos representantes Ashaninka.....	188
3.1.2. Comunicação, educação e poder no etnomapeamento.....	199
3.2. O etnozoneamento da TI Mamoadate.....	213
3.2.1. Um instrumento de planejamento e muitos olhares.....	213
3.2.2. Relações de poder e etnozoneamento: expectativas e ações concretas.....	229
3.3. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.....	246
3.3.1. Visões verticalizadas sobre o diagnóstico etnoambiental e a tentativa de superá-las.....	246
3.3.2. Expectativas frustradas: nem regularização fundiária e nem diagnóstico etnoambiental.....	262
3.4. Metodologias para mapear terras indígenas no Acre.....	270
3.4.1. Etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia.....	271
3.4.2. Etnozoneamento da TI Mamoadate.....	279
3.4.3. Diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.....	289
Capítulo 4: Análise da forma e interpretações: os mapas e as falas indígenas.....	297
4.1. Mapas e usos da fauna.....	300
4.1.1. Mapa de presença de fauna da TI Kampa do Rio Amônia.....	300
4.1.2. Mapa de fluxo de fauna da TI Kampa do Rio Amônia.....	308

4.1.3. Mapa de caçada da TI Mamoadate.....	315
4.1.4. Mapa de caça da TI Nawa.....	326
4.1.5. Mapa de pesca da TI Kampa do Rio Amônia.....	334
4.1.6. Mapa de pesca da TI Mamoadate.....	341
4.1.7. Mapa de pesca da TI Nawa.....	348
4.2. Mapas e usos dos recursos florestais.....	351
4.2.1. Mapa de uso da flora da TI Kampa do Rio Amônia.....	351
4.2.2. Mapa de extrativismo da TI Mamoadate.....	360
4.2.3. Mapa de recursos hídricos e ocupação humana da TI Mamoadate.....	367
4.2.4. Mapa de extrativismo da TI Nawa.....	377
4.3. Mapas e ameaças às terras indígenas.....	380
4.3.1. Mapa de invasões da TI Kampa do Rio Amônia.....	380
4.3.2. Mapa de ameaça da TI Mamoadate.....	393
Conclusão.....	398
Bibliografia.....	406

## Introdução

### Uma breve aproximação do objeto

Na nossa sociedade, os mapas fazem parte da vida cotidiana e acabam sendo banalizados pelo senso comum. Deparamos-nos com eles, sem dar-lhes muita atenção, em bancas de revistas, centros de informações turísticas, *shopping centers*, catálogos telefônicos, guias de ruas, cartas rodoviárias, bibliotecas, livrarias, escolas, quartéis militares, instituições governamentais e não governamentais, etc. Em geral, nós os utilizamos para nos orientarmos espacialmente de forma complementar a ações educacionais, como elemento central em estratégias militares, em discursos e ações políticas, em vários tipos de pesquisas – biológicas, geológicas, geográficas, antropológicas, sociológicas, históricas, etc. -, entre outros usos. A produção deles dificilmente costuma ser refletida; nos passa despercebida. Ela apenas se destaca caso um erro se torne visível e comprometa as atividades de quem consulta o mapa. Nesse momento, pode-se questionar como ele foi elaborado, ou quem cometeu o equívoco de inserir uma informação errada, ou um símbolo que não transmite com clareza a informação.

Ao contrário do que se passa no senso comum, os mapas estão cultural e historicamente vinculados a várias sociedades e a contextos de produção e uso bastante complexos e distintos (Harley, 1988; Black, 2005; Orlove, 1991, Herlihy e Knapp, 2003; Chapin et alli, 2005, entre outros). Dentre os diversos mapas que são constantemente produzidos e utilizados, há os associados de alguma forma aos povos indígenas. Mapas de localização desses povos, da delimitação e demarcação de suas

terras, de migrações, de filiações lingüísticas, etc. Mais recentemente, mapas sobre os usos dos recursos naturais feitos pelos povos indígenas passaram a ser produzidos em diversos países, cada vez em maior número.

No Brasil, diversas ações de mapeamento dos usos dos recursos naturais têm sido realizadas com o intuito de contribuir com a gestão territorial em terras indígenas (TIs), mas reflexões provenientes das Ciências Sociais sobre tais ações ainda são poucas. Essas ações podem ser pensadas por meio de uma abordagem antropológica que contemple a produção e os usos dos mapas como instrumentos que objetivam subsidiar a gestão territorial em TIs. Combinando a dimensão política do controle territorial das TIs com a dimensão ambiental voltada para sua sustentabilidade, a gestão territorial pode ser entendida como: “o controle político e o manejo ambiental do espaço geográfico que é o território de um grupo social ou entidade política” (Little, 2006: 21)<sup>1</sup>.

Casos exemplares de mapeamentos dos usos dos recursos naturais em TIs que articulam organizações e instituições de vários setores (governo, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e da cooperação internacional, fundações privadas, entre outros) visando a gestão territorial, podem ser observados em vários estados brasileiros: Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão, Tocantins e Acre. Neste último, tais esforços podem ser percebidos em várias circunstâncias, entre as quais nos processos de etnozoneamento da TI Mamoadate, ocupada pelos povos indígenas Manchineri, Jaminawa e “isolados”<sup>2</sup>; de

---

<sup>1</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre a noção de gestão territorial associada às de território e territorialidade encontra-se no capítulo 1, no item 1.4.

<sup>2</sup> O termo “isolados” tem sido utilizado pelo órgão indigenista oficial para classificar aqueles povos indígenas que mantêm um contato muito esporádico, ou inexistente, com a sociedade envolvente. Com base em vestígios, contudo, os indigenistas do estado suspeitam que aqueles que transitam pela Terra Indígena Mamoadate sejam integrantes do povo indígena Masko, enquanto a população regional do Estado do Acre apenas denomina esses povos de “brabos”, um modo de dizerem que eles não mantêm contato amistoso com a população local.

etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, de ocupação Ashaninka; e de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, habitada pelos Nawa.

Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental têm sido considerados de distintas formas por lideranças indígenas, consultores e representantes de instituições governamentais e não-governamentais. Há uma considerável confusão conceitual, sendo algumas vezes concebidos como “instrumentos de planejamento”, “instrumentos de diagnóstico”, “instrumentos de mapeamento”, “instrumentos de gestão ambiental”, “instrumentos de gestão territorial”, “instrumentos técnicos e políticos”, entre outros. Mais recentemente, por meio de um esforço analítico e classificatório, todos estes termos foram unificados como “etnoinstrumentos” que podem ser utilizados dentro do que seria um amplo processo de gestão territorial em TI, composto por quatro etapas: de articulação, de diagnóstico, normativa e de execução (Little, 2006).

De acordo com essa classificação, o etnozoneamento faria parte da etapa normativa e seria um “instrumento técnico e político”. O etnomapeamento, inserido na etapa de diagnóstico, seria um “instrumento de mapeamento”. O diagnóstico etnoambiental, também na etapa de diagnóstico, um “instrumento de diagnóstico”. (Little, 2006). Assim entendidos, a classificação proposta por Little objetiva minimizar as discrepâncias conceituais em termos ideacionais, propondo uma padronização no uso dos conceitos dentro do processo global daquilo que se denomina gestão territorial em TIs.

Como apresentarei ao longo da tese, entretanto, tal classificação não é suficiente para englobar todas as distintas ações de mapeamento junto a povos indígenas, voltadas para a gestão territorial em suas terras. Por mais profícuo que seja o esforço classificatório empreendido, como toda tipologia ele não reflete as características e

filigranas do etnozoneamento, do etnomapeamento e do diagnóstico etnoambiental. Todos podem ser tidos como “instrumentos técnicos e políticos”, “instrumentos de mapeamento”, “instrumentos de diagnóstico” e, ainda, “instrumentos de planejamento”, dependendo de como estes termos são entendidos e empregados tanto por seus formuladores, quanto pelos supostos beneficiários dessas iniciativas: os povos indígenas que habitam em TIs determinadas.

Mesmo os três instrumentos utilizados no Estado do Acre possuindo consideráveis diferenças metodológicas, conceituais e de objetivos, como demonstrarei ao longo do trabalho, tomo-os como “instrumentos de planejamento”. Isto não implica dizer que eles proporcionam um planejamento acabado - um plano de gestão territorial, por exemplo -, mas que são instrumentos técnicos, políticos, de mapeamento e de diagnóstico que oferecem subsídios aos povos indígenas e às instituições governamentais e não-governamentais com as quais se relacionam para planejar ações voltadas à gestão territorial em TIs.

As ações viabilizadas por meio desses instrumentos de planejamento - etnozoneamento da TI Mamoadate, etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e diagnóstico etnoambiental da TI Nawa - centram-se na produção e uso dos mapas. Estes contêm informações sobre o interior e o entorno das TIs, em geral situadas próximas a unidades de conservação (UCs). A TI Mamoadate, localizada no vale do rio Purus, em seu afluente da margem direita denominado rio Yaco, tem seus limites contíguos à Estação Ecológica do Rio Acre, ao Parque Estadual do Chandless, à Fazenda Petrópolis/Brasil e à TI Cabeceira do Rio Acre, estando bastante próxima da Reserva Extrativista Chico Mendes. A TI Kampa do Rio Amônia situa-se no vale do Juruá, na região do seu afluente da margem esquerda, o rio Amônia, contígua à Reserva

Extrativista do Alto Juruá e no entorno do limite sul do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD)<sup>3</sup>. Quanto à TI Nawa, ela encontra-se totalmente sobreposta a uma grande parte da área norte do PNSD e nas proximidades da TI Nukini. Os processos de etnozoneamento, de etnomapeamento e de diagnóstico etnoambiental, portanto, englobam contextos fundiários complexos e fazem parte de iniciativas institucionais de diversas ordens, que descreverei nesta tese.

O etnozoneamento da TI Mamoadate é parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, que contém três componentes: Gestão Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais; Apoio e Promoção do Desenvolvimento Produtivo e Emprego; e Infra-Estrutura Pública de Desenvolvimento. O primeiro componente tem um subcomponente, Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental, que promove a realização do Zoneamento Ecológico–Econômico do Estado do Acre (ZEE/AC 2ª Fase). Dentro do ZEE/AC 2ª Fase, iniciado em 2003, realizou-se o etnozoneamento da TI Mamoadate a partir de 2004. O ZEE/AC foi instituído no Estado pelo Decreto nº 503, de 06 de abril de 1999, e atualmente recebe apoio do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7). O ZEE/AC constitui um dos instrumentos do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) implementado por meio do Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) do PPG7, coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). No Estado do Acre, o ZEE e o PGAI recebem apoio financeiro e assistência técnica da Cooperação Alemã - KfW e GTZ (ZEE, 2000: 03 V. I). Nesse cenário institucional, a realização do etnozoneamento da TI Mamoadate viabilizou-se com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do PGAI/Acre. Mais recentemente, em 2005, o Governo

---

<sup>3</sup> Este é, atualmente, o quarto maior parque nacional do país.

do Estado com recursos do BID ampliou o etnozoneamento para outras cinco TIs: Rio Gregório, Katukina/Kaxinawá de Feijó, Colônia 27, Igarapé do Caucho e Caeté. Antes dos etnozoneamentos, o governo, com apoio financeiro do BNDES, promoveu em 2002 uma ação bastante similar denominada “etno-levantamento dos recursos naturais”, nas TIs Cabeceira do Rio Acre e Campinas/Katukina (ver Capítulo 2).

Já o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa resulta das negociações realizadas em 2003 entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) frente à reivindicação dos índios Nawa pela regularização fundiária do seu território, totalmente incidente na área norte do PNSD. A partir de acordos entre esses dois órgãos governamentais, estabelecidos no âmbito de um processo que corria na Justiça Federal do Acre, relativo à implementação do PNSD, decidiu-se pela identificação e delimitação da TI Nawa e pela realização concomitante de um projeto para elaborar o plano de manejo da TI - algo inusitado no país por atrelar a regularização fundiária da terra à legislação ambiental brasileira, e não apenas à indigenista. Após os trabalhos de campo para a elaboração do projeto, ele veio a ser denominado diagnóstico etnoambiental. Tendo contado exclusivamente com recursos do IBAMA e da FUNAI, ele foi desenvolvido com base na metodologia dos “levantamentos etnoecológicos” realizados pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) no âmbito da FUNAI. A identificação e delimitação da terra, diferentemente, não veio a ser financiada pelo IBAMA e pela FUNAI, mas pelo referido PPTAL, que é um sub-programa do PPG7 que conta com recursos do Banco Mundial, KfW e GTZ (ver Capítulo 3).

O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, por sua vez, integra as ações do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) e foi iniciado em 2004. Neste Setor, foi estruturado o subprojeto “Etnomapeamento em Oito Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru”, a partir do projeto “Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru)”, para desenvolver ações de etnomapeamento em TIs situadas no entorno do PNSD e ao longo da fronteira Brasil-Peru, que se beneficia de recursos da Gordon and Betty Moore Foundation, canalizados pela organização não-governamental The Nature Conservancy (TNC). Essa ONG tem atuado na região do PNSD há vários anos, tendo repassado recursos a SOS Amazônia<sup>4</sup> para, em parceria com o IBAMA, elaborar o Plano de Manejo do PNSD. Além da TI Kampa do Rio Amônia, as demais contempladas pelo projeto, são as TIs: Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Seringal Independência, Baixo Rio Jordão, Alto Rio Jordão, Poyanawa e Nukini.

Como se pode notar, o etnozoneamento tem sido executado por meio de articulações capitaneadas pelo governo estadual, o diagnóstico etnoambiental pelo governo federal e o etnomapeamento pela organização não-governamental CPI-Acre. Todos se configuram como instrumentos de planejamento que procuram de forma pretensamente participativa mapear os usos dos recursos naturais pelos povos indígenas, com a intenção “manifesta” de proporcionar a gestão territorial em TIs. Estes instrumentos de planejamento, contudo, também possuem os propósitos “latentes” de subsidiar a resolução de conflitos socioambientais, modificar o comportamento dos povos indígenas com base nas noções de preservação e conservação ambiental,

---

<sup>4</sup> Organização não-governamental ambientalista fundada em 1988 e qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2001.

proporcionar o manejo dos recursos naturais pelos povos indígenas em suas terras, fortalecer a identidade e a autonomia indígenas, e estimular o diálogo entre lideranças indígenas e representantes de instituições governamentais e não-governamentais, entre outros.

Frente aos propósitos explícitos e implícitos dos três instrumentos de planejamento, cabe perguntar: o mapeamento dos usos dos recursos naturais contribui para a gestão territorial em TIs? Esses instrumentos podem de fato amenizar conflitos socioambientais? Quais as consequências da modificação do comportamento dos povos indígenas com base nas noções de preservação e conservação ambiental? É possível realizar o manejo dos recursos naturais a partir desses instrumentos de planejamento? As ações desenvolvidas no etnozoneamento, no diagnóstico etnoambiental e no etnomapeamento fortalecem a identidade e a autonomia indígena? Essas ações proporcionam um diálogo entre as lideranças indígenas e os representantes de instituições governamentais e não-governamentais?

Tendo em mente essas perguntas, me proponho desenvolver na tese a análise dos processos de produção e uso de mapas no bojo do etnozoneamento da TI Mamoadate, do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa e do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia. A partir dessa análise, procuro entender as relações entre os diversos atores sociais e entre estes, seus territórios e seus projetos. Levo em consideração o potencial dos mapas para uma maior interação entre conhecimentos indígenas e conhecimentos científicos. Calcados em metodologias participativas para sua elaboração, os mapas são confeccionados a partir de informações supostamente alicerçadas nos conhecimentos indígenas, são inseridas em bases cartográficas característica do conhecimento científico e historicamente vinculada aos processos ocidentais de dominação social e territorial. A

tentativa de fazer esses conhecimentos se interseccionarem permite entender até que ponto os mapas efetivamente propiciam um diálogo entre lideranças indígenas e representantes de diversas instituições, contribuem para a gestão territorial em TIs e fortalecem a identidade, a organização política e a autonomia indígenas.

## **Os desdobramentos da pesquisa**

A pesquisa foi parcialmente iniciada com o meu ingresso na segunda fase (doutorado) do PGAS/UnB em 2002, tendo sofrido ao longo desses anos algumas alterações em função dos dados produzidos. Inicialmente, ela restringia-se a uma análise das relações entre os Nawa e os gestores do PNSD, contemplando o processo de etnogênese daquele povo frente aos conflitos fundiários e ambientais gerados com a criação e a implementação do Parque. Naquele momento da pesquisa, foram consultados os acervos da FUNAI e do IBAMA em Brasília, e a sistematização e análise dos documentos resultou nos trabalhos finais das disciplinas “Seminário Avançado em Teoria Antropológica I”, “Identidade e Cultura” e “Ecologia Cultural”<sup>5</sup>.

No ano de 2003, em julho/agosto, dando continuidade à produção de informações, tive a oportunidade de me deslocar até o Município de Mâncio Lima, onde localizam-se as TIs Nawa e Nukini, por um período de 45 dias, como antropólogo/colaborador responsável por coordenar o “levantamento prévio” das reivindicações territoriais dos índios Nawa e Nukni<sup>6</sup>. No mês de outubro, durante cerca de 10 dias, estive na cidade de Rio Branco produzindo dados sobre os Nawa e o PNSD,

---

<sup>5</sup> Disciplinas ministradas respectivamente por Alcida Rita Ramos, Mireya Suarez e Paul E. Little.

<sup>6</sup> Pela Instrução Executiva nº 85/DAF/FUNAI, de 17 de junho de 2003, eu fui designado como antropólogo colaborador/coordenador de uma equipe composta por mais dois técnicos: Alberto Klefasz, analista ambiental do IBAMA, e Antônio Luiz Batista de Macedo, sertanista da FUNAI, para proceder ao levantamento prévio das reivindicações fundiárias dos índios Nawa e Nukini.

quando tive a oportunidade de participar da Audiência Pública que discutiu a etnicidade dos Nawa e seu território. Posteriormente, em novembro/dezembro daquele ano, ainda vinculado a ações do governo federal, coordenei o Grupo Técnico responsável pela realização dos estudos de identificação e delimitação da TI Nawa, por um período de 35 dias<sup>7</sup>.

A partir desse momento, devido aos vários atores sociais – indigenistas, ambientalistas, povos indígenas, fazendeiros, pequenos proprietários, etc – colocarem em evidência as preocupações com a resolução dos distintos conflitos – fundiários, administrativos, ambientais e políticos - na região, meus interesses de pesquisa começaram a se dirigir para os discursos e práticas ligados à gestão territorial no PNSD e na TI Nawa. Nesse novo horizonte de interesses, me chamaram a atenção os discursos e as ações de gestão territorial em TIs no Estado do Acre e não mais apenas na TI Nawa. Aquele foi o ano em que as discussões sobre etnozoneamento e etnomapeamento se delinearão na direção das ações que seriam realizadas no ano seguinte, em 2004, pelo governo do Estado e pela CPI-Acre.

Frente a esse contexto de mudança de interesse de pesquisa e de evidência das preocupações relacionadas à gestão territorial em TIs no estado, me submeti, em novembro de 2003, ao processo de seleção do governo estadual que contrataria dois antropólogos e um engenheiro agrônomo para realizar o etnozoneamento da TI Mamoadate, localizada no Município de Assis Brasil. Tendo sido selecionado em fevereiro de 2004, participei por um período de 20 dias de diversas reuniões e procedi a um levantamento bibliográfico sobre a TI Mamoadate e sobre os povos indígenas que a

<sup>7</sup> Pela Portaria nº 1.071/PRES, de 14 de novembro de 2003, foi determinado o deslocamento para o Município de Mâncio Lima/AC de Cloude de Souza Correia, antropólogo/coordenador, Vicente de Paula Simões Melo, engenheiro florestal/IBAMA, Sebastião Carlos Batista, engenheiro agrimensor/AER-MAO, Cleuver Nunes Passos, técnico em agropecuária/consultor FUNAI-UNESCO, Aparecido Serafim de Freitas, técnico agrícola/INCRA-AC e Luiz Valdenir Silva de Souza/representante da OPIRJ, para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa.

habitam. Posteriormente, no mês de julho, desenvolvi por 30 dias as atividades de campo previstas no etnozoneamento. Devido ao fato desta ação do governo estadual estar atrelada ao ZEE 2ª fase, no mês de dezembro, fui convidado para participar dos debates promovidos pela Gerência do ZEE/AC durante o evento “Oficina do Eixo Cultural Político”, mais especificamente do painel “gestão ambiental das áreas naturais protegidas”. Naquela ocasião, permaneci por 15 dias na cidade de Rio Branco participando das discussões e complementando o levantamento bibliográfico referente à TI Mamoadate.

Nesse período, fui convidado pela CPI-Acre para participar das oficinas de etnomapeamento das TIs Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e Kampa do Rio Amônia. Por motivos de ordem pessoal, entretanto, acabei impossibilitado de participar das atividades que ocorreram nas aldeias durante o primeiro semestre. No segundo semestre, contudo, aceitei o convite do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Acre para elaborar, em co-autoria com os Ashaninka, um documento sobre o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia. A partir de então e ao longo dos anos de 2005 e 2006, comecei a levantar informações sobre essa ação promovida por uma organização da sociedade civil.

Ainda em 2005, nos meses de julho e setembro, retornei à TI Mamoadate, por um período de 17 e 20 dias, respectivamente. Esse retorno estava previsto nas atividades do etnozoneamento, tendo sido um período de complementação e atualização dos dados até então produzidos. No mês de julho, me submeti a outro processo de seleção, agora para coordenar o etnozoneamento das cinco TIs anteriormente mencionadas: Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katukina/Kaxinawá de Feijó e Caeté. Tendo

sido selecionado no mês de novembro<sup>8</sup>, estive no Estado do Acre por sete dias produzindo informações e participando como palestrante do Seminário “Troca de Experiências em Levantamentos Participativos em Terras Indígenas”, promovido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígena (SEPI), tendo contado com a participação de representantes indígenas, de ONGs e de diversas instituições governamentais, do estado do Acre e de outros.

Posteriormente, por ser coordenador dos etnozoneamentos, estive no estado por mais cinco dias durante o mês de janeiro de 2006, quando participei da “oficina de sensibilização” realizada na TI Caeté, que teve como objetivo obter o consentimento prévio informado dos Jaminawa para a realização do etnozoneamento. Em julho de 2006, retornei a Rio Branco e ao município de Assis Brasil para a “oficina de validação” do etnozoneamento da TI Mamoodate, permanecendo no estado por mais sete dias. Em novembro, permaneci em Rio Branco por quatro dias e participei do “Seminário Gestão Territorial em Terras Indígenas”, promovido pela SEMA, SEPI e GTZ. Ao todo, contabilizo pouco mais que sete meses de atividades apenas no Estado do Acre, distribuídos entre os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Nos períodos entre uma viagem e outra para o estado, estive sempre em contato com os formuladores dos instrumentos de planejamento, discutindo os documentos e mapas elaborados e organizando as viagens de campo. Nesses intervalos entre as viagens, também procedi à sistematização das informações produzidas e à leitura de textos associados ao tema da pesquisa.

---

<sup>8</sup> Eu fui contratado como coordenador geral de uma equipe composta por dois antropólogos consultores, José Pimenta e Ney Maciel, e por um especialista em geoprocessamento, Valéria Pereira, para a realização dos cinco etnozoneamentos.

Muitas informações relativas aos níveis local, regional, estadual, nacional e internacional foram produzidas ao serem consultados os acervos da FUNAI, do IBAMA, do Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de bibliotecas localizadas em Brasília e no Estado do Acre, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre (IMAC), da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), da Fundação Elias Mansur (FEM), do Museu da Borracha e da CPI-Acre. Nessas consultas, uma grande quantidade de documentos foi fotocopiada ou gravada em CDs, para a posterior sistematização. Dentre as informações constam teses, dissertações, artigos, relatórios, projetos, leis, decretos, ofícios, memorandos, atas, memórias de reuniões, planos de trabalho, contratos, mapas - históricos, de ocupação humana, de vegetação, de fauna, de hidrografia, etc. -, matérias de jornais e entrevistas transcritas, entre outras.

Parte considerável dos dados produzidos foi suplementada com entrevistas realizadas com representantes dos povos indígenas Nawa. Muitas outras entrevistas foram gravadas com representantes Manchineri e Jaminawa. Dentre as várias entrevistas, a CPI-Acre disponibilizou gentilmente a transcrição daquelas realizadas com os Ashaninka durante o etnomapeamento. Entre os informantes entrevistados com o uso de gravador encontram-se indivíduos Nawa, Manchineri, Jaminawa e Ashaninka, representantes de organizações indígenas, técnicos da SEMA, da SEPI e da FUNAI. Dentre aqueles que foram entrevistados sem o uso do gravador estão representantes da CPI-Acre, antropólogos e indigenistas. Há, ainda, gravações de reuniões, seminários e workshops relacionados com a gestão territorial em TIs, muitas transcritas por técnicos contratados pela SEMA e também cedidas gentilmente para mim.

Diversas outras informações foram produzidas por meio da observação participante. Ao participar de reuniões e oficinas relacionadas com o etnozoneamento da TI Mamoadate; da identificação e delimitação da TI Nawa, procedida concomitantemente aos levantamentos para o diagnóstico etnoambiental; e de reuniões sobre o etnomapeamento da TI Ashaninka do Rio Amônia; pude, de forma privilegiada, registrar diversos dados em “cadernos de campo”.

## **Considerações epistemológicas**

Do século XX ao início do século XXI, muitas são as referências na antropologia sobre os procedimentos metodológicos e suas implicações para a pesquisa antropológica (Malinowski, 1978; Evans-Pritchard, 1976; Stocking, 1985 e 1991; Firth, 1956; Geertz, 1978 e 1997; entre muitos outros) e sobre a prática antropológica (Métraux, 1970, Johnston, 2001; Brosius, 2001; Oliveira Filho, 1998 e 1999; Lima, 1998b; Arantes et alli, 1992; Ramos, 1990 e 1992; Almeida, 1992; Bastide, 1971; entre tantos outros). De todos, a contribuição de Malinowski para a pesquisa antropológica foi paradigmática.

O estilo de pesquisa antropológica malinowskiano, contudo, passou a ser questionado por estudos que contemplam discussões sobre a prática antropológica associada a ações governamentais e não governamentais. Em um novo contexto, onde a demanda pela atuação de antropólogos em questões sociais é crescente, torna-se relevante considerar a prática desses profissionais. Uma das diversas áreas em que esta tem ganhado relevância é a configurada pela noção de “justiça ambiental”. De acordo com Barbara R. Johnston: “anthropologists engaged in the struggle for environmental justice use their training in medical, sociocultural, political, economic, ecological,

archaeological, and other aspects of our discipline to study, challenge, and (ideally) transform human environmental relationships” (Johnston, 2001: 132). Essa área contempla os discursos e as ações de gestão territorial em TIs, que contam com a participação de antropólogos.

Além do mais, não se deve perder de vista que a noção de justiça ambiental encontra-se em grande medida vinculada ao movimento ambientalista, que se configura em torno da “ideologia do desenvolvimento sustentável” (Ribeiro, 1992 e Pareschi, 1997 e 2002) e possui ramificações locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Por isso, a pesquisa conduzida foi multilocal (Marcus, 1998) e, conforme Brosius, pesquisas que possuem objetos multisituados “demand that we rethink the implications of our ethnographic presence and our efforts at representation” (Brosius, 2001: 153).

Nesse sentido, é importante considerar a prática antropológica e, dada a minha inserção em campo, a relação desta com a pesquisa antropológica, evidenciando suas implicações para a produção do conhecimento na disciplina. Faço parte do conjunto de antropólogos que hoje atuam com os instrumentos de planejamento - etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental - voltados para a gestão territorial em TIs. Meu interesse em desenvolver uma pesquisa dessa natureza evidencia-se desde o início do processo de produção de informações, conforme descrito no item anterior.

Essa minha inserção em campo, colaborando com atividades de instituições não acadêmicas e contribuindo com as demandas indígenas, devido à minha formação em antropologia, é que me remete à discussão presente na disciplina sobre a prática antropológica (Oliveira, 2002; Arantes, 1992; Cardoso de Oliveira, 1992 e Ramos, 1992) e o “estilo brasileiro de fazer antropologia” (Ramos, 1990). Por conhecer parte do Alto

Juruá desde o ano 2000 e alguns representantes dos movimentos ambientalista, indigenista e indígena na região, optei por deflagrar a pesquisa contribuindo com ações que viabilizassem o encaminhamento de parte dos conflitos fundiários, administrativos e políticos locais, e ações voltadas para a elaboração de mapas dos usos dos recursos naturais feitos pelos povos indígenas.

Em grande medida, o fato de ter colaborado com atividades dos governos federal e estadual, e da sociedade civil organizada local me situou em um dos lados dos conflitos - aquele dos povos indígenas junto aos quais atuei -, o que foi importante por haver uma série de demandas dos povos indígenas pela atuação de antropólogos em prol de suas reivindicações. Muitos antropólogos que desenvolvem pesquisa acadêmica na região são alvo de críticas por parte dos índios e dos indigenistas por não contribuírem com seus estudos para as questões sociais, servindo suas pesquisas apenas para a obtenção do seu título pessoal de mestre ou doutor. É comum ouvir frases como: “será que vamos ser sempre objeto de tese, sem receber subsídios?”<sup>9</sup>. Questões como essas foram discutidas por Ramos, quem afirma: “os antropólogos brasileiros não podem se dar ao luxo de uma torre nem de marfim nem de ébano, sob pena de enfrentarem a pecha de 'omissos' vinda da opinião pública, da comunidade acadêmica e, em muitos casos, dos próprios povos que estudam” (Ramos, 1992: 155).

Frente a esse contexto específico, foi essencial adotar uma forma pouco convencional de inserção em campo, desde o início participando e contribuindo para as demandas indígenas. Meu olhar sobre a região, portanto, é o de um antropólogo “de dentro” dos movimentos indigenista e indígena acreanos, o que me permitiu ter acesso a dados privilegiados para a pesquisa, por ser considerado um aliado dos povos indígenas.

---

<sup>9</sup> Essa frase foi proferida por Zé Correia, liderança Jamináwa da Terra Indígena Mamoadate, localizada no rio Yaco, durante uma reunião realizada no dia 17/02/04, para discutir o etnozonoamento. Frases semelhantes a essas são comuns entre representantes do movimento indígena no Acre.

Alguns aspectos positivos e outros negativos emergem da maneira como conduzi a pesquisa a partir daí, tal como descrito no item anterior. Resumidamente, pode-se dizer que minha aproximação e meu acesso a informações provenientes do universo indígena e indigenista foram facilitados, ocorrendo o inverso quanto aos dados referentes aos ambientalistas, como, por exemplo, os que atuam na região do PNSD. Não obstante, como as discussões e ações estão se voltando para a gestão territorial como modo de solucionar os vários conflitos socioambientais verificados na região, um antropólogo estudando tal tema também é aceito pelos ambientalistas, por ser alguém que potencialmente pode contribuir com as discussões. Desse modo, acabou sendo possível produzir informações sobre os atores sociais envolvidos no “campo de poder” delineado ao longo desta tese e constituir uma visão crítica dos processos de elaboração de mapas para a gestão territorial.

Como fica evidente, a produção de dados para esta tese se fez tendo como referência o amplo espectro metodológico de “pesquisas participativas”. De acordo com Smith, as pesquisas participativas englobam uma variedade de metodologias e relacionamentos que propiciam um maior envolvimento dos povos locais na pesquisa científica. Um dos objetivos principais do processo de pesquisa participativa é o treinamento de representantes locais e a aplicação dos resultados obtidos aos problemas identificados pela comunidade. O pesquisador externo tem apenas o papel de ajudar a converter problemas pouco articulados em tópicos claros, que são investigados para produzir conhecimento compreensível para a população local e para os de fora (Smith, 2003: 333).

Segundo Herlihy e Knapp (2003), nas pesquisas participativas o conhecimento e o saber das populações locais seriam reconhecidos, elevando-os a uma posição paralela

aos dos pesquisadores, em que um conhecimento respeita o outro para encontrar um mesmo objetivo. De acordo com os autores, um dos tipos de participação vem da metodologia de observação participante característica da Antropologia, em que o pesquisador vive entre a comunidade e participa da vida diária, observando e produzindo dados por meio de questionários e entrevistas, mas, em geral, produzindo e interpretando individualmente os dados por meio do seu próprio filtro mental. Outro tipo de participação pode ser obtido quando o pesquisador trabalha com populações locais em uma pesquisa com o objetivo de subsidiá-las para resolverem algumas de suas necessidades sociais, econômicas, políticas, etc. O pesquisador produz e interpreta as informações com a cooperação das populações locais, que vêem a pesquisa como desejável.

Assim, as pesquisas participativas seriam um caminho alternativo para a produção de conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais. Quebrar-se-ia a dicotomia de produção de conhecimento pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto, e introduzir-se-ia a participação local nesse processo, servindo simultaneamente para a educação, a conscientização e a mobilização social. Desse modo, se garantiria aos pesquisados direitos de se beneficiarem da pesquisa, integrando compensação e empoderamento ao processo. A propriedade intelectual, o controle e o uso das informações produzidas seriam assegurados às populações locais (Herlihy e Knapp, 2003: 304).

Metodologias de pesquisa participativa, conforme os autores, giram em torno da dialética entre “representantes comunitários” e “pesquisadores participativos”. Os primeiros, também denominados “pesquisadores locais” e “especialistas em conhecimento local”, apresentam seu conhecimento e seu trabalho diretamente para os

pesquisadores participativos, também denominados “facilitadores”, “assistentes técnicos”, ou simplesmente “pesquisadores”, que ajudam os pesquisados a articularem seus objetivos em um projeto de pesquisa apropriado. Eles reconheceriam e respeitariam as habilidades das populações locais para produzirem entendimento e dados.

Uma versão das pesquisas participativas bastante próxima da que realizei é denominada “participatory action research” e utiliza uma metodologia voltada para as necessidades sociais. Essa forma de pesquisa possui propósitos sociais e de empoderamento das pessoas para a tomada de decisões e para a ação. Trata-se de uma combinação entre teoria, ação e participação voltadas para o fortalecimento de um grupo social. Em grande medida, pesquisas dessa natureza têm sido utilizadas como ferramentas para a implantação de políticas sociais relacionadas com o manejo do meio ambiente e dos recursos naturais, e o desenvolvimento de comunidades rurais (Herlihy e Knapp, 2003: 305).

Por ter realizado uma pesquisa passível de ser definida como participativa, procuro na tese enfatizar os diferentes tipos de envolvimento dos Ashaninka no etnomapeamento, dos Manchineri e Jaminawa no etnozoneamento e dos Nawa na proposta de diagnóstico etnoambiental. Dessa forma, discuto a participação relativa desses povos indígenas nessas iniciativas, tentando caracterizar onde se situam nesse amplo espectro da “participação”.

## **Organização da tese**

Por conceber tais instrumentos de planejamento incorporando distintas formas de mapeamentos participativos - com objetivos e metodologias variáveis - que estão sendo desenvolvidas em TIs no Acre, procuro no primeiro capítulo situá-los como parte do amplo processo histórico de produção, uso e circulação dos mapas, que teve início de forma impositiva e após várias transformações passou a contar com a participação dos povos indígenas.

Em seguida, resgato considerações de ordem gerais feitas por alguns causídicos dos mapeamentos participativos (Herlihy e Knapp, 2003; Chapin et alli, 2005; Ataíde & Martins, 2005; Stern e Apanú, 2002; Denniston, 1994; e Smith, 2003) em relação às terminologias, metodologias e objetivos de ações dessa natureza. Desse modo, foi possível identificar pelo menos duas lacunas nas abordagens existentes: 1) nenhum dos autores reflete a relação entre mapeamentos participativos e etnoecologia, apesar de os considerarem como fonte importante de pesquisa para se entender a relação ser humano-meio ambiente; e 2) muitos deles afirmam que por meio dos mapeamentos participativos tornar-se-ia possível aos povos indígenas resistirem a formas de dominação, mas não estabelecem um diálogo entre a ideologia do desenvolvimento sustentável e as relações de dominação nesse espaço de disputa.

Discutindo sobre a primeira abordagem, situo os mapeamentos participativos no amplo universo da etnoecologia, que toma os grupos humanos como sujeitos sociais e que considera os fenômenos práticos e intelectuais no processo de compreensão da relação entre homem-meio ambiente. Em relação à segunda abordagem, considero os mapas como instrumentos historicamente a serviço de grupos dominantes que os utilizaram para dominação social e territorial, estando aqueles produzidos pelos

mapeamentos participativos inseridos no contexto da ideologia dominante do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, ainda no primeiro capítulo, me insiro no debate sobre mapeamentos participativos sinalizando a possibilidade de compreender o etnozoneamento, o etnomapeamento e a proposta de diagnóstico etnoambiental por meio de uma análise da produção e do uso dos mapas. Entendendo estes como instrumentos de saber-poder, evidencio o vínculo deles com a ideologia do desenvolvimento sustentável, que está imersa em um campo de disputas no qual os povos indígenas são um de seus atores, em meio a formuladores, ideólogos, consultores, técnicos, antropólogos, políticos, etc. Os povos indígenas, portanto, são sujeitos nos processos de mapeamento participativo e além de possuírem poderes distintos dos outros agentes, disputam com estes concepções e interesses. Como parte desses poderes e interesses está atrelada às noções de território, territorialidade e gestão territorial, estabeleço uma discussão conceitual para fundamentar a análise realizada ao longo da tese.

Objetivando entender, no segundo capítulo, o processo de construção dos territórios e das territorialidades no Estado do Acre desde a sua ocupação pelos primeiros exploradores dos rios até as ações voltadas para a gestão territorial, mostro como a cartografia esteve a serviço de diversos grupos dominantes ao longo do tempo. Discorrendo sobre a definição dos limites fronteiriços entre Brasil-Peru e Brasil-Bolívia, a delimitação dos limites estaduais, o estabelecimento dos limites das TIs e os mapeamentos participativos que passaram a produzir informações sobre o interior das TIs, evidencio as linhas de continuidades dos conhecimentos cartográficos mesmo com as rupturas identificáveis no processo de controle social e territorial.

Desde as primeiras expedições de exploração do atual estado do Acre, realizadas no século XIX, nota-se que os conhecimentos cartográficos produziam mapas setoriais com informações sobre os cursos hídricos, o solo, a vegetação, a fauna, as ocupações humanas, os costumes, etc. Informações dessa natureza, mais de um século depois, continuaram fazendo parte dos conhecimentos cartográficos, sendo produzidas agora por meio dos mapeamentos participativos. Os momentos de ruptura ficam visíveis nas mudanças de métodos, técnicas e de objetivos associados ao uso da cartografia. Se em um primeiro momento os mapas eram produzidos sem levar muito em conta os conhecimentos dos povos indígenas, com os mapeamentos participativos tais conhecimentos tornaram-se centrais.

Isto fica ainda mais evidente no terceiro capítulo, quando analiso os diferentes olhares sobre os mapeamentos participativos e os usos que vêm sendo feito deles. Interpretando a fala dos formuladores e de representantes indígenas sobre o etnozoneamento da TI Mamoadate, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, procuro expor como os discursos e as ações são desenvolvidos no espaço de disputa criado pela ideologia do desenvolvimento sustentável.

Ressaltando o olhar dos formuladores e dos povos indígenas, indico que os mapeamentos participativos, como Herlihy e Knapp (2003) e Chapin et alli (2005) destacam, têm o potencial de contribuir para a ampliação do conhecimento dos povos indígenas sobre o seu território, a história do seu povo e os usos que fazem dos seus recursos. Os instrumentos de planejamento no Acre também fornecem subsídios para os povos indígenas no processo de reivindicação de defesa e proteção do seu território e dos seus recursos, além de colaborar com o fortalecimento das organizações indígenas,

com os processos educacionais e com a ampliação do diálogo com instituições governamentais e não-governamentais.

O potencial que os instrumentos de planejamento possuem deve-se, em grande medida, à metodologia adota para a produção de dados e de informações. Por esse motivo, descrevo e analiso, também no terceiro capítulo, as metodologias utilizadas no etnozoneamento, no etnomapeamento e no diagnóstico etnoambiental, ressaltando suas semelhanças e distinções. Todas elas fornecem um diagnóstico do território indígena, seja por meio de informações descritivas ou de mapas. Como estes estão no centro dessas metodologias, procuro em seguida direcionar minha atenção para eles.

Ao analisar os mapas e as falas indígenas associadas a eles, como faço no quarto capítulo, o potencial dos instrumentos de planejamento em relação às demandas indígenas fica explícito. Algumas limitações inerentes aos mapas, contudo, também ficam evidentes. Os recursos visuais oferecidos pelos mapas acabam não representando plenamente o conhecimento indígena; apenas fornecem informações gráficas que são complementadas pelas discussões de diversos temas do conhecimento deles. Assim, mesmo os mapas contemplando vários temas - como história, ocupação humana, caça, pesca, extrativismo e invasões -, eles não dão conta das percepções indígenas sobre cada um deles. Os mapas acabam sendo ferramentas limitadas para transmitir os conhecimentos indígenas sobre seus territórios e recursos. Informam menos ainda sobre as relações dos povos indígenas com seus meios ambientes, sobre como eles os percebem e os usam. Apesar disso, eles trazem uma riqueza de informações detalhadas que podem ser bastante úteis para os povos indígenas e para os formuladores dos instrumentos de planejamento dentro do processo de gestão territorial em TIs.

Na conclusão, retomo alguns aspectos dos mapeamentos participativos com o intuito de fazer uma reflexão sobre a relação entre mapas, poder e gestão territorial em TIs. A ênfase é colocada sobre o entendimento de que a produção e uso dos mapas geram alterações nas relações de poder estabelecidas, influenciando o comportamento dos povos indígenas para a adoção de uma ideologia do desenvolvimento sustentável a partir da noção de gestão territorial.

## Capítulo 1: Mapas e antropologia

*In terms of most communication theories and common sense, a map is a scientific abstraction of reality. A map merely represents something which already exists objectively 'there'. In the history I have described, this relationship was reversed. A map anticipated spatial reality, not vice versa. In other words, a map was a model for, rather than a model of, what it purported to represent.... It had become a real instrument to concretize projections on the earth's surface. A map was now necessary for the new administrative mechanisms and for the troops to back up their claims.... The discourse of mapping was the paradigm which both administrative and military operations worked within and served (Tongchai Winichakul, 1988 apud Anderson, 1995)*

Neste capítulo, abordo os mapas como instrumentos ideológicos de grupos dominantes que os produzem e os usam não apenas para orientações espaciais, mas principalmente para a dominação territorial e social. Como dito na epígrafe, os mapas permitem a concretização de projeções sobre a superfície, mais que simplesmente representar a realidade. Isto fica visível ao resgatar autores como Harley (1988) e Black (2005) para uma breve descrição da produção e uso dos mapas ao longo da história.

Em geral, os mapas elaborados e utilizados por grupos dominantes pouco consideraram o conhecimento das populações locais sobre seus territórios. Os propósitos deles são de cunho político, estavam direcionados principalmente para os processos de conquistas social e territorial. Somente em fins do século XIX, pesquisadores passaram a produzir mapas sobre os povos indígenas, mas sem estarem

voltados para um uso político. A partir do século XX, mapas passaram a ser elaborados por pesquisadores contando com a participação dos povos indígenas. Estes mapas, em grande medida, foram utilizados politicamente para a defesa dos territórios indígenas e para a garantia de seus direitos.

Mais recentemente, da década de 1990 em diante, diversos mapas passaram a ser produzidos por governos, ONGs e instituições de pesquisa com a participação dos povos indígenas e o uso de tecnologias de informação. Esses mapas, no Brasil e em outros países, estão sendo usados politicamente para a garantia dos direitos territoriais indígenas e possuem estreito vínculo com as ideologias desenvolvimentistas e ambientalistas, mais precisamente com a conjunção destas, denominada de desenvolvimento sustentável. Entre tais mapas estão aqueles produzidos por meio do etnozoneamento da TI Mamoodate, do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.

Após um breve relato sobre a elaboração de mapas em diversos contextos, que mostra como eles passaram de uma fase de imposição unilateral para uma de participação coletiva na sua produção, procuro recuperar algumas discussões de ordem geral sobre os mapeamentos em TIs realizados a partir da década de 1990. Assim, situo os instrumentos de planejamento utilizados no Acre dentro do amplo espectro do que vem sendo denominado “mapeamento participativo” e questiono a formulação de alguns de seus ideólogos que afirmam serem os mapas capazes de traduzir conhecimentos indígenas em conhecimento científico e de contribuir para a resistência a formas de dominação.

Em seguida, me aproprio das discussões de Harley (1988) e Orlove (1991) sobre a produção e o uso dos mapas para caracterizar aqueles resultantes dos instrumentos de

planejamento como expressões e ferramentas de poder, mais que apenas formas de representação da realidade. Esses autores são fundamentais por constituírem referências teóricas importantes para as discussões dos capítulos seguintes. A abordagem da tese toma forma final ao se apropriar das formulações de Raffestin (1993) sobre os “trunfos do poder” e de “panoptismo” e “biopoder” de Foucault (1977 e 1999), e ao considerar os mapeamentos participativos como parte da ideologia do desenvolvimento sustentável, tal como entendido por Barretto F<sup>o</sup> (2006), Parechi (2002) e Ribeiro (1992).

Como em grande medida os mapas que estão sendo produzidos e utilizados dizem respeito aos territórios indígenas e à gestão territorial neles, resgato as discussões de autores como Raffestin (1993), Becker (1988) e Little (2002), entre outros, sobre as noções de território, territorialidade e gestão territorial. Desse modo, construo o argumento analítico que norteia a organização e a etnografia da tese.

## **1.1. Os mapas na história: da imposição à participação**

Na história, da região atualmente compreendida pelo Estado do Acre nota-se o uso de mapas para o controle social e territorial ao longo do processo de ocupação dos altos rios Juruá e Purus, quando exploradores dos rios, entre os quais o geógrafo William Chandless, em fins do século XIX, mapearam considerável parte da região. Os mapas produzidos por Chandless e outros em muito contribuíram para os processos de conquista dos territórios indígenas e para a imposição de relações de dominação pela empresa seringalista. Posteriormente, em meio a muitos outros mapas elaborados, tiveram início, na segunda metade do século XX, os processos de regularização fundiária das terras indígenas, gerando diversos mapas oficiais, de delimitação e de

demarcação. Mais recentemente, o governo federal elaborou uma grande quantidade de mapas para/sobre o estado no contexto do Zoneamento Ecológico-Econômico. Diversos outros mapas passaram a ser produzidos com a participação dos povos indígenas por meio do etnozoneamento da TI Mamoadate e do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, sendo propostos vários outros pelo projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa (ver Capítulo 2).

Esses mapas podem ser pensados a partir da história da própria cartografia, em parte recuperada por Harley (1988). Esse autor mostra como os mapas foram utilizados para beneficiar grupos dominantes em diversos contextos sócio-culturais e temporais, chegando a ser a cartografia denominada na Europa antiga e medieval de “ciência dos príncipes”. No mundo Islâmico, no período clássico da geografia árabe, os sultões do Império Otomano patrocinaram a produção de mapas e os usaram para propósitos militares, políticos, religiosos e propagandísticos. Na China antiga, os mapas foram produzidos de acordo com as sucessivas dinastias, servindo como ferramentas burocráticas e militares, e como emblemas espaciais de impérios. Na Europa moderna, os mapas foram usados na defesa e na guerra, na administração interna ligada ao crescimento de governos centralizados e como propaganda na legitimação das identidades nacionais. No período colonial, os mapas antecipavam os impérios nas Américas e em outros continentes. Agrimensores acompanhavam os desbravadores, inicialmente mapeando para o reconhecimento, depois para informações gerais e, eventualmente, sendo este conhecimento produzido como ferramenta de pacificação, civilização e exploração nas colônias. Nesses contextos, as dimensões política e territorial foram fundidas em imagens, tendo sido os mapas utilizados ao longo da história para legitimar a conquista e o império (Harley, 1988: 280-282).

Com uma interpretação dos mapas históricos bem mais minuciosa que a de Harley, Jeremy Black (2005), que realizou um estudo do mapeamento e da mapeabilidade do passado a partir dos mapas impressos, mostra que, de fato, a produção e o uso dos mapas não se limitaram ao ocidente. De acordo com Black, é possível encontrar entre diversos povos “mapas mentais não manifestos” – que figuram apenas na mente humana - e “mapas mentais manifestos” – elaborados em pintura com areia e entalhes. O fato desses mapas não terem sido reproduzidos em manuscritos, ou impressos, não diminui sua importância e exatidão, embora a impressão de mapas tenha facilitado em muito a criação de imagens visuais por meio da reprodução e disseminação.

Optando por fazer uma interpretação da cartografia impressa e não das relações espaciais como um todo, Black afirma que o primeiro mapa data de 2.100 a.C. e foi produzido na China em um antigo recipiente para cozinhar, denominado *ding*. Posteriormente, encontra-se o mapa de um cemitério produzido por volta de 323-315 a.C. em um túmulo chinês. Vários outros mapas, associados ao que ele chama pré-história dos atlas históricos são mencionados pelo autor. O mais antigo atlas histórico chinês impresso, contudo, é uma obra do século XII, o *Lidai Dili Zhi Zhang Tu* (mapas de geografia através das dinastias, fáceis de serem usados), inicialmente produzido em uma edição xilográfica. A importância dessa obra para a análise do autor é revelar que desde o princípio a elaboração e o uso dos mapas envolviam questões de política e propaganda. Nesse mapa, estava presente uma preocupação com a integridade territorial e uma mudança na visão espacial - e não cosmológica - do que significava a China. O interesse por mapeamentos encontrava-se fortemente presente na China medieval e a

partir do século XII numerosos mapas e dicionários de termos geográficos passaram a ser elaborados.

Conforme Black, com a exploração do Oceano Índico no século XV, entretanto, os chineses não se beneficiaram tanto quanto os europeus com a expansão maciça de informações geográficas advindas das viagens de exploração. Mesmo a China tendo um lugar importante na produção e uso dos mapas, ela não foi central para o desenvolvimento dos atlas históricos. Apesar das consideráveis contribuições encontradas no mundo islâmico pré-moderno e no sul da Ásia, outros lugares do mundo não foram tão centrais para o desenvolvimento cartográfico como a Europa (Black, 2005: 19-20).

Na pré-história dos mapas europeus, Black menciona a existência de várias produções individuais descrevendo a Terra Santa, sendo a Bíblia uma inspiração significativa para os primeiros mapeamentos europeus. Nos séculos IV e V, mapas foram elaborados para aprofundar a toponímia bíblica, sendo provável que bem antes, no século II a.C., o Livro dos Jubileus, produzido pelos judeus, contivesse uma tradição cartográfica no comentário bíblico hebreu. Somente no século XVI, entretanto, o mapeamento de temas bíblicos ganharia um impulso significativo como resultado da reforma e da difusão da imprensa. Os protestantes procuravam espalhar o conhecimento da Bíblia, tornado a impressão desta acompanhada de mapas uma prioridade central. Um dos primeiros mapas neste contexto data de 1525, sendo uma versão do Êxodo de Lucas Granach publicado por Christopher Froschauer.

Com as mudanças na cartografia européia, ao final do século XVI os mapas de propriedade estavam instituídos como complementos, ou substitutos, de levantamentos escritos. Nesse período, o império espanhol introduziu a idéia de “Relaciones

Geográficas” no Novo Mundo durante o estágio inicial de colonização, objetivando elucidar as fronteiras políticas. No século XVII, as crescentes viagens feitas por europeus estimularam ainda mais o interesse pelos mapas, que adquiriram um papel maior com a cultura impressa. Muitos mapas dessa época descreviam características físicas - especialmente montanhas e rios -, cidades, estradas, batalhas e fronteiras. Mesmo o conhecimento cartográfico europeu sobre outros continentes tendo aumentado consideravelmente, ele permanecia limitado às regiões costeiras, sendo pouco conhecido o interior dos continentes (Black, 2005).

A partir do século XVII e principalmente do XVIII, os mapas passaram a ser produzidos e utilizados cada vez mais em identificações dos limites de propriedade e em levantamentos militares, contando com uma melhoria na medição de longitude. Também no século XVIII, os mapas tornaram-se mais previsíveis, sendo instituídas convenções de mapeamento, entre elas o estabelecimento do norte no topo. Segundo Black, os mapas passaram a ser o equivalente cartográfico do interesse por informações estatísticas, estando relacionados àqueles interesses que se preocupavam com “aritmética política”. À medida que os mapas foram mais amplamente utilizados eles progressivamente deram forma a territorialidades políticas e a interesses e preocupações correlatos, sendo muito utilizados na delimitação de fronteiras.

Em fins do século XIX e início do XX, noções de influência ambiental tornaram-se mais proeminentes. As características físicas já faziam parte da cartografia, mas os detalhes em relação ao ambiente físico passaram a ser fortemente considerados. Os avanços na produção dos mapas, especialmente a impressão em cores, facilitaram o detalhamento físico e o estabelecimento de zonas de contorno, passando os mapas a terem cada vez mais um papel de recurso explanatório e político. Do século XIX em

diante, a idéia de “nações” associadas à integridade geográfica, cultural e física tornou-se proeminente, com o aumento do interesse por fatores étnicos e ambientais. O interesse por influências ambientais surgiu a partir de geógrafos e historiadores que supunham uma relação estreita entre a humanidade e o ambiente físico (Black, 2005).

Atendo-se a esse período, Benedict Anderson mostra como os mapas contribuíram para a formação de um imaginário sobre o sudeste da Ásia, para a formação de nações e para a delimitação de áreas colonizadas. O caso de Sião, analisado por Anderson, é bastante esclarecedor sobre o poder dos mapas nos processos de dominação social e territorial. Antes de 1851, existiam apenas dois tipos de mapas manuscritos em Sião. Um deles, com representação “cosmográfica” dos três mundos da cosmologia budista, organizava as informações verticalmente e não como os mapas ocidentais que as organizam horizontalmente. Além desse mapa sagrado, havia outro, tido como profano, que organizava informações militares horizontalmente.

Nenhum desses mapas possuía limites definidos. Apenas na década de 1870, os líderes Thai começaram a pensar nos limites, demarcando territórios soberanos frente a outros. Depois dessa década, vários mapas foram produzidos e a disciplina da geografia chegou a ser introduzida nas escolas. A repercussão desses mapas promoveu alterações no vocabulário político dos Thai, visível na incorporação do termo “prathet” (país). Ao considerar essas mudanças, Anderson afirma que: “European-Style maps worked on the basis of a totalizing classification, and led their bureaucratic producers and consumers towards policies with revolutionary consequences” (Anderson, 1995: 173).

De modo geral, segundo Harley, no século XIX os mapas foram fortemente institucionalizados e associados com o crescimento da geografia enquanto disciplina, sendo seu poder manifestado na continuidade do imperialismo Europeu, mais

especificamente sobre a África e a Índia. Muitos dos mapas produzidos no contexto colonial adquiriram força de lei e se encontram intrinsecamente atrelados à construção dos estados-nações no mundo moderno. Vários mapas impressos da Europa enfatizam os estados, os cursos dos rios e as fronteiras políticas que constituíam a dimensão político-econômica da geografia européia. Devido ao vínculo entre mapas e Estado, Harley afirma que: “the state became – and has remained – a principal patron of cartographic activity in many countries” (Harley, 1988: 284).

Os mapas também foram utilizados ao longo da história como ferramentas de apoio a pesquisas. Os antropólogos usaram os mapas para localizar os povos indígenas geograficamente, mostrar relações espaciais associadas à organização social e documentar padrões de subsistência. Um dos primeiros antropólogos a fazer uso de mapas em forma de croquis foi Franz Boas, em seus estudos nas ilhas Baffin, do Canadá, em 1883-84. Ao longo de sua carreira, ele demonstrou serem os mapas ferramentas importantes para os trabalhos de campo. Depois dele, Kroeber, em 1939, desenvolveu o conceito de áreas culturais e mapeou diversos grupos indígenas de acordo com seus habitat. Outro antropólogo, Steward, em 1955, fez uso de mapas para relatar as relações entre populações humanas com nichos ecológicos específicos (Chapin et alli, 2005: 620-621).

Os mapas produzidos e utilizados por esses antropólogos não tinham propósitos políticos. Dentre as experiências pioneiras de mapeamento junto a povos indígenas com viés político encontra-se o trabalho realizado pelo antropólogo Frank Speck, em 1920, que solicitou mapas para os Montagnais-Naskapi da península do Labrador, no Canadá, com a intenção de documentar suas áreas de caça e analisar a relação entre as atividades

de caça, a disponibilidade sazonal da fauna cinegética, a organização social e a posse da terra.

Vários anos depois, na década de 1970, outro mapeamento com propósito político foi realizado no noroeste do Canadá, com os Dene. Frente à pressão de empresas petrolíferas sobre o território deles, adquiriram recursos financeiros para fazerem seu próprio mapeamento. Durante dois anos, pesquisadores indígenas produziram informações e croquis sobre o uso dos recursos. Pesquisadores externos auxiliaram na elaboração da metodologia e no treinamento, produzindo os mapas finais (Smith, 2003: 334-335).

Outra experiência pioneira foi desenvolvida por Hugh Brody, que trabalhou diretamente com grupos indígenas para documentar o uso de suas terras, em um esforço de assisti-los na defesa de seus territórios (Stocks, 2003: 344). Brody redigiu, em 1981, uma etnografia intitulada *Maps and Dreams*, sobre o uso de mapas entre os Athabaskans, do oeste do Canadá. Ele mostrou que os mapas não são apenas caminhos gráficos capazes de representar a realidade do uso da terra. Os mapas podem ser produtos ideacionais, como no caso dos caçadores Athabaskans, que sonham onde irão capturar a caça. Em seguida, o caçador encontra na geografia local a trilha que foi visualizada no mapa sonhado e se desloca por ela para capturar o corpo físico do animal. Os mapas dos Athabaskans, portanto, são elaborados durante os sonhos e associados ao “mundo real”.

Com a ajuda de seu informante Joseph Patsah, o autor produziu mapas não georreferenciados com informações sobre as áreas de caça, de pesca e de extrativismo. Segundo o autor, Joseph se importou com a elaboração dos mapas apenas por ter clareza de serem eles uma forma de discurso político, capaz de auxiliar os Athabaskans na

defesa de seu território. Para as atividades de caça do povo, no entanto, os mapas impressos não possuíam relevância significativa. Apenas os mapas sonhados eram capazes de orientar o caçador em relação ao caminho e ao local onde um animal poderia ser abatido (Brody, 2003).

Ao longo do século XX, ocorreram diversas mudanças de técnicas e de métodos na produção de mapas, incluindo em alguns casos a produção de informações juntamente com os povos indígenas. Em relação às técnicas, Black afirma que em fins da década de 1920, as placas de metal passaram a ser substituídas por placas de vidro e folhas de plástico transparente para a elaboração e a reprodução dos mapas. No final da década de 1940 e início da de 1950, houve uma grande difusão do uso de folhas transparentes de material plástico. Data também da década de 1940, a elaboração dos primeiros mapas com o uso do computador, quando diversas informações foram digitalizadas na Inglaterra para a produção do Times Atlas of World History. Na década de 1950, os primeiros mapas auxiliados por computador a aparecerem em um periódico científico foram mapas do tempo atmosférico gerados pelo primeiro computador numérico, denominado Electronic Numerical Integrator and Computer (ENIAC). Ainda nas décadas de 1950 e na de 1960, a litografia foi substituída pela fotografia no processo de reprodução dos mapas. Mas é principalmente das décadas de 1980 e 1990 em diante que uma grande transformação ocorreu na cartografia com a intensificação do uso de computadores no processo de produção de mapas, dando maior flexibilidade à elaboração e impressão.

Em 1982, no Canadá, foi desenvolvido o primeiro protótipo de um atlas eletrônico, o que só foi possível devido aos potentes computadores que tornavam cada vez mais rotineiras as visualizações de dados na tela. Com o gradativo aumento da

potência dos computadores, por meio de avançados sistemas de *hardware* e sofisticados programas de *software*, a produção de mapas foi consideravelmente modificada. Os mapas manuscritos e impressos passaram a ser facilmente acrescentados ao banco de dados do computador por meio da digitalização feita a partir de um *scanner* automático. Com a digitalização é possível, sem grandes dificuldades, fazer alterações de cores, estilos, linhas, símbolos, etc. (Black, 2005).

Os Geographic Information Systems (Sistemas de Informações Geográficas, doravante SIG) também contribuíram para significativas mudanças na cartografia. Os SIG convertem informações em números que podem ser mapeados por meio de um sistema automatizado. Entre as suas várias definições, pode-se dizer que os SIG são “sistemas de informação digitais e automatizados, envolvidos com dados relacionados a localizações armazenadas em computadores; são um subproduto do uso de computadores na corrida armamentista” (Black, 2005: 393).

Como ressaltado por Black, a produção de mapas com o uso do computador permite a combinação de arquivos de dados, arquivos de coordenadas cartográficas e *software* de mapeamento estatístico em um sistema de mapeamento automatizado. Com o computador, os cálculos estatísticos necessários são realizados - como a classificação de dados – e torna-se possível integrar a eles material não gráfico – legendas, textos, títulos, etc. Segundo o autor, os mapas estão deixando de ser uma apresentação estática de informações e passando a fazer parte de “um processo de construção do pensamento/conhecimento”, sendo um elemento dentro de um processo maior de acesso a informações espaciais. Como mencionado por ele:

O SIG e o processo de coleta, análise e descrição de dados têm sido localizados dentro da dinâmica da cultura científica do final do século 20 como uma construção social e um aspecto de uma tecnologia social que não é democrática

nem livre de valores, mas que reflete uma tecnocracia com seus próprios valores e métodos (Black, 2005: 411).

Nesse novo contexto, principalmente a partir da década de 1990, um crescente interesse pelo poder dos mapas surgiu entre povos indígenas, desenvolvimentistas, ambientalistas, ativistas dos direitos humanos e pesquisadores. Um número cada vez maior de povos indígenas começou a trabalhar com geógrafos, antropólogos e cientistas sociais, “re-mapeando” suas populações, recursos e terras. Os mapas passaram a ser usados cada vez mais para ações político-sociais e para pesquisas. Métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como os SIG, os Global Positioning Systems (GPS) e o sensoriamento remoto foram adotados para a elaboração dos mapas, gerando um novo horizonte de produção e uso dos mapas que pode ser denominado “mapeamento participativo” (Herlihy e Knapp, 2003), ou “mapeamento indígena” (Chapin et alli, 2005). Muitos desses mapeamentos resultaram na elaboração de Atlas, de livros Atlas, ou seja, de textos relacionados com os mapas. Em geral, são materiais pouco divulgados por não serem muito publicados, mas que contêm diversos mapas e informações sobre subsistência, recursos naturais, cultura e história.

Apesar do difícil acesso aos materiais produzidos pelos mapeamentos participativos até mesmo para pesquisadores, sabe-se que em vários países eles foram realizados. Na Ásia, mapeamentos participativos com povos indígenas foram desenvolvidos na Indonésia, nas Filipinas, na China, na Índia, no Nepal, na Tailândia, no Camboja e no Vietnã. Na Oceania foram realizados na Austrália e na Nova Zelândia. Na África, mapeamentos desse tipo ocorreram no Quênia, em Camarões, em Gana, na África do Sul, no Congo e na Tanzânia. Na América Central, os países que têm experiências com mapeamento indígena são: Belize, Nicarágua, Honduras e

Panamá. Na América do Norte: Estados Unidos, Alaska e Canadá. Na América do Sul: Venezuela, Suriname, Equador, Colômbia, Bolívia, Peru e Brasil (Chapin et alli, 2005: 624-626). Muitos desses mapeamentos foram realizados com metodologias distintas, mas com objetivos relativamente comuns. Por ser difícil o acesso às informações sobre eles, apenas alguns serão referidos mais adiante, especialmente aqueles que permitem comparações com os mapeamentos participativos realizados em TIs no Acre.

Entendendo os mapeamentos participativos como parte de um processo político que contribui para as demandas indígenas, especialmente as territoriais e de uso dos recursos, algumas experiências podem ser mencionadas para efeito de analogia com os mapeamentos realizados no Acre. Uma delas, desenvolvida a partir de um projeto de mapeamento do Center for the Support of Native Lands, foi realizada em 1992 com os povos indígenas Garífuna, Miskito, Pech e Tawahka da região de Mosquitia, em Honduras. Essa foi uma das primeiras experiências de mapeamento participativo junto a povos indígenas na década de 1990, tendo produzido mapas detalhados sobre o uso dos recursos naturais na região e servido de base para outras iniciativas (Chapin & Threlkeld, 2001).

Mesmo não tendo sido feita uma reflexão sobre a experiência de Honduras, um outro projeto do Center for the Support of Native Lands proporcionou a realização, em 1993, de mapeamentos participativos com os povos indígenas Kuna, Emberá e Wounaan, localizados na província de Darién, no Panamá. Os principais resultados do mapeamento participativo realizado na província de Darién, segundo Peter H. Herlihy (2003), incluem a transformação do que ele chama de “conhecimento geográfico indígena” em cartografia padrão e dados estatísticos sobre demografia e uso dos recursos. O mapeamento também autenticou a toponímia indígena por meio dos mapas

em escala de 1:50.000, contribuindo para a educação e para o empoderamento político dos povos indígenas da região. A metodologia permitiu a eles apontarem diversas questões relacionadas com a conservação regional e com o desenvolvimento econômico, além de reforçar a identidade indígena associada ao território. Ela abriu espaço para se pensar em mudanças nas relações entre povos indígenas e Estado, apontando para novas políticas públicas. Os benefícios advindos do mapeamento participativo, portanto, não se limitaram aos povos indígenas, mas se estenderam para o governo nacional (Herlihy, 2003: 325-326).

O mesmo pode ser notado com o etnozoneamento da TI Mamoadate, cujos resultados obtidos não se restringiram aos Manchineri e Jaminawa. Eles também oferecem subsídios para políticas públicas relacionadas com a regularização fundiária, com o manejo dos recursos naturais e com a geração de renda. O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia ofereceu subsídios para as políticas governamentais na fronteira, ao disponibilizar informações mais precisas sobre as invasões de madeireiros peruanos. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, mesmo sendo ainda só um projeto, propõe-se a produzir informações sobre o uso dos recursos que podem subsidiar a política ambiental na região do PNSD.

Outra experiência de mapeamento participativo que pode ser destacada, ocorreu também no Panamá e foi descrita por Derek A. Smith (2003), que trabalhou com os Buglé do Oeste do país entre os anos de 1999 e 2000. Aí, os pesquisadores locais também foram ativos participantes na produção de informações, o que permitiu enfatizar as relações dos Buglé com o meio ambiente e gerar um novo entendimento sobre os impactos da caça de subsistência no modo de vida deles. De acordo com o autor, o processo de pesquisa participativa desenvolvida com os Buglé demonstrou a

habilidade das populações locais em terem um envolvimento direto na produção de conhecimento científico com aplicações práticas (Smith, 2003: 332 e 340).

Para Smith, a exclusão ou a minimização da ocupação indígena e do uso da terra nos mapas oficiais do Panamá é algo explícito, sendo justificada no passado pela falta de informações. Hoje, mesmo com o acúmulo de informações, os de fora continuam a impor regulamentos conservacionistas sobre as terras indígenas com pouco respeito às populações residentes. O crescimento recente de preocupações com a perda da biodiversidade, para Smith, tem gerado diversos debates sobre a relação dos povos indígenas com a conservação. Segundo ele,

indigenous peoples who have seen their territories contract over the years are now faced with the establishment of national parks, forest reserves, and other protected areas on their lands, as well as legislation that limits their use of natural resources, with the ostensible objective of ensuring the “rational” use of natural resources. *Maps again have been important tools in this process, most obviously in the delimitation of conservation units* (Smith, 2003: 332 – ênfase minha).

Em contextos como esses, projetos de mapeamentos participativos têm ajudado os povos indígenas a defenderem seus direitos históricos sobre as terras que ocupam. Com o apoio de pesquisadores de fora da comunidade e de ONGs, os Buglé têm feito uso de novas tecnologias e metodologias de mapeamento que se apresentam com grande potencial para tratar questões relacionadas com a cultura, o uso da terra e a conservação. Nesse sentido, para Smith, “Participatory Mapping is a growing trend within participatory research that indigenous peoples and outsiders are developing together to assert their claims to land and monitor and manage natural resources more effectively” (Smith, 2003: 332)

Ao analisar o mapeamento participativo realizado, entre os anos de 1994 e 1999, com os Mayangna e Miskitu, na Reserva Internacional da Biosfera Bosawas, da

Nicarágua, Anthony Stocks (2003), por sua vez, destaca que os mapas são de extrema importância para o fortalecimento da identidade deles. Isto porque, em grande medida, identidades étnicas possuem fortes vínculos com o acesso aos e o controle dos recursos econômicos e políticos específicos, sendo o mapeamento das áreas ocupadas e utilizadas uma etapa fundamental no processo de garantia aos povos indígenas de direitos sobre a terra, os recursos e a manutenção da identidade étnica (Stocks, 2003: 345).

Outro mapeamento participativo que oferece um referencial comparativo para os mapeamentos no Acre foi realizado na costa atlântica da Nicarágua e teve sua metodologia descrita por Gordon et alli (2003). Ao realizarem um diagnóstico encomendado pelo Banco Mundial, em 1997, sobre as reivindicações por território e recursos de 130 comunidades indígenas e afro-nicaraguenses, os consultores, além de terem realizado um macro mapeamento, identificaram uma contradição na pesquisa. Financiada pelo Banco Mundial e administrada pelo Estado, a pesquisa estava voltada para os interesses dos membros comunitários, que percebem o Estado como adversário histórico (Gordon et alli, 2003: 370).

Próximo ao que Gordon et alli relatam para a Nicarágua, os povos indígenas do Acre percebem o Estado como um adversário histórico, que sempre deixou a desejar no atendimento das suas demandas sociais. No atual contexto político-econômico acreano, esse mesmo Estado, representado pelos governos estadual e federal, por meio do etnozoneamento e do diagnóstico etnoambiental, passa a dar condições para a produção de “etnomapas” voltados para a garantia do manejo dos recursos e da proteção dos territórios ocupados pelos povos indígenas.

Analisando o mapeamento participativo realizado na Nicarágua, em 1997, a partir de um povo específico, os Miskitu, Offen evidencia a relação entre identidade

indígena e geografia, além de ressaltar que o mapeamento participativo é um instrumento de reivindicações territoriais. Como descrito por Offen, as concepções de lugar dos Miskitu são parte da identidade do povo. Por isso, a produção e o uso dos mapas estimulam políticas culturais de identidade e de direitos territoriais. A principal repercussão associada à produção e ao uso dos mapas entre os Miskitu é que “the process changes, and further politicizes, indigenous coceptions of their own relationship to the land” (Offen, 2003: 384).

Esses instrumentos de planejamento realizados em contextos micro como o descrito por Offen, cada vez mais se inserem no horizonte macro de mapeamento das TIs, capazes de mudar e politizar as concepções de vários povos indígenas. Não se deve perder de vista, como já mencionado na introdução, que o etnozoneamento é uma ação voltada para oito TIs, enquanto o etnomapeamento está sendo executado em outras oito. Em dezesseis TIs, portanto, os mapeamentos participativos estão sendo realizados no Acre. O diagnóstico etnoambiental, a cargo do governo federal, é uma ação isolada no estado, mas pode oferecer informações e ser uma referência para as várias UCs sobrepostas a TIs no país.

Um outro projeto macro de mapeamento participativo foi realizado no Peru, sendo posteriormente descrito por Chase Smith et alli (2003). Nesse projeto, a metodologia de campo participativa foi combinada com sensoriamento remoto e SIG, assim como nos demais mapeamentos participativos. Contando com o apoio da agência de desenvolvimento Oxfam América, a Organização Regional AIDSESEP (Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana) criou, em 1996, o serviço de mapeamento e de dados para os povos indígenas localizados no Peru.

Em 1998, o laboratório de geoprocessamento e seu serviço de mapeamento passaram a ser chamados de Sistema de Informação Sobre Comunidades Nativas (SICNA) e foram transferidos para o Instituto del Bien Común (IBC), uma ONG com sede em Lima. O sistema, recém criado, trabalhou com mais de trinta organizações indígenas e doze outras instituições para mapear limites e juntar informações sobre setecentos e cinquenta comunidades nativas, além de localizar e reunir informações sobre setecentos e dezesseis “assentamentos indígenas misturados e mestiços” (Chase Smith et alli, 2003: 360).

Uma das dificuldades encontradas durante a implementação do sistema foi o considerável grau de desconfiança por parte das populações locais em relação ao uso que seria feito das informações disponibilizadas. Como mencionado pelos autores,

There is a widespread suspicion among community associations that any information about them, their communities, and their resources can be used by outsiders against their interests. While there is some truth to that, unfortunately no discrimination is made regarding what kinds of information can be dangerous and what kinds can be beneficial (Chase Smith et alli, 2003: 362).

Ao questionar se os mapas podem ser de alguma forma perigosos para os povos indígenas, Herlihy afirma que os mapas, além de serem subjetivos, são artefatos culturais imperfeitos, que foram com frequência usados autoritariamente. O mapeamento com povos indígenas apenas pretende torná-los menos autoritários, por serem artefatos indicativos de um processo mais participativo. Mapas produzidos com metodologias participativas reconhecem a propriedade intelectual, o controle e o uso das informações produzidas por todos os envolvidos, especialmente os povos indígenas. Assim, eles não têm oferecido ameaças; ao contrário, líderes políticos indígenas estão utilizando-os para campanhas voltadas para o controle territorial, o manejo dos recursos naturais e a proteção de direitos humanos básicos (Herlihy, 2003: 327).

Outro problema identificado durante a implementação do Sistema de Informação Sobre Comunidades Nativas, no Peru, deve-se ao fato de muitas das confederações e federações das comunidades nativas não possuírem uma formação que lhes permita apropriarem-se das muitas vantagens das informações digitais. Por esse motivo, um dos produtos de maior sucesso do sistema têm sido os mapas impressos e não em formato digital. Muitos desses mapas estão sendo usados pelas organizações indígenas locais e regionais para afirmarem seus territórios e identificarem áreas prioritárias para recuperação da terra e dos recursos, e para identificarem os limites entre comunidades nativas e áreas naturais protegidas. Enquanto os mapas são os produtos mais populares, informações sistematizadas são repassadas para as comunidades e ONGs, incentivando o uso delas para atividades de planejamento (Chase Smith et alli, 2003: 363).

Assim como no Peru, os mapeamentos no Acre têm suscitado preocupações entre algumas lideranças indígenas sobre o uso que se fará das informações produzidas. Em parte, a desconfiança entre eles está associada ao fato de não possuírem equipamentos e formação adequada para manipular a tecnologia de produção dos mapas. Instituições governamentais, ONGs e pesquisadores passam a ter acesso às informações digitalizadas, enquanto os povos indígenas do Acre têm acesso a elas apenas nos papéis impressos, o que inviabiliza a atualização e a adequação delas aos interesses deles.

Além dos exemplos de mapeamentos participativos até aqui apresentados, podem ser destacados vários outros que passaram a ser desenvolvidos no Brasil a partir da década de 1990. A maioria deles foram promovidos por ONGs em parceria com organizações indígenas, mas alguns contaram com apoio de agências de cooperação internacional, de instituições de pesquisa, ou do governo brasileiro (federal ou estadual).

Entre os mapeamentos realizados no país com propósitos políticos, apesar de não ter sido participativo, encontra-se aquele ocorrido no âmbito do Projeto Estudo sobre Terra Indígena no Brasil (PETI). Como desdobramento do acompanhamento e da análise dos processos de regularização fundiária de TIs no país, foi elaborado, em 1993, o “Atlas das Terras Indígenas no Nordeste” a partir de informações produzidas por diversos pesquisadores. Essas informações, contudo, foram principalmente obtidas através de documentação oficial, não tendo sido consultados jornais, revistas, relatórios ou solicitadas amplamente informações pessoais a pesquisadores, missionários ou lideranças indígenas. Por esse motivo, muitos dados permaneceram incompletos, apesar do esforço da equipe de pesquisa (PETI, 1993).

Em fins da década de 1990, mais precisamente em 1998, o PPTAL produziu a metodologia dos “levantamentos etnoecológicos”, entendidos como ferramentas de sistematização de informações para a implementação de futuros projetos de gestão territorial e desenvolvimento nas/das comunidades indígenas localizadas na Amazônia brasileira. Desenvolvido em mosaicos de TIs (Barreto F<sup>o</sup>., 2004), contemplando ao todo 43 delas, distribuídas nos Estados do Acre, Para, Roraima e Amazonas, os levantamentos etnoecológicos procuram diagnosticar aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ecológicos utilizando, entre outros métodos de pesquisa, mapas, fotos aéreas e imagens de satélite. Como mencionado pelo idealizador da metodologia dos “levantamentos etnoecológicos”, William Milliken, mesmo não sendo o georeferenciamento de dados essencial na metodologia, eventualmente, dependendo dos recursos financeiros disponíveis, os mapas produzidos pelos povos indígenas sobre seus territórios podem ser digitalizados em um SIG (Milliken, 1998). Por produzirem dados com metodologias participativas combinadas com o uso de tecnologias de mapeamento

e voltarem-se para as demandas indígenas, os levantamentos etnoecológicos também podem ser pensados dentro do amplo espectro de mapeamentos participativos com povos indígenas.

Outras iniciativas de mapeamentos participativos no Brasil foram realizadas alguns anos depois de implementados os levantamentos etnoecológicos, baseadas principalmente em parcerias entre ONGs e organizações indígenas. Em 2001, a TNC-Brasil iniciou um projeto de “Mapeamento Etno-Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque”, posteriormente denominado “etnomapeamento”. Ele foi realizado com a colaboração da APIO (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque) e FUNAI, nas TIs Uaçã, Juminã e Galibi, localizadas no Estado do Amapá e ocupadas pelos povos indígenas Palikur, Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi Kalinã. Objetivando a “proteção dos recursos naturais, o desenvolvimento de fontes de renda sustentáveis e a manutenção da qualidade de vida”, os etnomapeamentos são entendidos como uma etapa fundamental no desenvolvimento de “planos de gestão etnoambiental” (Sztutman, 2006: 4).

Em 2002, a ONG Amazon Conservation Team (ACT-Brasil) assinou um convênio de cooperação mútua com as “comunidades indígenas” do Parque Indígena do Xingu (MT), com a interveniência da FUNAI, para iniciar o “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território” (Funai. Processo nº 08620.2780/2002). O mapeamento foi realizado juntamente com os povos indígenas Yawalapiti, Kuikuru, Kalapalo, Mehinako, Txicão, Aweti, Waurá, Nafukuá, Matipu, Kaiabi, Trumai, Juruna, Suyá e Tanguru. No mesmo ano, outro convênio similar foi assinado com a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque para a realização do “mapeamento comunitário participativo” nas TIs Tumucumaque (PA) e Rio Paru

D’Este (PA), ambas habitadas pelos povos indígenas Apalaí, Wayána, Tiriyo, Txikiyana e Kaxuyana (Funai. Processo nº 1725/2002). Mais recentemente, em 2006, foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre ACT-Brasil, a Kanindé<sup>10</sup> e a organização Metareilá do Povo Indígena Suruí objetivando a realização do “mapeamento cultural” da TI Sete de Setembro (RO). O acordo prevê ainda a realização do “Plano de Gestão Etnoambiental” e de “assessoria técnica” aos Suruí. De um modo geral, a atuação da ACT-Brasil com os atualmente denominados “mapeamentos culturais” tem por finalidade a produção de mapas que possam contribuir com o fortalecimento da capacidade dos povos indígenas para “tornar efetiva a proteção biocultural, o fortalecimento da sua cultura e a preservação de seus saberes tradicionais” (<http://www.actbrasil.org.br>).

Ainda em 2002, o Instituto Socioambiental (ISA) com apoio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN realizaram o “Macrozoneamento Participativo” nas TIs Rio Téa, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Alto Rio Negro, Rio Apapóris e Balaio, todas situadas no Estado do Amazonas. A região compreendida por essas TIs conta com 22 povos indígenas, falantes de três distintas famílias linguísticas: Tucano, Aruaque e Macu. O principal objetivo do macrozoneamento foi “fornecer subsídios à formulação de um Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS) das Terras Indígenas do Alto Rio Negro” (Fonseca, 2005: 1).

Uma outra iniciativa de mapeamento participativo em TIs no Brasil é conduzida pela ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI) junto aos Timbira do Maranhão e do Tocantins. Desde 1998, o CTI desenvolve ações educacionais formando professores

---

<sup>10</sup> A Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental, fundada em 1992, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua junto a povos indígenas de Rondônia e do sudoeste do Amazonas na defesa do meio ambiente e dos povos indígenas.

indígenas e produzindo materiais didáticos. Ao longo de sua atuação com os Timbira vários mapas mentais foram elaborados como material de apoio à escola. A partir de 2003, o CTI juntamente com a Associação Wyty-Catê começaram a produzir mapas georreferenciados e a usá-los na formação de “Agentes Ambientais”. Os mapeamentos participativos passaram a ser importantes ferramentas “para a produção de material para o Atlas Timbira, estudos sobre o Cerrado, planos de recuperação de áreas degradadas e planos de fiscalização das TIs” (Fonseca, 2005: 1).

No Acre, as primeiras ações de mapeamento participativo tiveram início em 2004, com o etnozoneamento da TI Mamoadate e com o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia. No ano anterior, em 2003, começou a ser elaborado o projeto para a realização do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa. Mesmo com metodologias distintas, essas ações possuem aspectos em comum com os mapeamentos participativos realizados em outros países e em outros estados brasileiros – o que permite fazer a seguir algumas considerações de ordem geral.

## **1.2. Mapeamento participativo como alternativa à dominação?**

Segundo dois defensores dos mapeamentos participativos realizados em Honduras e no Panamá, Herlihy e Knapp, os mapeamentos participativos tentam promover uma mudança na apropriação, na produção e no uso da cartografia. Se antes esta era empregada por grupos dominantes para demarcar e controlar territórios ocupados por povos indígenas, atualmente estes estão produzindo seus próprios mapas e utilizando-os para resistirem a formas de dominação (Herlihy e Knapp, 2003).

A princípio, tais afirmações parecem bastante plausíveis, mas como procuro demonstrar neste item, elas podem ser questionadas, especialmente no que diz respeito ao potencial dos mapeamentos participativos para a resistência a formas de dominação. Para empreender esse questionamento, resgato inicialmente algumas considerações abrangentes sobre as terminologias, as metodologias e os propósitos dos mapeamentos participativos.

Como já foi destacado, existe uma considerável variação metodológica e terminológica nos mapeamentos participativos realizados no Brasil e em outros países. Em um esforço classificatório, Chapin et alli identificam várias terminologias diferentes, organizadas por eles em três grandes blocos: 1) aquelas usadas no Canadá e no Alaska; 2) as usadas no restante do mundo, mas provenientes em larga medida do “terceiro mundo”; e 3) as usadas nos Estados Unidos.

No primeiro bloco, as terminologias mais recorrentes são: “estudo de uso tradicional da terra”, “estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra”, “estudos de uso tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes”, “mapeamento da subsistência” e “mapeamento de uso dos recursos”. No segundo, encontram-se terminologias como: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etnografias”, “auto-demarcação” e “delimitação de domínio ancestral”. No terceiro bloco, novas terminologias para o mapeamento indígena não foram elaboradas, tendo sido mantidas aquelas – não citadas por Chapin et alli - utilizadas por algumas instituições dos EUA: Bureau of Indian Affairs - BIA, Earth Sciences Research Institute

- ESRI, National Aeronautics and Space Administration - NASA e U.S. Geological Survey - USGS (Chapin et alli, 2005: 622-623).

Observando os mapeamentos participativos realizados no Brasil, terminologias não contempladas por Chapin et alli podem ser acrescentadas, como por exemplo: “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento” e “diagnóstico etnoambiental”, entre outros. Variações metodológicas subjazem a todas essas terminologias utilizadas no Brasil e em outros países.

Procurando empreender uma sistematização das diferentes metodologias, Chapin et alli afirmam que no Canadá e no Alaska o mapeamento indígena esteve voltado para a documentação sobre a ocupação e o uso da terra com o intuito de garantir os direitos indígenas, mas não foram utilizadas tecnologias de mapeamentos como SIG, GPS e sensoriamento remoto. Na Ásia, na África e na América Latina, as metodologias desenvolvidas usaram essas tecnologias de mapeamento e o propósito foi o mesmo do Canadá e do Alaska: produzir documentos para subsidiar as reivindicações territoriais.

Nos Estados Unidos, a metodologia de mapeamento participativo – pouco explicada por Chapin et alli – sofreu fortes influências daquela utilizada no Canadá, mas um modelo mais participativo e com o uso de tecnologias mais avançadas foi desenvolvido ao longo da década de 1990. Muitos povos indígenas foram treinados e equipados para utilizarem SIG, GPS e sensoriamento remoto. Tanto assim que, em 1993, foi fundado o Conselho SIG Intertribal, assistido pela NASA, dentre outras instituições (Chapin et alli, 2005: 624-626).

Analisando as experiências desenvolvidas com povos indígenas no Peru, em Honduras, no Panamá e na Nicarágua, Herlihy e Knapp também procuraram fazer algumas generalizações sobre as metodologias empregadas nos mapeamentos participativos. As metodologias utilizadas partem do pressuposto de que a população local possui um conhecimento melhor e mais detalhado de suas terras e recursos, podendo esse conhecimento ser coletado e interpretado geograficamente. Para tanto, combinaram-se pesquisa participativa e mapas mentais, fundindo conhecimento espacial e ambiental (Herlihy e Knapp, 2003).

Pelo menos duas variantes metodológicas são observadas por Herlihy e Knapp nos mapeamentos participativos, uma voltada para ações sociais e outra para a pesquisa. A primeira é denominada por eles de “participatory action research mapping” e utiliza os mapas como uma ferramenta para identificar as demandas sociais. Representantes comunitários trabalham com pesquisadores ou outros profissionais para modelar suas terras e entorno como parte do processo de entendimento e transformação do desenvolvimento rural. Os mapas são produzidos a partir de papéis em branco, sendo muito usados para entender a geografia dos assentamentos humanos e dos recursos. A segunda variante, intitulada “participatory research mapping”, produz mapas padrões e informações descritivas. Educação, empoderamento e ações sociais fazem parte dos objetivos dessa metodologia, sendo a padronização dos resultados feita com base na comunicação intercultural e na exatidão do estilo cartográfico ocidental. Combinando cartografia e etnografia, essa metodologia centra-se mais nos aspectos técnicos do processo de mapeamento – digitalização de mapas, sistematização de informações, elaboração de documentos, etc - que no contexto cultural em que ele ocorre.

Envolvendo a dialética entre pesquisadores e representantes comunitários, o conhecimento indígena é inserido em mapas padrões e informações descritivas.

Nessa segunda variante, representantes comunitários são treinados e trabalham com pesquisadores participativos, ou com uma equipe técnica, fazendo parte da pesquisa ou do trabalho aplicado, freqüentemente em colaboração com ONGs, instituições estatais, organizações indígenas, ou outras. Geralmente ocorrem encontros comunitários, aplicação de questionários, registro de nomes de lugares, construção de croquis, elaboração de diagramas, coleta de dados de campo e inserção de informações cognitivas sobre lugares em bases cartográficas. Os representantes comunitários algumas vezes chegam a coletar coordenadas geográficas com o uso de GPS e a interpretar fotografias aéreas e imagens de satélites (Herlihy e Knapp, 2003, 306-307).

Os mapeamentos participativos com povos indígenas no Acre – etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental - aproximam-se principalmente da segunda variante, ao produzirem mapas padrões e informações descritivas que visam uma maior comunicação intercultural. Os mapeamentos participativos realizados no Acre combinam etnografia com cartografia durante as oficinas de produção de mapas. Ao longo destas, representantes indígenas são treinados para a elaboração dos mapas, mas as informações descritivas são em geral produzidas por uma equipe técnica. Com o apoio de representantes indígenas, a equipe obtém as coordenadas geográficas e interpreta imagens de satélites e mapas georreferenciados. Ocorre, dessa maneira, uma interação entre metodologia participativa e uso do SIG.

Mais que considerações de ordem terminológica ou metodológica, como até agora vem sendo discutido, os mapeamentos participativos também estão sendo pensados por seus propugnadores enquanto instrumentos de poder. No Brasil, Ataíde e

Martins (2005), ao analisarem o material produzido pela Amazon Conservation Team (ACT) no já referido mapeamento cultural das TIs do Xingu, Tumucumaque e Rio Paru D'Este, afirmam que a “etn-cartografia” pode ser uma ferramenta de gestão e um instrumento para se atingir o desenvolvimento sustentável, que inclui os povos indígenas no processo de tomada de decisões. Para os autores, a etn-cartografia seria “mais uma ferramenta a ser utilizada em estratégias de conservação da biodiversidade biológica e políticas de Zoneamento Ecológico Econômico” (Ataide & Martins, 2005: 07).

Discutindo o mapeamento realizado com os Aguaruna, no Peru, Stern e Apanú (2002) destacam que: “los mapas ecológicos dan poder a la comunidad para defender sus derechos territoriales. El mapa es también una herramienta que promueve autonomía de la comunidad para hacer sus propias decisiones sobre el aprovechamiento y protección de su ambiente” (Stern e Apanú, 2002: 12). A defesa dos direitos territoriais e a promoção da autonomia indígena para o aproveitamento e a proteção do meio ambiente também fazem parte dos objetivos do etnozoneamento, do etnomapeamento e do projeto de diagnóstico etnoambiental.

Como mencionado por Herlihy e Knapp, intencionalmente ou não, o mapeamento participativo em diversos países tem produzido impactos políticos e sociais, tanto internos quanto externos às comunidades envolvidas. Trata-se de um processo genuinamente político, de um ato político que valida conhecimento indígena e produz mecanismos que o transformam em resultados aplicados (Herlihy e Knapp, 2003: 306). Ao analisar o mapeamento participativo realizado em Honduras e no Panamá, enquanto um processo político, Denniston (1994) afirma:

The political momentum created by the process raised the regional awareness of the Indians, showing them the common ground they shared with other

indigenous peoples and empowering them to pursue the legal protections they deserve to their homelands (Denniston, 1994: 31).

Mapeamento participativo seria, para autores como Chapin et alli, uma alternativa de produção de conhecimento científico que descentraliza o processo de produção de mapas e informações, colocando ele nas mãos dos povos indígenas. Nos termos de Chapin et alli, mapeamento indígena “has been a powerful tool for indigenous people in their struggles to defend and claim their ancestral lands, manage their resources, plan economic development, and preserve their cultures” (Chapin et alli, 2005: 630). De acordo com Chapin et alli (2005), o propósito principal dos mapeamentos participativos com povos indígenas é assisti-los na reivindicação e defesa do território e dos recursos. Outros propósitos secundários também estão presentes, como o fortalecimento das organizações políticas indígenas, a elaboração de planos econômicos e de planos de manejo dos recursos naturais, e a documentação da história e da cultura com o intuito de resgatar e reforçar a identidade cultural.

Para Herlihy e Knapp, os mapeamentos participativos na América Latina têm alguns propósitos semelhantes e outros distintos dos destacados por Chapin et alli. Para os dois autores, esses instrumentos permitem: 1) documentar informações espaciais sobre uso e ocupação da terra; 2) delinear planos de conservação; 3) mapear a biodiversidade; 4) proteger e manejar áreas de conservação e reservas indígenas; 5) delimitar e demarcar terras reivindicadas; 6) educar e empoderar; e 7) construir consensos e promover a resolução de conflitos sobre terras e recursos naturais (Herlihy e Knapp, 2003: 308).

Ainda para Herlihy e Knapp, o mapeamento participativo também oferece uma nova ferramenta para entender as relações ser humano-meio ambiente, inserindo-se no

amplo campo da ecologia política e cultural. Essa forma de mapeamento opera com a noção de contextualização progressiva, ao construir e validar conhecimento territorial em várias escalas, do nível individual ao comunitário, regional e nacional. Para esses autores, o mapeamento participativo produz conhecimento começando com as construções cognitivas/mentais e as convertendo em imagens consensuais, introduzindo estas em mapas convencionais e formas descritivas (Herlihy e Knapp, 2003, 308).

Outro ideólogo dos mapeamentos participativos, Smith, concorda com os dois, ao afirmar que uma das características comuns àqueles é que os mapas produzidos pelas populações locais têm sido usados para conduzir pesquisas científicas que contribuem para a compreensão sobre o relacionamento entre cultura e meio ambiente. Ao mesmo tempo, podem ser usados para defender os interesses de grupos oprimidos contra a exploração de grupos dominantes (Smith, 2003: 335).

Existe um consenso entre muitos dos ideólogos dos mapeamentos participativos no que diz respeito ao seu potencial para a pesquisa e para romper com formas de dominação social e territorial. Em relação ao potencial para pesquisas, tais autores não têm mencionado que os mapeamentos participativos possuem estreito vínculo com o campo de conhecimento denominado etnoecologia. Estudos nessa área de saber vêm sendo produzidos por antropólogos, agrônomos e ecólogos humanos com o objetivo de analisar como o meio ambiente é percebido por grupos humanos e como eles se apropriam, manejam e usam os recursos naturais.

Mesmo sendo difícil oferecer uma delimitação precisa do campo de pesquisa da etnoecologia, devido à divergência entre autores, Toledo (1992) arrisca mostrar seus vínculos com outras áreas de saber: antropologia, etnobiologia, agroecologia e geografia ambiental. No que concerne à antropologia, o autor afirma que a inspiração para a

etnoecologia tem suas origens na obra de Claude Lévi-Strauss intitulada O Pensamento Selvagem, mais especificamente em sua discussão sobre o conhecimento não ocidental da natureza.

A etnoecologia, de acordo com Toledo, procura ser uma disciplina holística e integrar em sua abordagem tanto fenômenos práticos quanto intelectuais, tendo no centro da análise processos concretos por meio dos quais uma pessoa – com sua família, comunidade, ou grupo cultural - produz e reproduz suas condições materiais. De acordo com o autor, o ponto de partida de uma pesquisa etnoecológica está na exploração das conexões entre *corpus* (o amplo repertório de símbolos, conceitos e percepções sobre a natureza) e *praxis* (o conjunto de operações práticas por meio das quais ocorre a apropriação material da natureza) no processo concreto de produção. Três domínios são, portanto, inseparáveis da etnoecologia: natureza, produção e cultura.

Pensada nesses termos, a etnoecologia considera os grupos humanos não como objetos de estudo, mas como sujeitos sociais que colocam em ação processos intelectuais (conhecimentos, percepções e crenças), tomam decisões e executam operações práticas no processo de apropriação da natureza. Seu objetivo principal, para Toledo, é “the ecological evaluation of the intellectual and practical activities that a certain human group executes during its appropriation of natural resources” (Toledo, 1992: 10).

Como é possível notar, os mapeamentos participativos podem ser situados no amplo universo da etnoecologia. Os grupos humanos são tidos como sujeitos sociais e suas atividades práticas e intelectuais de apropriação dos recursos naturais fazem parte dos objetivos dos mapeamentos participativos. A ausência de uma análise dos

mapeamentos participativos associada ao campo da etnoecologia pode ser caracterizada como uma lacuna considerável nas abordagens dos mencionados ideólogos.

Uma outra lacuna que pode ser sinalizada são as poucas críticas formuladas aos mapeamentos participativos por parte dos autores comprometidos com estes. De modo geral, eles são tidos como um instrumento inovador capaz de solucionar as diversas demandas indígenas e, principalmente, contribuir com o rompimento de formas de dominação social e territorial. Entre os poucos ideólogos que formularam uma reflexão crítica encontra-se Stocks. Para ele, os mapas são necessários, mas insuficientes para garantir direitos territoriais para os povos indígenas, especialmente em contextos em que vários interesses divergentes estão presentes, contrários aos processos de empoderamento dos povos indígenas. Nesse sentido, ele sugere:

Mapping of indigenous land-claim boundaries, or indigenous land uses, may only rarely stand alone as an appropriate objective for those who would use mapping to assist indigenous communities in their negotiations with the state. A number of other longer-term supports are necessary, and even when those are present, the vindication of indigenous land claims can be predicted to be a long and complex process (Stocks, 2003: 345).

Para a garantia dos direitos sobre a terra e os recursos, portanto, é preciso mais que mapas. Interesses na sobrevivência cultural e no manejo de recursos sustentáveis junto aos povos indígenas devem voltar-se para algumas etapas, de acordo com Stocks, dentro de um processo: 1) demarcação física adequada da terra; 2) estrutura política representativa baseada territorialmente e capaz de negociar com o Estado, com interesses comerciais e com ONGs; 3) habilidade para excluir apropriações externas; 4) aceitação por todas as partes de fora da comunidade dos povos indígenas como manejadores legítimos, ou co-manejadores; 5) resposta adequada para as necessidades financeiras sem degradar os recursos fundamentais e controle autônomo do território

pelos povos que o habitam; e 6) acesso equitativo à educação e à saúde (Stocks, 2003: 346).

De acordo com Poole, o processo de mapeamento da terra e do uso dos recursos está vinculado a pelo menos cinco etapas: 1) reconhecimento dos direitos territoriais; 2) demarcação dos territórios tradicionais; 3) proteção das terras demarcadas; 4) proteção do conhecimento tradicional; e 5) manejo das terras tradicionais e dos recursos (Poole, 1995: vii apud Stocks, 2003: 347). Apesar dessas etapas serem apresentadas pelo autor de um modo seqüencial, na prática elas não ocorrem em ordem cronológica. Em grande medida, isto acontece porque a primeira etapa resulta em geral das demais (Stocks, 2003: 346).

Com base nesses argumentos, de que os mapas não são suficientes para a garantia dos direitos territoriais e para o manejo dos recursos naturais, é possível perceber as várias etapas do processo de mapeamento das TIs Mamoadate, Kampa do Rio Amônia e Nawa. Desse modo, discutirei até que ponto os mapeamentos participativos com uso do SIG podem contribuir para as demandas sociais dos povos indígenas que residem nestas áreas, em especial na proteção do território e no uso dos recursos. As etapas referidas também são úteis para refletir sobre a contribuição dos mapeamentos para a conservação dos recursos naturais pelos e para os povos indígenas, que possuem formas tradicionais de manejo que podem sofrer alterações pelo uso das novas tecnologias.

Uma outra visão crítica sobre os mapeamentos participativos é formulada por Chapin et alli. Para eles, muitos pesquisadores consideram que os mapeamentos participativos asseguram a compatibilidade entre tecnologias espaciais e pensamento tradicional, sendo o SIG capaz de armazenar e manipular o conhecimento tradicional.

De acordo com os autores, há, contudo, pontos de vista contrários – entre eles o meu -, segundo os quais sistemas ocidentais para a produção e o uso de informações geográficas são incompatíveis com os sistemas desenvolvidos por povos indígenas, sendo o SIG uma ferramenta de assimilação, associada a uma longa cadeia de tentativas das sociedades ocidentais de destruir ou subsumir as culturas indígenas (Chapin et alli, 2005: 628).

Outra crítica que se faz ao uso do SIG junto aos povos indígenas - e por mim compartilhada - é que ele é um sistema dominado principalmente por técnicos não-indígenas, além de ser complexo, altamente técnico, caro e baseado na eletricidade. Como há pouco acesso à internet no meio rural, essa tecnologia permanece fora do alcance das comunidades rurais, sendo controlada pelos de fora. Nesse sentido, o SIG trabalha contra a participação e o empoderamento, podendo ser pensado como uma tecnologia elitista (Chapin et alli, 2005: 629).

Frente às críticas acima destacadas e ao uso histórico dos mapas em processos de dominação social e territorial, cabe questionar se os mapeamentos indígenas contribuem para romper com ideologias de dominação, ou se apenas as reforçam, transformando o conhecimento dos povos indígenas sobre seus territórios em mapas convencionais, fundados nos moldes da cartografia ocidental, e em informações descritivas, próprias do conhecimento científico. No caso dos mapeamentos realizados no Acre, os mapas e as informações correlatas procuram romper com as formas tradicionais de dominação sobre os povos indígenas, mas acabam delineando novas formas de dominação, calcadas na idéia de desenvolvimento sustentável, como discuto com mais profundidade no próximo item.

### 1.3. Produção e uso dos mapas

Muitos mapas elaborados com metodologias participativas estão sendo produzidos e utilizados como parte das ações do etnozoneamento da TI Mamoodate, do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa. Esses instrumentos de planejamento têm gerado mapas temáticos, tais como os de recursos hídricos, vegetação, caça, pesca, extrativismo, ocupação humana, histórico e invasões. Ao lado destes, existem os mapas de identificação e delimitação, os mapas de demarcação e mapas mentais. Por sua vez, diversos outros mapas foram elaborados e usados ao longo do processo de ocupação dos altos rios Juruá e Purus. Embora vários tipos de mapas sejam centrais para o discurso geográfico, raramente são lidos como artefatos culturais ou como uma forma própria de construção social de conhecimento.

Nessas duas perspectivas por mim adotadas, os mapas precisam ser entendidos a partir do contexto histórico em que foram produzidos, das mudanças pelas quais passaram e dos seus significados atuais. É preciso, ainda, considerar que eles permitem conceber, articular e estruturar o mundo humano, exercendo influências sobre um conjunto particular de relações sociais. Para mim, assim como mencionado por Stocks, “maps are ideological constructs in the Marxist and postmodern sense that, to have a lasting effect on the realities they presume to influence or create, must be accompanied by concrete social, legal and economic processes, long-term planning, and support” (Stocks, 2003: 345).

Dois outros autores, Harley (1988) e Orlove (1991), também discutem os mapas enquanto produtos ideológicos. Ambos oferecem um arcabouço analítico para se pensar os mapas produzidos e utilizados pela cartografia ocidental como instrumentos de poder, de política, de comunicação e de discurso. Esses autores deixam, portanto, de

conceber os mapas apenas como formas de representação da realidade, como muitas vezes se admite no senso comum. Para eles e para mim – como já sinalizado na epígrafe -, os mapas, além de representarem a realidade, permitem projeções sociais sobre uma determinada superfície. Essas projeções, para os autores, visam a dominação social e territorial por uma elite que desconsidera o conhecimento das populações locais. Para mim, no entanto, mesmo que os mapas objetivem a dominação social e territorial, nem sempre o conhecimento das populações locais é desconsiderado, como fica visível no caso do etnozoneamento da TI Mamoadate, do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa (ver Capítulo 4).

Por considerar que os mapas são produzidos e usados a partir de bases ideológicas e que objetivam a dominação social e territorial, resgato as abordagens de Harley e de Orlove. Por meio delas procuro melhor fundamentar minha análise sobre a produção e os usos dos mapas produzidos no âmbito das três iniciativas de planejamento existentes no Acre para, em seguida, mostrar os vínculos daqueles com a ideologia do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Harley, os mapas podem ser tidos como: 1) um tipo de linguagem; 2) dotados de uma dimensão simbólica; e 3) produtos sociais. Enquanto linguagem, os mapas falam sobre declarações políticas e deixam entrever o discurso cartográfico, que não se restringe apenas a nomes, localidades e relatos. Trata-se de um discurso avaliativo, persuasivo e/ou retórico, vinculado a alguma ideologia. Uma simples nominação ou localização nos mapas pode possuir significância política. Assim, eles são uma classe de imagens retóricas e uma forma discursiva. Tanto quanto os livros, os mapas são uma força política na sociedade.

Concebendo os mapas a partir de sua dimensão simbólica, eles não apenas identificam uma superfície, o nível literal dos significados, mas enviam e recebem mensagens. As imagens representadas nos mapas possuem um simbolismo que extrapola a mera representação de uma área particular, um traço geográfico, uma cidade, ou um lugar. O simbolismo presente nos mapas pode estar associado, por exemplo, a determinadas visões políticas, econômicas ou sociais. Nesse nível simbólico, portanto, o poder político pode ser mais efetivamente reproduzido, comunicado e experimentado por meio dos mapas.

Como produtos sociais, os mapas podem ser considerados como formas de conhecimento e poder por representarem o ambiente de modo abstrato tanto quanto os imperativos territoriais de um sistema político particular. Auxiliando na vigilância e na supervisão das condutas humanas, eles permitem não apenas o controle sobre o espaço, mas a expansão geográfica de sistemas sociais. Sendo os mapas produtos de uma cartografia científica – como a maioria dos mapas oficiais –, ou um exercício de propaganda pública, eles não escapam de um envolvimento com os processos por meio dos quais o poder é exercido (Harley, 1988: 277-279).

Por meio dessas três perspectivas analíticas é possível refletir sobre os mapas produzidos pelos e para os instrumentos de planejamento em termos de sua influência política na sociedade e da influência desta sobre eles. No caso dos mapeamentos realizados no Estado do Acre, enquanto formas de conhecimento e poder, os mapas gerados a partir do etnozoneamento da TI Mamoodate influenciam as políticas públicas do governo estadual e são por elas influenciados. Os mapas elaborados durante o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, por sua vez, têm exercido influências sobre a vigilância e a fiscalização da terra frente às invasões de madeireiros peruanos ao

território Ashaninka, que possuem rebatimentos nas informações inseridas nos mapas. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa insere-se em um contexto de produção de mapas que gera influências na definição dos limites da terra indígena e na regularização fundiária do PNSD, sendo o conteúdo dos mapas influenciado por esse contexto. Analisar estas e outras influências é parte dos objetivos da minha etnografia sobre a produção e o uso dos mapas no contexto do etnozoneamento, do etnomapeamento e do diagnóstico etnoambiental.

Na análise que me proponho fazer somente por meio do contexto os significados e as influências podem ser de fato revelados. Segundo Harley, esse contexto, definido pelas circunstâncias em que os mapas são produzidos e usados, envolvem a reconstrução dos conjuntos social e físico de produção e do consumo dos mapas, devido às identidades dos produtores de mapas e dos usuários dos mapas, e suas percepções dos atos de fazê-los e usá-los estarem inseridas em um mundo construído socialmente. Esses detalhes não apenas revelam os motivos por trás dos eventos cartográficos, mas também elucidam quais efeitos podem ter os mapas e a significância das informações que eles comunicam em termos humanos (Harley, 1988: 281).

Na etnografia que faço, os contextos de produção e uso dos mapas são descritos e analisados com o intuito de entender os significados e as influências que eles geram nas relações interétnicas. Esses contextos possuem vínculos com o longo processo de ocupação do Acre pela empresa seringalista, com a inserção dos povos indígenas nessa empresa e com a regularização fundiária das terras indígenas, que nos termos dos povos indígenas, tal como referido por Aquino, seriam o “tempo das correrias”, o “tempo do cativo” e o “tempo dos direitos” (cf. Aquino, 1977).

Os mapas produzidos nestes contextos, mesmo tendo um propósito específico e estando voltados para determinadas percepções, oferecem uma diversidade de interpretações e podem ser usados para compreender as relações sociais. De modo próximo à abordagem de Orlove (1991), procuro examinar as relações entre política e comunicação, e entre poder e discurso a partir dos mapas. Isto é possível por causa da natureza e do uso dos mapas como objetos e das relações específicas que eles implicam entre eles mesmos e com o que representam. Ademais, mesmo os mapas sendo produzidos com um propósito específico e para um conjunto específico de percepções, eles não se limitam a estes, permitindo uma multiplicidade de interpretações. Devido a essas características, incorporo na tese os dois caminhos complementares utilizados por Orlove para examinar os mapas: “análise da forma” e “análise da prática”.

A análise da forma consiste em examinar as representações externas da realidade por meio de um conjunto de características divididas em símbolos convencionais, como aqueles para rios, montanhas, cidades, estradas e fronteiras nacionais, estaduais e municipais, entre outros. É preciso considerar nesse tipo de análise três grandes dimensões: a inclusão ou exclusão de determinadas características por meio dos símbolos, a classificação delas e a relação entre elas. Assim, a análise da forma examina os mapas em relação a uma paisagem particular.

De modo distinto, a análise da prática inclui os vários olhares culturais sobre os mapas, considerando que as pessoas voltam-se para os mapas com propósitos específicos: para guiá-las a um lugar determinado, para antecipar condições climáticas, para documentar a propriedade de um pedaço de terra, etc. Essa análise inclui dois componentes: “a etnografia dos olhares” e “o estudo da categorização dos mapas em diferentes classes”. Apesar da importância de uma análise da prática, Orlove afirma que

devido aos mapas serem facilmente dissociados do seu contexto original, pouco da literatura sobre mapas considera essa vertente (Orlove, 1991: 4-5).

Tendo a discussão de Orlove como referência, desenvolvo na tese uma análise da prática (ver Capítulo 3) e da forma (ver Capítulo 4) para compreender por meio da produção e do uso dos mapas as relações entre política e comunicação, e entre poder e discurso existentes no contexto dos instrumentos de planejamento. Essas análises são complementares a duas abordagens utilizadas pelo autor: 1) “o estudo da produção de mapas” e 2) “o estudo da troca e do consumo de mapas”. A primeira busca examinar as noções retratadas pelos mapas sobre as relações que grupos sociais, categorias e instituições possuem entre si e com territórios específicos. A segunda examina o uso dos mapas pelos atores sociais nas interações sociais, especialmente aquelas conflitivas (Orlove, 1991: 4).

Emprego essas abordagens para analisar os mapas produzidos a partir dos instrumentos de planejamento em TIs no Estado do Acre, quando busco compreender as relações de poder entre povos indígenas, instituições governamentais e não-governamentais. Como os mapas falam de poder, política e comunicação, ao analisá-los é possível identificar as lacunas existentes ou não na comunicação entre lideranças Manchineri, Jaminawa e representantes de instituições do governo estadual (etnozoneamento); entre lideranças Nawa e representantes de instituições do governo federal (diagnóstico etnoambiental); e entre lideranças Ashaninka e representantes de ONGs (etnomapeamento). Também é possível compreender a imposição de uma ideologia de dominação - a do desenvolvimento sustentável -, que relega a um segundo plano os croquis produzidos pelos povos indígenas e proporciona um controle do Estado sobre o território, a população e os recursos.

No estudo realizado por Orlove, ele analisa os conflitos entre Estado e camponeses advindos da criação da Reserva Nacional Titicaca, na região do Lago Titicaca, no Peru, a partir de um conjunto de mapas produzidos entre 1977 e 1984 por camponeses e oficiais do governo. O caso suscita questões sobre comunicação e discurso nas vidas social e política, mais especificamente sobre distribuição de poder entre Estado-Nação e populações locais.

Segundo ele, há uma lacuna na comunicação entre Estado e camponeses na situação analisada. Ocorre uma desvalorização por parte do Estado dos croquis produzidos pelos camponeses da região do lago Titicaca, pois são considerados apenas como bases para a elaboração posterior de um mapa correto, apesar de representarem o controle deles sobre o território. Já os mapas produzidos pelo Estado são tidos como capazes de visualizar o controle do Estado sobre os recursos e sobre a população, bem como a imposição de uma ideologia governamental de dominação (Orlove, 1991).

O estudo de Orlove sobre os conflitos entre Estado e camponeses pode ser complementado com os argumentos de Raffestin (1993), para quem o poder manifesta-se por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. População, território e recursos são entendidos como “trunfos do poder”. A população está na origem de todo o poder e constituiu-se no elemento dinâmico de onde procede a ação. Na população residem as capacidades virtuais de transformação. O território, sem a população, resume-se apenas a uma potencialidade, uma vez que ele é a cena do poder e o lugar de todas as relações. Os recursos determinam os horizontes possíveis da ação e condicionam o alcance da ação. As relações sociais mobilizam esses trunfos em graus diversos, podendo um ser mais privilegiado que os outros.

Seguindo a argumentação de Raffestin, é possível concordar que a população é um conjunto finito e pode, num determinado momento, ser recenseada. O recenseamento pode ser caracterizado como um saber produzido e, portanto, um poder. A contagem da população permite à organização que realizou o recenseamento formar uma representação abstrata e resumida da população, mas satisfatória para uma intervenção. Por meio do recenseamento, o Estado, ou qualquer outra organização, procura aumentar suas informações sobre um grupo e, conseqüentemente, seu domínio sobre ele (Raffestin, 1993: 58 e 67-68).

O recenseamento, juntamente com a produção de mapas e de diversas outras informações sobre o uso dos recursos naturais, são saberes produzidos pelos instrumentos de planejamento e podem ser pensados como formas de poder. Por meio desses saberes, torna-se possível ao Estado e às ONGs, ou a qualquer outra organização, aumentarem as informações sobre os povos indígenas e seus domínios.

Considerando os mapas - como procuro fazer aqui - enquanto instrumentos de saber-poder e não apenas como representações de uma superfície real, as relações de dominação que perpassam a produção e o uso de mapas precisam ser melhor discutidas. De acordo com Foucault, ao se analisar o saber por meio de noções espaciais como posição, deslocamento, lugar, campo, região, domínio, solo, transferência, território, etc. é possível apreender o processo por meio do qual o saber funciona como uma forma de poder e reproduz os seus efeitos. Para ele, existem relações de poder que passam pelo saber e que remetem às formas de dominação a que dizem respeito noções como as mencionadas (Foucault, 2005).

Nesse sentido, a produção de informações e seus registros cartográficos constituem formas de saber, que se articulam historicamente como relações de poder. Os

mapas enquanto saber-poder foram e são utilizados em processos de dominação. Eles podem ser melhor pensados por meio da noção de “panoptismo” de Foucault, para quem: “cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado” (Foucault, 1977: 181). Assim, a aplicação de esquemas panópticos como o da produção de mapas, integrante de uma tecnologia disciplinar, permite manter sob vigilância um certo número de pessoas, um dado território e um conjunto de recursos, aperfeiçoando o exercício do poder. Sob essa ótica, os mapas podem ser entendidos tanto como intensificadores dos aparelhos de poder, quanto como mecanismos liberatórios.

Se levada ao extremo a produção de mapas por meio de um esquema panóptico, seria necessário que todo o território fosse minuciosamente mapeado. Assim, seria possível manter sob vigilância toda a população, todo o território e todos os recursos. Como mencionado na epígrafe da tese, tendo a arte da cartografia alcançado enorme perfeição, o mapa de uma província ocupava toda a cidade, o mapa de um império toda uma província. Como esses mapas desmesurados não foram tidos como satisfatórios, os “colégios de cartógrafos” produziram um “Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele”. As gerações seguintes, entretanto, concluíram que esse “mapa dilatado” era completamente inútil.

No contexto atual, a supervalorização dos mapas nos processos de gestão territorial em TIs e a aproximação das escalas cartográficas, que em termos ideais seria na escala de 1:1, objetiva ter cada vez mais um mapeamento abrangente, para não dizer completo, dos territórios indígenas. As próximas gerações, contudo, podem não fazer o mesmo uso desses mapas e chegar a considerá-los inúteis. Independente de se ter mapas do tamanho do território, no contexto atual, eles permitem manter sob vigilância um

certo número de indivíduos, um território e um conjunto de recursos. Eles também propiciam a imposição de uma disciplina aos indivíduos ao darem subsídios para a elaboração de planos de gestão territorial, que estimulam mudanças comportamentais em relação ao uso dos recursos naturais.

De outro modo, os mapas também podem ser pensados a partir da noção de “biopoder/biopolítica” de Foucault. Concebido como uma tecnologia de poder, o biopoder não lida com a sociedade, com o corpo social, com o indivíduo-corpo, mas com a “população”, entendida como um corpo numerável de vários indivíduos. Por meio do biopoder são estabelecidos mecanismos de previsões, de estimativas estatísticas, de medições – como nota-se em alguns mapas e nas informações descritivas que os acompanham. Mecanismos como esses, que objetivam otimizar um estado de vida, são denominados por Foucault como mecanismos reguladores, integrantes de uma tecnologia regulamentadora.

Fazendo uma comparação entre a tecnologia regulamentadora da vida e a tecnologia disciplinar do corpo, Foucault observa que elas não necessariamente se excluem, podendo se articular. Entre o elemento disciplinar e o regulamentador, que se aplicam respectivamente ao corpo e à população, circula um outro elemento, a “norma”. Ela pode ser aplicada a um corpo que se quer disciplinar ou a uma população que se quer regulamentar. A interação entre disciplina e regulamento gera o que Foucault concebe como a sociedade de normalização, que exerce um domínio tanto sobre o corpo quanto sobre a população (Foucault, 1999).

Os mapas, tomados como parte da tecnologia disciplinar, podem ser considerados também como integrantes de uma tecnologia regulamentadora. Inseridos em uma sociedade de normalização, os mapas produzidos pelos instrumentos de

planejamento objetivam a melhoria da qualidade de vida - por meio da gestão territorial - como outros mecanismos reguladores, mas a partir de uma dada ideologia – a do desenvolvimento sustentável.

No caso específico dos instrumentos de planejamento focalizados nesta tese, os processos de produção e uso de mapas encontram estreitos vínculos com a ideologia dominante do desenvolvimento sustentável, fortemente presente nos últimos oito anos do “governo da floresta” no Estado do Acre. Trata-se de uma forma de dominação dos povos indígenas bastante sutil, fundada na interação entre os discursos e as ações desenvolvimentistas e ambientalistas.

Para melhor compreender o que vem a ser o desenvolvimento sustentável, é preciso levar em conta que a noção de desenvolvimento, segundo Barreto F<sup>o</sup> (2006), recebeu diversos adjetivos, atributos e predicados: subdesenvolvimento, sobredesenvolvimento, desenvolvimento industrial, mal-desenvolvimento, autodesenvolvimento, endodesenvolvimento, desenvolvimento alternativo, etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e/ou sustentado, entre vários outros (Barreto, 2006: 12). Para Ribeiro (1992), que concebe o desenvolvimento como uma “ideologia/utopia central do mundo moderno”, essas variações são representativas da lógica de um campo de poder político e econômico composto por diferentes interpretações que disputam uma supremacia conceitual.

Ainda de acordo com Ribeiro, o desenvolvimento pode ser melhor compreendido por meio da noção de “sistemas ideacionais”, que engloba as ideologias e utopias dos grupos, evidenciando o constante esforço de diferentes atores coletivos tentar convencer outros, por meios simbólicos ou materiais, que os seus entendimentos e interpretações são universais. Conforme Ribeiro e Pareschi, uma das ideologias

englobadas pelo sistema ideacional do desenvolvimento seria o ambientalismo<sup>11</sup>, considerado uma ideologia/utopia a ele relacionada. Com características utópicas e totalizantes, muitas vezes traduzido em movimentos sociais e tendo penetrado nos sistemas de decisão contemporâneos, o ambientalismo transformou-se em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista (Ribeiro, 1992 e Pareschi, 1977 e 2002).

Nesse contexto de interlocução entre desenvolvimento e ambientalismo, desponta uma nova ideologia/utopia, a do “desenvolvimento sustentável”, em alguns momentos também referido por Ribeiro como “desenvolvimento sustentado”. Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável está associado à idéia básica de crescimento econômico compatível com a preservação da natureza, sendo definido sinteticamente como “noção central que articula e neutraliza interesses divergentes internamente ao campo político (in)formado pelo grande metarrelato utópico ambientalista” (Ribeiro, 1992: 24).

Podemos situar os instrumentos de planejamento do Acre nesse campo político, sendo possível ao longo da tese notar como várias das características utópicas associadas à idéia de desenvolvimento sustentável se fazem presentes neles. Algumas dessas características visíveis nos instrumentos de planejamento são: manipulação do futuro, suspensão de conflitos e correção de deficiências por meio da implementação de uma solução ótima, apelo ao estabelecimento de uma etapa mais avançada que a anterior, manutenção do planejamento como requisito fundamental - entre outras (Ribeiro, 1992: 29).

---

<sup>11</sup> Para uma visão mais abrangente sobre o movimento ambientalista ver Pádua (1987), McCormick (1992), Viola (1992), Leis & Viola (1996), Pareschi (1997), Correia (2002), Barretto F<sup>o</sup> (2001a).

Essas características estão, em geral, atreladas à noção de gestão territorial, que, por sua vez, vincula-se às noções de território e de territorialidade. Como tais instrumentos de planejamento visam contribuir com a gestão territorial, torna-se relevante nesse momento fazer algumas considerações sobre essas três noções – que até agora vinham sendo usadas de forma relativamente livre.

#### **1.4. Mapeamento, território, territorialidade e gestão territorial**

O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia está sendo desenvolvido de forma participativa pela CPI-Acre como forma de minimizar os impactos ambientais gerados pela ação antrópica na TI, no entorno do PNSD e na região da fronteira Brasil-Peru. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, por sua vez, promovido pelo governo federal, surge de acordos entre o IBAMA e a FUNAI para a identificação da área que incide totalmente no PNSD. Já o etnozoneamento da TI Mamoadate, executado pelo governo estadual, resulta de medidas mitigadoras dos impactos da BR-364 e da BR-317, além dos indicativos do Zoneamento Ecológico-Econômico (1ª fase).

Como esses instrumentos de planejamento envolvem três TIs e uma UC, entendo-as como sítios privilegiado das práticas e discursos relacionados à gestão territorial, impondo-me a dialogar com a perspectiva analítica de Oliveira (1983 e 1989), Oliveira & Almeida (1998) e Lima (1998a) no estudo das TIs e a reconversão desta à análise das UCs efetuada por Barretto Fº (1997). Partindo desse enfoque analítico, foi que considerei os processos jurídicos, administrativos e políticos pelos quais o Estado foi levado a reconhecer os direitos daqueles índios sobre as suas terras

(Oliveira, 1983: 3-4) e, de forma similar, a criar, implementar e gerir aquela UC (Barretto Fº, 1997).

Como o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental relacionam-se, de algum modo, a uma UC de proteção integral, o PNSD, é preciso entender que este é um território federal que resulta da ação do Estado sobre um determinado espaço, tornando viável pensá-lo como: 1) uma forma de territorialização e de modulação do espaço; 2) um fenômeno historicamente datado; 3) uma expressão e um dispositivo de uma “pedagogia” do corpo do país e do planeta; e 4) uma expressão visível dos *ambientes* que sistemas socioculturais abrangentes e complexos podem, efetivamente, criar, em geral com a exclusão de alguns grupos e estratos. Assim, podemos pensar o PNSD e as TIs em tela - mesmo não sendo os dois últimos itens necessariamente aplicados a estas - como “artefatos socioculturais” (Barreto Fº, 2001).

Frente à atuação do Estado no processo de produção de territórios, os discursos e as ações de gestão territorial surgem como tentativas de resolução dos conflitos resultantes dos distintos usos dos recursos naturais e suas respectivas projeções territoriais. Ações relacionadas à gestão dos territórios têm sido estimuladas por meio dos mapeamentos participativos, como no caso do etnozoneamento, do diagnóstico etnoambiental e do etnomapeamento, procurando uma maior interação entre conhecimentos científicos e conhecimentos de povos indígenas sobre o uso dos recursos naturais.

Conforme Becker, entre as diversas práticas estratégicas espaciais, a territorialidade e a gestão do território configuram-se como duas faces conflitivas do processo de reorganização política do espaço contemporâneo. Quanto ao significado da gestão do território, para a autora esta: a) está associada à modernidade, sendo a prática

estratégica, científico-tecnológica, que dirige a coerência de múltiplas decisões e ações voltadas para uma finalidade; b) é eminentemente estratégica, seguindo princípios com finalidades econômicas; c) é científico-tecnológica; d) enquanto estratégia cientificamente formulada e tecnicamente praticada, é um conceito que engloba elementos de empresas e elementos de governabilidade, no sentido de Foucault; e) tem a tendência de se identificar com a logística, no sentido da preparação de meios e da velocidade de sua ação na projeção para o futuro; e f) é a prática estratégica do poder no espaço-tempo por meio do vetor científico-tecnológico.

Em relação à territorialidade, ela observa que: a) o território é o espaço da prática; b) a territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações sobre o território; e c) a territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde relações pessoais até complexas relações sociais, estando fundamentada na identidade (Becker, 1990: 108).

De certo modo, percebe-se que as idéias relacionadas com os mapas produzidos no contexto do etnozoneamento, do etnomapeamento e do diagnóstico etnoambiental promovem uma aproximação entre as noções de gestão do território e de territorialidade, nos termos de Becker. A definição da autora sobre territorialidade pode ser cotejada com as considerações de Paul E. Little sobre território e territorialidade. Segundo Little, o território surge como resultante das condutas de territorialidade de um grupo social, entendendo-se estas enquanto um produto histórico de processos sociais e políticos (Little, 2002: 03). Para trabalhar com um conjunto eclético de grupos humanos<sup>12</sup>, o autor adota uma perspectiva fundiária informada pela teoria da territorialidade, delimitando um campo de análise antropológica centrado na dimensão

---

<sup>12</sup> Dos vários grupos sociais analisados pelo autor, encontram-se sociedades indígenas, remanescentes das comunidades quilombolas, comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, entre muitos outros (Little, 2002: 02)

territorial desses grupos. Sem “reduzir” a existência desses grupos a um único fator e sem desconsiderar as diferenças existentes entre os diversos grupos, Little mostra como este novo olhar analítico permite reconhecer importantes semelhanças entre tais grupos e vincular estas às suas reivindicações e lutas fundiárias, além de descobrir possíveis eixos de articulação social e política no âmbito jurídico do Estado-nação brasileiro.

Por ser a territorialidade importante na constituição de grupos sociais, o autor considera que a renovação da teoria da territorialidade dentro da antropologia deve conceber a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Nesse sentido, ele define a territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (Little, 2002: 03). Assim entendida, nota-se que a territorialidade encontra estreito vínculo com os mapas que estão sendo viabilizados pelos três instrumentos de planejamento em TIs no Acre. Os mapas acabam traduzindo o esforço dos povos indígenas para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela do seu ambiente biofísico, transformado-a em seu território.

Uma outra noção de territorialidade também pode ser resgatada. Para Raffestin, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Em sua definição, encontra-se presente a relação com a alteridade e a dinâmica da territorialidade, que podem sofrer variações ao longo do tempo. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria um determinismo sem interesse, pois ela é melhor entendida por se inscrever no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, sendo sempre uma

relação, mesmo que distinta, com outros atores. Cada sistema territorial contém sua própria territorialidade, vivenciada pelos indivíduos e pelas sociedades. Assim, a territorialidade manifesta-se em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações. Sua análise somente é possível pela apreensão das relações reais em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. Nesse contexto, torna-se possível perceber “territorialidades contraditórias” caracterizadas por racionalidades econômicas e políticas distintas (Raffestin, 1993: 160-163).

Raffestin, assim como Little e Becker, procura definir não apenas a territorialidade, mas também a noção de território. Sua discussão acerca deste é bastante profícua para se refletir sobre a produção e uso dos mapas. Segundo ele, o território se forma a partir do espaço; é resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Nessa perspectiva, o território é um espaço onde se projetou um trabalho e, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. Em uma perspectiva marxista, o espaço não tem valor de troca, mas valor de uso apenas. O espaço, nesse sentido, é anterior a qualquer ação, sendo dado como se fosse uma matéria-prima, preexistente a qualquer ação. Evidentemente, o território apóia-se no espaço, mas não é o espaço; ele é uma produção a partir do espaço. A produção, pelas diversas relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Assim, para o autor

*produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (Raffestin, 1993: 144 – ênfase minha).*

Como pode se perceber, as relações entre poder, espaço e território apresentam-se como “problemáticas contemporâneas significativas”, para utilizar uma expressão de

Becker (1988). Para esta autora, cada vez mais o controle do espaço tem sido utilizado como uma forma alternativa de controle social. A apropriação do espaço, sua gestão e o conhecimento adquirido nesse processo constituem expressão e condição das relações de poder. Para ela, interessa reconhecer a potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber acerca das relações entre espaço e poder - um poder entendido como multidimensional, advindo de múltiplas fontes e inerente a todos os atores. Entre estes encontra-se o Estado, cujas responsabilidades na tomada de decisão moldam a geografia de seus territórios. Não sendo o Estado a única unidade e fonte de poder, é importante perceber que o poder conferido a ele e a outras unidades é determinado pelas motivações e decisões humanas e pelas relações sociais.

A relação entre Estado e espaço, abordada pela autora com base nas discussões de Foucault, encontra no segundo pós-guerra condições para a instrumentalização do espaço como forma de controle social, quando o crescimento populacional, a economia política e os dispositivos de segurança passam a ser o “tripé” da nova forma de poder, a “governamentalidade”. Nesse novo momento, a autora identifica dois elementos essenciais na relação “Estado-espaço”: o Estado como relação social e a nova tecnologia espacial do poder estatal.

No primeiro elemento, por meio da produção do território nacional, o Estado transforma suas condições históricas anteriores, engendrando relações sociais no espaço e produzindo o seu próprio espaço, de cunho regulador e ordenador do território nacional. No segundo elemento, o espaço produzido e gerido pelo Estado torna-se racional, social e político. Socialmente, ele é um conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos. Politicamente, ele possui características próprias e metas específicas. O Estado passa, frente às relações de e entre indivíduos, grupos,

frações de classe, etc., a impor sua racionalidade, tratando o espaço em larga escala por meio dos recursos, das técnicas e da capacidade conceitual. Ele tende a controlar os aspectos econômicos e produz uma malha de duplo controle, técnico e político, que impõe uma ordem espacial global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representada pela tecnoestrutura estatal, contraditória às práticas e às concepções de espaço locais (Becker, 1988: 99-104).

No processo de controle exercido pelo Estado sobre um espaço, ele é territorializado, inclusive por meio de imagens cartográficas. Segundo Raffestin, historicamente são formadas imagens em torno dos territórios - como tem ocorrido no Estado do Acre ao longo de séculos (ver Capítulo 2). Uma imagem ou um modelo formados no processo de construção da realidade são instrumentos de poder, visíveis na representação moderna do espaço por meio da cartografia, a qual, de acordo com ele, surgiu na Renascença juntamente com o Estado moderno, como um instrumento de poder. Essa cartografia, atualmente em uso, contribui para modelar os comportamentos do poder e privilegia três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou o momento do plano. Pela combinação desses elementos, formam-se as imagens ou as representações do espaço.

Essas representações são um conjunto definido em relação aos objetivos do ator. Trata-se, então, de um espaço construído pelo ator. O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem dele, do território construído. Em outras palavras, é o espaço que se transformou no território de um ator. Existe, contudo, uma ruptura entre a imagem territorial projetada e o território real. Ademais, não existe somente um ator e, por isso, há várias imagens distintas de territórios construídos sobre um mesmo espaço (Raffestin, 1993:145-148).

Para a construção de um território, a concepção de limite vem a ser fundamental; ela é um dos componentes das práticas espaciais. Tal noção exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço, enquanto a ação desse grupo gera de imediato a delimitação. Delimitar, portanto, é isolar ou subtrair momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder numa área precisa. Os limites não são entendidos apenas do ponto de vista linear; é preciso considerá-los também do ponto de vista zonal. Muitos limites são zonais, na medida em que a área delimitada não é a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas antes, a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota no território. Em um nível mais elevado, as regiões administrativas quase nunca coincidem com as regiões econômicas (Raffestin, 1993: 153-154).

O limite é um sinal, utilizado pelas coletividades para marcar o território. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no território, ou numa representação do território. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, recortando-se. Os limites cristalizados justificam territorialmente as relações de poder e tornam-se, então, ideológicos. Mas uma linha fronteira apenas é estabelecida quando a demarcação se processa. A demarcação de uma zona camuflada em uma linha permite o exercício das funções legais (de controle e fiscalização) e ideológicas (Raffestin, 1993: 165-168).

Por isso, não se deve perder de vista que ao longo da história diversos mapas produziram imagens da realidade, sendo inerentes a eles distorções propositais ou não acerca do território. Nesse sentido: “apparently objective maps are also characterised by persistent manipulation of content” (Harley, 1988: 288). Frente à manipulação do conteúdo dos mapas, pelo menos três aspectos podem ser sinalizados no que se refere a distorções não voluntárias dos mapas, que têm influências sociais pouco analisadas. Um

está relacionado com a “geometria dos mapas”, outro com o “silêncio” do seu conteúdo e um último com a “tendência hierárquica” das representações cartográficas.

Exemplo do primeiro aspecto pode ser notado nas convenções simbólicas, como o norte acima do sul, que em muito contribuiu para o senso de superioridade europeu. Em relação ao silêncio no conteúdo dos mapas, a ausência de informações gera influências sobre as mensagens políticas, como nos mapas coloniais que justificavam a ocupação territorial desconsiderando muitas vezes os territórios indígenas. Também tem repercussões sociais a hierarquia presente nas representações cartográficas, visível a partir dos símbolos utilizados, como aqueles para representar cidades e vilas, dando a entender a superioridade das primeiras sobre as segundas, seja em termos econômicos, de infra-estrutura, populacionais, ou outros (Harley, 1988: 287-294).

Como reflexo das distorções, nota-se que na América Latina áreas ocupadas por povos indígenas possuem uma cartografia pobre, com informações incorretas, ou inexistentes, sobre assentamentos humanos e uso da terra. Muito dessa cartografia foi produzida com o olhar Estatal, passando os líderes indígenas a percebê-la como representativa da identidade nacional e não da deles. Agências governamentais e interesses comerciais externos costumam usar os “mapas estatais” para formalizar o controle sobre suas terras e recursos (Herlihy e Knapp, 2003: 306). Como afirma Smith:

As long as “legitimate” mapmaking remains entirely in the hands of nonnative cartographers, the maps produced and the boundaries created for administrative, resource management, and other purposes will inevitably neglect features of the landscape that are most relevant to the indigenous worldview (Smith, 2003: 334)

Um exemplo ilustrativo de mapas que não contemplam adequadamente o conhecimento que as populações locais possuem sobre seus territórios, além dos mapas oficiais sobre o Acre – de limites estaduais, fronteiras internacionais, vegetação, solo,

relevo, hidrografia, etc. -, é discutido por Almeida (1994), quando analisa a região do Programa Grande Carajás, que compreende parte dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Segundo o autor, por meio da atuação e da representação são produzidos materiais para a intervenção estatal, como mapas, limites e demarcações. Esse tipo de material permite uma discussão sobre o grau de intervenção dos aparatos de Estado e sobre a lógica das estratégias de poder adotadas. Para Almeida, as representações governamentais da Amazônia são entendidas como medida básica de controle territorial pelos aparatos de Estado.

Com o intuito de organizar territorialmente uma determinada região, criada por decreto, as primeiras cláusulas tratam de fornecer as coordenadas geográficas imprescindíveis à construção da base cartográfica. Delimitam, assim, um espaço supostamente homogêneo, instituído para fins administrativos, financeiros e fiscais. Geralmente, o território considerado necessário a um grande programa oficial vem a ser uma imposição. O ato jurídico não apenas configura a área decretada, mas também legaliza o arbitrário de uma base cartográfica (Almeida, 1994: 17-19).

No caso da delimitação da “região Carajás”, ela está fundada no ordenamento territorial dos aparatos de Estado, que pressupõe um ato de força para instituí-la. É, portanto, uma delimitação arbitrária, de inspiração econômica, balizada juridicamente para garantir a exploração de recursos naturais. Por isso mesmo, é externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva conformam territórios específicos. Há, então, uma contradição entre a “região” instituída e a constituição desses territórios.

O conjunto das representações gráficas sobre a “região” denota a relevância dos mapas como instrumentos básicos para os planejadores oficiais. Acoplados a eles há

bancos de dados, memória cartográfica e imagens de satélite, além de abarcarem uma diversidade de mapas setoriais (geológicos, morfológicos, de vegetação, etc.), que ficam quase sempre aprisionados na interpretação do “conteúdo” do espaço e na repetição monótona dos elementos físicos relevantes para a ideologia tecnocrática dos planejadores. Perdem de vista os processos reais, o sistema de relações sociais que define a apropriação dos recursos da natureza e a dinâmica dos antagonismos e dos confrontos. Além do mais, não levam em consideração a representação espacial dos sujeitos sociais que têm morada habitual e produzem economicamente na “região” enfocada. O espaço, na versão dos planejadores, corresponde ao desconhecimento e ao descaso das realidades localizadas. Por essa ótica, a “região” é inteiramente naturalizada pelo pensamento tecnocrático, endossando a arbitrariedade da delimitação (Almeida, 1994: 21-25 e 28).

Seguindo a argumentação de Almeida, percebe-se que durante décadas os mapas produzidos sobre as regiões dos altos rios Juruá e Purus, hoje localizadas no Estado do Acre, refletiram a ótica do pensamento tecnocrático, legitimando o controle social e territorial por parte do Estado e desconsiderando as realidades localizadas. Apenas a partir dos primeiros anos do século XXI, com os instrumentos de planejamento analisados nesta tese, o conhecimento local passou a ser mais considerado nos processos de mapeamento, realizados em uma escala aproximada de 1:50.000, até então não utilizada no Acre.

Nas regiões onde o etnozoneamento, o diagnóstico etnoambiental e o etnomapeamento estão sendo desenvolvidos, percebe-se que, historicamente, os distintos povos indígenas, os exploradores dos rios e das drogas do sertão, e os seringueiros empreenderam esforços coletivos para ocupar, usar, controlar e se

identificar com partes do ambiente biofísico dos altos rios Juruá e Purus, transformando esses espaços em seus territórios. A territorialidade desses grupos sociais, portanto, deu origem a diferentes territórios por meio de processos históricos, sociais e políticos.

O conceito de “cosmografia” de Little permite focar as relações particulares desses grupos sociais com seu território: tratam-se dos saberes ambientais, ideologias e identidades que são coletivamente criados e historicamente situados, além de utilizados por um grupo social para estabelecer e manter seu território. Na cosmografia de um grupo inclui-se seu regime de propriedade, os vínculos afetivos com seu território, a história da sua ocupação existente na memória coletiva, o uso social dado ao território e as formas de defendê-lo (Little, 2002: 03-04).

Dentre as cosmografias existentes no Estado do Acre, me interessam, principalmente, a dos pequenos produtores, em grande parte ex-seringueiros; dos fazendeiros, ex-seringalistas e novos moradores; dos índios Manchineri, Jaminawa, Nawa e Ashaninka; dos madeireiros; dos caçadores e pescadores profissionais; e dos traficantes de drogas. Estes quatro últimos têm cosmografias próprias e uma base territorial menos fixa. Já os fazendeiros, pequenos produtores e índios Manchineri, Jaminawa, Nawa e Ashaninka, não apenas possuem uma base fixa, como suas cosmografias divergem, pois os primeiros visam estabelecer um empreendimento produtivo para o mercado, enquanto os demais se dedicam a produzir basicamente para o consumo próprio, com um pequeno excedente comercializado. Não obstante, dadas as ações voltadas para a gestão territorial na região, tanto em TIs quanto em UCs, é que reflito aqui sobre as novas iniciativas que buscam conciliar desenvolvimento e ambientalismo, alterando parcialmente a cosmografia daqueles povos e redimensionando os conflitos ao abrigo da ideologia do desenvolvimento sustentável.

A categoria gestão territorial, como se percebe por meio dos instrumentos de planejamento, procura articular e neutralizar interesses divergentes em torno do uso dos recursos naturais, que em geral têm originado conflitos de diversas ordens. Em virtude de focar nesta tese as tentativas de resolução desses conflitos, reconheço que ela também se insere no marco teórico antropológico das discussões sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, que constituem uma área de interesse multidisciplinar e que, por meio da complementaridade de abordagens da ecologia política e da ecologia humana, propiciam a consolidação da antropologia ecológica.

A ecologia política estabeleceu um diálogo com a geografia e com a economia política, desenvolvendo uma perspectiva crítica, com a predominância de conceitos como reivindicações, direitos, poder e conflitos. A ecologia humana dialoga com as ciências biológicas e tem desenvolvido uma abordagem empírica com o uso de conceitos como fluxo de energia, sistemas de conhecimento, subsistência e adaptação. O poder/a força da complementaridade dessas linhas de pesquisa reside na união entre uma abordagem crítica e outra empírica (Little, 1999). Esta união, característica da antropologia ecológica, fica visível em alguns autores considerados como aqueles que contribuíram para sua base fundadora, em especial no marco de uma micro-dinâmica ecológica (Julian H. Steward, 1977 [1968]; Wagley, 1969 [1951]; Sahlins, 1969 [1957]; Barth, 1969 [1956]; Bennet, 1993; Godelier, 1986; Geertz, 1969 [1963]; Rappaport, 1969 [1967]).

Entre os vários temas colocados como desafios analíticos pela perspectiva da antropologia ecológica, o da “gestão territorial” pode ser considerado fundamental por perpassar muitos outros. Seria inviável discuti-lo sem levar em consideração os mapeamentos participativos, os conflitos socioambientais, as reivindicações territoriais,

as relações de poder, a política ambiental, o movimento ambientalista, o uso de recursos naturais, a prática antropológica, etc. Ademais, por fazerem os povos indígenas e os diversos grupos sociais usos distintos dos recursos naturais, me esforço por entender aqui as formas de organização fundiária e os conflitos existentes, em grande medida refletidos nos mapas produzidos pelos três instrumentos de planejamento. As disparidades geradas pelas várias categorias fundiárias (terra indígena, parque nacional, reserva extrativista, propriedade privada, seringais, etc.) acabam por acirrar conflitos em torno do uso dos recursos naturais. Como forma de amenizá-los, várias discussões e ações relacionadas ao território, à territorialidade e à gestão territorial passam a ter lugar no contexto da definição e implementação dos instrumentos de planejamento.

Assim, procuro identificar no capítulo seguinte como diversos territórios, regimes de propriedade e cosmografias, construídos historicamente, informam as atuais discussões e ações voltadas para a produção e o uso dos mapas como parte intrínseca ao processo de gestão territorial em TIs no Acre. Em seguida, no terceiro capítulo, mostro como diversas visões sobre gestão territorial em TIs presente nos contextos do etnozoneamento, do etnomapeamento e do diagnóstico etnoambiental encontram-se atreladas à ideologia do desenvolvimento sustentável. Nessas visões, a produção e o uso dos mapas são centrais para as discussões e ações de gestão territorial. Por esse motivo, no quarto capítulo, faço uma análise de vários mapas temáticos produzidos pelos instrumentos de planejamento ressaltando as limitações deles para representar os territórios e as territorialidades indígenas, mas evidenciando seu potencial para a gestão territorial em TIs.

## **Capítulo 2: A construção da cartografia acreana: das expedições de exploração aos mapeamentos participativos**

Na história das representações cartográficas acreana, observa-se que os mapas produzidos ao longo de séculos foram utilizados como instrumentos ideológicos de dominação dos povos indígenas. Com os recentes mapeamentos participativos, os debates sobre a produção e o uso dos mapas permitem discutir a possibilidade da cartografia ocidental, associada ao conhecimento indígena, contribuir com a ruptura das formas de dominação, ou, ao contrário, reforçar o modelo dominante. Contextualizar as representações cartográficas ao longo da história e a consolidação dos territórios humanos, como faço nesse capítulo, ajuda não só a esclarecer o debate existente, mas também a entendê-lo melhor para a análise que será realizada nos próximos capítulos.

Parte considerável da diversidade ambiental existente no Estado do Acre<sup>13</sup> tem sido utilizada e apropriada secularmente por grupos sociais que residem nesta vasta região, especialmente pelos povos indígenas, em cujas terras está grande parte da biodiversidade acreana e brasileira. Historicamente, o Alto Juruá e o Alto Purus foram ocupados por grupos sociais variados, os quais, apropriando-se dos recursos naturais de forma diversificada, foram construindo suas representações espaciais e estabelecendo seus territórios, o que gerou conflitos sociais, ambientais, fundiários, administrativos e

---

<sup>13</sup> O Estado do Acre situa-se no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07'S e 11°08'S, e as longitudes de 66°30'W e 74°WGr. A superfície do Estado é de 153.149,9 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,9% da área da amazônica brasileira e a 1,8% do território nacional. O estado possui fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia, e nacionais com os Estados do Amazonas e de Rondônia (ZEE, 2000: 10-11 Vol. I).

políticos. Mais recentemente, por meio de instrumentos de planejamento como etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental, procura-se mapear as terras indígenas para subsidiar formas de resolução de tais conflitos, produzindo novas representações cartográficas por meio dos mapeamentos participativos, voltados para a gestão territorial das terras indígenas.

As ocupações humanas seculares do meio biofísico, assim como as dos vales dos rios Juruá e Purus acreanos desde fins do século XIX, repercutem nas relações sociais e políticas entre os diversos grupos sociais (Steward, 1977 [1968]). Procurando entender repercussões dessa natureza nas relações entre os diversos grupos sociais, enfoco, de uma perspectiva histórica, mas sem proceder a uma “história ambiental” (Dean, 1996), ou a uma “história do ambientalismo” (Pádua, 2002), o processo de ocupação da região ao longo dos séculos, com o intuito de contextualizar as representações espaciais produzidas e as alterações dos diferentes territórios frente ao meio biofísico.

Dessa forma, os discursos e práticas associados aos instrumentos de planejamento no Acre serão, primeiramente, compreendidos por meio do processo de consolidação dos diversos territórios humanos, entre eles, os governamentais. De acordo com Little, para a análise do território de qualquer grupo torna-se necessária uma abordagem histórica capaz de tratar o contexto específico em que ele surgiu e os contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Como o território surge por meio da territorialidade, deve-se considerar a multiplicidade de expressões humanas que produzem vários tipos de territórios, cada qual com suas particularidades socioculturais (Little, 2002: 03-04).

Uma abordagem histórica dos diversos territórios que existiram e existem na região atualmente denominada Estado do Acre evidencia que, ao longo de séculos, essa

parte da Amazônia brasileira foi povoada por povos indígenas das famílias lingüísticas Pano, Aruak e Arawá. Para os objetivos desta tese, entretanto, não se faz tão necessária uma proto-história da ocupação indígena<sup>14</sup>. Interessam, muito mais, as ocupações que se deram a partir da segunda metade do século XIX, quando essa região passou a ser apropriada, também, por exploradores e comerciantes vindos de Belém, Manaus e de centros urbanos localizados ao longo do rio Solimões (AM), os quais subiam o curso do rio Juruá para comercializarem com a população nativa. Trocavam bens industrializados por “produtos florestais” que tinham grande demanda no mercado regional, como a salsaparrilha, a copaíba, o pirarucu, a carne de caça, a pele de animais silvestres, os ovos e a gordura de tartaruga, a castanha e a baunilha. Durante as expedições em busca desses produtos, muitos índios eram escravizados e utilizados nos trabalhos na floresta; outros eram vendidos às famílias abastadas dos centros urbanos (Aquino & Iglesias, 1994: 6).

Paralelamente a essas expedições, outras ocorriam com o intuito de construir a cartografia da região, reunindo informações sobre hidrografia, solo, relevo, clima, vegetação, fauna e sobre a localização e os costumes dos povos indígenas. Os mapas produzidos na época serviam como instrumentos de dominação do território, da população e dos recursos naturais. À medida que o conhecimento sobre os altos rios Juruá e Purus aumentava, o povoamento da região intensificava-se – e vice-versa-, passando a serem delimitados extensos seringais ocupados por seringueiros, em sua maioria vindos do nordeste.

No início do século XX, uma série de outras expedições ocorreu com o intuito de definir os limites do então Território do Acre, demarcando as fronteiras estaduais

---

<sup>14</sup> Para uma proto-história da ocupação indígena na região do atual Estado do Acre ver Erikson, 1992 e Melatti, 1997.

com os Estados do Amazonas e de Rondônia, e as internacionais, com a Bolívia e o Peru. Nessa fase da história acreana, um conhecimento cartográfico mais preciso dos altos rios Juruá e Purus passou a existir, contribuindo para a consolidação dos limites do Território do Acre na primeira metade do século XX. A partir da segunda década do século XX, o Território passou à categoria de Estado e a cartografia existente sobre o Acre começou a ser utilizada nos processos de regularização fundiária de TIs e UCs - entre as quais as TIs Mamoodate, Kampa do Rio Amônia e Nawa, e o PNSD.

Com a expansão das frentes desenvolvimentistas e ambientalistas, nas últimas décadas dos séculos XX, a cartografia regional foi sendo aperfeiçoada, cada vez com uma escala mais aproximada. Em 1999, o governo estadual começou a executar a primeira fase do ZEE/AC. Esse instrumento de planejamento e gestão territorial produziu uma considerável quantidade de mapas temáticos do Estado em escala de 1:1.000.000.

Em 2003, a escala utilizada para o ZEE/AC passou a ser de 1:250.000, procurando assim produzir um conhecimento cartográfico mais aproximado das realidades locais. Nessa segunda fase do ZEE/AC, ainda não concluída, também foi desenvolvido pelo governo estadual o etnozoneamento, com a produção de mapas de oito terras indígenas nas escalas de 1:80.000<sup>15</sup> e de 1:50.000<sup>16</sup>. Outras oito terras indígenas também foram mapeadas nesta escala por meio do etnomapeamento em TIs realizado pela CPI-Acre<sup>17</sup>. No âmbito do governo federal, além dos mapeamentos realizados para a regularização fundiária das TIs no estado, foi proposto o diagnóstico

---

<sup>15</sup> TI Mamoodate (2003-2006).

<sup>16</sup> TIs Caeté, Katukina Kaxinawá de Feijó, Colônia 27, Igarapé do Caucho e Rio Gregório (2005-2006).

<sup>17</sup> TIs Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá/Ashaninka do rio Breu (2004), Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência (2005) e Nukini e Poyanawa (2006).

etnoambiental da TI Nawa com o propósito de mapear em escala aproximada essa área, sobreposta ao PNSD.

Mostrando as mudanças no conhecimento cartográfico relacionado ao Acre, desde as primeiras expedições de exploração dos rios Juruá e Purus até os mapeamentos participativos, procuro evidenciar os interesses de diversos grupos sociais em mapear a região atualmente compreendida pelo Estado do Acre. O povoamento do atual Acre esteve vinculado à construção de representações cartográficas que não interessavam aos povos indígenas, mas a pesquisadores estrangeiros, governantes, comerciantes e outros que pouco consideravam o conhecimento indígena. Somente com o processo de regularização das TIs e com os mapeamentos participativos o interesse indígena pela cartografia ocidental passou a existir. Recuperando a historiografia acreana, ficam visíveis continuidades e rupturas no conhecimento cartográfico e torna-se possível perceber o potencial dos mapas produzidos no contexto dos instrumentos de planejamento para ressaltar informações do conhecimento indígena.

## **2.1. Primeiras representações espaciais: exploração e povoamento dos Altos rios Juruá e Purus**

Na historiografia acreana há menção a três grupos de exploradores que ocuparam o atual Acre e, por conseguinte, os Altos Juruá e Purus. Aqueles que investigaram os rios com o fim de encontrar uma comunicação com a Bolívia; os que navegavam os rios com o intuito de se apossarem das terras, demarcando algumas praias para si ou para vendê-las; e os que vinham em seguida e se alojavam temporariamente em “tapiris” para iniciar a abertura das “estradas” que comporiam o

futuro seringal. As duas primeiras formas de ocupação da região contaram com um pequeno contingente populacional, enquanto a última foi responsável pelo povoamento, com um número expressivo de seringueiros (Castelo Branco<sup>18</sup>, 1961: 174). Antes desses exploradores, a região já era habitada por povos indígenas e alguns comerciantes de produtos florestais já haviam percorrido a região.

Desde meados do século XVIII, os “agarradores” de índios e os “coletores de drogas” penetravam os rios Purus e Juruá, em maior volume no primeiro. Os exploradores dos rios Juruá e Purus, entretanto, somente vieram a alcançar regiões do atual Estado do Acre durante o século XIX, antes explorando locais pertencentes aos limites que compreendem hoje o Estado do Amazonas.

A exploração da região dos Altos rios Juruá e Purus só foi viabilizada devido ao interesse do “governo amazonense”, na segunda metade do século XIX, descobrir uma passagem para os povoados da Bolívia, almejando facilitar o transporte de gado deste país para Manaus. Várias missões foram realizadas, chefiadas por João Rodrigues Cameté, Serafim da Silva Salgado, Manoel Urbano da Encarnação, Antônio Rodrigues Pereira Labre, Augusto José Soares de Andréas, William Chandless, A. I. Peper e João da Cunha Correia. Por meio dessas expedições, começou a se construir um conhecimento espacial do Juruá e Purus pelos exploradores, propiciando algumas representações cartográficas da região que facilitavam o povoamento, concomitantemente desenvolvido. Durante suas viagens, os exploradores dos rios entraram em contato com diversos povos indígenas, estabelecendo relações de dominação, sejam políticas, comerciais, de trabalho etc. Infelizmente, o acesso aos mapas produzidos por esses exploradores é bastante difícil, exigiria uma pesquisa muito

---

<sup>18</sup> José Brandão Castelo Branco Sobrinho foi juiz de direito de Cruzeiro do Sul, residindo no Alto Juruá de 1909 a 1931 (Castelo Branco, 1961: 143).

minuciosa em acervos de diferentes países – Inglaterra, França, Brasil, Peru e Bolívia, entre outros - e dificilmente seria possível a reprodução deles por terem sido elaborados em folhas extensas de papel. Essas dificuldades não se aplicam às informações sobre as expedições, existem muitos documentos e referências bibliográficas de fácil acesso sobre o assunto.

As informações de cartógrafos e viajantes, em geral, levavam em consideração a localização dos povos indígenas e de seus territórios. No Purus, desde a primeira expedição que atingiu terras acreanas há menção aos índios Manchineri no rio Iaco, onde atualmente encontra-se a TI Mamoadate. Nenhuma referência na historiografia destaca a presença Jaminawa nesse rio, por terem se estabelecido em suas margens somente na segunda metade do século XX, após anos de migração de parte deles do Juruá para os afluentes do Purus. No Juruá, muitas são as informações historiográficas sobre os Jaminawa e outros povos Pano, mas poucas acerca dos Ashaninka.

Oriundos do Peru, os Ashaninka encontram-se atualmente no Alto Juruá, nas margens dos rios Amônia, Breu, Envira e no Igarapé Primavera. Mas a história da ocupação da região por eles é difícil de ser estabelecida com exatidão, por serem as informações historiográficas vagas e com poucas indicações da presença deles em território brasileiro (Pimenta, 2002:106). Quanto aos Nawa, muitas menções são feitas a eles no Alto Juruá, no entanto, é difícil precisar se seriam os ascendentes daqueles que hoje residem nas margens e afluentes do rio Moa<sup>19</sup>. De qualquer forma, antes das primeiras expedições de exploração do Juruá e do Purus, organizadas pelo governo amazonense, já se sabia de uma ampla região ocupada por povos Pano, que fazia limite

---

<sup>19</sup> O termo Nawa é recorrente na historiografia acreana e, em geral, estava associado a povos indígenas que habitam as margens do rio Juruá, nas proximidades da foz do rio Moa. Na etnologia Pano, contudo, não consta a existência de um povo denominado Nawa, o termo é considerado um sufixo da família lingüística Pano que significa “povo”.

com aquela ocupada por povos Aruak, em especial os Manchineri (Piro) e os Ashaninka (Kampa), como fica evidente na citação abaixo:

os informes registrados pelos cartógrafos e viajantes, apenas, mostravam que de 7° de latitude meridional para o sul, as tabas dos ‘nauas’ ou de gentio da mesma língua se espalhavam pelos formadores do Javari, contribuintes da margem direita do Ucaiali e alta bacia do Juruá, até topar com os aldeamentos dos Piros e Campas que perambulavam cêrca de três graus ao sul, do fim do século XVII para o princípio do XVIII (Castelo Branco, 1958: 8).

Possivelmente a primeira viagem de exploração do rio Juruá, sem data precisa, ocorreu ainda no século XVII, denominada “Exploracion Gaviria”, que partiu do Ucaiali e não chegou ao vale do Moa, no atual Estado do Acre, onde hoje se encontram a TI Nawa e a área norte do PNSD. Até meados do século XIX, pouco se conhecia do Juruá além da foz do Tarauacá, apesar das longas viagens dos coletores de drogas por sua bacia. Estes forneceram diversas informações sobre os povos indígenas a Castelnau, que registrou, em 1847, a presença de aldeias de índios “Nawas”<sup>20</sup>, “Catuquinas” e “Tuchinauas”, próximos ao rio Tarauacá (Castelo Branco, 1950: 07).

Somente na década seguinte do século XIX, contudo, intensificou-se a exploração da região e teve início um longo processo de mapeamentos dos rios Juruá e Purus, propiciando informações um pouco mais precisas sobre os povos indígenas. A partir de 1852, o presidente da província do Amazonas, desmembrada da do Grão-Pará nesse ano, passou a organizar diversas expedições de exploração, investindo no seu propósito de estabelecer uma comunicação com a Bolívia pelo Juruá e pelo Purus, demonstrando como era precário e confuso o conhecimento cartográfico da região.

Ainda em 1852, a primeira expedição de exploração do Purus foi realizada por João Rodrigues Cametá, diretor de índios do Purus desde 1848. Ele partiu de Manaus,

---

<sup>20</sup> Esse termo também é grafado em diversas outras fontes escritas como Naua, Náua ou Nahua, muitas vezes colocado no plural. Mais recentemente, tem sido adotada a grafia Nawa para se referir ao povo que reside na TI homônima, na região do rio Moa.

mas não chegou nas atuais terras acreanas. Neste mesmo ano, o presidente da província do Amazonas organizou uma segunda expedição e encarregou Serafim da Silva Salgado para descobrir uma passagem do Purus para o Madeira, com o propósito de facilitar a comunicação e transporte com a Bolívia. Assim como a anterior, esta expedição não atingiu a região onde hoje se encontra o Estado do Acre (Castelo Branco, 1958: 18-20 e 52-55).

Cerca de seis anos depois, o Alto Juruá também passou a ser explorado por expedições organizadas pelo governo amazonense, sendo o primeiro explorador a atingir regiões localizadas no atual Estado do Acre o Diretor dos Índios João da Cunha Correia, nomeado para esse cargo em 1854. Provavelmente João da Cunha Correia atingiu o Alto Juruá em janeiro de 1858, quando subiu até a foz do rio Juruá Mirim, tendo encontrado apenas “índios pacíficos” (Castelo Branco, 1958: 60-65 e 73). Este explorador partiu de Tefé, no rio Solimões, e alcançou o afluente do Juruá denominado Juruá Mirim. Em seu regresso, a 30 de abril de 1858, estava acompanhado por três índias “Nauas” capturadas no Alto Juruá, no local conhecido como “Estirão dos Nauas”, atualmente no município de Rodrigues Alves<sup>21</sup>. Uma dessas “Naua” tinha idade avançada e era mãe das outras duas, sendo que todas foram posteriormente batizadas e passaram a viver na casa do Diretor dos Índios (Castelo Branco, 1950: 05-06).

Nas proximidades do lugar onde essas índias foram capturadas havia uma aldeia do povo denominado pelos exploradores de “Naua”. João da Cunha Correia encostou sua canoa e deixou no terreiro da aldeia uma grande quantidade de machados, terçados, facas, panos e miçangas. Nessa ocasião, os índios não se encontravam na aldeia. Ao regressarem, arremessaram todos os objetos ao rio (Castelo Branco, 1950: 06), dando a

---

<sup>21</sup> Conforme Castelo Branco: “emprega-se o termo estirão na Amazônia para designar um trecho do rio que corre sem sinuosidade. Este estirão dos Náuas fica a cerca de dez milhas a montante da cidade de Cruzeiro do Sul, no Juruá Federal” (Castelo Branco, 1958: 75).

entender que não tinham interesse em estabelecer um contato amistoso com os exploradores.

Nesse tempo, os viajantes do rio Juruá já sabiam de conflitos entre os “Naua” e outros povos indígenas. As índias foram presas alguns dias após o embate entre os “Nauas” com dois outros povos, os “Iaminauas” e os “Conibos” (Castelo Branco, 1958: 75). Poderia se depreender desse embate que os “Nauas”, localizados no estirão de mesmo nome, eram distintos dos povos “Conibos” e “Iaminauas” por estarem em conflito. Os vários subgrupos Jaminawa, no entanto, guerreavam entre si constantemente, podendo os “Nauas” aqui referidos serem qualquer povo Pano, inclusive Jaminawa.

Mesmo sem informações precisas sobre os “Nauas”, é possível que João da Cunha Correia sabia tratar-se de um povo da língua Pano, distinto dos Manchineri, da família lingüística Aruak, com os quais João da Cunha Correia também teve contato. O Diretor dos Índios do Juruá, antes de voltar a Tefé, subiu os rios Tarauacá e Envira, passando para o Purus, onde foi presenteado por um tuchaua das imediações do rio Chandless com uma índia Manchineri, batizada com o nome de Leocádia, vindo a falecer em 1912. Portanto, João da Cunha Correia, em 1858, além de ter estado em uma aldeia dos “Naua”, no Juruá, também foi em uma aldeia Manchineri, no Purus, situada na foz do Araçá, sendo um dos primeiros brasileiros a entrar em contato com esses povos (Castelo Branco, 1961: 167).

Posteriormente, no ano de 1861, o Diretor dos Índios do Purus, Manoel Urbano, nomeado para esse cargo desde 1853, também entrou em contato com índios Manchineri. Em sua primeira viagem oficial de exploração do Alto Purus, tida como a terceira expedição organizada pelo governo amazonense à região do atual Estado do

Acre, ele subiu o Juruá passando da foz dos rios Acre, Chandless e Iaco. Ele não chegou a subir muito esse último rio, onde em seu alto curso encontra-se atualmente a TI Mamoadate. Ainda assim, no caminho, deparou-se com malocas de diversos povos indígenas, entre eles os Manchineri, chegando a declarar que estes eram os mais adiantados, porque plantavam, fiavam e teciam o algodão, confeccionando roupas e redes bastante parecidas com aquelas usadas pelos bolivianos que desciam o rio Madeira (Castelo Branco, 1958: 27).

Em 1862, realizou-se a quarta expedição ao Alto Purus, que contou com a colaboração de Manoel Urbano, mas foi chefiada pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho. Procurando informações mais precisas sobre o Purus, o governo amazonense resolveu organizar uma expedição comandada por uma “pessoa possuidora de conhecimentos capazes de realizar uma verificação científica e mais profícua” da região (Castelo Branco, 1958: 31). Essa expedição contou, ainda, com o botânico alemão G. Wallis, expressão do interesse do Presidente da Província do Amazonas em obter informações científicas. De acordo com Euclides da Cunha, o engenheiro Coutinho, “primeiro representante da ciência européia que penetrou o Purus”, estava encarregado de realizar levantamentos hidrográfico, geológico, da flora e dos povos indígenas, destacando os “meios mais eficazes para vinculá-los à civilização”. Cabia a ele e sua equipe, ainda, encontrar a passagem do Purus ao Juruá pelo “varadouro” – caminho terrestre que liga o curso de dois rios - descoberto anteriormente por Manuel Urbano. Tendo subido apenas até Hiutanaã, acabou não percorrendo o varadouro, mas produziu muitas informações sobre o Purus (Cunha, 2003: 236).

A quinta expedição ao Alto Purus foi coordenada pelo geógrafo inglês William Chandless, que em missão da Real Sociedade Geográfica de Londres na América do

Sul, resolveu explorar o rio Purus, em 1864-65. Com equipamentos mais apropriados que os do engenheiro brasileiro, Chandless fez várias medições da extensão dos rios e marcou várias coordenadas, chegando a ilustrar “o seu trabalho com um mapa do rio”, provando a navegabilidade do Purus e concluindo que ele não nascia nos Andes, não sendo o Madre de Dios a sua fonte (Castelo Branco, 1958: 35). O geógrafo inglês também descreveu o relevo, o clima, a hidrografia, a vegetação, a fauna, a vazante e os costumes de alguns povos indígenas. Avançou mais que as expedições anteriores, mas também não resolveu o problema de encontrar uma passagem para a Bolívia (Chandless, 1949).

Em sua viagem, ele manteve contato com os Manchineri, que demonstraram conhecer palavras espanholas, o que supõe a existência de relações anteriores com peruanos ou bolivianos. Nessa mesma expedição, Chandless adentrou o rio Juruá, tendo sua viagem sido interrompida, em 1867, devido a um ataque dos índios “Nawa” 346 milhas acima da boca do Tarauacá, no local posteriormente denominado seringal Ouro Preto, pouco acima da foz do Riozinho da Liberdade (Chandless, 1869). De acordo com o padre Tastevin, quando do retorno de Chandless a Belém, ele “tornou conhecido, através de conferências, a existência do rio Mu [Riozinho da Liberdade], um pouco a jusante da cabana dos índios autodenominados ‘Naua’ que alguns dias depois, em torno de meados de novembro, o impediam de levar adiante a sua exploração” (Tastevin, 1928: 207).

As conferências de Chandless e os mapas e dados por ele produzidos, juntamente com as informações de outros exploradores, contribuíam aos poucos para a construção do conhecimento espacial sobre os Altos Juruá e Purus, dando forma a uma cartografia incipiente. Depois da viagem do geógrafo inglês, nova expedição foi

organizada para o Purus, agora comandada pelo norte-americano Asrael D. Piper, que chegou na Bolívia em 1868 querendo povoar áreas ao norte daquele país. Ele subiu o Purus, em 1871, e estabeleceu um barracão entre os Manchineri da Bolívia, mas não descobriu terras novas por não ter ultrapassado a área percorrida por Chandless (Castelo Branco, 1958: 42). O explorador norte-americano, a serviço do governo boliviano, subiu o rio com o propósito de povoá-lo, levando em suas viagens diversos nordestinos. Em 1880, o povoamento iniciado por Piper ultrapassava a foz do rio Iaco, atingindo a foz do rio Chandless em 1883 e do Santa Rosa em 1884 (Castelo Branco, 1961: 165-168).

No mesmo ano da primeira viagem de Piper ao Purus, 1871, um outro explorador, Antônio Rodrigues Pereira Labre, instalou-se na região que se tornou parte do Território do Acre e fundou um povoado que foi elevado à categoria de cidade, em 1894, com o nome de São Luiz de Lábrea. Coube a ele o feito de ter pela primeira vez viajado de barco de Labrea ao rio Acre, via Madeira e Beni (Castelo Branco, 1958: 46). Ele afirmava que tanto os “Maneteneris” quanto os “Canamaris” eram numerosos e pacíficos, dedicados à agricultura, especialmente do algodão. Acrescentava que os Manchineri “desejam a aproximação dos civilizados, pedindo e instando para que os tirem do estado selvagem em que vivem” (Castelo Branco, 1958: 47).

Essa visão de serem os Manchineri “bons selvagens” é recorrente na historiografia acreana, mas revela muito pouco sobre como eles percebiam os “civilizados”. O olhar dos povos indígenas interessava apenas para ampliar o conhecimento geográfico da região, sendo eles sempre que possível consultados sobre a ligação fluvial com a Bolívia. Como cada povo usava topônimos distintos, entretanto, muitas vezes o conhecimento indígena era desvalorizado.

Ao governo amazonense interessava mais o conhecimento científico da região, tanto que quatro anos após a expedição de Labre, em 1875, uma outra expedição foi organizada, sendo comandada pelo primeiro tenente da armada, Augusto José de Souza Soares. Essa expedição objetivava encontrar a comunicação entre o Madre de Dios e o Purus, que supostamente existiria. Mesmo Chandless já tendo afirmado anteriormente a não existência dessa passagem, a dúvida e a vontade de encontrá-la permaneceram. Para Euclides da Cunha, essa dúvida estava presente por causa das proximidades das cabeceiras de ambos os rios: “as dúvidas que sempre houve relativamente às origens do Purus, a par da grande confusão dos geógrafos, indicando-o como um prolongamento do Madre de Dios; e notamos, de relance, na estreita vizinhança das cabeceiras daqueles rios uma das causas dos erros perpetrados” (Cunha, 2003: 243).

Também procurando resolver o problema do desconhecimento sobre as nascentes do Purus, Augusto José de Souza Soares partiu com a missão de ultrapassar a região já desbravada por Chandless, devendo explorar as nascentes do Iaco e de outros afluentes do Purus (Castelo Branco, 1958: 44). Como os demais exploradores, produziu várias informações sobre a região, todas importantes no processo de construção da cartografia acreana, mas não achou uma ligação com a Bolívia.

Paralelamente às expedições de exploração do Alto Purus, o povoamento do rio aumentava. A inauguração da navegação a vapor, em 1869, com o vapor “Madeira”, da Companhia Fluvial do Amazonas, em muito contribuiu para o estabelecimento dos seringais, transportando diversos seringueiros para morarem em suas margens e afluentes (Castelo Branco, 1947: 120). O mesmo acontecia no Alto Juruá, juntamente com as explorações crescia o contingente populacional nas margens do rio e de seus afluentes.

No início de 1884, o pernambucano Antônio Marques de Meneses, mais conhecido pelo apelido de “Pernambuco”, juntamente com alguns companheiros, subiu o rio Juruá e aportou no “estirão dos nauas”, próximo à foz do rio Moa, denominado “Centro Brasileiro” por ele alguns anos depois, em 1894. Antônio Meneses foi outro explorador a entrar em contato com os Nawa e sua recepção não foi pacífica: ele foi expulso pelos índios localizados no “estirão dos nauas”. Ainda em 1884, os italianos Henrique Cani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer e os brasileiros Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Souza exploraram o Juruá com o propósito de o povoarem. Nessa excursão,

encontraram elles pelas cercanias do rio Moa, extensos bananaes e grande numero de índios, que os iam seguindo com o maior interesse, por terra. No meio do estirão dos Nauas, justamente no local em que, hoje, se encontra o barracão do seringal Burityzal, foram os viajores a terra, deparando com uma enorme maloca dos selvicolas chamados “Nauas”, os quaes deram o nome ao dicto estirão, e após uma certa demora, necessária, apenas para oferecerem aos aborigenes alguns brinquedos e outros objetos que lhes despertassem curiosidade, continuaram sua rota, parando novamente na extremidade Sul do referido estirão, na terra firme, presentemente appellidada “Colônia Rodrigues Alves”, e ahi encontraram novamente muitos índios, tendo-lhes feito offerecimentos idênticos (Castelo Branco, 1930: 594).

O encontro desses povoadores do Juruá com os Nawa foi menos belicoso que aquele de Pernambuco, ambos em 1884. Foi possível a essa expedição, composta por italianos e brasileiros, visitar as duas aldeias dos Nawa, situadas no estirão de mesmo nome, e distribuir “brinquedos e outros objetos” entre eles. Como em outras regiões do país, o contato dos exploradores com povos indígenas estava calcado no oferecimento de presentes, em geral sem grande utilidade e interesse para os indígenas. Dos objetos que os italianos e brasileiros possuíam, interessaram muito mais as armas de fogo, tanto que os Nawa tentaram “se apossar das armas de fogo dos itinerantes, instrumentos estes

a que prestavam muita atenção e pelos quais se mostraram muito interessados desde o primeiro encontro” (Castelo Branco, 1958: 77).

A partir de 1888, vários expedicionários começaram a penetrar o rio Moa e, em 1893, alcançam os últimos pontos do rio onde havia seringa, inclusive o rio Azul ou Breguesso (Castelo Branco, 1961: 209). Neste último ano, os Nawa já não se encontravam em regiões por eles antes ocupadas. Até então foram localizados no rio Moa, no Paraná dos Mouras e no seringal Buritizal, sendo desalojados dessas localidades pelo explorador Galdino Lopes da Silva (Castelo Branco, 1950: 09-10).

Antes de 1893, mais exatamente em 1889, sob a direção de Francisco Xavier Palhano, novo grupo de exploradores subiu o Juruá, indo do Juruá-Mirim até Flora. No ano de 1890, Palhano e alguns companheiros subiram o Juruá da Boca do rio Tejo até o rio Breu. Depois de Palhano, doze brasileiros navegaram do Breu até a foz do rio Vacapistéa, indo além do território posteriormente considerado brasileiro. Muitos desses exploradores estabeleceram seringais ao longo do rio Juruá e de seus afluentes, o que forçou a migração de diversos povos indígenas da região.

No ano em que os exploradores chegaram ao rio Breu, afluente do Juruá, em 1890, Avelino Chaves percorria o alto Iaco, afluente do Purus. Oito anos depois, em 1898, João Cancio Fernandes realizou uma viagem de exploração ao alto Iaco, subindo seu curso até o igarapé Abismo. Neste mesmo ano, Avelino de Medeiros Chaves desbravou o seringal Guanabara, “sendo um trabalho difícil, por se acharem as terras habitadas por tribos selvagens dos Catianas, Canamarys, Inamarés, Capixis, Manetenerys, etc., predominando os Catianas” (Castelo Branco, 1947: 145).

Os seringais dos Altos Purus e Juruá, formados em fins do século XIX, eram delimitados de uma forma pouco convencional para propriedades privadas. Os

“descobridores” à medida que subiam o rio, reservavam algumas praias para cada um, sinalizando as extremidades dos seringais com um pequeno roçado e deixando uma “taboleta” com os nomes dos proprietários (Castelo Branco, 1930: 595). Muitos seringais delimitados de forma precária foram estabelecidos sobre territórios indígenas, sendo posteriormente divididos e comercializados.

Por essa época, o Purus encontrava-se consideravelmente povoado. A população era calculada em 50.000 pessoas em 1890 e em 60.000 indivíduos, no ano de 1899. Em 1902 eram cerca de 120.000 (Castelo Branco, 1947: 122-123). O povoamento desse rio até o final do século XIX era composto por brasileiros, mas a partir do século seguinte passou a contar também com peruanos, que desciam o alto Purus. Muitos percorreram o vale do Iaco explorando caucho (*Castilloa elástica*), chegando a se estabelecerem temporariamente em alguns seringais (Castelo Branco, 1961: 200).

O mesmo pode ser dito para o Alto Juruá: a exploração e ocupação dessa região ocorreram apenas nas duas últimas décadas do século XIX, após vários embates com os povos indígenas. Neste período, a região foi povoada principalmente por migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, que, fugindo da seca de 1877, estabeleceram várias colocações e estradas de seringa. Em fins da última década do século XIX, o Alto Juruá já estava povoado por brasileiros, quando peruanos “caucheiros” explorando o caucho e outros produtos florestais, como peles de animais silvestres e madeiras-de-lei, ocuparam a região. Estes peruanos fundaram alguns estabelecimentos na foz do rio Moa, no rio Breu e em frente à foz do Amahuacas (Riozinho Cruzeiro do Vale<sup>22</sup>). A ocupação dos caucheiros peruanos foi itinerante e de curta duração, encerrando-se no início do século XX, enquanto a dos nordestinos foi maciça e duradoura (Castelo Branco, 1930: 640).

---

<sup>22</sup> Onde hoje situa-se a cidade de Porto Valter.

Os peruanos começaram a ocupar a região mais precisamente em 1896, firmando-se em alguns rios por meio de arrendamento ou compra de seringais. Com arrendamentos, ocorreu a ocupação de Porto Alberto por Vicente Mayna e de Centro Brasileiro por Hidalgo Roiz e Co. Outros pontos foram comprados, como no caso dos seringais Monte Cristo e Monte Rico, por Assunción e Roiz, no Juruá Mirim, e Novo Recreio<sup>23</sup>, por Hidalgo e Roiz, no rio Moa (Castelo Branco, 1961: 215).

Essas duas “frentes extrativistas”, a dos caucheiros peruanos e a dos seringalistas e seringueiros brasileiros, entraram em contato com os grupos indígenas da região de forma violenta, promovendo as “correrias” que levaram à dizimação, à escravização ou à aceitação das relações produtivas impostas, além da dispersão dos grupos indígenas (Castelo Branco, 1961: 178). Uma das principais conseqüências das correrias foi “a dispersão dessas populações pela extensa área de floresta banhada pelas bacias dos vários afluentes dos altos rios Purus e Juruá” (Aquino & Iglesias, 1994: 8). Nas correrias, os agentes da ocupação dos Altos Juruá e Purus utilizavam muitas vezes índios considerados “pacificados” para escravizar ou dizimar aqueles grupos mais resistentes ao contato.

Com o aumento da ocupação dos Altos Juruá e Purus por peruanos e brasileiros, as constantes correrias e as várias guerras intertribais, ocorreram entre os povos indígenas da região diversas migrações e alterações na organização social, além da inserção de muitos deles no sistema de produção da borracha, da redução dos territórios por eles ocupados e do decréscimo populacional. Para Castelo Branco:

O que é evidente é que de certo modo, a população indígena da região, principalmente, dos vales do Juruá, Tarauacá e Iaco, era considerável, porém, escorraçados a bala pelos civilizados: brasileiros (seringueiros) e peruanos (caucheiros), além das lutas internas entre as próprias tribos, o seu número foi

---

<sup>23</sup> Este seringal, atualmente desativado, encontra-se inserido parcialmente nos limites identificados e delimitados da TI Nawa.

decrecendo de tal modo que na época em que o govêrno brasileiro estabeleceu o Território do Acre, já os seus grupos estavam mui reduzidos (Castelo Branco, 1950: 13).

Com a definição do Território do Acre, no início do século XX, poucas mudanças ocorreram nas relações interétnicas entre os povos indígenas e os agentes da frente de expansão extrativista da borracha. Uma maior precisão nas representações cartográficas, contudo, foi constituída, especialmente sobre as fronteiras brasileiras com a Bolívia e o Peru. Nesse período, os extensos seringais foram consolidados e a empresa seringalista chegou ao seu auge, com uma produção elevada de borracha transportada para as casas aviadoras de Manaus, de onde seguiam para o mercado internacional.

## **2.2. A definição do Território do Acre: incertezas cartográficas e consolidação do povoamento**

O governo brasileiro passou a atuar com maior constância na região dos altos rios Juruá e Purus em fins do século XIX e início do seguinte, objetivando um maior controle sobre a região, especialmente com as primeiras ações voltadas para a definição da fronteira com os países vizinhos, Bolívia e Peru. Nesse período, os altos rios Acre, Purus e Juruá encontravam-se ocupados por seringueiros brasileiros e uns poucos caucheiros bolivianos e peruanos.

Os limites com a Bolívia haviam sido definidos por meio do tratado de Ayacucho, assinado pelos dois países em 1867. Oficialmente, as terras dos altos rios Acre, Juruá e Purus passaram a pertencer ao país vizinho, apesar de permanecerem algumas incertezas em relação à precisão dos limites fronteiriços. Por esse motivo, a

validade legal do tratado ficou condicionada à demarcação dos limites por uma comissão com representantes de ambos os países e ao regime do *uti possidetis*, não assegurando uma definição precisa da fronteira. Os limites eram tão incertos no tratado, que declaradamente afirmava-se no documento a necessidade anterior de se conhecer as nascentes do rio Javari para posterior demarcação. As terras ao norte das nascentes do rio pertenceriam ao Brasil, e aquelas ao sul à Bolívia.

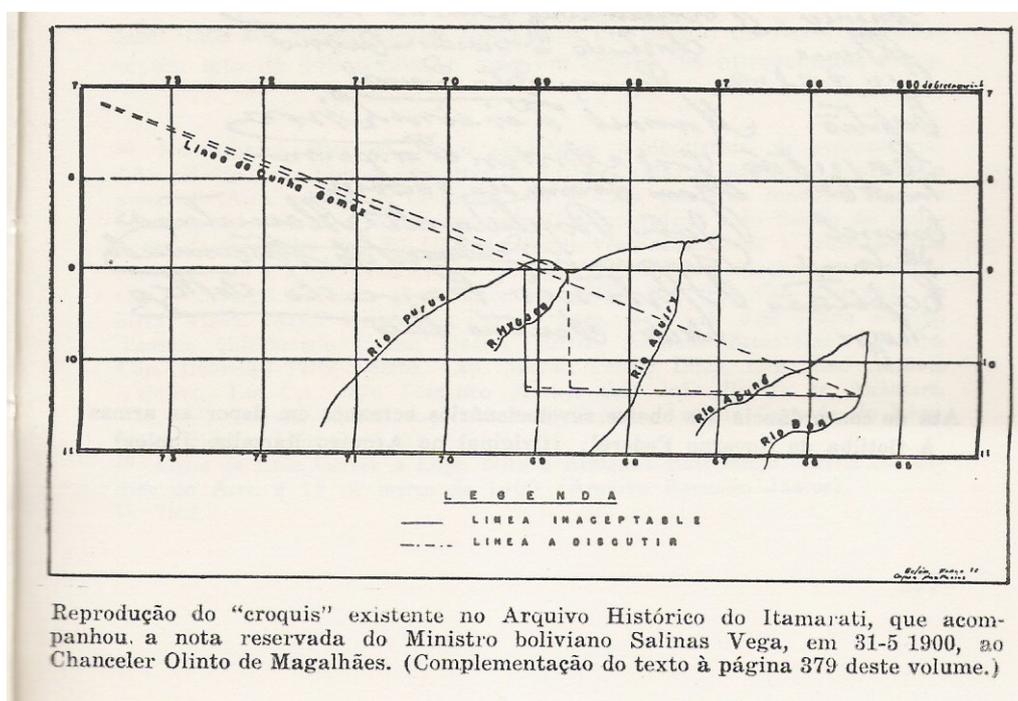
Diante da necessidade de se conhecer o curso do rio Javari para a definição dos limites fronteiriços, as atividades de descobrimento dele tiveram início em 1870 e se estenderam até 1878, quando foram suspensos os trabalhos por ter sido o rio Jaquirana considerado a principal nascente. A informação de ser o Jaquirana a nascente do Javari havia sido divulgada por uma comissão mista brasileiro-peruana, que em 1874 procurava estabelecer um tratado de limites entre o Brasil e o Peru. Os diplomatas brasileiros e bolivianos, com base nessa informação, acharam que a indefinição dos limites entre Brasil e Bolívia estava resolvida, mas no meio acadêmico a dúvida permanecia (Tocantins, 1979).

Nessa década e nas duas outras que se seguiram, a região dos altos rios Acre, Purus e Juruá estava cada vez mais povoada, despertando a preocupação do governo boliviano com a visível extrapolação da incerta fronteira por brasileiros. Após negociações, em 1895, foi assinado por representantes dos dois países um protocolo para a criação de uma comissão mista de demarcação da fronteira (Costa, 2003). Em 1896, a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, chefiada no Brasil pelo coronel Thaumaturgo de Azevedo e pelo capitão tenente Augusto Cunha Gomes, percorreu a região e colocou marcos nos rios Iaco, Purus e Acre (Castelo Branco, 1947 e Tocantins, 1979).

Os trabalhos dessa comissão foram criticados pelo próprio Thaumaturgo de Azevedo, ao assumir o desconhecimento sobre as nascentes do Javari e afirmar o descabimento de considerar o rio Jaquirana como sua nascente. Como a comissão mista do Brasil e da Bolívia não se deslocou até às nascentes do rio Javari, permaneceu a incógnita geográfica de então, sobre a linha Beni-Javari, atualmente conhecida como linha Cunha Gomes. Por esse motivo, os trabalhos de demarcação da fronteira foram novamente suspensos no ano de 1898. O governo boliviano, ainda preocupado com a invasão das suas terras frente à não definição das fronteiras, pleiteou e conseguiu o direito de estabelecer repartições fiscais nos limites do atual Acre (Costa, 2003).

Quando o governo boliviano se deu conta da ocupação brasileira, procurou fazer-se mais presente na região. Em janeiro de 1889, instalou uma alfândega, com o nome de Puerto Alonso, no Alto rio Acre, então território boliviano definido pelo Tratado de Ayacucho (1867). Inicia-se uma fase de aumento dos impostos, de controle dos seringais e da produção de borracha, e de abertura dos rios Acre, Iaco e Purus à navegação internacional, entre outras medidas que geraram o descontentamento dos seringueiros brasileiros. A partir dessa ação boliviana, surgiram as “insurreições acreanas” contra a presença da Bolívia na região. Após organizarem uma resistência à administração boliviana, com apoio de políticos e comerciantes de Belém e Manaus, os seringueiros declararam, em 14 de julho de 1899, o Estado Independente do Acre, presidido por Luiz Galvez e com uma capital denominada Cidade do Acre, situada no local anteriormente conhecido como Puerto Alonso (Tocantins, 1979). Como o governo brasileiro não apoiou o Estado Independente, no mesmo ano assinou juntamente com o governo peruano um Protocolo que objetivava resolver a dúvida sobre as nascentes do Javari, por meio de novas expedições de demarcação da fronteira.

No ano seguinte, o governo brasileiro passou a negociar com o movimento separatista do Acre, com o intuito de deixar livre a região para o domínio da Bolívia, ocorrendo uma rendição pacífica e a retomada de Puerto Alonso pelos bolivianos. Nesse mesmo ano, o governo boliviano procurava negociar os limites com o Brasil, como pode ser notado no mapa abaixo. Representando de forma precária apenas os limites fronteiriços e alguns cursos fluviais, esse mapa demonstra o estágio do conhecimento cartográfico boliviano naquela época sobre a região. Como pode se notar na legenda, havia um limite inaceitável pelo governo boliviano e outro passível de negociação.



Fonte: TOCANTINS, Leandro. 1979. Formação Histórica do Acre. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre

Paralelamente às negociações dos governos brasileiro e boliviano, os seringueiros brasileiros não se conformavam com o domínio da Bolívia. No ano de 1901, quando a região vivia um aparente período de calma, foi encerrada também a discussão sobre as nascentes do rio Javari, sendo confirmada a sua nascente no rio Jaquirana. Essa confirmação definitiva foi realizada pela expedição mista - organizada

com base no Protocolo de 1899 - chefiada pelo engenheiro Luís Cruls, diretor do Observatório Nacional, e D. Adolfo Ballivina, da parte Boliviana (Tocantins, 1979: 88).

Mesmo assim, procurando se prevenir de uma outra ofensiva dos seringueiros brasileiros, que permaneciam descontentes, a Bolívia criou juntamente com os Estados Unidos o *Bolivian Syndicate*, destinado ao controle do território e da exploração da borracha, por meio do arrendamento aos norte-americanos da área do atual Estado do Acre. Cada vez mais descontentes, os seringueiros se organizaram novamente a partir de 1902, agora sob a liderança de Plácido de Castro, iniciando novos combates aos bolivianos. O envolvimento dos americanos levou o governo brasileiro a enviar tropas militares para apoiar os seringueiros. Em janeiro de 1903, na quarta e última insurreição, comandada por Plácido de Castro, os brasileiros saíram vitoriosos, expulsando os bolivianos de Puerto Alonso (Tocantins, 1989).

Nesse período, os limites entre o Brasil e a Bolívia ainda permaneciam indefinidos. Os governantes de ambos os países possuíam visões distintas sobre os limites fronteiriços, como pode se notar observando os mapas na próxima página. O primeiro mapa representa o entendimento do governo brasileiro sobre os limites entre os países e o outro representa a noção boliviana. Comparando os dois mapas nota-se uma área em disputa; o governo brasileiro procurando avançar sobre terras tidas pelo governo boliviano como pertencentes ao seu país e vice-versa.

Ao longo de 1903, entretanto, as negociações avançaram e os governos boliviano e brasileiro chegaram a um acordo. Frente à revolução acreana, de 1902 a 1903, as negociações entre Brasil e Bolívia levaram ao estabelecimento do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, definindo os limites das possessões brasileiras em relação à Bolívia. Os limites atualmente pertencentes ao Acre foram integrados ao



Brasil e em contrapartida a Bolívia recebeu dois milhões de libras esterlinas, uma pequena área do território do atual Mato Grosso e a promessa de construção pelo governo brasileiro da ferrovia Madeira-Mamoré.

Com o Tratado de Petrópolis, o povoamento brasileiro nos altos Juruá e Purus foi reconhecido, dando início a uma série de medidas voltadas para a administração governamental da região. No ano seguinte, o Congresso Nacional autorizou<sup>24</sup> o Presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, a administrar provisoriamente o recém reconhecido Território Federal do Acre. Neste mesmo ano, o Território do Acre foi dividido<sup>25</sup> em três departamentos administrativos, denominados Alto-Acre, Alto-Purus e Alto-Juruá.

O Departamento do Alto-Purus “compreende a região regada pelo rio Iaco ou Hiuaco e pelo Alto-Purus com todos os afluentes deste, inclusive o Chandless, o Curanja e Curinja, até às cabeceiras dos mesmos rios, contanto que não fiquem ao sul de 11° de latitude austral, e para oeste dessas cabeceiras tudo quanto a Bolívia reclama ou podia reclamar do Peru nas bacias do Urubamba e do Ucaiale”. O Departamento do Alto-Juruá, por sua vez, “abrange as terras regadas pelo rio Tarauacá e seus afluentes e pelo Alto-Juruá e todos os seus tributários, inclusive o Moa, o Juruá-Mirim, o Amônia, o Tejo, o Breu, até às cabeceiras dos mesmos rios, e para o oeste das cabeceiras tudo que a Bolívia reclamava ou podia reclamar do Peru na bacia do Ucaiale” (Tocantins, 1979: 316 V. II). Assim definidos os departamentos, percebe-se que a TI Mamoadate localiza-se hoje onde era o Departamento do Alto Purus, enquanto as TIs Nawa e Kampa do Rio Amônia na região antes pertencente ao Departamento do Alto Juruá.

Com a divisão do Território do Acre em departamentos<sup>26</sup>, fundou-se o povoado

<sup>24</sup> Pela Lei nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.

<sup>25</sup> Pelo Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904.

<sup>26</sup> Os municípios do Território do Acre somente foram criados pelo Decreto nº 9.831, de 23 de outubro de

de Sena Madureira, em 25 de setembro de 1904, capital do Departamento do Alto-Purus, em terras do seringal Santa-Fé. O primeiro prefeito do Departamento foi o General Dr. José de Siqueira Menezes. No dia 01 de junho de 1908, o povoado foi elevado à categoria de cidade (Castelo Branco, 1947: 148-149). No Alto Juruá, foi fixada a sede provisória da prefeitura no local denominado Invencível e por Decreto de 28 de setembro de 1904, do então prefeito do Departamento do Alto Juruá, veio a ser definitivamente instalada em terras do ex-seringal Centro Brasileiro, com o nome de Cruzeiro do Sul. Em 31 de maio de 1906, Cruzeiro do Sul foi elevada à categoria de cidade (Castelo Branco, 1930: 668 e 673). Para os agentes da frente de extração da borracha a fundação desses povoados, posteriormente dando origem às cidades, representava a consolidação da ocupação e povoamento da região.

Por meio da administração empreendida pelo Departamento do Alto-Juruá a consolidação do povoamento no Território do Acre fica ainda mais visível. O primeiro prefeito desse departamento, de um total de 29, foi o coronel do Exército Gregório Thaumaturgo de Azevedo, quem permaneceu no cargo de setembro de 1904 a fevereiro de 1905 e, posteriormente, de dezembro de 1905 a julho de 1906. Logo em seu primeiro ano como prefeito, o então coronel Thaumaturgo de Azevedo procurou regulamentar a atividade de extração da seringa. Ele criou a Lei do Trabalho<sup>27</sup> e regulamentou o trânsito e o comércio dos “regatões”<sup>28</sup> (Azevedo, 1905: 06-09). Com essa atuação, em um período de produção crescente da borracha, o prefeito procurou estabelecer limites ao autoritarismo dos patrões, pois como mencionado por ele em um de seus relatórios ao Ministro da Justiça e Negócios Exteriores:

---

1912 (Castelo Branco, 1930: 684).

<sup>27</sup> Pelo Decreto nº 15, de 15 de dezembro de 1904.

<sup>28</sup> Pelo Decreto nº 16, de 24 de dezembro de 1904, foram regulamentadas as atividades dos “regatões” – pequenas embarcações que transitavam pelos rios comercializando bens manufaturados com os seringueiros.

fui encontrar os seringueiros na posse de verdadeiros senhores feudais, dispendo a seu talante dos homens e mulheres domiciliados em suas terras. O “tronco” era uma instituição. Extinguira-se em 1888 o cativo dos negros, mas imperava ainda escandalosamente a escravatura branca, no regime do trabalho e dos castigos. Os índios eram perseguidos, massacrados em suas tabas, escravizados e vendidos. Tal era a situação, ao chegar aquelas paragens (Azevedo, 1905: 20).

A preocupação do primeiro prefeito do Departamento do Alto-Juruá para com os povos indígenas da região levou-o a adotar algumas medidas com o intuito de evitar os massacres. Para ele, era “preciso, pois, que se catechise esses verdadeiros brasileiros, victimas da ganancia deshumana dos civilizados” (Azevedo, 1905: 22). Com o interesse de integrar os índios à sociedade nacional, o referido prefeito solicitou ao Arcebispo do Rio de Janeiro o envio de padres europeus para catequizá-los, o que só veio a ocorrer anos depois. Como parte de suas atribuições, Thaumaturgo de Azevedo instituiu também a Caixa dos Índios, constituída pela contribuição mensal dos patrões que tivessem sob seu poder índios menores de 18 anos, conforme a Lei do Trabalho instituída por ele. A Caixa dos Índios, somada à Caixa de Depósitos, formada por todos, e à Caixa de Crédito, destinada a fazer operações com o produto das outras, compunha o projeto do prefeito de desenvolvimento do Departamento do Alto-Juruá, ao estabelecer em 1906 a Caixa Econômica Juruáense (Azevedo, 1906: 10).

A criação da Caixa Econômica Juruáense foi uma das ações do prefeito permitida por suas atribuições, a quem cabia fiscalizar, promover e defender os interesses do território. Pelas atribuições legais, os prefeitos detinham o poder de polícia, segurança pública e de milícia (Castelo Branco, 1930: 671). Nesse período, pode-se notar que a mentalidade dos povoadores do Alto Juruá percebia os índios como entrave à ocupação da região:

tinha-se o índio como um animal prejudicial e maléfico, incapaz de ser civilizado, pensamento, aliás, de pessoas influentes que dirigiram a colonização,

porém, ignorantes, incapazes de tomar no momento outra direção, principalmente, por encontrarem alguma resistência na ocupação da terra, a qual só poderia dar o resultado verificado, a quase extermínio dessa gente (Castelo Branco, 1950: 13).

Paralelamente à forma pejorativa de perceber os grupos indígenas e ao decréscimo dessa população, a região do Alto Juruá passava a ser cada vez mais povoada. Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, no início de 1905, tinha cerca de 30 habitantes, em 6 ou 8 barracas, e no começo do ano seguinte, 546 pessoas, em cerca de 100 barracas, das quais 11 da prefeitura. Em 1907, tinha 700 pessoas, em fins de 1908, 1.633 habitantes e, em 1909, cerca de 3.000 indivíduos. Neste último ano, os governos brasileiros e peruanos estabeleceram os limites fronteiriços entre os países, após negociações que iniciaram ainda em 1904, logo em seguida à assinatura do tratado com a Bolívia.

Depois de resolvido os impasses com a Bolívia e estabelecido o Território do Acre, cada vez mais povoado, o Barão de Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, passou a negociar diplomaticamente com o Peru, que alegava direitos sobre o Alto Purus e o Alto Juruá. Os conflitos entre caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros na região de ambos os rios começavam a se agravar devido à tentativa do Peru de estabelecer aduanas em suas margens. Procurando evitar conflitos armados, a 12 de julho de 1904, foi assinado um acordo denominado *Modus Vivendi*, neutralizando as áreas de interesses mútuos e definindo providências políticas e administrativas específicas.

Mesmo com a vigência do *Modus Vivendi*, em 1904 houve combates no Alto Purus entre seringueiros brasileiros e peruanos, que desciam o rio à procura de eventuais ocupações de habitantes brasileiros. Após alguns combates, os peruanos se

retiraram da região, que permaneceu ocupada por brasileiros. No Alto Juruá, os peruanos, no mesmo ano, instalaram um destacamento militar e um posto aduaneiro na foz do rio Amônia – onde atualmente encontra-se a TI Kampa do Rio Amônia - passando a cobrar impostos, direitos e taxas. O governo brasileiro, após tentativas frustradas de solucionar os impasses com base no *Modus Vivendi*, combateu os peruanos fazendo-os recuar para a foz do rio Breu.

Como o *Modus Vivendi* estabelecia a criação de comissões para realizarem o reconhecimento geográfico dos rios Juruá e Purus, ainda em 1904, os governos brasileiro e peruano nomearam duas comissões mistas. A comissão mista responsável pelo mapeamento e levantamento de informações do Alto Purus foi coordenada, do lado brasileiro, pelo engenheiro e oficial reformado do exército Euclides da Cunha. A outra comissão, encarregada do mapeamento e da produção de informações sobre o Alto Juruá, veio a ser coordenada pelo então coronel Belarmino Mendonça, que dois anos depois obteve a patente de general, tornando-se marechal em 1912. As duas comissões produziram mapas<sup>29</sup> e informações de caráter científico sobre clima, hidrografia, navegabilidade, relevo, solo, fauna e flora. Também se detiveram no levantamento de diversos dados sobre o povoamento da região. No ano seguinte, em 1905, as comissões subiram os rios e chegaram até suas nascentes, subsidiando com suas informações as negociações entre os governos peruanos e brasileiros sobre a fronteira (Cunha, 2003 e Mendonça, 1989).

Até então, nenhuma expedição de caráter oficial havia chegado às cabeceiras dos rios Purus e Juruá, tendo esse mérito cabido ao oficial reformado Euclides da Cunha e ao coronel Belarmino Mendonça, ambos vinculados aos militares brasileiros, cumprindo

---

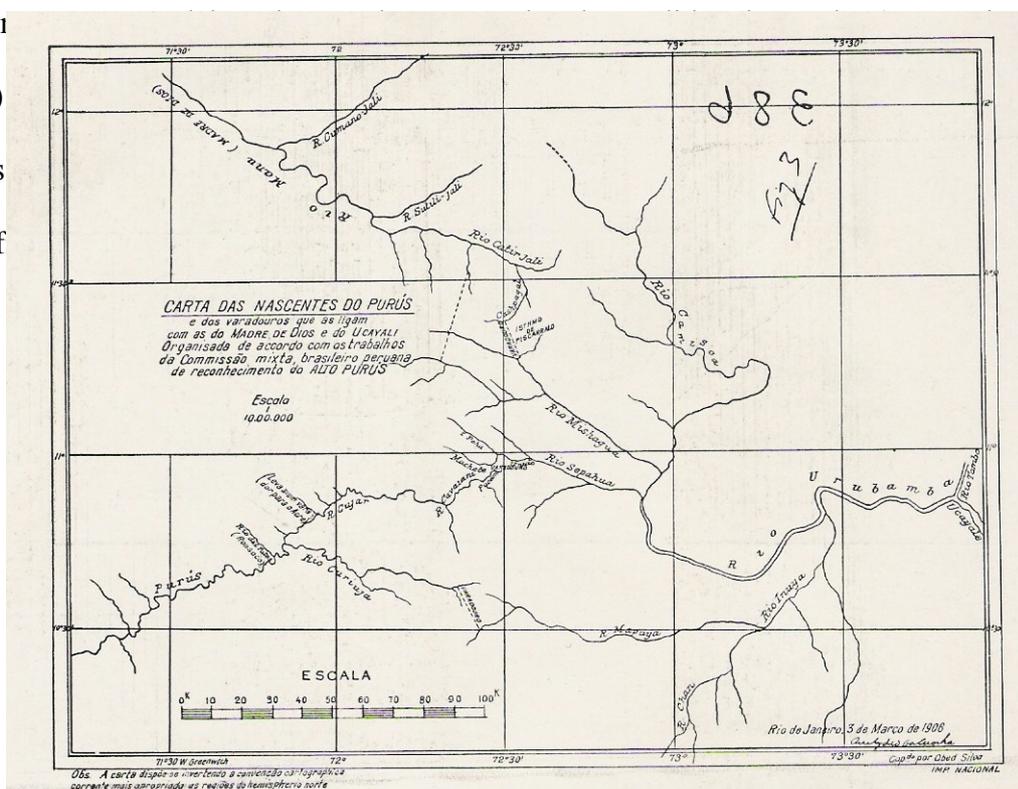
<sup>29</sup> Infelizmente não tive acesso aos mapas produzidos pelas comissões, apenas às informações descritivas que foram publicadas.

ordens do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores. No Purus, William Chandless foi quem mais subiu o rio, mas por um pequeno equívoco não chegou às nascentes. Para o historiador acreano Leandro Tocantins:

Euclides da Cunha é o primeiro grande geógrafo do Acre, superando o notável explorador inglês, William Chandless, a quem o próprio Euclides não cessa de elogiar. Chandless, porém, não chegou às cabeceiras do rio Purus, que Euclides alcança, antes de seu companheiro de comissão, o peruano Don Pedro Buenaño (Tocantins, 2003: 14).

Chandless procurava a ligação entre o rio Acre, o rio Purus e o rio Madre-de-Dios, velho problema da passagem entre as diversas bacias. Mesmo antes do geógrafo inglês, existia uma dúvida sobre o curso do Purus, que permanecia ainda no tempo da expedição de Euclides da Cunha. Esta dúvida havia sido acentuada devido à confusão feita por geógrafos que produziram diversas cópias deturpadas e distorcidas dos mapas elaborados por Chandless. Achava-se que o Purus era um prolongamento do Madre de Dios. Coube a Euclides da Cunha resolver essa dúvida, mostrando, com um mapa em escala de 1:100.000, como as cabeceiras de ambos os rios estavam próximas. Euclides da Cunha, portanto, complementando as informações de Chandless, achou a passagem do Purus para o Ucayali e desse para o Madre de Dios, por meio de “varadouros”.

Em  
seguinte)  
do Purus  
hidrográf  
Peru.



Carta das nascentes do Purus e dos varadouros que as ligam com as do Madre de Dios e do Ucayali organizada de acordo com os trabalhos da Comissão Mista, brasileira peruana de reconhecimento do alto Purus. Rio de Janeiro, 03 de março de 1906.

Fonte: FIGUEIREDO, Lima. 1944. *O Acre e suas Possibilidades*. In: Amazônia Brasileira, Excerptos da “Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A descoberta da proximidade entre as cabeceiras dos rios interessava tanto ao governo brasileiro quanto ao peruano, por ligar de algum modo o Atlântico ao Pacífico, pelos rios Acre, Purus, Juruá e Javari. Após os levantamentos das duas comissões mistas, ficou claro que todos esses rios estavam ligados por varadouros, usados há décadas por indígenas, caucheiros e seringueiros. Para Euclides da Cunha, os varadouros eram “linhas naturais de comunicação” que ligavam o Madeira ao Ucayali (Cunha, 2003: 156). Antecipando em muito os interesses desenvolvimentistas que surgiriam em fins do século XX, de construção de uma rodovia na região, Euclides da Cunha chegou a propor a criação de uma linha férrea no Território do Acre passando pelos varadouros:

A estrada de ferro Cruzeiro do Sul – Tarauacá – Sena Madureira – Rio Branco, até o Abunã, preconizada por Euclides da Cunha, é hoje a rodovia, que, embora não concluída em suas indispensáveis obras finais, ligam esses municípios do Estado do Acre pela mesma rota por ele proposta. Por isso mesmo, a BR – 364 devia chamar-se Rodovia Euclides da Cunha (Tocantins, 2003: 21).

Euclides da Cunha ressaltava a relevância dos varadouros por ligar os três Departamentos administrativos, Acre, Purus e Juruá. Para estimular a criação da linha férrea, afirmava que o primeiro trecho, de Cruzeiro do Sul a Tarauacá, já havia sido planejado pelo General Taumaturgo de Azevedo e estava, em 1905, aberto em grande parte por um seringueiro de Cocamera. Entusiasmado com a ligação entre os rios, chegou a declarar que: “a transacriana modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição hidrográfica, se transmutará em estrada internacional, de extraordinários destinos” (Cunha, 2003: 179).

O chefe da outra comissão mista, Berlamino Mendonça, não chegou a pensar no desenvolvimento da região por meio de uma infra-estrutura de transporte alternativa aos cursos dos rios, mas seus levantamentos e mapas foram também essenciais para as negociações entre Brasil e Peru em relação à fronteira. Esta Comissão, assim como a outra, procurou corrigir e complementar o mapa elaborado por W. Chandless, constatando estar o rio Juruá povoado por brasileiros, com uns poucos peruanos que percorriam as cabeceiras em busca de caucho (Tocantins, 1989: 12-13).

Com o término dos trabalhos das comissões, em fins de 1905, as informações e mapas produzidos subsidiaram as negociações entre os países, levando à assinatura do “Tratado entre Brasil e Peru”, em 12 de setembro de 1909 (ver mapas na pág. 110), estabelecendo os limites do território brasileiro e, por conseguinte, do Território do Acre. Após anos de indefinições cartográficas, foi solucionado o problema dos limites fronteiriços e estabelecido o mapa do atual Estado do Acre<sup>30</sup>. Por essa época, já havia se

---

<sup>30</sup> Somente com a Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, o Território do Acre passou à categoria de Estado.

consolidado o povoamento dos altos rios Purus e Juruá, sendo os povos indígenas cada vez mais incorporados à empresa seringalista.

A partir da década de 1910 e, principalmente, de 1920, aumentou o processo de incorporação dos povos indígenas à empresa seringalista. Segundo Aquino e Iglesias, as correrias contra os povos indígenas já haviam cessado e vários patrões contratavam mateiros para amansar os índios e colocá-los para trabalhar nos seringais. Entre os fatores que contribuíram para a incorporação dos povos indígenas à vida do seringal, encontra-se o alto custo de incorporação de mão-de-obra do nordeste brasileiro, o custo baixo e a adaptação da mão-de-obra indígena aos trabalhos na floresta, e a necessidade de diversificação das atividades produtivas com a agricultura, garantindo o abastecimento dos seringais.

Com a incorporação dos índios à empresa seringalista, eles passaram a cortar seringa e a desempenhar uma série de atividades essenciais ao funcionamento do seringal, entre elas: transportar borracha e mercadorias; varejar balsas de borracha para a cidade; abrir e limpar as estradas de seringa, campos e pastagens; edificar casas e currais; construir cercas; extrair madeiras-de-lei; fazer farinha; movimentar engenhos de cana-de-açúcar para fabricar rapadura e gramixó (açúcar mascavo); além de colocar roçados, caçar e pescar para abastecer o barracão do patrão. Nesse período, os índios ainda sofriam forte discriminação e assim como os outros trabalhadores dos seringais eram muito explorados. Essa fase estendeu-se até a década de 1970:

a inserção das populações indígenas nos seringais administrados por patrões seringalistas regionais se estende até meados da década de 70 e é categorizada pelos seus membros como o **tempo do cativo**. Os integrantes dessas populações passaram a ser indistintamente denominados de **caboclos** e a sofrer forte discriminação no interior dos seringais. Assim como os seringueiros **cariús**, se viram atrelados aos **barracões** dos **patrões**, sendo obrigados a pagar **renda** pela utilização das **estradas de seringa** e roubados nos preços da borracha e das demais **mercadorias**. Eram proibidos de praticar festas e rituais

de suas tradições culturais, assim como de atualizar importantes aspectos de suas formas próprias de organização social e política (Aquino e Iglesias, 1994: 16 – negritos dos autores).

Nos seringais, a ocupação humana era definida pelas “colocações”, tidas como unidades que articulam ao mesmo tempo formas de uso comum e de uso privado dos recursos naturais disponíveis (Aquino e Iglesias, 1994: 57). Constituída por grupos domésticos que utilizam os recursos da floresta, a colocação é uma “unidade de manejo”, uma “forma de organização social” e uma “unidade de uso de recursos naturais” (Almeida, 1990). O uso destes, centrado principalmente na extração do látex da seringueira (*Hevea brasilienses*), mas também em atividades de caça, pesca, extrativismo e agricultura, gerava pequenas alterações no meio biofísico<sup>31</sup>. No modo de vida dos povos indígenas que passaram a viver nos seringais, entretanto, diversas alterações ocorreram. Como mencionado por Aquino e Iglesias:

ao serem incorporados nos seringais, as populações indígenas foram obrigadas a abandonar seus tradicionais padrões de moradia e de organização política. Deixaram as aldeias e cupichauas, que abrigavam grupos familiares extensos ligados por relações de consangüinidade, alianças matrimoniais e laços econômicos e políticos. A partir de sua inserção na matriz espacial e produtiva da empresa seringalista, os grupos familiares indígenas passaram a ocupar colocações, onde desempenhavam um conjunto de atividades produtivas para a subsistência e a comercialização (Aquino e Iglesias, 1999: 02).

As modificações no modo de vida dos povos indígenas devido a sua incorporação à empresa seringalista ocorreram ao longo de várias décadas do século XX. Os seringais passaram por um período de intensa produção, que durou até 1912. Desde então, com a entrada da produção gomífera dos seringais de cultivo da Malásia no mercado, em quantidade maior e com custos mais baixos, iniciou-se uma longa fase

---

<sup>31</sup> Para um aprofundamento sobre a relação espaço, representação e identidade entre seringueiros no Acre ver Marchese (2005), que examina as razões histórico-econômico-sociais presentes na organização dos seringais.

de crise no sistema produtivo devido à baixa do preço da borracha. Nesse período, a produção de borracha no Acre diminuiu gradativamente. Várias casas aviadoras de Manaus e Belém decretaram falência, gerando um afrouxamento das relações de subordinação dos seringueiros aos patrões. Em alguns casos, os seringueiros abandonaram os seringais sem saldarem suas dívidas, em outros, houve uma significativa redução das mercadorias comercializadas nos barracões e o transporte com comboios de animais foi desativado, tendo o seringueiro que transportar ele mesmo a borracha produzida. Os seringais, mesmo que precariamente, continuaram com a produção de borracha e procuraram diversificar suas atividades com a produção extrativa e agrícola (Pantoja, 2004).

Décadas depois, mais especificamente a partir de 1940, novo impulso foi dado à produção de borracha, em consequência da Segunda Guerra Mundial. O governo federal procurou monopolizar a extração do látex e chegou a direcionar uma nova leva migratória do Nordeste para a região Amazônica, criando nesse período o Banco de Crédito da Amazônia, com o objetivo de garantir financiamentos para o aumento da produção (Gonçalves, 1991: 29-30). Conforme Sutton:

em 1942, mais trabalhadores do Nordeste eram recrutados para produção de borracha. Eram conhecidos como “soldados da borracha”, financiados por novos créditos governamentais, com o objetivo de atender a demanda norte americana criada pela guerra de pneus para os veículos militares (Sutton, 1994: 78).

A partir de meados da década de 1950, representantes do Sindicato de Fabricantes de Pneus passaram a combater a política do Governo Federal alegando que ao incentivar a permanência de um sistema ineficiente de produção de borracha dificultava-se a expansão do setor automobilístico e perpetuava-se a miséria do seringueiro (Aquino e Iglesias, 1994).

A partir de 1966, em meio à estagnação da empresa seringalista, o governo federal passou a incentivar projetos de desenvolvimentos madeireiros, agropecuários e de mineração na Amazônia, ocorrendo a formação de grandes latifúndios (Gonçalves, 1991:37). Alguns ex-seringalistas e novos ocupantes oriundos do sul do país estabeleceram-se na região como “proprietários” de fazendas para a criação de gado, com o conseqüente desmatamento da floresta para a abertura de pasto (Coffaci de Lima, 1993).

Essa frente de ocupação que chegou ao Acre, voltada para a compra de extensas terras por especuladores do sul do país, acentuou-se a partir da década de 1970. Um duplo processo foi então deflagrado: a implantação de fazendas de gado e a desintegração da empresa seringalista. No Alto Purus esse processo ocorreu de forma mais intensa que no Alto Juruá, mas em ambos gerou conflitos sociais que resultaram na expulsão dos colonos e dos índios das áreas de antigos seringais. Os “paulistas”, como ficaram conhecidos no Acre, enquadravam-se nas políticas de incentivo ao desenvolvimento adotadas pelo governo federal para a região amazônica desde a segunda metade da década de 1960 (Gonçalves, 1991:37).

Ainda procurando incentivar a produção de borracha, paralelamente a outras formas produtivas, o governo brasileiro criou, em 1972, o PROBOR (Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal). Este programa esteve sob a administração da SUDHEVEA (Superintendência de Desenvolvimento da Borracha), que implantou, entre 1972 e 1975, 18 mil hectares de cultivo na Amazônia. O programa visou também a recuperação dos seringais nativos da região. Com o fracasso do programa em 1978, o governo criou o PROBOR II, desenvolvido até 1982, mas sem muito sucesso. Tais programas tiveram o intuito de tirar o Brasil da situação de importador de borracha,

dependente do mercado asiático (Gonçalves, 1991: 31-32). Esses programas governamentais de incentivo à produção da borracha, entretanto, vieram a reforçar a estrutura de dominação sobre os seringueiros e as populações indígenas:

em função dos contratos de arrendamento, dos financiamentos canalizados junto a bancos oficiais, bem como da obrigatoriedade do pagamento da renda das estradas de seringa, os patrões lograram que os seringueiros não conquistassem maior liberdade para comercializar suas produções nas cidades ou junto a regatões. Este conjunto de iniciativas atualizadas pelos patrões, com apoio dos bancos oficiais, contribuiu para a manutenção, no pós-guerra e até final da década de 70, das relações de dominação nas quais as populações indígenas já estavam inseridas desde as primeiras décadas do século (Aquino e Iglesias, 1999: 05).

Com o decadente incentivo governamental para manter alta a produção da borracha, a partir de fins da década de 1980, os seringais começaram a ser “abandonados” pelos seringalistas, colocando os seringueiros, indígenas ou não, em uma situação de “marginalidade”. Segundo Little, com as oscilações dos interesses do mercado capitalista, vários recursos naturais e mercadorias saem da mira das forças econômicas hegemônicas, gerando uma situação de “marginalidade econômica” dos distintos grupos sociais, que ficam localizados em áreas intersticiais aos centros econômicos (Little, 2002: 05).

Em um período de marginalidade econômica de vários grupos sociais no Acre, pode-se notar uma nova fase das representações cartográficas das regiões dos Altos Juruá e Purus, agora relacionado às propriedades privadas, TIs e UCs. Existe, portanto, continuidades e rupturas no conhecimento cartográfico associado ao Acre. Como procurei mostrar, a ocupação humana histórica das regiões dos Altos Juruá e Purus esteve vinculada a um conhecimento cartográfico e a diversas formas de apropriação fundiária, conformando vários territórios, cujos recursos naturais foram usados de muitos modos distintos. Inicialmente, o Alto Juruá e o Alto Purus foram apropriados por

“povos indígenas”, depois pelos “exploradores” dos rios e das drogas do sertão e, em seguida, por “seringalistas”, “seringueiros”, “pequenos produtores” e “fazendeiros”. Mais recentemente, tentou-se ordenar a ocupação da região por meio da regularização de diversas “TIs” e da criação do “parque nacional”. Cada uma das ocupações humanas referidas motiva formas de uso dos recursos naturais distintas e estabelece sobreposições territoriais variadas. Produziram-se, assim, conflitos diversos – socioambientais, fundiários, políticos e administrativos. Como forma de equacionar estes conflitos, introduziu-se na região uma série de ações voltadas para a gestão territorial, especialmente por meio de instrumentos de planejamento, como o etnozoneamento, o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental.

### **2.3. Sociogênese dos mapeamentos participativos: regularizações fundiárias e frentes de expansão desenvolvimentistas e ambientalistas**

Todo o processo de povoamento e de construção de uma representação cartográfica sobre o Acre em fins do século XIX e início do seguinte foi fundamental para as diversas formas de apropriação dos recursos naturais nas regiões dos altos rios Juruá e Purus. Na segunda metade do século XX, com o crescente declínio da empresa seringalista e com a expansão das frentes desenvolvimentistas e ambientalistas, a região passou por um processo de ordenamento territorial com as ações de regularização das TIs e UCs. Mais recentemente, algumas TIs passaram a ser mapeadas de forma mais minuciosa, procurando subsidiar a gestão territorial delas a partir da lógica do

desenvolvimento sustentável. Para melhor compreender a sociogênese dos instrumentos de planejamento, norteados por essa lógica, contextualizo primeiramente as ações - da sociedade civil organizada e dos governos federal e estadual - voltadas para a garantia dos direitos indígenas, das quais decorrem o etnozoneamento, o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental.

As políticas voltadas para os povos indígenas no Acre, posteriormente à atuação do extinto SPI, tiveram início com a atuação do órgão indigenista oficial em 1975, por meio dos primeiros levantamentos demográficos e socioeconômicos das populações indígenas no estado, realizados pela Divisão de Estudos e Pesquisas. Entre os primeiros levantamentos constam os dos Manchineri e Jaminawa nas cabeceiras do rio Iaco. No ano seguinte, em 1976, foi instalada a Ajudância da FUNAI no Acre (Ajacre), subordinada à 8ª Delegacia Regional de Porto Velho/RO. Logo no segundo ano de existência da Ajacre, em 1977, a TI Mamoadate foi identificadas<sup>32</sup> com uma superfície de 326.000 ha. Nos três primeiros anos de atuação da Ajacre, de 1976 a 1979, sete grupos técnicos foram constituídos para identificar 18 áreas indígenas, 14 no Juruá e 4 no Purus (Aquino e Iglesias, 2005).

Neste último ano, em 1979, foi criada a ONG CPI-Acre que voltou suas ações, inicialmente, para apoiar as demandas indígenas pela regularização fundiária de seus territórios e pela formação de cooperativas (CPI-Acre, 2003: 12). Esta organização da sociedade civil, por meio de sua atuação, contribuiu para a garantia dos territórios indígenas, com projetos nas áreas de produção e comercialização, incentivando a desarticulação do padrão de dominação estabelecido pelos padrões de seringais,

---

<sup>32</sup> Pela Portaria nº 140/P, de 17 de março de 1977, foi constituído Grupo de Trabalho para identificar a TI Mamoadate. Entretanto, o termo “identificação” é usado aqui de forma anacrônica. Segundo Lima (1998), somente em 1980 ele passou a ser usado na FUNAI. Para não incorrer em anacronismo, procuro qualificar a atuação do órgão indigenista nesse período.

fortalecendo, dessa maneira, a autonomia indígena (Freschi, 2004). De acordo com Monte, a CPI-Acre, formada no período da ditadura militar brasileira, “protagonizou amplos processos de luta política para a reordenação dos espaços territoriais e das fronteiras culturais que separam e unem as sociedades indígenas e as sociedades nacionais. Para isto, ajudou a inscrever no Estado brasileiro, por meio de um novo conjunto de textos legais, o conceito jurídico de TIs e de educação intercultural e bilíngüe” (Monte, 2003: 25).

Na década de 1970, portanto, o processo de regularização de TIs no Acre contou com ações do governo federal e da sociedade civil organizada. Paralelamente, a definição das prioridades de conservação da natureza na Amazônia estava ocorrendo, no contexto de um projeto de modernização do setor florestal, o Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), executado no governo brasileiro pelo IBDF, sendo resultado do convênio PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, assinado em 1971 e consolidado em 1973. O PRODEPEF foi concebido após uma solicitação do governo brasileiro à FAO para ajudá-lo a modernizar a sua indústria florestal. A FAO, atendendo ao pedido do governo brasileiro, recomendou que fosse incluído no projeto uma avaliação das necessidades do Brasil de preservação dos recursos naturais. A finalidade do PRODEPEF era prestar assistência ao Governo para integrar e expandir as atividades de pesquisa florestal, em três regiões do país: a Amazônia, o Cerrado e o Sul (Barretto F.º, 1997 e 2001a). Os estudos para a criação do Parque Nacional da Serra do Divisor fizeram parte do PRODEPEF. Este projeto, financiado por organismos internacionais, gerou o documento intitulado “Uma análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia”, de 1976, no qual indicava-se como prioritária a área da Serra do Divisor para a criação de um parque nacional (Plano de Manejo, 1998: 1-9).

Apenas na década de 1980, no entanto, foi criado o PNSD<sup>33</sup>, com superfície de 843.012,28 ha (ver mapa na página seguinte). A área definida para o Parque incidu sobre o território de diversos grupos sociais, inclusive dos povos indígenas Nawa, Nukini e Arara do rio Amônia, englobando antigos seringais, fazendas, posses e outras formas de apropriação fundiária. O reconhecimento mesmo de uma TI para os Nawa também resultou dessa situação de sobreposição territorial (ver Capítulo 3). No entorno do PNSD, outros povos ficaram sob sua área de influência: Ashaninka do Rio Amônia, Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu e Poyanawa.

Paralelamente aos processos que levaram à criação do PNSD, o governo federal dava continuidade ao processo de regularização de TIs por meio do Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), desenvolvido de 1985 a 1987, após acordo firmado entre o governo brasileiro e o BID. O PMACI estava voltado para a implementação de programas e ações de redução dos impactos ecológicos, fundiários e sociais do asfaltamento da BR – 364, no trecho Porto Velho/Rio Branco. Dentre seus objetivos dirigidos às formas de uso dos recursos naturais e aos conflitos, constava evitar os desmatamentos desenfreados, a extração ilegal de madeira, a mineração, as invasões de TIs, os surtos epidêmicos e os conflitos sociais gerados pela posse da terra (Aquino e Iglesias, 2005).

---

<sup>33</sup> Pelo Decreto nº 97.839, de 16 de junho de 1989.

PNSD

Com recursos do PMACI foi identificada a TI Kampa do Rio Amônia em 1985<sup>34</sup>, com superfície de 91.200 ha, e demarcada a TI Mamoadate em 1986, com uma superfície de 313.647 ha (ver mapa na página seguinte). Os recursos do PMACI contribuíram também para o fortalecimento institucional da UNI (União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas), criada em 1985, e da CPI-Acre, que trabalhavam com assistência e assessoria junto aos povos indígenas. Cursos de capacitação de professores bilíngües e agentes de saúde foram realizados pelos setores de Educação e Saúde da CPI-Acre na TI Mamoadate, entre outras. O recurso para essas atividades foi complementado com outros, em especial das agências de cooperação norueguesas NRF/Norwegian Rainforest Foundation e FAFO/Centro de Estudos Internacionais - Programa Norueguês para os Povos Indígenas (Aquino e Iglesias, 2005).

Em grande medida, portanto, a atuação da CPI-Acre e o processo de regularização das TIs Mamoadate e Kampa do Rio Amônia estiveram associados aos objetivos do PMACI, especialmente de redução dos impactos gerados pelo asfaltamento da BR-364, pelos desmatamentos e pela extração ilegal de madeira. A atuação da CPI-Acre na área de educação, contudo, havia se iniciado a partir dos interesses sinalizados pelos povos indígenas, ainda em 1983. Desde então - e até os dias atuais - a entidade começou a possibilitar a formação de professores indígenas, influenciando a implementação de políticas públicas voltadas para a educação indígena. Também na década de 1980, ela contribuiu na área de saúde com a formação de agentes de saúde (Freschi, 2004: 34).

---

<sup>34</sup> Pela Portaria nº 1815/E, de 08 de janeiro de 1985, foi constituído grupo técnico para a identificação e delimitação da TI Kampa do Rio Amônia (Aquino e Iglesias, 2005).

## Demarcação Mamoadate

Durante essa década, a região ocupada pelos Ashaninka no Acre foi objeto de intensa exploração madeireira, com cortes em grande escala e invasões mecanizadas. Esse período de crise também foi o de surgimento de uma nova consciência política e ecológica entre eles, gerando reivindicações pela regularização da terra e a busca por projetos de desenvolvimento sustentável (Pimenta, 2004: 116). A trajetória de lideranças Ashaninka como Francisco Pianhanta e seu irmão Moisés Pinhanta está associada à luta em defesa dos direitos de seu povo. Quando ainda eram adolescentes envolveram-se com a defesa de seu território intermediando as discussões com a FUNAI e firmaram-se como lideranças indígenas no contexto da Aliança dos Povos da Floresta (Pimenta, 2006: 25).

Em fins da década de 1980, após o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em novembro de 1988, foi organizado o I Encontro dos Povos da Floresta junto com o II Encontro Nacional dos Seringueiros, na cidade de Rio Branco, no mês de março de 1989. Esse encontro desdobrou-se, no mês de maio, na Aliança dos Povos da Floresta, articulação formada pela UNI e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (Barreto F°, 2001). Índios, seringueiros e outros grupos sociais aliaram-se em torno de uma identidade comum e traçaram objetivos para negociações com o estado brasileiro e com organismos financiadores internacionais, como o Banco Mundial, ONGs ambientalista e outros. Os grupos sociais aliados, ao mesmo tempo que lutavam por ações específicas - demarcação de TIs, criação de Reservas Extrativistas, combate ao desmatamento, etc. -, remodelavam e norteavam a política do governo brasileiro para a Amazônia com base na ideologia do desenvolvimento sustentável. As reivindicações eram fundadas na retórica do movimento ambientalista internacional, adequada às circunstâncias locais (Pimenta, 2004).

A Aliança dos Povos da Floresta em muito direcionou a atuação do governo federal e estadual no Acre. Sob a influência desse contexto, a TI Mamoate foi homologada, em 1991, com a superfície demarcada e, no ano seguinte, a TI Kampa do Rio Amônia foi demarcada e homologada com superfície de 87.205 ha (ver mapa na página seguinte). Ao longo do processo de regularização fundiária e mesmo após sua demarcação e homologação, permaneceram fortes interesses madeireiros sobre o território Ashaninka, resultando em constantes conflitos socioambientais (Barros Cunha, 1998).

As invasões madeireiras não se limitaram à área da TI Kampa do Rio Amônia, estendendo-se, também, sobre o PNSD, contíguo à TI e sobreposto a diversos outros territórios humanos. Devido às sobreposições territoriais, o Parque conta com uma considerável população humana utilizando diretamente seus recursos: são 522 famílias no seu interior, equivalente a cerca de 3.115 pessoas, e 996 famílias no seu entorno imediato, o que equivale a cerca de 5.967 indivíduos (Plano de Manejo, 1998: 5-169-170). O Parque incide em cinco municípios: Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Porto Valter.

No ano de 1993, por causa do impacto dessa unidade de conservação de proteção integral sobre o território de muitos grupos sociais, o Ministério Público determinou a realização de uma perícia antropológica na área do Parque. A perícia na região norte foi realizada pela antropóloga Edilene Coffaci de Lima e, na região sul, pela antropóloga Mariana Pantoja. A perícia na região norte foi desenvolvida mais especificamente nos rios Azul e Moa, sendo sugerida a conversão do parque para Reserva Extrativista, o que garantiria a permanência das várias famílias nos seus territórios.

## Demarcação TI Kampa

Ao longo dos anos pelos quais se estendeu a regularização do PNSD e das TIs Mamoadate e Kampa do Rio Amônia, nenhuma ação de gestão territorial dos sucessivos governos estaduais, federais ou da sociedade civil foi desenvolvida nessas áreas. Quase dez anos após a criação do parque, em 1998, o plano de manejo veio a ser elaborado pelo IBAMA, com o apoio técnico e operacional da SOS Amazônia. Antes, praticamente nenhuma ação do órgão ambiental havia sido desenvolvida na unidade.

Ainda em 1998, o Ministério Público impetrou uma Ação Civil Pública (nº 1998.30.00.002586-0) contra o IBAMA e a União para averiguar a demora na implementação do Parque. Certamente, a cobrança judicial acabou por agilizar o processo de elaboração do plano de manejo, que contou com um levantamento sócio-econômico dos moradores do parque, sendo estes informados de seu futuro reassentamento. Com a conscientização dos diversos grupos sociais sobre sua nova condição de “povos residentes” em parques nacionais (Brechin e West, 1991), uma série de descontentamentos surgiu, gerando animosidade nas relações entre os moradores, de um lado, e os funcionários do IBAMA e ambientalistas da SOS Amazônia que atuam na região, de outro. Estes últimos começaram a intensificar as ações de fiscalização, dificultando as atividades produtivas tradicionais dos moradores: caça, pesca, coleta, agricultura, criação de gado, etc.

Nesse momento de descontentamentos e resistência à proposta de sua retirada do parque, um ano após a conclusão do plano de manejo, diversas famílias assumiram sua identidade indígena, autodenominando-se Nawa. Até então, as únicas informações sobre a presença indígena na região do rio Môa, área norte do Parque, constavam na historiografia (ver item 2.1) e nos relatórios de identificação da TI Nukini, datados de 1977 e 1984. Nestes relatórios, produzidos respectivamente pela antropóloga Delvair

Montagner Mellati e pelo antropólogo José Carlos Levinho, não existem referências aos Nawa e sim a famílias indígenas residindo na região do igarapé Novo Recreio. No ano de 1999, após uma viagem de representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ao rio Môa, a FUNAI foi informada da existência de um povo autodenominado Nawa, durante décadas considerados “extintos”, morando na região dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Jarina, Venâncio e Jesumira, e também na margem direita do rio Môa.

Também na segunda metade da década de 1990, com o desdobramento das ações anteriores de formação de professores indígenas, em 1996, frente a um novo conjunto de demandas, que relacionavam educação e cultura com a gestão socioambiental das terras, a CPI-Acre começou um novo processo educacional, que perdura até os dias atuais, formando Agentes Agrofloretais Indígenas (AAFI). Por meio de trabalhos educacionais na área de agricultura e meio ambiente, os AAFIs realizam atividades de estudo e documentação de questões socioambientais relacionadas a seus territórios, incentivam e desenvolvem práticas agrofloretais e de manejo dos recursos naturais, confeccionam objetos culturais com madeira reciclada, introduzem conceitos e tecnologias de manejo do lixo, vigilância e fiscalização, além de produzirem diversos materiais educativos (Monte, 2003: 27-29).

Desde o início, a formação profissional dos AAFIs foi desenvolvida pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Acre, com cursos presenciais na cidade de Rio Branco, com "oficinas itinerantes" nas TIs, com o deslocamento de assessores às aldeias e com "viagens de intercâmbio". A primeira proposta de formação dos AAFIs, apresentada ao PDA em 1996, previa a participação de 15 representantes indígenas. Ao final da primeira etapa do projeto, em 1999, havia 37 AAFIs (Aquino e Iglesias, 2005).

Na atuação da CPI-Acre na formação de “atores sociais indígenas” (Freschi, 2004), destaque pode ser dado à TI Kampa do Rio Amônia, que conta com o AAFI Benki Pianko<sup>35</sup>, um suplente e diversos AAFIs mirins. Desde o início dos cursos de formação, em 1996, essa TI tem sido contemplada pelas ações da entidade não-governamental.

As ações voltadas para a gestão territorial em TIs pela CPI-Acre ocorreram antes de qualquer atuação do governo estadual nesse sentido, pois somente no último ano da década de 1990 este passou a direcionar sua atuação para esse setor. Após duas décadas de regularização fundiária das TIs no Estado do Acre, teve início, em 1999, um maior diálogo entre governo estadual e povos indígenas. Objetivando rediscutir os impactos da BR-364 sobre as TIs na área de influência da estrada, o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) convocou, no mês de julho, uma audiência pública, realizada na cidade de Cruzeiro do Sul, para promover a revisão do componente indígena do Eia-Rima da BR-364, no trecho Tarauacá-Rodrigues Alves. Nessa audiência ficaram definidos três acordos: 1) política global para as TIs do Acre; 2) revisão do "componente indígena" do Eia-Rima da pavimentação da BR-364, no trecho Rodrigues Alves-Tarauacá; e 3) cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que contemplava em caráter emergencial medidas mitigadoras e/ou compensatórias (Aquino e Iglesias, 2005).

No ano seguinte, foram contratados três antropólogos<sup>36</sup> para procederem à revisão do componente indígena do Eia-Rima da BR-364 e da BR-317. Ainda em 2000, outros consultores contratados pelo governo estadual<sup>37</sup> realizaram um diagnóstico da

---

<sup>35</sup> Além de AAFI, atualmente Benki Pianko é Secretário Municipal de Meio Ambiente de Marechal Thaumaturgo.

<sup>36</sup> Dra. Edilene Coffacci de Lima (UFPR) para as TIs Campinas e Rio Gregório; Ms. Domingos Bueno Silva (UFAC) para as TIs Colônia 27 e Igarapé do Caucho; e Dr. Jacó Cesar Picolli (UFAC) para as TIs Katukina-Kaxinawá e Kaxinawá do Seringal Curralinho (Aquino e Iglesias, 2005).

<sup>37</sup> Engenheiros agrônomos Carlos Antônio Bezerra Salgado (Funai/Unesco); Augusto Marcos de Oliveira Santiago; agrônomo Luís Meneses (SEPRO); sertanista Antônio Luiz Batista de Macêdo (14ª AER-RBr); e técnico agrícola Florisberto Marques de Oliveira (Aquino e Iglesias, 2005).

infra-estrutura e das atividades produtivas de seis TIs impactadas pela BR-364: Campinas, Rio Gregório, Kaxinawá da Colônia 27, Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawá e Kaxinawá do Seringal Currallinho. Com base no diagnóstico foram delineados “planos de sustentação”, como parte das “medidas de mitigação e compensação” das áreas impactadas pela pavimentação da estrada.

Após concluídos os estudos de revisão do componente indígena do Eia-Rima da BR-364, eles foram apresentados, em fevereiro de 2001, no "Seminário de Avaliação da Revisão do Componente Indígena do Eia-Rima da BR-364". Dois meses depois, os estudos foram discutidos em três audiências públicas realizadas nas cidades de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, e na TI Katukina/Kaxinawá. Como resultado dessas audiências, foram estabelecidos “planos de mitigação” para as seis TIs impactadas pela Br-364, os quais subsidiariam os “planos de sustentação”. De forma resumida, as discussões ocorridas durante as audiências privilegiaram questões associadas ao uso dos recursos naturais, como: ações para atividades agrícolas e extrativistas, implantação de sistemas agroflorestais, criação de animais domésticos e silvestres, aproveitamento local de várias espécies e produtos passíveis de comercialização, a piscicultura em açudes e lagos, o fortalecimento do trabalho dos agentes agroflorestais e o apoio às atividades artesanais realizadas pelas mulheres, além de assessoria técnica e capacitação a membros das comunidades e suas organizações de representação.

Dando andamento às ações definidas nos planos de mitigação da BR-364, em 2001, foram realizadas as primeiras "oficinas de gestão ambiental", com apoio da CPI-Acre, em três TIs impactadas por outra rodovia, a BR-317: Mamoadate, Jaminawa do Rio Caeté e Cabeceira do Rio Acre. Essas terras começavam a ser contempladas nas ações mitigadoras e compensatórias, mas somente em setembro de 2001 o estudo

antropológico para revisão do componente indígena do Eia-Rima da BR-317 começou a ser realizado pelo governo, contemplando as TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate. Apenas uma versão preliminar do documento, todavia, foi apresentada<sup>38</sup>. Ainda assim, as oficinas e levantamentos nessas terras geraram subsídios para a elaboração de “planos de sustentação”, que foram padronizados, não considerando a diversidade social de cada terra.

De qualquer forma, o maior diálogo entre o governo estadual e os povos indígenas levou à consolidação de TACs, à realização de várias audiências públicas, à definição de uma série de medidas mitigadoras e compensatórias, e à implementação gradual de “planos de sustentação” em seis TIs localizadas na área de influência da BR-364 e em três terras impactadas pela BR-317. Durante os anos de 2002 e 2003, essas ações foram contempladas no projeto "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs-364 e 317", previsto no "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre", iniciado em 1999 e, a partir de 2002, executado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Aquino e Iglesias, 2005).

As demandas provenientes dos povos indígenas levaram, em pouco tempo, a um grande aumento do número de AAFIs no Acre, ampliando a atuação da referida ONG e do governo estadual em várias TIs. Tanto que, em 2003, no final da segunda etapa do projeto desenvolvido pela CPI-Acre, existiam 105 AAFIs, 84 deles formados pela CPI-Acre e 21 por ações promovidas pela Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre (Seater), como parte dos planos de mitigação dos impactos da

---

<sup>38</sup> Iza Maria Castro Santos, indicada pela UNI-AC, ficou responsável pelos estudos com os Manchineri e Jaminawa das TIs Mamoadate e Cabeceira do Rio Acre, mas apresentou apenas uma versão preliminar. O estudo acabou concluído pelo antropólogo Dr. Jacó Cesar Picolli, também indicado pela UNI (Aquino e Iglesias, 2005).

pavimentação das BRs - 364 e 317. Em fevereiro de 2005, o Estado do Acre contava com 109 AAFIs pertencentes a 10 povos e residentes em 23 TIs, localizadas em 11 municípios. Destes, 88 receberam formação pela CPI e 21 pela Seater (Aquino e Iglesias, 2005).

Mesmo com a ampliação do número de AAFIs e com a continuidade da formação de muitos deles, na primeira década do século XXI, o território Ashaninka e o PNSD foram invadidos por madeireiros peruanos, gerando grande degradação ambiental e conflitos diversos. Depois de denúncias feitas pelos Ashaninka, em 2001, a vários órgãos federais, da iminente invasão de seu território, a Chancelaria brasileira começou negociações com o governo peruano no sentido de resolver os conflitos. É no triênio 2002-2004, contudo, que as atividades madeireiras no Peru foram intensificadas, estendendo-se à TI Kampa do Rio Amônia, em território brasileiro. Mesmo com suas lideranças ameaçadas de morte, os Ashaninka, com apoio do AAFI, empreenderam diversas ações de fiscalização dos limites de sua terra, enfrentando e prendendo invasores. Em algumas dessas ações, os Ashaninka contaram com a colaboração do Exército, da Polícia Federal e do IBAMA. Mesmo assim, no verão de 2004 as invasões agravaram-se e os conflitos ganharam maior repercussão nacional e internacional devido à realização, no mês de setembro, em Brasília, da Semana Ashaninka-Apiwtxa, quando reforçaram suas denúncias a diferentes ministérios e órgãos federais (Aquino e Iglesias, 2005).

Concomitantemente às invasões peruanas na fronteira brasileira sobre a TI Kampa do Rio Amônia e o PNSD, os Nawa reivindicavam sua etnicidade e a regularização fundiária de sua terra, incidente na área norte do parque. Possivelmente por terem sido considerados extintos na historiografia da região e pela sociedade

regional, a etnicidade dos Nawa veio a ser questionada pelos ambientalistas no âmbito da mencionada Ação Civil Pública. A FUNAI foi acionada e, em 2000, o então administrador regional elaborou um relatório preliminar afirmando ser parte da população residente nos igarapés Novo Recreio e Jesumira, e no rio Môa composta por índios Nawa (Pereira Neto, 2000). Em 2001, pela Instrução Executiva nº 67/DAF, de 14 de junho, foi determinada a realização de “levantamento preliminar” sobre a situação de diversas comunidades e TIs localizadas no Estado do Acre e sul do Amazonas (Coutinho, 2001). Com esse levantamento, feito pelo antropólogo Walter Coutinho, foi novamente sugerida a necessidade de realizar a identificação e delimitação da TI Nawa. Esses relatórios, contudo, não foram considerados suficientes pelo Juiz Federal do Estado do Acre para o reconhecimento da etnicidade dos Nawa e, em 2002, foi contratada, pelo IBAMA, uma antropóloga perita, Delvair Montagner, para elaborar outro relatório, respondendo a diversos quesitos, entre eles alguns relacionados à etnicidade daquele povo (Montagner, 2002). Nesse último relatório, a etnicidade Nawa é entendida como um caso de “etnogênese”, de uma população que havia sido “massacrada” no passado, assumido outras identidades, e agora voltava a se reconhecer como indígena.

A reivindicação do reconhecimento oficial da etnicidade Nawa ocorreu no contexto de intensificação das ações de implementação do parque e deve ser compreendida como um caso de etnogênese, se entendermos este termo como “processo de formação, manutenção e dinâmica de uma fronteira socialmente efetiva e uma identidade categórica” (Barretto Fº, 1999: 92). Mesmo havendo diversas informações sobre a existência de um povo indígena denominado Nawa na historiografia da região, poucas são as evidências de uma descendência direta dos atuais Nawa daquela

população tida como originária<sup>39</sup>. Outro aspecto problemático está associado à denominação e à autodenominação Nawa. Como denominação, esse termo foi utilizado pelos “brancos” para se referirem a um povo indígena que habitava a região do rio Môa. Como autodenominação, não há registros de um povo Nawa entre os falantes da família lingüística Pano. No processo de reconhecimento dos Nawa, o maior questionamento pesava sobre a autodenominação, sendo este um dos quesitos a serem respondidos na perícia.

Cerca de um ano após a perícia, em 2003, e na ausência de uma decisão judicial, a FUNAI designou uma equipe, composta por antropólogo, ambientalista e sertanista, para realizar o “levantamento prévio” das reivindicações territoriais dos índios Nawa e Nukini<sup>40</sup>. Este levantamento confirmou estar o território reivindicado pelos Nawa integralmente dentro dos atuais limites do PNSD.

Durante o levantamento prévio, pela Decisão de 07 de agosto de 2003, o Juiz Federal da 1ª Vara do Estado do Acre marcou uma Audiência Pública para a antropóloga perita prestar esclarecimentos conclusivos sobre o quesito: “os moradores do igarapé Novo Recreio são Nawa?”. Na referida Decisão, havia ainda a proposta de estabelecer um acordo entre FUNAI e liderança Nawa, de um lado, e IBAMA e SOS Amazônia, do outro, para tornar o território ocupado pelos Nawa uma “área indígena do parque nacional”. Como consta na Ata da Audiência Pública<sup>41</sup>, realizada dia 15 de outubro de 2003, “as partes, em acordo unânime, com manifestações do MPF, União,

---

<sup>39</sup> Nos relatos dos Nawa, eles afirmam descenderem de uma índia Nawa denominada Mariana, quem foi capturada ainda criança em sua maloca e educada por seringueiros. Entretanto, para os Nukini que conviveram com Mariana, ela seria uma índia Rauãbakevu (povo Arara).

<sup>40</sup> Pela Instrução Executiva nº 85/DAF/FUNAI, de 17 de junho de 2003, eu fui designado como antropólogo colaborador/coordenador da equipe, Alberto Klefasz, analista ambiental do IBAMA e biólogo, como ambientalista, e Antônio Luiz Batista de Macedo como sertanista.

<sup>41</sup> Tive a oportunidade de participar como antropólogo colaborador da FUNAI na Audiência Pública em função das informações que produzi enquanto coordenador do levantamento prévio das reivindicações territoriais dos Nawa e Nukini.

IBAMA e FUNAI, reconheceram a etnia Nawa”. Concordaram, ainda, com os limites da TI, totalmente incidente na área do parque. A FUNAI comprometeu-se em iniciar a identificação e a delimitação da TI Nawa e, juntamente com o IBAMA, elaborar uma proposta de “plano de manejo” para aquela terra.

Nos meses seguintes, a FUNAI constituiu grupo técnico composto por antropólogo, engenheiro florestal, engenheiro agrimensor, técnico em agropecuária, técnico agrícola e representante da Organização dos Povos Indígenas do Juruá (OPIRJ) para proceder aos estudos de identificação e delimitação da TI Nawa<sup>42</sup>, tendo a mesma sido identificada com uma superfície de 83.218 ha (ver mapa na próxima página). No mesmo período foi constituída outra equipe, com dois antropólogos, dois biólogos, uma engenheira agrônoma, um sertanista e um técnico em agropecuária para elaborar a proposta de “plano de manejo” da TI<sup>43</sup>.

O termo “plano de manejo”, constante na Ata da Audiência, foi empregado com base na visão dos gestores do Parque sobre o uso dos recursos naturais em unidades de conservação de proteção integral, que não contemplam o uso direto de tais recursos. Esse termo, todavia, veio a ser substituído, após os trabalhos da equipe responsável pela

#### TI NAWA

---

<sup>42</sup> Pela Portaria nº 1.071/PRES, de 14 de novembro de 2003, foi determinado o deslocamento para o Município de Mâncio Lima/AC de Cloude de Souza Correia, antropólogo/coordenador, Vicente de Paula Simões Melo, engenheiro florestal/IBAMA, Sebastião Carlos Batista, engenheiro agrimensor/AER-MAO, Cleuver Nunes Passos, técnico em agropecuária/consultor FUNAI-UNESCO, Aparecido Serafim de Freitas, técnico agrícola/INCRA-AC e Luiz Valdenir Silva de Souza/representante da OPIRJ, para realizar estudos de identificação e delimitação da TI Nawa.

<sup>43</sup> Pela Instrução Executiva nº 158/DAF, de 26 de novembro de 2003, foi constituída equipe técnica composta por Pedro Ferraz, Biólogo, UFAC; Nilson Alves Brilhante, Técnico em agropecuária, UFAC; Vângela Maria Lima do Nascimento, Bióloga, PESACRE; Marília Lima Guerreiro, Engenheira Agrônoma, SEMA; Ricardo Calaça Manoel, Antropólogo, Olhar Etnográfico; Antonio Luiz Batista Macêdo, Sertanista, FUNAI AER RBR; e Stella Ribeiro da Matta Machado, Antropóloga, FUNAI Brasília.



elaboração da proposta de “plano de manejo”, por “projeto de diagnóstico etnoambiental”, tendo a sua elaboração se baseado na metodologia dos “levantamentos etnoecológicos” realizados pelo PPTAL (ver Capítulo 3). Basicamente, o diagnóstico etnoambiental é entendido como o levantamento de informações para a elaboração e a implementação do “plano de gestão” da TI, o qual prevê o uso direto e indireto dos recursos. Passou-se a ver a proposta de consolidação de um “plano de gestão” como um instrumento para a resolução dos conflitos socioambientais, administrativos, políticos e fundiários que surgiram com a sobreposição do PNSD sobre a TI.

Nesse cenário de conflitos entre povos indígenas, ambientalistas e madeireiros peruanos na região fronteira entre Brasil e Peru, local onde se encontram muitas TIs e UCs, tanto do lado brasileiro, quanto peruano<sup>44</sup>, o Setor de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA) da CPI-Acre iniciou, em 2004, o subprojeto “Etnomapeamento em Oito TIs na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru”, a partir do projeto “Conservação Transfronteira do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru)”, previsto para ser executado em três anos, sem no entanto contemplar a TI Nawa.

O projeto tem como parceiros a SOS Amazônia, a CPI-Acre e a UFAC, e conta com recursos da Gordon and Betty Moore Foundation, repassados pela TNC. O subprojeto está sendo executado pela CPI/AC e pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC). Tem como parceiros associações de oito TIs situadas no vale do alto Juruá; a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC); e a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ). Dentro desse subprojeto, a CPI-Acre realizou, em 2004, oficinas de

---

<sup>44</sup> Do lado peruano da fronteira, há um mosaico de terras estabelecidas pelos governos federal e regional do Ucayali: reservas destinadas a indígenas isolados, um parque nacional e uma "reserva comunal", com áreas somadas de cerca de 4,2 milhões de hectares (Aquino e Iglesias, 2005). Do lado brasileiro encontra-se um outro mosaico, constituído pelas TIs Nawa, Nukini, Arara do Amônia e Kampa do Rio Amônia, além do PNSD e da RESEX Alto Juruá.

etnomapeamento nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu. Em 2005, outras oficinas foram realizadas nas TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Seringal Independência, Baixo Rio Jordão e Alto Rio Jordão. Em 2006, foi realizado o etnomapeamento das TIs Poyanawa e Nukini (Freschi, 2005).

Com o intuito de realizar etnomapeamentos em TIs situadas no entorno do PNSD e ao longo da fronteira Brasil-Peru, o objetivo principal do subprojeto de etnomapeamento é: “apoiar os processos comunitários de gestão territorial e ambiental em andamento em oito TIs do Estado do Acre, localizadas na faixa de fronteira com o Peru, no Alto Juruá” (Freschi, 2005: 5). Com este propósito, as principais atividades desenvolvidas no etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia foram: “a elaboração coletiva de mapas temáticos (hidrografia, pesca, caça, áreas de uso, ocupação histórica e invasões) a partir de bases hidrográficas georeferenciadas e imagens de satélite; a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI e seu Entorno; e o aprofundamento das práticas de manejo e estudo dos AAFIs para a realização do monitoramento ambiental de caça, pesca e palheiras” (Freschi, 2005: 6)

Os etnomapeamentos realizados em 2004 e 2005, entre eles o da TI Kampa do Rio Amônia, contaram nas oficinas com a participação do antropólogo Terri Valle de Aquino, sendo que os de 2005 tiveram também a colaboração do antropólogo Marcelo Piedrafita Iglesias, que ficou responsável pela elaboração de um documento sobre os etnomapeamentos, a ser publicado em co-autoria com os povos indígenas das quatro terras. No caso específico da TI Kampa do Rio Amônia, eu fui contratado, em 2006, por meio de consultoria para elaborar o documento sobre o etnomapeamento.

Além das oficinas e do documento que será produzido, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia proporcionou a elaboração de “etnomapas” georeferenciados na

escala de 1:50.000, contemplando vários temas: fauna, vegetação, histórico, recursos hídricos e invasão. Em setembro de 2004, por ocasião da semana Ashaninka em Brasília, esses mapas foram utilizados por eles para denunciar com maior precisão aos órgãos federais as invasões madeireiras que estão ocorrendo. A importância do etnomapeamento para a gestão territorial pode ser evidenciada ainda na relação com os AAFIs. Como as atividades de etnomapeamento contemplam duas oficinas, no período entre elas os dados são discutidos durante os cursos de formação dos AAFIs e em outros eventos que contam com a participação das lideranças Ashaninka. Por estarem as ações de etnomapeamento vinculadas às iniciativas de gestão territorial desenvolvidas pelos AAFIs, também foi produzido um “Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI e Entorno”.

O etnomapeamento contempla, ainda, um processo de monitoramento da situação dos recursos naturais, especialmente das caças, dos bichos de casco e das palheiras. Além de todas essas ações vinculadas ao etnomapeamento, o projeto tem propiciado canais de diálogo entre organizações da sociedade civil, universidades e órgãos dos governos peruano e brasileiro, em prol de um maior entendimento sobre a conservação, o manejo e a vigilância de TIs localizadas na região de fronteira (Aquino e Iglesias, 2005).

Nesse contexto de atuação da CPI-Acre, vinha se desenvolvendo, paralelamente, desde 1999, a primeira fase do ZEE/Acre, concebido como um “instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial” que envolve “estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza, que servem como subsídios para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o

Desenvolvimento Sustentável” (ZEE, 2000: 1 V. I). O ZEE/Acre 1ª fase contemplou vários temas, sendo um dos tópicos do documento produzido intitulado “Populações e TIs”, o qual foi elaborado pelos antropólogos consultores Terri Aquino e Marcelo Iglesias. Neste tópico do documento, sugere-se que o governo estadual propicie condições para que os povos indígenas realizem “zoneamentos sócio-ambientais participativos de suas terras, que resultem em diagnósticos das atuais formas, individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e na identificação de outras formas potenciais de aproveitamento destas riquezas” (Aquino & Iglesias, 2000: 50 V. III).

Assim sendo, como parte das ações do projeto “Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs-364 e 317” e dos indicativos do ZEE/Acre 1ª fase, em 2002, foi contratada, como consultora, com recursos do BNDES, a antropóloga Andrea Martini, para realizar “Etno-Levantamentos dos Recursos Naturais” nas TIs Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio Acre. Resultou desse trabalho, calcado em metodologias participativas, relatórios com diagnósticos e prognósticos do uso dos recursos naturais, mapas mentais, desenhos e banco de dados. Apesar da grande quantidade de informações produzida pelos etno-levantamentos, não foram realizados mapas indígenas utilizando-se uma base cartográfica georeferenciada, diferentemente do etnozoneamento e do etnomapeamento.

Com o intuito de utilizar uma metodologia distinta dos “etno-levantamentos”, supra-referidos, e próxima daquela dos etnomapeamentos, em 2003, o governo estadual passou a realizar o etnozoneamento, agora contemplando uma metodologia participativa na produção de diagnósticos e prognósticos, além de mapas temáticos indígenas sobre uma base cartográfica georeferenciada, na escala de 1:80.000<sup>45</sup>. Com essa perspectiva

---

<sup>45</sup> A metodologia para a elaboração dos mapas temáticos de caça, pesca, extrativismo, vegetação, invasão, histórico, ocupação humana e recursos hídricos, foi inspirada naquela utilizada pela CPI-Acre nas ações de etnomapeamento, que produzem mapas indígenas georreferenciados na escala de 1:50.000 (ver

cartográfica, o etnozoneamento ficou atrelado ao ZEE/AC 2ª fase – iniciado em 2003 e ainda em desenvolvimento -, cuja principal finalidade é a elaboração de um mapa de gestão do estado em escala de 1:250.000. Dentro do ZEE/AC 2ª fase, o etnozoneamento ficou vinculado ao eixo cultural-político, mais especificamente à

temática de gestão ambiental em TIs que prevê uma análise das formas “tradicionais” de gestão utilizadas por populações indígenas para o gerenciamento ambiental e territorial de suas terras. Soma-se a isto outras formas de gestão tais como Etnomapeamento, Planos de Uso, Planos de Manejo e outros instrumentos e ferramentas que sejam pertinentes no diagnóstico e nos indicativos a serem propostos (Acre. ZEE, 2004).

Fazendo parte da temática de “gestão ambiental em TIs”, o etnozoneamento também passa a “somar-se” a outros instrumentos de planejamento desenvolvidos não só em TIs. Dessa maneira, o etnozoneamento começou a ser entendido pelos seus formuladores como um “instrumento básico para a elaboração de planos de gestão territorial e ações de vigilância” (Acre.ZEE, 2004). Com essa adequação, no mesmo ano foram contratados três consultores - dois antropólogos e um engenheiro agrônomo - para realizarem, de forma piloto, o etnozoneamento da TI Mamoadate, financiado com recursos do BID e do PGAI<sup>46</sup>. Além dos consultores, as oficinas realizadas a partir de 2004 na TI contaram com a contribuição do antropólogo Terri Valle de Aquino, que havia participado do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, e da engenheira agrônoma Marília Guerreiro. Em 2005, foram contratados mais três antropólogos para realizarem até o final de 2006 o etnozoneamento de outras cinco terras: Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Katukina/Kaxinawá de Feijó e Caeté.

A demanda dos povos indígenas pela realização do etnozoneamento em diversas

---

capítulo 3).

<sup>46</sup> O engenheiro agrônomo contratado foi o Msc. Jorge Vivan e os antropólogos foram a Msc. Eliza Lozano e o Msc. Cloude Correia. Para uma visão crítica de minha inserção “em campo” ver o item 4.3 deste projeto.

TIs no estado estimulou o Governo a criar, em 2004, dentro do novo organograma da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), a Gerência de Etnozoneamento, ocupada pelo antropólogo Terri Aquino e subordinada à Gerência do ZEE/Acre. As ações relacionadas aos etnozoneamentos foram inseridas no Plano de Governo e compatibilizadas com o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre (BID 1399 OC/ BR). A implementação dessas ações ocorreu, em parte, por meio do "Projeto de Apoio às Populações Indígenas", financiado com recursos do BNDES.

Com uma metodologia próxima daquela dos etnomapeamentos, para a realização do etnozoneamento da TI Mamoadate e de outras terras ocupadas por povos indígenas, várias instituições foram envolvidas no processo de articulação política, execução e monitoramento. A instituição executora foi a SEMA, enquanto toda a articulação política veio a ser desenvolvida pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), estando as atividades de monitoramento e avaliação a cargo do “Grupo Técnico do Etnozoneamento”, composto pela SEPI, SEMA/IMAC, FUNAI, União das Nações Indígenas (UNI), CPI-Acre, Universidade Federal do Acre (UFAC), Fundação Elias Mansur (FEM), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre (AMAAIAC) e Associações/Organizações Indígenas. No “GT do Etnozoneamento” da TI Mamoadate foi integrada, ainda, a organização indígena dos Manchineri, a Mapkaha (Manchineri Ptohi Kajpaha Hajene), e a dos Jaminawa, a OCAEJ (Organização das Comunidades Agroextrativistas Jaminawa).

Como pode ser observado, o etnozoneamento da TI Mamoadate, executado como parte do ZEE/Acre 2ª fase, está vinculado de forma direta e indireta a várias

outras ações desenvolvidas pelo governo do estado em TIs, como os planos de mitigação, os planos de sustentação, o Projeto de Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs - 364 e 317, o ZEE/Acre e os etno-levantamentos dos recursos naturais. Além do mais, o etnozoneamento “soma-se” a outros instrumentos de planejamento, como o etnomapeamento e, mesmo, o diagnóstico etnoambiental. A seleção da TI Mamoadate para a elaboração de uma experiência piloto de etnozoneamento deve-se ao fato da mesma fazer parte de um conjunto de terras impactadas pelas rodovias BRs - 364 e 317. Como destacado acima, a proposta de realização do etnozoneamento nessa TI resultou, em grande medida, do constante no componente indígena do plano de ações mitigadoras dos impactos gerados pela BRs - 364 e 317 e dos indicativos do ZEE/Acre - 1ª fase.

Nesse contexto mais recente, dos instrumentos de planejamento, o conhecimento cartográfico relativo ao estado do Acre voltou-se para o interior das TIs. No tempo em que os primeiros exploradores dos altos rios Juruá e Purus mapeavam a região, o conhecimento indígena era pouco considerado, ocorrendo o inverso com os mapeamentos participativos. Muitas das informações sobre os territórios indígenas permaneceram na “memória subterrânea”, entendida esta como definida por Pollak. Para esse autor, sob a opressão da sociedade nacional os grupos dominados vivem um longo silêncio sobre o passado como uma forma de resistência, e não de esquecimento, frente à impotência de combaterem os discursos oficiais (Pollak, 1989: 5). Com os mapeamentos participativos, essa memória subterrânea passa a ter visibilidade, como procuro mostrar no próximo item.

## 2.4. Mapas e memórias subterrâneas

O potencial dos mapas produzidos pelos instrumentos de planejamento para dar visibilidade ao conhecimento indígena que estava subterrâneo ao longo de séculos é considerável. Por esse motivo, antecipo aqui a abordagem do quarto capítulo sobre os diversos mapas produzidos pelos instrumentos de planejamento ao fazer uma análise dos “mapas históricos”. Nestes, várias informações do conhecimento indígena que não constam na historiografia, em documentos históricos e em mapas anteriores a eles foram registradas.

Os mapas históricos produzidos a partir dos mapeamentos participativos criaram um contexto para vários relatos indígenas sobre o passado, especialmente sobre as migrações empreendidas por cada povo. Enquanto os mapas produzidos sem a participação indígena limitam-se a mostrar a localização desses povos, os novos mapas permitem visualizar a dinâmica territorial. Ao analisá-los, fica evidente um panorama histórico sobre as migrações. As informações no mapa histórico privilegiam as migrações, de certo modo legitimando o uso do território e dos seus recursos naturais, como os outros mapas produzidos pelos instrumentos de planejamento também procuram fazer.

Essa legitimação ocorre principalmente por serem os novos mapas instrumentos de objetivação da cultura, dão expressões a noções abstratas numa forma que podem ser experienciadas por outros, dão existência material a parte do conhecimento indígena. Os mapas históricos, contudo, não incorporam a dimensão cosmológica ou as narrativas míticas. Apenas registram parte das narrativas orais relacionadas a testemunhos de pessoas que vivenciaram algo ou ouviram sobre alguém que vivenciou. Ainda assim,

eles completam os vazios deixados pelos mapas produzidos sem a participação indígena.

#### **2.4.1. Migrações Ashaninka**

No “mapa de histórico” da TI Kampa do Rio Amônio observam-se diversas informações sobre colocações, aldeias, moradas indígenas e de brancos, locais sagrados, cemitérios e caminhos antigos. O mapa consegue representar de modo claro uma parte da concentração humana indígena e não indígena ao longo de décadas nas margens do rio Amônia. Muitas informações relacionadas ao passado dos Ashaninka, contudo, não têm como ser introduzidas em uma base cartográfica, como a cosmologia, as relações políticas, a organização social e econômica dos antepassados, etc. De qualquer forma, por meio da oralidade os Ashaninka transmitem um amplo universo de informações que extrapola os horizontes da representação cartográfica.

Discutindo o mapa durante as oficinas, eles expuseram uma parte considerável do seu passado, das migrações que empreenderam pela região do rio Amônia. As moradas indígenas ou de brancos compõem parte da história Ashaninka, que em sua totalidade não tem como ser registrada em um “mapa histórico”. Este talvez seja um dos mapas mais difíceis de serem elaborados, devido à natureza das informações que nem sempre são passíveis de espacialização. Soma-se a essa dificuldade, a limitação de informações presente na memória dos indivíduos. Como reconhecem, a reconstrução histórica por eles realizada diz respeito a fragmentos presentes na memória de algumas pessoas: “os velhos estão contando um pedaço de uma história do seu pai, seu avô, e outros contando de outras pessoas” (Isaac Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa). Mesmo os

## MIGRAÇÕES ASHANINKA

“pedaços de uma história” não são completamente registrados nos mapas, que acabam refletindo uma parcela ainda menor do conhecimento Ashaninka sobre o passado.

Ao observar as informações existentes no mapa e cotejá-las com os relatos orais percebe-se algumas incongruências. No mapa, apenas algumas das ocupações humanas foram registradas, enquanto o relato indígena faz referência a várias outras. Nele, a “morada indígena” mais antiga data da década de 1940 e as mais recentes da década de 1980, enquanto as “moradas de brancos” mais antigas sinalizadas no mapa são da década de 1960 e as mais recentes da década de 1970.

Esses dados dão a entender que os Ashaninka estabeleceram-se no rio Amônia anteriormente aos não indígenas, tendo estes últimos se retirado de suas localidades antes do início do processo de regularização da terra, iniciado em 1982. Essa inferência, bastante simples de ser realizada olhando o mapa, não encontra total correspondência nos relatos Ashaninka.

Relembrando uma parte da história, relativa às migrações empreendidas e ao contato com os brancos, os Ashaninka acabam deixando perceber que, ao contrário do que pode ser lido no mapa histórico, os brancos ocuparam a região do rio Amônia anteriormente a eles. Na lembrança dos mais velhos, as famílias Ashaninka migraram por uma vasta região que compreende hoje regiões do Peru e do Brasil. A chegada dos Ashaninka no Alto Juruá ocorreu em fins do século XIX e início do século XX. Antes, a região do rio Amônia tinha sido ocupada por outros povos indígenas - possivelmente da família lingüística Pano - e por caucheiros peruanos.

Informações mais precisas sobre os povos indígenas que ocupavam a região da TI Kampa do Rio Amônia não fazem parte da memória dos Ashaninka, distintamente da presença de caucheiros peruanos. Estes exploraram a região no tempo em que a

fronteira entre Brasil e Peru ainda estava em processo de definição. Dona Peti, mãe de várias lideranças Ashaninka, relata sobre esse período dando ênfase à relação conflituosa entre brasileiros e peruanos na região próxima ao rio Amônia.

Exploravam o caucho e levavam para o Peru, porque antes o Peru era até aqui em Taumaturgo. Depois de uma guerra que teve há mais de um século atrás, teve uma guerra entre Brasil e Peru, não foi a justiça brasileira, mais foi o seringalista, os patrões que lutaram com os peruanos que estavam ali em Marechal Taumaturgo (Dona Peti, 2004, aldeia Apiwtxa).

A guerra mencionada por Dona Peti ocorreu em 1904, entre caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros que objetivavam dominar a foz do rio Amônia. O conflito ficou conhecido como “batalha do Amônia”, tendo os seringueiros saído vitoriosos. O povoado de Nueva Iquitos, fundado pelos peruanos, que na época ocupavam todo o curso do rio Amônia, passou a ser denominado Vila Thaumaturgo, atualmente Município de Marechal Thaumaturgo. Na época, os Ashaninka mantinham relações com os caucheiros peruanos e percorriam o curso desse rio. Antes do conflito, em 1903, havia sido assinado o Tratado de Petrópolis entre os governos peruano e brasileiro, mas os limites entre os países ainda não estavam claramente definidos. No tratado, parte do rio Amônia passou ao domínio brasileiro.

Estando os Ashaninka no Amônia antes de uma parte do rio ser considerada território brasileiro, pode-se dizer que eles não vieram do Peru para o Brasil, mas que este foi até o território deles (Pimenta, 2002). Nesse período, os Ashaninka não residiam no Amônia, mas trabalhavam na região com os peruanos, principalmente promovendo “correrias” contra outros indígenas. Muitas vezes os caucheiros peruanos propiciavam o contato dos Ashaninka com seringueiros brasileiros para promoverem correrias para estes últimos. Em troca, os brasileiros pagavam aos peruanos com peles de animais silvestre, enquanto os Ashaninka recebiam armas e munições.

Esta não foi a única atividade desenvolvida pelos Ashaninka junto aos caucheiros peruanos. Quando começaram a se estabelecer no Amônia, eles chegaram a extrair o caucho e a produzir borracha para comercializar com os peruanos, mas com pouca intensidade por já ter sido a região muito explorada. Informações mais detalhadas sobre o contato dos Ashaninka com os peruanos e brasileiros não constam no mapa histórico, sendo inclusive difíceis de serem representadas graficamente.

O mesmo ocorre com o conhecimento Ashaninka sobre as migrações empreendidas por seus antepassados. Os relatos sobre as migrações possuem uma riqueza de informações que não foram representadas no mapa. Nos relatos afirmam que o primeiro Ashaninka a residir no Amônia foi o Kamêtsi, mais conhecido como Tenente. Apesar de sua importância na história das migrações Ashaninka, nenhuma referência foi feita a ele ou aos seus descendentes no mapa. Alguns de seus descendentes, inclusive seu filho Bandeirão, residem atualmente na aldeia Apiwtxa. A primeira moradia da família do Tenente foi no Nowaya, na cabeceira do Amônia, onde mantinha relações comerciais com os peruanos. Antes de chegar no Amônia, o Tenente residiu em diversas outras localidades. Como relatado pelo professor Bebito Pinhanta, durante a oficina de etnomapeamento:

a família do Bandeirão, que o pai dele se chamava Kamêtsi e o avô dele se chamava Kêtsironki - que já foi também -, e a mãe dele que veio do Alto Rio Patxitea, de uma região do Alto Rio Patxitea, das fronteiras lá do rio chamado Pookiaki, mais ou menos nessa região. Dali ela varou para o rio Ucayali, que existe um caminho que sai no rio Sawaya, que varou também no Ucayali. Depois do Ucayali, eles subiram o rio Sheshea. Ficaram um tempo no rio Sheshea, foi onde a mãe dele, conhecida como Pariâtse, e para nós aqui é conhecida como Kumatxike. Então, ela veio com a mãe dela lá do rio Pookiaki, a mãe da Kumatxike se chamava Porero, que veio aqui. Quando chegou aqui no Sheshea já existia uma aldeia de Ashaninka também aqui nessa região aqui do Sheshea, aí ela se encontrou com o Kamêtsi, que já tava por essa região, já era no ponto de paquera, de menina, de menino, eles se encontraram ali. E se reuniram, formaram a sua família. E ali passaram muito tempo, e aí foi nascendo os filhos, foi crescendo a família. E ali já existia esse caminho do Sheshea que

varava para o Amônia, nessa região do Sheshea – Amônia, e nessa região da cabeceira do Amônia existia muitos isolados também. E ali já existiam alguns conflitos entre os Ashaninka e os isolados, que sempre apareciam lá para roubar uma roça, fruteira da casa, e algumas coisas da casa também, que às vezes a casa ficava sozinha né, os isolados iam lá e levavam uma panela, levava um tecido, alguma coisa assim, o principal para eles era o terçado, esses materiais assim (Bebito Pinnhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

No mapa de histórico, mesmo tendo se inserido três caminhos antigos, não é possível visualizar qual deles ligaria o Sheshea ao Amônia. Para se saber qual caminho antigo parte da TI e liga regiões do Peru, seria necessário que houvesse uma anotação escrita neles, explicitando essa informação. Ademais, para representar essas informações no mapa de histórico, seria necessária uma base cartográfica que contemplasse áreas do Peru. Como o mapa histórico não representa a amplitude do conhecimento histórico dos Ashaninka, essas informações sobre as migrações, que inclusive possuem correspondência espacial, apenas são obtidas por meio dos relatos.

Nestes, consta que quando Tenente chegou às cabeceiras do Amônia a região era habitada por índios isolados, mas não se sabe a qual etnia pertenciam. Alguns Ashaninka dizem que eram Jaminawa, outros que eram Amauaca. O certo é que depois de percorrer vários caminhos e residir em muitas localidades, a família do Tenente fixou-se no Amônia, ainda em território peruano. Em fins da década de 1930 e início da seguinte, ele ainda permanecia na localidade quando outra família Ashaninka, a do Samuel Pianko, encontrou com o Tenente que os informou das possibilidades de trabalharem com os peruanos no Amônia. A família de Samuel - pai do Antônio Pianko e avô do Bebito, Isaac, Moisés, Francisco Pinhanta<sup>47</sup> e outros - percorreu diversos caminhos até chegar no Amônia, alguns deles colocados no mapa de histórico. Como relatado por Bebito Pinhanta:

---

<sup>47</sup> Quando os filhos de Antônio Pianko foram registrados em cartório, o sobrenome foi grafado como Pinhanta.

ele veio da região do rio Shanipo, aqui no mapa não dá para ninguém localizar, porque não tem nome esse rio. Tem alguns igarapés, algumas reservas, mas ninguém sabe porquê não tem nome. Daqui do rio Shanipo, ele desceu o rio Ucayalli, subiu no rio Poyua que é um galho do Ucayali, subiu na cabeceira dele e varou para o rio Vacapistea, que é um afluente do rio Juruá, onde fica perto e fica um caminho que é perto daqui. Até hoje eles ainda fazem esse caminho do Dulce Glória que vão lá, então esse caminho ainda existe. Depois ele desceu do Vacapistea e saiu descendo o rio Juruá. Isso não foi assim rapidamente, teve algumas paradas no meio atrapalhando. Depois chegou na foz do rio Amônia e subiu o rio Amônia e chegou aqui nessa região onde eles tiveram as primeiras habitações deles. Nessas viagens que eles fizeram pelo Juruá e varou pelo Vacapistea foi só ele e o outro que era companheiro dele, e veio só para dar uma olhada. Eles vieram olhar para ver se era bom, onde era melhor deles morarem. E ele achava que aqui era importante, que era bom deles ficarem e aí eles voltaram para levar a notícia para a família deles. Quando ele voltou aqui na cabeceira do Amônia, já tinha esse caminho que levava para o Sheshea, também de Ashaninka já, que foi feito pelos antigos que também vieram seguido pela família do Camurçi, que habitava a cabeceira do Amônia aqui nessa região. Então ele foi e chegou na família dele novamente, aqui no rio Shanipo, e falou que aqui era bom de ficar. Aí ele já trouxe a família dele, trouxe a mulher dele, trouxe o sogro dele, não sei quantas pessoas era mais ou menos, mas acho que eram umas sete pessoas. Veio ele, a mulher dele e dois filhos dele. Só quem não veio foi o velho Poyuari que era o pai do Samuel, esse não veio, ele preferiu ficar no canto dele e os filhos vieram. Quando eles vieram, eles já vieram por aqui pelo Sheshea, e fizeram essa varação aqui, e ficaram aqui onde a gente já viu que era no Txomêtatêkawo (Bebito Pinnhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

O igarapé Txomêtatêkawo, em português conhecido como igarapé Cachoeira, encontra-se dentro dos limites da atual TI Kampa do Rio Amônia, relativamente próximo da aldeia Apiwtxa, podendo ser notado no mapa de histórico uma habitação indígena no local datada de 1940. Enquanto a família de Samuel fixou-se em território brasileiro naquela década, outras permaneceram no Peru, como a do Tenente. Algumas outras percorreram regiões peruanas e depois se estabeleceram no Brasil, como a família do Ashaninka conhecido como Homo.

Quando a família do Homo chegou à região da atual TI Kampa do Rio Amônia, na década de 1970, ela passou a trabalhar com o Getúlio, que residia no Amônia. Como colocado no mapa de histórico, a moradia deste último data de 1970. Após cerca de

quatro anos, com a morte do pai e da mãe do Homo, sua família voltou para o igarapé Arara, que separa a TI da RESEX do Alto Juruá. Permaneceu na região do Arara por alguns anos e, depois, foi para o Peru. Só retornou em 1992, indo morar na recém formada aldeia Apiwtxa.

Uma outra grande família referida pelos Ashaninka ao discutirem o mapa de histórico é a do Paroa, que também era proveniente da região do Ucayalli. Ele desceu o Vacapistéia para chegar ao Brasil e subiu o rio Breu, seguindo depois para o rio Envira. Trabalharam por dois ou três anos com o patrão Peres no Breu e depois retornaram pelo Vacapistéia até o Sheshea. Em seguida, eles foram residir nas cabeceiras do Amônia, descendo o curso desse rio até se estabelecerem na atual aldeia Apiwtxa, no ano de 2000.

Discorrendo sobre o processo migratório de várias famílias, os Ashaninka ressaltaram e enriqueceram informações colocadas no mapa de histórico relativas a moradias e caminhos antigos. Ainda se orientando pelo mapa, destacam o processo de regularização da TI, enfatizando a presença dos moradores brancos, com os quais trabalharam. Na década de 1940, os principais moradores brancos eram peruanos, que exploravam o caucho na região. A partir da década de 1960, chegam os primeiros moradores brancos extraindo madeira para o comércio.

A presença de alguns moradores brancos na área da atual TI, sinalizada no mapa de histórico por meio de suas antigas moradias, revela a importância para os Ashaninka de registrarem esse momento da sua história, quando conviviam e trabalhavam com eles. Os não indígenas ocuparam ao longo de anos praticamente toda a extensão do rio Amônia, como fica visível no mapa. Detalhando o procedimento administrativo de demarcação da terra e a retirada dos moradores brancos, Benki menciona:

a luta pela terra começou em 1985. Em 1985, nós já estávamos no rio Amônia e tinham várias famílias brancas, em 85 e até 88. Em 85 foi feito só um levantamento, um relatório, e daí começou essa luta pela terra. Em 90 foi quando a gente já estava mais organizado. A luta foi mais forte, aí já era mesmo em 92. Ela foi demarcada em 92, foram as últimas pessoas a serem indenizadas, e daí saiu da terra. Mas as últimas pessoas saíram da terra em 1994, quando desocuparam a terra. Então foi isso, em 92 também foi criada a cooperativa, foi criada uma associação (Benki Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

A presença dos brancos encontra-se bastante associada com a luta pela terra, com um período tenso em que se buscava garantir os direitos territoriais e a conseqüente retirada dos não indígenas. Possivelmente por esse motivo, nos relatos e no mapa histórico a presença de moradores brancos nos limites da atual TI foi ressaltado. Outras informações que possuem vínculo com o passado também foram privilegiadas no mapa e nos relatos.

Vivendo atualmente em uma terra regularizada, mapeando a história relacionada a ela, os Ashaninka optaram por acrescentar no mapa de histórico os locais considerados por eles sagrados. Alguns desses lugares são cemitérios onde foram enterrados aqueles primeiros Ashaninka que estiveram no Amônia, outros são lagos existentes nas proximidades de alguns igarapés. Como dito pelo AAFI Ashaninka:

Então é esse o mapa histórico que a gente fez, e para nós também tem alguns lugares sagrados, entre eles nós temos alguns cemitérios onde foi enterrado o Samuel, onde foi enterrado outros Ashaninka, também bem antigos, dentro do Amônia que a gente não identificou mais. O tenente que até hoje é vivo, o padre tenente, foi nas cabeceiras que já fica no Peru e temos alguns lagos que a gente tem mistérios nele que é coisa sagrada, tem alguns espíritos lá dentro que no passado eles mexiam muito com quem vivia na terra como nós, mas segundo o meu pai que estava falando que talvez os pajés já conversaram espiritualmente com eles para eles não mexerem com nós, aí acalmaram mais, só que a gente respeita, porque os espíritos, eles se dão muito bem com o corpo do ser humano aqui na terra, são outros mundos. Então tem esses lugares que aqui próximo que um lugar por onde as pessoas passavam a água mexia ou fazia algum barulho para atrapalhar a passagem das pessoas aqui do local. Tem o lago também que aparece jacaré, cobra grande, que assustava as pessoas que muitas vezes nem iam mais buscar água no lago. Hoje nós estamos tentando limpar ele para ver se

a gente consegue ter acesso a ele de novo, então tem também esses pontos sagrados que a gente identificou (Benki Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Ao discutirem o conteúdo dos mapas durante as oficinas de etnomapeamento, a única informação que não foi contemplada diz respeito às colocações. No mapa de histórico, três colocações no interior da TI foram identificadas. A importância delas, para os Ashaninka, entretanto, é bem menor que as demais informações por eles registradas. A participação dos Ashaninka na empresa seringalista pode ser considerada inexistente (Pimenta, 2002). Diferentemente, os Manchineri e os Jaminawa da TI Mamoadate tiveram um envolvimento maior com a empresa seringalista, o que fica visível ao se analisar os relatos e o mapa histórico por eles elaborado durante o etnozoneamento promovido pelo governo estadual.

#### **2.4.2. Migrações Manchineri**

A ocupação dos Manchineri na bacia do rio Purus remonta há vários séculos passados e em grande parte foi representada no “mapa histórico”, onde constam informações sobre moradias Manchineri - denominadas malocas -, colocações, contatos entre Jaminawa e Manchineri, antigas invasões, cemitérios, antigos caminhos de caucheiros, antigos caminhos madeireiros, caminhos madeireiros e antigos caminhos de caçada comercial. Um dos maiores diferenciais entre o mapa histórico feito pelos Manchineri em relação ao dos Ashaninka é que parte das informações históricas foi colocada em boxes explicativos. Dessa forma, ampliou-se o conjunto de dados representados no mapa, mas ainda assim eles permanecem distantes do amplo conhecimento histórico dos Manchineri.

Mapa de Migração Manchineri

As informações inseridas no mapa referem-se em grande parte a um período chamado por muitos deles de “tempo dos antigos”. Neste tempo, os Manchineri relacionavam-se apenas com outros povos indígenas e migravam pelas regiões de várias bacias hidrográficas. O estabelecimento dos Manchineri na região do rio Iaco, afluente da margem direita do rio Purus, ocorreu possivelmente na segunda metade do século XIX. Naquela época, não havia um povo denominado, ou autodenominado, Manchineri.

De acordo com um dos anciões Manchineri, Luiz Brasil Cabral Benjamim<sup>48</sup>, que se autodenomina Wenejeru, existiam nas proximidades do rio Iaco os Wenejeru, os Kjiwutatu-neru, os Kochitshineru e os Haham-luneru. Os Wenejeru moravam no Igarapé Abismo, afluente da margem direita do rio Iaco. Os Kjiwutatu-neru (nação de cabeça, de cabeceira) moravam na região do Chandless-Chá e no igarapé Tlokanahapha (igarapé da Capivara), na margem esquerda do rio Iaco, tendo sido dizimados por bolivianos e peruanos. Os Kochitshineru (nação de passarinho – mesmo que Piro) não se sabe exatamente onde tinham suas malocas, mas encontram-se hoje “misturados” com Manchineri na aldeia Santa Cruz e em outros locais da TI. Os Haham-luneru (nação de cacete de matar queixada) também estavam nas cabeceiras do Iaco, mas o local preciso não foi mencionado. O termo Manchineri (hoje nação de Inharé - uma árvore) não existia para se referir a uma nação. Era apenas a denominação de uma das “brincadeiras” do ritual do Yikaklu, o qual marca a passagem para a vida adulta dos jovens de ambos os gêneros.

Seguindo Luiz Brasil, seria possível dizer que muitos dos grupos, ou subgrupos, que habitavam a região do Iaco, tanto no Brasil como no Peru, tiveram sua população drasticamente reduzida, sendo outros exterminados. Por esse motivo, possivelmente

---

<sup>48</sup> Luiz Brasil, como é mais conhecido, possuía na época das oficinas do etnozoneamento cerca de 80 anos. A entrevista com ele foi por mim realizada na aldeia Peri, no dia 26/07/04.

organizaram-se como um povo hoje denominado Manchineri. Diferente desses subgrupos que se juntaram, sabe-se que na região do rio Iaco habitava um povo com língua e costumes consideravelmente distintos dos Manchineri, os Catiana (nação de milho). Estes seriam, para Luiz Brasil, outro povo, que não fazia parte dos subgrupos, mas hoje parte deles reside entre os Manchineri, na aldeia Extrema. Estariam “misturados com os Manchineri”. Como dito pelo professor Lucas Artur Brasil Manchineri, ao traduzir a fala de Luiz Brasil para o português:

O povo Manchineri, Kjiwutatu-neru e Haham-luneru eram falantes só em uma língua só. Eles tinham esse contato. Só os Catiana é que era outro povo, que nem nós Manchineri entendíamos eles. Os Haham-luneru habitam mais as cabeceiras do rio Iaco. A cabeceira do Abismo era o povo Wenejeru, tudo habitava nessa região. O povo Manchineri habitava desde a cabeceira do rio Iaco até o Guanabara. Para baixo eram os Catiana. Então eles viviam ali. Os Kjiwutatu-neru ficavam na região do Chandless-Chá. Aqui perto mesmo, só que eles falavam igual a nossa língua, mas tinham um sotaque mais puxadinho um pouco. Então ele estava contando isso aí. Os Kochitshineru é o mesmo Manchineri; se chama os índios Piro que vivem no Peru (Lucas Artur Brasil Manchineri, 14/07/2005, aldeia Jatobá).

No “Mapa Histórico”, observa-se que as antigas malocas dos subgrupos Manchineri mudaram de localidade por várias vezes. Na memória dos atuais Manchineri há referência à maloca dos Kjiwutatu-neru<sup>49</sup>, localizada no igarapé Tlokanahapha (igarapé da Capivara), na margem esquerda do rio Iaco. Os Manchineri residentes nessa maloca teriam sido dizimados por caucheiros bolivianos e peruanos, em fins do século XIX. Não se sabe ao certo se existiram sobreviventes e para onde eles teriam ido. Nas palavras da liderança tradicional, conhecida com Zé Barrão:

os peruanos maltrataram muito, judiaram. Os peruanos acabaram com meus parentes todinhos, matavam e faziam o que queriam. Mandavam rolar um paxiubão, trazia no muque e mandava bater no terreiro para fazer o assoalho da casa dele. E se o cara não fizesse isso ele pegava e açoitava (José Sebastião Manchineri, 19/07/04, aldeia Extrema).

<sup>49</sup> A grafia dos nomes indígena na tese nem sempre corresponde à forma como foram grafadas nos mapas por ocorrer uma variação na escrita dependendo do informante, em geral professores indígenas.

Outras referências às malocas antigas, inseridas no mapa, evidenciam o processo de migração dos Manchineri. De acordo com Zé Barrão, eles também habitaram na maloca Phinputuru. Esta maloca estava localizada próxima de onde está hoje a aldeia Extrema, mais precisamente nas margens do igarapé Yomletshi hapha<sup>50</sup>, afluente da margem esquerda do Iaco. Eles saíram deste local porque morreu um tuchaua. Era costume entre os Manchineri mudarem de maloca após o falecimento de um ente querido que residisse entre eles, seja uma liderança, um pajé ou um parente.

Depois de abandonarem essa localidade, foram para a maloca Manxiplupokputu, situada na margem esquerda do rio Iaco, acima do igarapé Paulo Ramos e abaixo dos três lagos. O motivo da retirada deles deste lugar já não foi mais cultural, mas sim devido a intervenções externas. Conforme relatam, peruanos e bolivianos estavam perseguindo os habitantes dessa maloca, possivelmente para utilizá-los como mão-de-obra na extração do caucho. Formaram, então, a maloca Paktsha poklu, nas cabeceiras do igarapé Paktshaha, afluente da margem esquerda do rio Iaco. Neste local nasceu Joana Benjamim Manchineri, mãe da liderança tradicional da Extrema, Zé Barrão. Dessa maloca saíram porque uma onça matou o pai dela, o tuchaua e pajé Benjamim.

Em seguida, foram para a maloca Katsotalha poktshi, no igarapé Jorimagua, afluente da margem direita do Iaco. Abandonaram a maloca porque peruanos e bolivianos mataram vários Manchineri devido à resistência deles frente aos extratores de caucho. Passaram a morar, depois, na maloca Katslu-ha ywaha, nas margens do igarapé Katsluksuha (Abismo), afluente da margem direita do Iaco:

Foi se mudando, foi se mudando até que chegaram a morar lá em cima mesmo, no abismo. Eles moraram lá. Foi lá que o doutor Avelino Chaves conseguiu

---

<sup>50</sup> Na carta topográfica utilizada, não constava este igarapé, introduzido pelos Manchineri, que muito bem conhecem os afluentes do Iaco, nos mapas que elaboraram durante as oficinas do etnozoneamento.

aparecer lá. E até hoje ainda estamos no meio de vocês, dos brancos. Naquele tempo o doutor Avelino Chaves chegou lá na praia, eles tinham feito um papiri (José Sebastião Manchineri, 19/07/04, aldeia Extrema).

Esta nova moradia, segundo os Manchineri mais idosos, não era exatamente uma maloca, apesar deles chegarem a considerar como tal, em função de estar associada a um período em que eles encontravam-se vinculados à extração de caucho. Residiam neste local Manchineri, Piro e Amauaca, todos extraíndo caucho para os peruanos. Os Piro e Amauaca vieram do Peru e para lá voltaram. Os Manchineri deixaram a localidade quando o patrão Avelino Chaves, que subiu o Iaco em fins do século XIX (ver item 2.1), os contratou para brocar roçados, carregar mercadorias e limpar campo no Seringal Guanabara, por ele desbravado.

Após anos trabalhando para esse patrão, foram para a maloca Homha, localizada no rio homônimo, que deságua na margem direita do Iaco. Avelino Chaves os entregou aos “cuidados” do Dr. Assis. Sob a guarda deste novo patrão, trabalhando para ele, bolivianos e peruanos os atacaram nesta maloca, tendo o Dr. Assis derrotado os estrangeiros. Depois desse conflito, Avelino Chaves os levou para o Seringal Guanabara e continuou a “amansar” os Manchineri, ensinando-os a falar em português e a cortar seringa. Sabendo falar português e cortar seringa, se dividiram por vários seringais ao longo do rio Iaco.

Até que espalhou, um bocado morava em Tabatinga, um bocado morava em Guanabara, um bocado morava em Amapá. Tudo era seringal: Icuriã, Petrópolis, ali na fazenda. Do Boa Esperança para cá habitava mais os índios (José Sebastião Manchineri, 19/07/04, aldeia Extrema).

Em fins do século XIX e início do XX, muitos foram os “antigos” que viveram essas migrações, as quais ainda hoje são relatadas pelos Manchineri. Um dos antigos foi o Tenor, quem viveu na região antes dos Manchineri vincularem-se aos seringais, tendo

morrido por causa de uma ferida na perna. Gaspar e Monteza, que viveram em malocas, foram residir nos seringais com a idade já avançada. O primeiro morreu com barriga d'água e o segundo com um tiro dos brancos. Já Artur Tenor nasceu nas malocas, mas foi para o seringal quando era rapaz. Sebastião Tenor (pai do Zé Barrão), Anania Batista, Luiz Emídio, Luizinho, Sara e José Avelino de Souza (filho da Joana Benjamim Manchineri) nasceram na maloca e quando ainda eram crianças passaram a viver nos seringais.

Outros Manchineri nasceram nos seringais e trabalharam na extração do látex da seringueira, indo depois para aldeias na TI. Gondim, liderança da aldeia Jatobá, nasceu no seringal Guanabara, depois foi para o seringal Tabatinga, para o Peri e, em seguida, para o Jatobá, onde era terra devoluta. Quando chegou no Jatobá ainda não existia a TI. Ele trabalhava por diárias e vendia carne de caça para o patrão da fazenda Petrópolis, conhecido como Canizo Brasil, que era dono dos seringais Petrópolis, Tabatinga e Santa Luzia. Também fazia “empeleita”, um trabalho pago conforme o preço do serviço.

Depois de três anos, em 1976, chegaram representantes da FUNAI na região. Estes incentivaram o deslocamento de diversos Manchineri e também de Jaminawa para a formação da aldeia Extrema, com o objetivo de depois promoverem a regularização da TI Mamoadate (ver item 2.4.4). Como relata Gondim, ele e sua família não quiseram ir para a recém formada aldeia Extrema, porque já tinham suas vidas organizadas no Jatobá. Dois anos após terem se estruturado no Jatobá, por volta de 1975, instalou-se entre eles a Missão Novas Tribos do Brasil, que já havia realizado contato com os Jaminawa da aldeia Betel anos antes. Nesse novo tempo, da presença de missionários e representantes da FUNAI na região, outro processo de migração passou a ocorrer, principalmente no interior da TI identificada em 1977.

### 2.4.3. Migrações Jaminawa

Os Jaminawa, assim como os Manchineri, migraram por várias regiões até se estabelecerem na atual TI Mamoadate, como em parte pode ser observado no mapa histórico. Nos seus relatos, contam sobre os vários lugares por onde as muitas famílias se estabeleceram durante algum período. O passado é referido como um tempo sem lugar certo, quando ainda não eram denominados Jaminawa. Como dito por uma das lideranças desse povo, conhecida como Zé Correia:

Na realidade, só existia três troncos e desses três troncos é que vieram, que são: Shawanawa (ou Shawādawa), Sapanawa (ou Sapadawa) e o Yawanawa (ou Yawadawa). Hoje, todas as comunidades Jaminawa que existem vêm desses três nomes. Tinha um grupo também de Kaxinawa (Kaxidawa), porque Kaxinawa para nós não são esses Kaxinawá (Huni Kuin) do Jordão, Tarauacá, Muru, Humaitá e Envira. Esses aí nós chamávamos esse grupo de Sainawa (Saidawa). Saidawa significa que é um povo que gosta muito de comer, aqueles que comem com fartura. Então, hoje nós conhecemos esses Huni Kuin como Kaxinawá. Não sei a forma como conseguiu esse nome, mas pegou esse nome Kaxinawá. Da mesma forma que pegou esse nome Jaminawa entre o nosso povo, pegou Kaxinawá com eles também. Na realidade, esse nome Jaminawa para nós não existe. Mas é uma coisa que, por outra parte, foi bom porque assimilou todas esses quatro grupos que nós tínhamos, pegando um nome só (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

Esses vários “troncos”, hoje denominados Jaminawa, não estão discriminados no mapa, apenas a migração de algumas famílias que acabaram se estabelecendo na região do rio Iaco. Conforme os relatos dos Jaminawa, eles vieram das cabeceiras do rio Juruá e foram migrando até se estabelecerem no rio Iaco, provavelmente ao longo do século XIX e XX. Nessas migrações, diversos conflitos interétnicos e internos ocorreram, acentuando os deslocamentos do Juruá para o Purus. Devido aos vários conflitos internos, os Jaminawa dividiram-se em grupos familiares extensos. Cada um seguiu

uma direção, fundando aldeias e enveredando em processos de migração distintos. Em fins do século XIX, algumas famílias Jaminawa entraram em contato com caucheiros peruanos na região do rio Purus, sendo “amansados” e utilizados nas “correrias”.

O velho Pasiu, quando era jovem, ele foi pego pelos peruanos, cresceu por lá e como entendia a língua, ele foi utilizado até para fazer correria contra os outros. E quando ele voltou, um tal de Datxuba, chegaram a reconhecer, também tomaram outra direção, fizeram outra família, que era o Mapudawa, que são os Shawãdawa, tomaram outra direção. Só que esses três grupos que se espalharam, a direção que tomaram, eles tomaram uma direção aí, sem saber para onde ia. Essa direção que aconteceu, eles já vieram aqui para cima, pelo Purus. O primeiro grupo já saiu aqui pelo Purus, que eram os Kaxidawa e Yawadawa. Aí outro grupo, os Sapadawa, já saíram aqui por cima pelo Iaco e pelo próprio Tauamano e por aquele meio de mundo aí. O Tauamano é afluente do Madre de Diós. Já outro grupo, a turma do velho Kutxamama, também tomou outra direção. Só que essa direção vindo para cá. Nessa travessia, indo do Juruá para as cabeceiras do Purus, cruzando aqui por cima, foi que o velho Kutxamama teve que matar o pai do Kuxikaike. O cara se gabava que tirava muito feitiço, aquela história toda. Aí ele meteu a flecha no bucho do cara, aí deu uma infecção por causa da taboca e aí ele morreu. Aí se dividiram de novo, de três grupos já se espedaçaram em quatro. Aí nesse trajeto todo, veio um grupo puxando e bolando por aí. Foram parar no Retegro para trabalhar com um peruano chamado Delfim, que é o pai da mulher do velho Pascoal, que mora aqui no São Paulino. Esse peruano trabalhava nas cabeceiras do rio Chandless (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

Possivelmente, o contato dos Jaminawa com caucheiros peruanos intensificou-se por volta das décadas de 1940 e 1950. Mesmo após o contato com o peruano Delfim, os conflitos internos permaneceram, gerando novas cisões entre os Jaminawa. Ao longo das várias cisões, o contato com os peruanos foi aumentando. Nesse processo, algumas famílias que haviam se separado juntavam-se novamente. Um outro grupo, que era liderado por Maxico, chegou a estabelecer contato com os peruanos nas cabeceiras do rio Iaco, após terem se unido a uma outra família Jaminawa.

A turma do velho Maxico, essa turma toda, foram buscar eles aqui pelas cabeceiras do Iaco. Então, já começaram a se juntar de novo e vieram trabalhar com um branco, que morava no Senegal, chamado João Tibúrcio. Foi o primeiro contato com os brancos aqui pelo Iaco, porque os Jaminawa tiveram vários

contatos iniciais com os brancos. Foram vários contatos, porque os Jaminawa não vieram tudo de uma vez só (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

A família do Maxico passou a trabalhar no Senegal, único local no interior da TI Mamoadate com estradas de seringa, como registrado no mapa histórico. Por ter sido o contato dos Jaminawa com os peruanos esporádico, outra família deparou-se com eles na região do Xamuiaco, momento em que decidiram trabalhar com os brancos. Estabeleceram contato com o peruano Estevão Meireles, um explorador de madeira da região do alto rio Xamuiaco, afluente do Purus situado no Peru. Com Estevão Meireles já trabalhavam alguns Sharanawa e Marinawa, falantes da língua Pano, assim como os Jaminawa. A decisão de trabalhar com o peruano partiu do tuchaua Napoleão. Como dito pela liderança Jaminawa Zé Correia:

O finado Napoleão disse: “olha, vocês não matem mais brancos, porque de hoje em diante eu não quero mais viver na mata. Eu vou embora, trabalhar com os brancos agora”. *E aí vieram amansar os brancos*. Aí vieram trabalhar com esse Estevão Meireles, que é um peruano (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

No período em que estavam trabalhando para Estevão Meireles, “amansando os brancos”, como eles dizem, os Sapanawa e os Sharanawa, hoje denominados apenas Jaminawa, entraram em conflito devido à morte de dois Sapanawa, gerando uma nova leva migratória. Tempos depois, o Jaminawa Napoleão foi para a boca do Xamuiaco e ficou sabendo que parte de seus parentes estavam no Chandless, afluente da margem esquerda do Iaco. Seguiu para o Chandless e se uniu com as famílias que lá estavam estabelecidas.

Após outro conflito interno, agora no rio Chandless, deslocaram-se para o rio Caeté, também afluente da margem direita do Purus, onde trabalharam na extração de caucho. Como dito por Zé Correia, um dia fizeram uma compra grande com o patrão do

local e fugiram sem pagar para o rio Macauã, indo posteriormente para o Iaco, no local denominado Santa Clara. Dessa localidade, deslocaram-se para Asa Branca, ainda no Iaco, onde residiam vários Yawadawa. Juntaram-se a eles, mas novos conflitos fizeram com que se deslocassem para o rio Baturité. Nesse local, ocorreram novos desentendimentos e os Yawandawa, juntamente com alguns Jaminawa que haviam se casado com estes, migraram para o Novo Aerial, permanecendo nessa localidade por pouco tempo. Outros Jaminawa que residiam no Baturité e Sacado, foram embora desse lugar para as cabeceiras do rio Iaco, na Extrema, local no interior da atual TI onde atualmente encontra-se uma aldeia Manchineri. Como mencionado por Zé Correia:

Foram para as cabeceiras do Iaco, morar na Extrema. Tinha outro grupo que morava bem acima. E nessa história toda conviveram ali e aí foi quando nasceu o Chico Leite e aquele bolo danado. E o que aconteceu? Quando desceram tiveram outro conflito entre eles de novo. Aí o velho Napoleão mais o velho Manoel Batista mataram o finado Trigoso. Aí eles voltaram de novo para o Chandless. Aí um bocado foi para o Chandless e outro bocado foi para as cabeceiras do rio Acre (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

Uma das famílias Jaminawa que retornaram para o Chandless era liderada por Napoleão, tendo ficado por pouco tempo na região. Logo foram para o Icuriã, trabalhar com o patrão conhecido como Sabaneque. Depois de seu falecimento, trabalharam com Canísio Brasil, nos seringais Guanabara e Petrópolis, este último depois se tornou a Fazenda Brasil, contígua aos limites da TI Mamoadate. Quando foram para a região do Icuriã, nas margens do Iaco e nas proximidades da TI, os Jaminawa tiveram contato com os missionários da missão Novas Tribos do Brasil.

Isso foi em 1968, mais ou menos, de 1965 para 1968. Aí ficou uma missão na Asa Branca e foi outra missão para o Betel. Foi quando aquela turma lá de cima voltou e começou a unificar essa turma todinha. E ficou um grupo nas cabeceiras do rio Acre, que não quis vir de jeito nenhum, que era a família do velho Kutxamama (José Correia da Silva, 04/01/06, TI Caeté).

Na década de 1970, como já foi mencionado, a FUNAI passou a atuar no Estado do Acre, entrando em contato com os Jaminawa que residiam no rio Iaco e no rio Acre. Com a atuação de representantes da FUNAI na região, os Jaminawa, bem como os Manchineri, foram incentivados a fundarem a aldeia Extrema, em uma região não ocupada por moradores brancos, para a posterior regularização de uma TI. Nesse novo período da história dos Jaminawa, habitando a TI Mamoadate, uma série de outras migrações ocorreu, sendo por eles inseridas no mapa histórico.

#### **2.4.4. Migrações Manchineri e Jaminawa na TI Mamoadate**

Com a formação da aldeia Extrema e com a regularização fundiária da TI Mamoadate, muitos Manchineri e Jaminawa abandonaram os seringais e foram morar nesta aldeia. Uma etnia ficou de um lado da pista de pouso recém construída e, a outra, do outro lado. O deslocamento progressivo dos Manchineri e Jaminawa dos seringais para a aldeia Extrema contou com a atuação do indigenista Meireles, que em 1976 começou a viabilizar a regularização fundiária da TI, identificada no ano seguinte.

Nesse período, havia na TI apenas as aldeias Extrema (recém formada) e Jatobá, dos Manchineri, e Betel, dos Jaminawa. Muitos Manchineri e Jaminawa estavam residindo nos seringais do rio Iaco. Diferentemente dos Manchineri, que teriam tido grande envolvimento com a empresa seringalista, são poucos os Jaminawa que contam ter trabalhado durante períodos seguidos como seringueiros. Mas tanto os Jaminawa quanto os Manchineri trabalharam por diárias na fazenda Petrópolis, contígua à TI. Eram empregados eventuais que caçavam, abriam roçados e campos de gado. Também comercializavam peles de fantasia (onça pintada e gato maracajá) e peles secas (veado,

porquinho, queixada, lontra e ariranha). Após terem se estabelecido na aldeia Extrema, os vínculos com a fazenda foram consideravelmente reduzidos. Com o passar dos anos, várias colônias e aldeias foram formadas ao longo do rio Iaco, evidenciando uma migração no interior da TI.

Como se pode ver no mapa, muitas aldeias Manchineri mudaram de lugar. A aldeia Extrema é uma das exceções: sempre esteve próxima à foz do igarapé homônimo, afluente da margem esquerda do rio Iaco. A aldeia Lago Novo foi formada primeiro na margem direita do Iaco, fora dos atuais limites da TI<sup>51</sup>. Depois seus moradores estabeleceram-se onde ela se encontra hoje, na margem esquerda do rio Iaco, próxima ao igarapé Lago Novo. A aldeia Cumarú localizava-se na margem esquerda do Iaco, junto ao igarapé Pollihapha, sendo transferida para o outro lado do rio, na margem direita do rio Iaco, no igarapé Tshawoknahapha. A aldeia Alves Rodrigues esteve situada na margem direita do Iaco, igarapé Homha, deslocando-se depois para a outra margem do rio, nas proximidades do lago Limawopowha.

Quanto à aldeia Laranjeira, por um período esteve abaixo do igarapé João Cascudo, na margem direita do rio Iaco, próximo de onde hoje está a aldeia Extrema. Em seguida, seus moradores migraram para a margem esquerda do Iaco, acima do igarapé Sokluhapha. A aldeia Santa Cruz sempre esteve na margem esquerda do rio Iaco, primeiro junto à foz do igarapé Água Boa e, depois, abaixo do igarapé Sokluhapha. A aldeia Jatobá, também sempre esteve na margem esquerda, tendo seus moradores saído das proximidades do igarapé Água Preta e formado a nova aldeia um pouco mais acima dele. Por fim, a aldeia Peri foi formada onde anteriormente era a aldeia Jatobá, na foz do igarapé Água Preta, e lá sempre permaneceu.

---

<sup>51</sup> No local onde hoje é reivindicada a revisão dos limites da TI, como será mostrado adiante.

Cabe observar que o movimento migratório dos Manchineri ao longo do rio Iaco ocorreu de forma intensa desde o período em que residiam nas malocas, passando pelos seringais, até este momento mais recente, em que se encontram vivendo nas aldeias e nas colônias. Com exceção das aldeias Peri e Extrema, todas as outras ocuparam dois lugares nas margens do rio Iaco ao longo de sua história.

Distintamente dos Manchineri, em 1987, alguns Jaminawa saíram da aldeia Extrema e foram para a aldeia Senegal, no rio Iaco, onde no passado já haviam residido. Neste local tinham com a FUNAI um projeto para a produção de borracha, que durou pouco tempo. Moraram ali durante cinco anos, quando algumas brigas provocaram separações, sendo que algumas famílias foram para a aldeia Betel, e outras, seguindo a liderança de José Correia, em 1989, foram para o rio Acre, onde outros Jaminawa já moravam e onde hoje é a TI Cabeceira do Rio Acre.

A aldeia Betel sempre permaneceu na mesma localidade, saindo delas algumas famílias que fundaram as aldeias Cujubim e Salão. Já a aldeia Boca do Mamoadate, resultou da migração de famílias Jaminawa que residiam na localidade denominada Guajará. Mais recentemente, o governo estadual, através da SEPI, apoiou um processo de mudança de moradores Jaminawa do Município de Brasília para a nova aldeia Água Boa. Escolhido o lugar na TI Mamoadate, a SEPI providenciou a essas famílias equipamentos para a construção de casas, para a agricultura, para pesca e para a caça; doando também botas, motor para uma canoa e a estiva básica de sal, arroz e farinha.

#### **2.4.5. Migrações Nawa**

A elaboração de um mapa com informações históricas sobre os Nawa estava prevista na metodologia de mapeamento participativo do diagnóstico etnoambiental. Pretendia-se que fossem inseridas em uma base cartográfica informações sobre “assentamentos antigos” e “áreas de importância cultural”. Como o diagnóstico etnoambiental ainda não foi realizado, um mapa com essas informações não existe, mas uma parte delas chegou a ser produzida e inserida no texto do projeto, no relatório e no mapa de identificação e delimitação da TI.

Com base nos dados existentes nesses documentos, nota-se a presença deles em uma região fora e no interior da atual TI. Por meio de relatos, recordam-se do tempo em que seus ascendentes residiam no local denominado Estirão dos Nawa, não muito distante de onde foi estabelecida a cidade de Cruzeiro do Sul. Nesse período, final do século XIX, afirmam ter sofrido um grande massacre quando entraram em contato com as frentes extrativistas no Alto Juruá. Seu Nilton, um dos Nawa mais idosos, com 66 anos, relata:

Por que foram matados os Nawa? Os antigos? Foram matados porque quando vieram levantar Cruzeiro do Sul ali, a maloca deles era por ali. Os antigos me contaram, era ali. A tribo deles morava por ali. Tinha o Estirão dos Nawa, que eles moravam justamente no Estirão dos Nawa, mais acima ali no Juruá. Eles moravam por ali também, habitavam por ali. Aí fizeram fogo neles e acabaram. Escapou essa semente. Como quando você joga assim, ficou aquela semente, daquela semente foi aumentado os Nawa de novo. Que são as nossas tribos agora (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

Como evidenciado por Seu Nilton, os Nawa foram praticamente dizimados no período das correrias, tendo restado apenas uma “semente”, uns poucos sobreviventes. Para os agentes da frente de extração da borracha, a fundação de Cruzeiro do Sul representava o início da consolidação da ocupação da região. Todavia, para os Nawa, a fundação dessa cidade deixou registrado na memória um período de grande violência

contra eles.

Quando vieram levantar Cruzeiro do Sul ali, eu acho que eles se revoltaram e meteram chumbo neles. Nesse tempo caboclo eles matavam mesmo. Como aqui mesmo (no Moa) foi matado muito caboclo. Um mateiro aqui me disse que essas matas daqui tinham muitos índios, mas os próprios donos de propriedade, quando achavam uma maloca, mandavam matar. Ele me disse que ele mesmo foi um que matou muito índio. Ele já morreu, era um branco já muito velho (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

Eles tiveram uma grande perda populacional, mas alguns indivíduos sobreviveram. Conforme a Nawa Maria do Carmo, sua mãe contava que “no tempo em que começou o fogo lá em baixo, lá em Cruzeiro, no Estirão dos Nawa, a mãe do meu pai e o pai dele vieram para cá, escaparam aqui, nesse igarapé” (Maria do Carmo, 2003, Novo Recreio).

Maria do Carmo refere-se ao igarapé Novo Recreio, onde ela e sua família residem atualmente. É bastante recorrente na memória dos Nawa um “fogo”, um ataque, que foi realizado contra eles quando habitavam regiões próximas da atual cidade de Cruzeiro do Sul. Esse “fogo” foi empreendido por agentes da frente de extração da borracha, tendo se tornado um marco para os Nawa. Na fala de Maria do Carmo, é possível observar que os avós dela escaparam do “fogo” e fugiram para a região do rio Moa, estabelecendo-se nas margens do Novo Recreio. A data precisa desse “fogo”, desse combate, e a conseqüente migração de alguns Nawa da região de Cruzeiro do Sul para a do rio Moa é difícil de ser precisada. Com base nos relatos historiográficos, contudo, pode-se inferir que esse confronto ocorreu em fins do século XIX, ou início do seguinte, quando os primeiros seringais foram formados nas margens do alto rio Juruá, sob a administração dos “patrões”.

A atuação dos patrões, como já foi dito, levou à dizimação de muitos indígenas e também contribuiu com a inserção definitiva de vários outros na economia de produção

da borracha. Os poucos Nawa que sobreviveram ao “fogo” foram incorporados posteriormente ao sistema produtivo de extração da seringa. A região onde eles se encontravam, em fins do século XIX e início do século XX, veio a ser totalmente parcelada em seringais. Por volta da década de 1920, as margens do rio Moa, onde atualmente localiza-se a terra indígena, estavam divididas em nove seringais: Gibraltar, Monte Alegre, São João, República, Novo Recreio, Aquidabam, Sete de Setembro, Unidade e Rio Azul.

Diversos Nawa trabalharam nesses seringais e ao longo de décadas considerável parte deles esteve sob o jugo dos patrões, realizando constantes migrações em busca de melhores condições de vida pelos seringais da região do rio Moa. Outra parte herdou uma parcela do seringal Novo Recreio, e nela permanece até os dias atuais. O seringal Novo Recreio veio a ser adquirido pela família Oliveira, sendo depois transmitido ao Seu Nilton. A parte do seringal localizada na margem direita do rio Moa foi herdada pelos Nawa porque o pai do Seu Nilton, de nome Francisco de Assis Costa (Chico Peba), filho da Nawa Mariana, casou com uma das integrantes da família Oliveira, Adélia de Oliveira. O casal teve apenas o Seu Nilton de filho, tendo a mãe dele falecido quando ele ainda era criança. Seu pai casou novamente, com a índia Nukini Maria Peba, tendo mais sete filhos, que atualmente residem na Terra Indígena Nukini. Conforme Seu Nilton,

Eu nunca cheguei a conhecer eles, porque eles faleceram antes do meu nascimento. Aí meu pai ficou aí trabalhando. Era no tempo da seringa. Ele veio se chegando, se chegando, se chegando para cá até que ficou ali pela República mesmo, nesse seringal República. Trabalhando misturado com Nukini. Por aí ele arrumou o casamento, casou-se e só teve eu de filho pela primeira mulher. Depois, com os anos ele se juntou com uma Nukini (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

Seu Nilton teve pouco contato com o pai, que faleceu com cerca de quarenta anos. A irmã da mãe de Seu Nilton, conhecida como Dondon de Oliveira, foi quem o criou, sendo ela na época a dona de uma parcela do seringal Novo Recreio. Após a morte dos pais do seu Nilton, e de sua tia Dondon, ele recebeu de herança parte do seringal Novo Recreio, onde residem diversos Nawa. Nos relatos dos Nawa consta que Dondon “herdava aí uma parte dentro do Novo Recreio, de estrada. Então ela morreu, e o meu pai morreu também, aí a herança dela ficou para mim, porque só era eu de filho legítimo mesmo” (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Tendo herdado parte do seringal Novo Recreio, que tinha sido desmembrado do Seringal República, Seu Nilton e muitos dos seus parentes passaram a ter a segurança de um lugar para morar e desenvolver suas atividades produtivas. Com o declínio das atividades de extração da borracha, os Nawa passaram a se dedicar mais à caça, pesca, extrativismo, agricultura e criação de animais doméstico, como em parte fica visível no relato a seguir:

Isso aqui era um seringal só, República com Novo Recreio eram um seringal só (...) E ela herdou do pai dela, que o pai dela que era dono disso aqui, da minha mãe (irmã da Dondon). O velho morreu, o pai dela, aí fizeram o inventário. Nesse tempo fazia o inventário para quem tinha filho, para ficar tudo dividido. O velho morreu, então ela herdou essa parte, ficou dividido (...) Fiquei cortando no que era meu. Aí foi o tempo que a borracha acabou e nós ficamos morando lá assim, trabalhando, plantando, criando (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

O Seu Nilton, que acabou herdando o seringal da Dondon, e os outros Nawa residentes na terra indígena reivindicada, descendem da “última índia Nawa”, denominada Mariana, conforme consta nos relatos deles. O pai do seu Nilton, Chico Peba, é considerado um índio Nawa por ser filho de Mariana com o não-índio José

Costa (Peba). Após a morte de Mariana, seus descendentes migraram para diversos seringais localizados na região do rio Moa. Como lembrado por Seu Nilton:

Ficaram trabalhando nos seringais, depois de muitos anos que foram abertas as colocações. A minha avó tinha falecido e eles ficaram por aí, os filhos. Aí ficaram uns para qui, outros para culá, trabalhando na seringa. Como o meu pai, que veio bater aqui na República, por causa da seringa também. E aí nós ficamos nessa, toda vida. Nasci e me criei aqui, e os filhos foram... Hoje já estão todos casados, já tenho neto morando aqui e nenhum quer mais sair daqui. Por esse motivo, os Nawa ficaram assim. Ficamos para culá assim, uma coisa assim como se nós não fossemos índios. Ficamos assim, de fora, a parte (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

Apesar de ter ocorrido uma relativa dispersão dos Nawa após a morte de Mariana, os seus atuais descendentes se recordam de diversas informações associadas a ela, em especial aquelas relacionadas com o parentesco. Como pode ser notado na fala do Seu Nilton:

Essa minha tia contou essa história dos Nawa para mim. Disse, meu filho, você é Nawa porque eu conheci sua avó. Ela era pintada, foi pega na mata. Ela era pintada. Justamente, porque esses índios antigos tudo era pintado (...) Um pente assim no rosto. Os Nukini também tinham uns ali, mas os Nukini já era diferente, a pinta (...) Ela foi e me disse que a pintura dela era assim, como um pente fino (...) E ela era mãe do meu pai (Nilton Costa de Oliveira, 2003, Pé da Serra).

Em conformidade com os relatos dos Nawa, Mariana foi “pega a dente de cachorro” na maloca quando ainda era criança. Ou seja, ela foi retirada por não-índios de seus parentes Nawa, que viviam nas malocas, e levada para outra localidade. Os Nawa afirmam que ela residiu em Cruzeiro do Sul, deslocando-se posteriormente para o seringal Novo Recreio. Dizem ainda, que durante o tempo da seringa os filhos e netos de Mariana, que nasceram no Novo Recreio, foram migrando por não terem onde morar e trabalhar. Alguns foram para o Bom Jardim, local próximo da Terra Indígena Poyanawa, e outros para o bairro Iracema, na cidade de Mâncio Lima.

Na terra indígena reivindicada pelos Nawa, permaneceram apenas dois netos de Mariana: Nilton Costa de Oliveira (Seu Nilton, 66 anos) e Francisca Nazaré da Costa (Chica do Celso, 67 anos). Esta neta de Mariana é filha da índia Nawa Maria Nazaré da Costa com o não-índio Francisco Marques da Silva, que tiveram ao todo seis filhos. Desses, apenas Chica do Celso, Zé Grosso e Dal estão vivos, residindo os dois últimos na Terra Indígena Nukini.

Desde que nasceram, há quase 70 anos, seu Nilton e Chica do Celso, juntamente com seus descendentes, residem na margem direita do rio Moa, em áreas de antigos seringais, e não apenas no seringal Novo Recreio, herdado por seu Nilton. Após terem herdado o seringal, as migrações dos Nawa limitaram-se à região do Moa. No caso específico de Seu Nilton e de seus descendentes, passaram a ocupar cada vez mais as várias localidades habitáveis do seringal.

Enquanto Seu Nilton podia permanecer migrando por áreas do seringal por ele herdado, outros Nawa acabaram vinculando-se aos demais seringais da região. Com o crescimento demográfico do grupo, a parte do seringal Novo Recreio herdada pelos Nawa foi tornando-se cada vez mais insuficiente para garantir o modo de vida dos descendentes da índia Mariana.

Apenas quando foram ameaçados de perderem suas terras, de serem transferidos para um assentamento do INCRA, em função da criação do Parque Nacional da Serra do Divisor, em 1989, é que surge uma conjuntura política favorável para reivindicarem o reconhecimento das áreas por eles ocupadas. Como mencionado pela liderança Nawa:

nós vivíamos assim numa região tranqüila, trabalhando, tinha nossa sobrevivência. E aí foi quando começou a aparecer as visitas, as autoridades passando. E começaram a mexer com a gente. Falaram olha, isso aqui não é mais o que vocês pensam que era. Isso aqui é outra atividade diferente. Isso aqui é o Parque Nacional da Serra do Divisor. Aí a gente já foi ficando mais... Assim, eu pensando, agora a gente já vai começar a andar com as próprias pernas da

gente, porque já que nós não estamos mais sendo dirigido pela nossa própria pessoa a gente vai procurar um rumo. Aí a gente conversa, nossos parentes Nukini aqui também sempre faz parte de reuniões em Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, e conversa vai eles soltaram que aqui dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor tinha um povo diferenciado do deles. Então, a dona Rose veio aqui, mais o seu Lindomar, veio só mesmo nos ver, ver o que nós éramos. Ela veio diretamente na casa da dona Francisca do Celso, porque nem lá em casa ela passou. Chegou: - dona Francisca nós temos notícias que vocês são povos indígenas, que nós somos missionários do CIMI que trabalham com povos indígenas, então é obrigação nossa saber se vocês são índios ou não. Falou: - nós somos índios e nós somos índios Nawa. Aí ela ficou toda surpresa disso. Ela andou no cemitério, bateu foto da dona Francisca e voltou novamente. Nesse intervalo ela já passou e a gente já mandou uma carta diretamente pedindo o apoio do CIMI, para que ele mandasse essa carta até a FUNAI, ou entregasse para o próprio IBAMA mesmo para ter o reconhecimento (Railson, 2003, Novo Recreio).

Após uma lacuna de várias décadas sobre a existência de índios Nawa na região do rio Juruá, em 1999, depois de uma viagem de representantes do CIMI ao rio Moa, a FUNAI foi informada da existência de um povo autodenominado Nawa morando na região dos igarapés Jordão, Pijuca, Novo Recreio, Jarina, Venâncio e Jesumira, e também na margem direita do rio Moa. De acordo com o documento intitulado “Naua: mais um povo indígena no Acre”, datado de 2000, e de autoria do então administrador da FUNAI-AC, coordenador da UNI-AC e coordenador regional do CIMI, a última informação sobre os Nawa teria aparecido no álbum de 1994, intitulado “A Cidade de Cruzeiro do Sul – Revisitando o Juruá”, editado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul. Como consta no documento de 2000:

*a última sobrevivente* do povo Naua seria uma senhora de nome Francisca Borges de Paiva. Segundo o mesmo álbum, onde aparece inclusive uma foto da Dona Francisca, o casal deixou alguns filhos, netos e bisnetos. O casamento teria ocorrido em 1906, logo após a inauguração da cidade de Cruzeiro do Sul (Processo/FUNAI/BSB nº 2058/2000 fl. 08 - ênfase minha).

Esse documento, produzido em 2000, veio a ser divulgado nos principais jornais do Estado do Acre, afirmando que, ao contrário das informações presentes no “álbum”

sobre a existência de uma “última sobrevivente”, os Nawa ainda habitavam a região do rio Moa e estavam reivindicando sua etnicidade. Os Nawa que habitam o rio Moa, contudo, não descendem de Francisca Borges de Paiva e, sim, de Mariana. Como destacado nesse relatório, o historiador Castelo Branco já havia mencionado a índia Mariana como sendo a “última sobrevivente” Nawa, mas não fez nenhuma referência a Francisca Borges de Paiva. No “álbum” de 1994, aparecem duas fotos, uma da Nawa Francisca Borges de Paiva e outra da Nawa Mariana (Mariruni). O texto abaixo da foto de Mariana afirma ser ela “a última sobrevivente” e aquele abaixo da foto de Francisca Borges de Paiva diz ser ela a “última descendente dos Náuas”. Assim sendo, constata-se que duas índias Nawa foram consideradas como a “última índia Nawa”.

Durante os estudos do grupo técnico de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa, os descendentes de Mariana e de Francisca Borges de Paiva foram entrevistados. Constatou-se que os descendentes de Mariana residem principalmente na terra indígena reivindicada, enquanto os de Francisca Borges de Paiva residem em sua maioria na cidade de Cruzeiro do Sul. Estes últimos não reivindicam um reconhecimento étnico ou território, mas carregam na memória muitas informações sobre Francisca Borges de Paiva e os Nawa. Como não havia nenhum tipo de reivindicação por parte dos descendentes de Francisca Borges de Paiva, os estudos antropológicos foram direcionados para os descendentes de Mariana.

Como se trata de duas índias Nawa capturadas “a dente de cachorro” quando eram crianças e viviam nas malocas, pode-se supor que elas poderiam ter algum parentesco. Os descendentes de ambas as índias, entretanto, não vislumbram nenhum grau de parentesco entre eles. No mencionado “álbum”, mesmo constando a foto das duas Nawa uma do lado da outra, também não há informações sobre parentesco entre

elas. As poucas referências relevantes sobre os Nawa no “álbum”, além dos textos abaixo das fotos, são:

Ao longo das margens do Juruá vivia a tribo dos Náuas multiplicando-se em tabas, dominando o rio e a selva no trecho onde está localizada a cidade de Cruzeiro do Sul, até o extremo do extenso “estirão” (trecho do rio que corre em linha reta) que ainda hoje leva o seu nome – Estirão dos Náuas; soberanos na selva e no rio os bravos guerreiros Náuas em 1887 detiveram a expedição do inglês Willian Chandless.

Eram os Náuas livres como os pássaros que cruzavam o horizonte e pousavam na copa imensa da Samaúma altaneira; bravios e valentes como a onça senhora e absoluta da selva; e indomáveis como o vento que ora encrespava suavemente, ora fustigava as águas do rio, farfalhava a copa das esbeltas palmeiras e devastava a floresta. Ao canto maravilhoso dos pássaros e aos rumores dos animais selvagens, juntava-se a cadência de seus tambores e cantos de guerra ou de festa (Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul & UFAC, 1994: 39).

Essa visão idílica sobre os Nawa, além de referências a sua antiga localização na região de Cruzeiro do Sul, ainda permanece de forma intensa nos relatos dos moradores daquela cidade. Talvez por esses motivos o nome dos Nawa proliferou-se pela cidade nominando lugares e produtos: Teatro Naua, Academia Naua, Rádio Voz dos Nauas, Naua Net, Nawa Cola, Guaraná Nauense, Guaraná Naua, Café Naua, etc. Esta apropriação do nome dos Nawa reforça a importância que esse povo tem no imaginário da população do Juruá, principalmente dos moradores de Cruzeiro Sul.

A elaboração de um mapa histórico pelo diagnóstico etnoambiental, o que não ocorreu, possivelmente traria elementos que poderiam ser confrontados com a visão idílica sobre os Nawa. Por meio de um mapa elaborado a partir das metodologias de mapeamento participativo seria possível visualizar as migrações dos Nawa ao longo da história, o que nenhuma representação cartográfica atualmente existente permite fazer. Esse mapa, portanto, poderia preencher o vazio de informações existentes nos mapas oficiais e ser usado com propósitos políticos e pedagógicos, entre outros.

Uma noção mais ampla sobre o poder dos mapas que poderiam ser produzidos pelo diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, bem como dos mapas viabilizados pelo etnozoneamento da TI Mamoadate e pelo etnomapeamento da TI Ashaninka, é apresentada no próximo capítulo. Interpretando as falas dos representantes indígenas e dos formuladores dos três instrumentos de planejamento, como faço a seguir, torna-se evidente o poder dos mapas nas relações entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não-governamentais.

### **Capítulo 3: Os diversos olhares sobre os mapeamentos participativos e seus usos**

Os mapeamentos participativos realizados em TIs no Acre, próximo daqueles realizados em outros estados brasileiros e em outros países, centram-se na aproximação entre conhecimentos ocidentais e indígenas e têm o potencial de contribuir para o fortalecimento dos povos indígenas, a ampliação do conhecimento deles sobre o território, o registro da história do povo, o uso dos recursos naturais e o combate à degradação ambiental, entre outros. Os mapeamentos participativos no Acre podem ser considerados como parte de um processo político que contribui para o atendimento de algumas demandas indígenas, especialmente as territoriais e de uso dos recursos.

Para muitos dos formuladores do etnozoneamento, do etnomapeamento e do diagnóstico etnoambiental, esses instrumentos de planejamento auxiliam os povos indígenas a resistirem a formas de dominação. Como mencionado no primeiro capítulo, para autores como Chapin (2005), Herlihy e Knapp (2003) e muitos outros, os mapeamentos participativos estariam até mesmo rompendo com a apropriação da cartografia por grupos dominantes que a utiliza para demarcar e controlar territórios indígenas.

Analisando os diferentes olhares sobre os mapeamentos participativos em TIs no Acre e o uso que se está fazendo deles, como faço neste capítulo, percebe-se, contudo, que eles continuam sendo apropriados por grupos dominantes. Mantêm, portanto, um dos aspectos históricos da cartografia ocidental, mostrada por Harley (1988), de serem utilizados para a dominação, mas, agora, com novas terminologias (mapeamento participativo, etnozoneamento, etnomapeamento, diagnóstico etnoambiental, levantamento etnoecológico, levantamento etnoambiental etc.) e associados à ideologia

do desenvolvimento sustentável. Delineiam, assim, novas formas de dominação sobre os povos indígenas.

Algo similar é discutido por Moreton-Robinson & Ruciman sobre os direitos fundiários no Parque Nacional de Kakadu. Os autores mostram como políticas governamentais proclamavam a autodeterminação e o “auto-manejo” como um objetivo fundamental para os “povos aborígenes” residentes no Parque Nacional de Kakadu, na Austrália. As legislações criadas, no entanto, estabeleceram novas relações de dominação ao invés do auto-manejo; os povos aborígenes foram engajados nos processos burocráticos da “sociedade dominante” (Moreton & Ruciman, 1990).

Para melhor compreender a nova forma de dominação por trás dos mapeamentos participativos, realizo neste capítulo uma “análise da prática”, nos termos de Orlove (1991). Levo em conta, então, os diversos olhares não apenas sobre os mapas, como feito por ele, mas sobre os processos de mapeamentos participativos, mostrando como as pessoas voltam-se para eles com propósitos específicos e distintos. Assim, amplio a perspectiva analítica de Orlove para além da produção dos mapas, estendendo-a para os processos associados aos instrumentos de planejamento que têm os mapas como um de seus produtos, entre outros, como planos de gestão, relatórios, documentos oficiais, publicações, etc.

A partir da abordagem de Orlove sobre o “o estudo da produção de mapas” e “o estudo da troca e do consumo de mapas”, mas ampliando-a, procuro compreender neste capítulo como o etnozoneamento, o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental estão consolidando parcerias interinstitucionais e interétnicas calcadas na noção de desenvolvimento sustentável e de conservação da natureza. Busco entender, ainda,

como os instrumentos de planejamento vêm sendo trocados e consumidos por instituições e povos indígenas.

Interpretando a fala de lideranças indígenas, de consultores e de representantes do governo e de ONGs, entre outros, não somente fica evidente os diversos olhares sobre os mapeamentos participativos e os usos deles, mas, igualmente, a apropriação crescente pelos povos indígenas da ideologia do desenvolvimento sustentável, seja por meio de ações educativas - como no etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia -, de projetos desenvolvimentistas - como no etnozoneamento da TI Mamoadate -, ou de processos de regularização fundiária – como no caso do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.

Com uma “análise da prática”, como a realizada aqui, as diferentes formas de participação indígena nos mapeamentos começam a ficar evidentes. Essas formas seguem uma gradação decrescente que tem um maior envolvimento indígena no etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, começando a diminuir no etnozoneamento da TI Mamoadate e chegando a ser quase inexistente no diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, que ainda não foi desenvolvido, só estruturado na forma de projeto.

### **3.1. O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia**

#### **3.1.1. A visão dos formuladores e dos representantes Ashaninka**

As diversas visões sobre o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia podem ser apreendidas por meio de uma “etnografia dos olhares” (Orlove, 1991). A

concepção dos formuladores do etnomapeamento dessa TI, do ponto de vista metodológico e ideológico, aproxima-se daquela dos formuladores do “Mapeamento Etno-Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque”, promovido entre os anos de 2001 e 2002, pela TNC-Brasil, APIO e FUNAI nas TIs Uaçã, Juminã e Galibi, localizadas no Estado do Amapá. Mais recentemente, a TNC alterou o termo “Mapeamento Etno-Ambiental” para etnomapeamento, passando a entendê-lo como “um passo culturalmente apropriado para que os povos indígenas possam determinar o seu próprio futuro e, conseqüentemente, o da Amazônia também” (TNC Amazônia, 2006).

A preocupação com o futuro da Amazônia associado com o dos povos indígenas, presente na noção de etnomapeamento dos seus formuladores, resulta de uma preocupação crescente entre os ambientalistas com a conservação da natureza em TIs. Este fato permitiu uma aproximação do movimento indígena com o movimento ambientalista, mesmo tendo havido uma resistência inicial por parte deste último (Chapin, 2004). Essa aproximação gerou a noção de “índio ecológico” (Ulloa, 2001), muito presente no etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, especialmente no discurso dos Ashaninka sobre o futuro deles na área. Para eles, o fato de viverem em uma terra delimitada exige cada vez mais um planejamento sobre o uso dos recursos naturais de forma sustentável:

A partir do momento que foi assegurada uma terra indígena, já se começou a entender que você tem um espaço já delimitado, e é aquele espaço que você tem que contar e começar a trabalhar para que você viva dentro daquele espaço, contando com aquele espaço, aquele que você tem que planejar para garantir o seu futuro (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa)<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup>As falas das lideranças Ashaninka e de representantes da CPI-Acre e da TNC utilizadas neste capítulo foram gravadas por assessores da CPI-Acre durante as oficinas de etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e gentilmente cedidas para serem utilizadas nesta tese.

Como fica visível no discurso de Francisco Pinhanta, uma liderança Ashaninka atualmente ocupando o cargo de Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas do governo estadual, a preocupação futura diz respeito mais ao povo Ashaninka que à Amazônia como um todo, diferentemente da visão dos formuladores. Para estes, o etnomapeamento em TIs favorece o futuro dos povos indígenas e, conseqüentemente, a preservação da Amazônia - preocupação primeira dos ambientalistas. Para os Ashaninka, a preocupação principal com uso dos recursos naturais está atrelada ao futuro do povo, mesmo tendo consciência do contexto amplo de preservação da Amazônia em que estão inseridos. Neste, o planejamento do uso dos recursos é fundamental.

Por isso, para os formuladores vinculados à TNC e à CPI-Acre, o etnomapeamento e, mais especificamente, os “etnomapas” – termo usado pelas duas ONGs - é uma “ferramenta central no planejamento e gestão dos recursos naturais” (TNC Amazônia, 2006). Produzidos de forma participativa, os etnomapas seriam “ferramentas poderosas na execução de políticas públicas, de fiscalização e proteção do território, uma vez que facilitam a comunicação dos povos indígenas junto aos tomadores de decisão e autoridades locais” (TNC Amazônia, 2006). Resultante das preocupações ambientalistas sobre a conservação da natureza, o etnomapeamento como um todo, e não apenas os etnomapas, é entendido por seus formuladores como uma “ferramenta de planejamento”:

Uma coisa que é muito importante refletir, pensar, é que o etnomapeamento é mais uma *ferramenta de planejamento* do uso dos diferentes recursos naturais da terra indígena; é um planejamento para qualquer ação que no futuro venha a trabalhar na terra indígena. Se vocês estão pensando em explorar determinados recursos, o etnomapeamento pode também ajudar muito no planejamento do uso do recurso natural que vai utilizar, ou nos recursos que já estão sendo utilizados na terra indígena e que vocês mesmo começam a manejar, como, por exemplo, a

criação de jabuti, tracajá, criação de melíponas e o sistema agroflorestal (Renato Gavazzi<sup>53</sup>, 2004, aldeia Apiwtxa).

A princípio concebido pelos seus formuladores como uma ferramenta - um instrumento - de planejamento indígena para qualquer ação presente e futura de uso dos recursos naturais, ele também é concomitantemente um instrumento de planejamento institucional para as ações de gestão territorial em TIs. Nesse sentido:

“Desde 2001, a TNC vem utilizando a inovadora ferramenta do etnomapeamento como um processo chave no seu trabalho com povos indígenas da Amazônia. Trata-se de um mapeamento participativo realizado em íntima colaboração com membros de comunidades indígenas, compondo uma etapa fundamental no desenvolvimento de planos de gestão dos recursos naturais de suas reservas” (TNC Amazônia, 2006).

Como percebido pelos formuladores do etnomapeamento do Oiapoque e do Acre, o mapeamento participativo é uma etapa para a elaboração de planos de gestão dos recursos naturais. Essa concepção também se encontra presente entre os Ashaninka, que entendem as limitações do etnomapeamento para a resolução das demandas do povo indígena. Para eles, esse instrumento de planejamento compõe um processo, sendo apenas um estágio para a resolução dos problemas ambientais por eles enfrentados.

Eu quero dizer que falando dessa questão do etnomapeamento está começando um processo que ele só vai dar um retrato e com alguns indicativos que pode está alertando, mas ele não vai ser a solução dos problemas. Dali você pode se planejar a partir dali em ter muitos resultados positivos. Muito deles se a comunidade não estiver preparada, esse material pode ficar lá encostado num canto e se perder (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Uma das preocupações das lideranças Ashaninka é com a apropriação indígena do etnomapeamento, que se não ocorrer, se “ficar lá encostado num canto”, não cumprirá seu papel de instrumento de planejamento indígena. Sendo apropriado, o

---

<sup>53</sup> Renato Gavazzi é Coordenador do Setor de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA) da CPI-Acre e um dos idealizadores dos etnomapeamento no Acre.

etnomapeamento poderia estar contribuindo para os povos indígenas planejarem o uso dos recursos naturais no sentido de preservá-los. Apropriando-se do etnomapeamento – um instrumento oriundo da sociedade ocidental e não Ashaninka – a condição indígena não seria abalada, mas beneficiada com a adequação de algumas “técnicas” e “conhecimentos” capazes de garantir o futuro do povo:

Nós temos que entender que não devemos deixar de ser índio, acho que a gente tem que preservar, mas acho que a gente tem que entender que nós vivemos um momento que temos que adequar algumas *técnicas* e *conhecimentos* para garantir a nossa continuidade. Se não a gente vai se perder cada vez mais, pode sumir mais rápido do que a gente imagina, porque no passado você podia morar dois a três anos em um canto, e ia para outro lugar e ficava mais dois três anos e aquele outro lugar se recuperava de novo. Hoje ninguém pode fazer isso, porque se você for olhar, todo lado já tem dono. Então a gente tem que trabalhar com o nosso espaço e planejar encima do nosso espaço, que é o que eu acho que está sendo discutido aqui, é um pouco essa idéia, ter esse entendimento, se não tiver, acreditando que vai se perder muito (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

A importância do planejamento para os Ashaninka está ligada ao fato de viverem em uma terra indígena delimitada, distintamente do passado, quando a grande mobilidade para além desses limites permitia-lhes manterem suas práticas de uso dos recursos naturais sem uma grande preocupação com o futuro, com a escassez. Quando os recursos naturais começavam a diminuir em uma determinada localidade, era possível deslocar-se para outra até a anterior se regenerar. Hoje, vivendo em um território demarcado pelo governo federal, os Ashaninka e outros povos indígenas precisam contar com apoios institucionais para utilizarem novas “técnicas” e “conhecimentos” voltados para o uso dos recursos naturais.

O apoio institucional, na visão dos Ashaninka, é muito bem recebido por ajudar a “despertar” uma visão ambiental, ligada à ideologia do desenvolvimento sustentável. O apoio externo não significaria para eles o domínio ou a apropriação do espaço pelas

instituições, mas apenas uma nova “linha” de pensamento que precisa ser discutida pelo povo para incorporá-la ou não.

Aqui, o interesse de quem está ajudando com essas oficinas e com outros apoios que vêm no sentido de ajudar fazer a comunidade se *despertar*, assumir e trabalhar cada vez mais dentro dessa *linha*, é porque eles não estão interessados em vir a ser dono do espaço. Mas porque isso é feito para a própria comunidade, então o apoio que vem de fora deve ser discutido, considerado. Mas um apoio desse, de ajudar a planejar, é uma coisa assim que é muito importante, fundamental para o que a gente vem discutindo hoje (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Como entre os Ashaninka a discussão sobre desenvolvimento sustentável, conservação da natureza, uso dos recursos naturais, mapeamento participativo, etc., não é novidade - ocorre há anos, por meio de outros projetos – eles visualizam a importância de colocar as informações no papel, por meio da elaboração dos mapas e documentos correlatos:

É um trabalho já conhecido, a gente já tinha uma experiência dos rios, das matas, dos igarapés, da fronteira, mas não tinha isso colocado no papel, não tinha essa idéia. Mas com essa oficina aqui a gente está vendo que realmente é uma coisa que tem que acontecer, mesmo *para a gente poder ver como é a nossa terra indígena*, como a gente deve fazer para levar, *para que não se acabe os recursos naturais que tem dentro dela, que é o nosso futuro* (Bebito Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Por não serem novidades trabalhos da natureza do etnomapeamento, voltados para o futuro do povo que reside em uma área demarcada, de onde surge a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais, as lideranças Ashaninka entendem que o apoio institucional fortalece a TI e o povo, ressaltando aspectos da identidade deles. Também têm clareza de que o apoio das ONGs possui estreito vínculo com as preocupações mundiais de conservação da natureza, de desenvolvimento sustentável.

Esse apoio que a gente está tendo das organizações, das ongs, eu acho que é muito importante no sentido de estar fortalecendo mesmo as terras indígenas. Porque hoje as terras indígenas são as maiores áreas de proteção e de segurança

na permanência dos recursos e da mata. Hoje em vez de se tirar todas as terras indígenas e os parques e dar para as pessoas explorarem, você imagina que o planeta inteiro vai passar por uma consequência muito séria. Espero que essa política que a gente está tendo através desse programa de apoio ao reconhecimento de território, de identidade, porque você ter o nome na língua de um rio é uma identidade própria, é uma marca do seu universo (Isaac Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Conscientes de que o apoio externo significa apenas uma ajuda, pois a incorporação de novas práticas e “linhas” de pensamento depende de uma decisão do povo, buscam estabelecer parcerias principalmente com ONGs, abandonando o paternalismo muitas vezes presente na atuação do órgão indigenista oficial. Ainda assim, entendem que os novos parceiros também são temporários, apóiam algumas ações e depois se retiram do cenário. Apenas eles poderiam de fato garantir uma melhor qualidade de vida, apropriando-se de elementos externos de interesse do povo.

Até um pouco tempo, as pessoas achavam que quem resolvia os problemas da comunidade indígena era a FUNAI e não sei o quê. A FUNAI já fez a parte dela que eu acho que é o governo federal, então tem outros parceiros que estão aí, que estão ajudando. As partes deles também vão passar e a comunidade que vai ter que se organizar cada vez mais, assumindo cada vez mais o seu papel de começar a resolver o seu problema, resolvendo os problemas, porque são muitos e vão estar aparecendo cada dia mais (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Os novos parceiros, mais que apenas produzir mapas e capacitar os Ashaninka para lidarem com a cartografia ocidental, objetivam com o etnomapeamento contribuir com um processo educacional voltado para a gestão dos recursos naturais e do território de diferentes povos, como fica explícito nos propósitos de se ter um plano de uso das TIs:

O plano de uso pode ser um instrumento muito importante na gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Atualmente aqui no Acre algumas terras indígenas através da ação dos agentes agroflorestais vêm discutindo o uso dos diferentes recursos naturais; estão sempre discutindo isso nas reuniões comunitárias; estão elaborando conjuntamente com membros de suas

comunidades normas de uso para cada recurso. Isso é muito importante, que as comunidades estejam preocupadas. E estão começando a pensar em diferentes estratégias de utilizar de uma maneira que os recursos naturais não se acabem num futuro próximo. Hoje, em várias partes do Brasil, ou mesmo em várias partes do planeta, muitas coisas começam a se acabar: até a água começa a faltar em vários lugares do planeta. Isso é uma questão muito séria, muito preocupante (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Uma questão séria e preocupante não apenas local, mas pertinente a contextos mais amplos - regionais, nacionais e internacionais - dos quais o etnomapeamento faz parte. O caráter multilocalizado das preocupações com o uso dos recursos naturais é visível na ideologia do desenvolvimento sustentável, adotada em programas e projetos governamentais e não governamentais, no Acre, no Brasil e em outros países. O próprio projeto transfronteiriço (ver capítulo 2) configura-se como parte das preocupações locais, regionais, nacionais e internacionais com o uso dos recursos naturais na fronteira entre o Brasil e o Peru. As instituições envolvidas nele atuam em múltiplos espaços geográficos e recebem financiamentos de fontes externas ao local. Procuram estabelecer uma “rede” entre instituições governamentais e não-governamentais, composta também pelos grupos sociais diversos que residem em TIs, UCs e assentamentos do governo, seja no Brasil ou no Peru. Como dito durante a primeira oficina:

Um lado que eu acho que é muito forte nesse projeto é justamente essa *rede*: tentar estabelecer redes de parcerias entre as comunidades indígenas, parque nacional, reserva extrativista, assentamento do incra, os órgãos governamentais e não-governamentais, não só do Brasil como também do vizinho Peru. Dessa relação Brasil e Peru que surgem vários conflitos sociais e também ambientais. Fico feliz até de ver que essa *rede* está vindo de mais longe como, por exemplo, esse mapa aqui atrás [da TI Uaçã] que foi produzido em outro estado [no Amapá], por outros povos indígenas, que desenvolveram um método de mapeamento que acabou chegando aqui no Acre e foi super assimilado, super bem feito e as pessoas gostaram. Chegando aqui, essa técnica, essa idéia, avançou mais ainda; está se construindo um plano de uso e foi muito bem feito os primeiros passos desse plano de uso (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa).

Essa “rede” institucional e social, além de canalizar seus esforços para a gestão territorial da TI Kampa do Rio Amônia, possui o objetivo mais amplo de contribuir para a resolução de “conflitos sociais e também ambientais” na região da fronteira entre o Brasil e o Peru. Com uma metodologia próxima daquela utilizada pela TNC no Amapá e em Roraima, o etnomapeamento no Acre, com suas especificidades, agregou aos trabalhos anteriores a elaboração de um plano de uso, sendo este um grande diferencial em relação aos mapeamentos participativos anteriores realizados no Brasil.

Fazendo parte dessa rede institucional, os formuladores do etnomapeamento percebem a importância dele para o desenvolvimento sustentável e para a conservação da natureza por meio de vários aspectos. No “Mapeamento Etno-Ambiental” realizado nas TIs do Oiaoque - apoiado pela TNC e do qual decorre parte da metodologia do etnomapeamento do Acre (ver item 3.4) - a importância de se produzir os etnomapas deve-se à necessidade: 1) de preencher o vazio geográfico existente nos mapas oficiais; 2) de melhorar o material didático das escolas indígenas para o estudo da região; e 3) de planejamento ambiental da TI frente ao crescimento populacional, ao uso de novas tecnologias pelos povos indígenas e ao asfaltamento da BR 156 - que corta parte da TI Uaçá. Além dessas relevâncias atribuídas ao “Mapeamento Etno-ambiental”, ele tem sido apropriado pelos AAIs (Agentes Ambientais Indígenas) do Oiapoque para suas atividades de planejamento ambiental, discutindo e delimitando áreas para manejo ou recuperação de espécies. As lideranças indígenas também estão utilizando os mapas em suas discussões sobre as medidas compensatórias e mitigatórias do impacto da BR 156 (Sztutman, 2006). Em última instância, o “Mapeamento Etno-ambiental” objetiva contribuir para a gestão territorial, para a resolução dos conflitos socioambientais e para a vigilância e a fiscalização das TIs do Oiapoque.

A importância do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia para seus formuladores aproxima-se parcialmente daqueles do Oiapoque, com foco na gestão territorial da área, mas agrega fatores novos. Nesse sentido, o etnomapeamento também tem sido pensado como um instrumento capaz de preencher o vazio geográfico presente nos mapas oficiais, de produzir material didático, de contribuir para o planejamento ambiental, de facilitar o diálogo interétnico, de garantir a vigilância e fiscalização da TI, de proporcionar a resolução dos conflitos socioambientais que envolvem os Ashaninka e de promover a gestão territorial. Mas diferentemente do mapeamento etno-ambiental, o etnomapeamento também tem os objetivos de levar à elaboração do plano de uso e de proporcionar o monitoramento ambiental.

Atuando na região fronteira entre Brasil e Peru, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, nas palavras do representante da TNC durante a primeira oficina, “marca o começo de um grande projeto que abrange tanto terras indígenas quanto parques nacionais, e não só no Brasil como também no Peru” (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa). Esse “grande projeto” pode ser ainda maior, se consideramos as trocas de conhecimento com aquelas experiências do Amapá, apoiadas pela TNC. Por essa ótica, o “projeto” possui estreito vínculo com outros, não se limitando à região transfronteira, mas se estendendo a outras TIs do país, fora do Acre. Tomando as trocas de experiências metodológicas com o Mapeamento Etno-ambiental do Oiapoque, fica visível que o etnomapeamento insere-se em um amplo horizonte voltado para a gestão territorial em TIs. As informações, idéias e experiências advindas do etnomapeamento na TI Kampa do Rio Amônia, especialmente com sua inovação a partir do plano de uso, não ficarão limitadas à região transfronteira, pois: “com certeza esse plano de uso e as idéias, todas essas discussões que estão sendo feitas aqui, não vão

estar limitadas a Apiwtxa; vão estar sendo levadas para outras terras do Acre e também para o Amapá; essas idéias de plano de uso e todas essas discussões vão estar sendo levadas para lá” (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa).

Pensado aqui como uma ação que extrapola a região transfronteiriça, por possuir vínculos não apenas com o Mapeamento Etno-ambiental do Oiapoque, mas também com o etnozoneamento desenvolvido pelo governo do estado do Acre em outras áreas do estado, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia insere-se em um contexto amplo de preocupações com a gestão territorial em TIs, estabelecendo vínculos institucionais por meio de parcerias e trocas de experiências.

Dessa forma, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia também é concebido pelos Ashaninka e pelos seus formuladores como uma “ferramenta política”, assim como aquele realizado no Amapá com apoio da TNC.

Nessa região aqui [da TI Uaça], passa uma estrada, a BR-156. Essa estrada hoje é de terra, mas ela vai ser asfaltada; isso é um plano federal que é o asfaltamento dessa estrada. E como vai ser asfaltada, as comunidades indígenas têm o direito de medidas para que o impacto desse asfaltamento seja menor. Então, esse mapa está servindo como uma *ferramenta política* para as comunidades quando vão à Brasília. Eles já foram duas vezes à Brasília, uma no ano passado e outra nesse ano, com o mapa, mostrando exatamente as aldeias que vão sofrer o impacto; mostrando que a estrada corta quase todas as nascentes dos rios dessa terra indígena. Está mostrando problemas, talvez se um caminhão de óleo virar ali dentro; o problema na hora de fazer as pontes, vai ser muita terra assoreando igarapé; então isso é uma ferramenta política para essas comunidades (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa).

Os Ashaninka, do mesmo modo que os povos indígenas que residem na TI Uaça, utilizaram os mapas produzidos pelo etnomapeamento para um maior diálogo com o governo federal. Durante a Semana Ashaninka, realizada em Brasília, entre os dias 21 e 24 de setembro de 2004, os mapas foram apresentados em diversos órgãos governamentais, facilitando a comunicação e servindo para os Ashaninka reforçarem

com mais clareza suas demandas por vigilância e fiscalização da TI. Como mencionado pelos antropólogos Marcelo Iglesias e Terri Aquino:

Os mapas produzidos pelos Ashaninka do rio Amônia têm subsidiado iniciativas mobilizadas na defesa de sua terra. Em setembro de 2004, por exemplo, durante a Semana Ashaninka em Brasília, as lideranças mostraram, com grande impacto, o "mapa das invasões" ao Presidente da Funai, a técnicos de várias gerências do Ibama e a representantes de outros órgãos de governo, ilustrando as rotas e locais onde os madeireiros peruanos estão invadindo sua terra indígena e o PNSD e cobrando iniciativas concretas para coibi-las (Aquino e Iglesias, 2005: 101).

O uso dos mapas como “ferramenta política” deixa visível que o etnomapeamento, além de um instrumento de planejamento do uso dos recursos naturais é um instrumento de poder, de política e de comunicação, como muitos outros processos de produção de mapas (Orlove, 1991). Esse caráter mais amplo do etnomapeamento fica mais explícito ao se considerar seu uso no processo educacional, na vigilância e fiscalização, no diálogo com autoridades governamentais, no preenchimento do vazio geográfico deixado pelos mapas oficiais e na resolução dos conflitos sociambientais, como mostro a seguir.

### **3.1.2. Comunicação, educação e poder no etnomapeamento**

Enquanto uma “ferramenta política”, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia possui o potencial de melhorar o diálogo entre os Ashaninka e destes com os governantes. Discutindo temas relacionados com o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza, o processo de produção dos etnomapas e do plano de gestão estimula as políticas internas dos Ashaninka e abre um outro espaço de comunicação com as autoridades. Como mencionado pela consultora da CPI-Acre, em seu relatório sobre a primeira oficina:

Temas como o meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais, os limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais condutores da sua política interna, relacionada diretamente com as áreas de saúde, educação e alternativas econômicas. E com isso, os atores decidem sobre a organização e gerenciamento das suas terras e melhoram o diálogo com os governos estaduais e federais (Ôchoa, 2004: 8).

As áreas de saúde, educação e economia, mesmo não contando com todas as informações especializadas, são contempladas durante o processo de etnomapeamento, especialmente por serem algumas das principais demandas sociais indígenas. Essas informações são registradas principalmente por meio de entrevistas realizadas pelos representantes da CPI-Acre com os Ashaninka e com a gravação das apresentações dos mapas, realizada após o término da elaboração de cada um deles. Compõem, portanto, o universo de dados associados aos etnomapas: são informações descritivas, que complementam o processo de mapeamento participativo. Mesmo contemplando áreas de relevância social, o foco central do etnomapeamento é no uso dos recursos naturais.

Como existe um diálogo que pode ser melhorado entre os Ashaninka e os governantes sobre os usos dos recursos naturais, o etnomapeamento tem sido apropriado pelos primeiros como uma ferramenta capaz de mostrar às autoridades governamentais a preocupação dos Ashaninka com o território:

Através do etnomapeamento a gente pode mostrar para o governo brasileiro, para o governo federal ou estadual, que nós estamos olhando para a nossa terra e que nós temos parceria e estamos tendo força para organizar os nossos pensamentos da nossa terra, do uso dos nossos recursos. Eu vejo que é muito importante esse trabalho (Isaac Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Nesse diálogo interétnico, os etnomapas estão preenchendo um “vazio” existente nas representações cartográficas oficiais devido ao universo de informações que reúnem, contribuindo, assim, para uma maior comunicação entre governantes e

Ashaninka. Nos mapas oficiais, como o de identificação e delimitação da TI Kampa do Rio Amônia, as representações são limitadas a informações hidrográficas, à localização das aldeias e aos cemitérios, enquanto os etnomapas preenchem um vazio de informações com diversos outros dados, evidenciando de forma mais completa a ocupação humana na TI, o uso dos recursos pelos povos indígenas, o potencial econômico e outros.

O preenchimento do vazio geográfico existente nos mapas oficiais foi uma preocupação dos formuladores do etnomapeamento durante a primeira oficina realizada na TI Kampa do Rio Amônia. Tomando o caso dos etnomapas da TI Uaçá, o representante da TNC procurou mostrar aos Ashaninka a importância do etnomapeamento e a diferença dos etnomapas produzidos em relação aos mapas oficiais.

Quando a gente pegava a região do Amapá e olhava a região do Oiapoque, parecia que tinha um *vazio* ali. Parecia que não tinha aldeia, que nenhum rio tinha nome, que nenhum igarapé tinha nome, que as montanhas eram tudo desconhecidas. E que na verdade tudo isso era mentira, porque as comunidades que ali moram, conhecem exatamente o que tem e o que não tem. O nome de cada montanha, de cada igarapé, enquanto os mapas oficiais não mostravam nada daquilo. Então, pensamos também em fazer um mapa das comunidades indígenas, mas não um mapa do governo, ou um mapa do estado; mas um mapa do dali, daquele local, com o conhecimento local, com as informações que os indígenas queriam colocar nesse mapa. E já tinha sido feito um trabalho de mapa mental. Muitas pessoas por iniciativa, com o conhecimento próprio da cabeça, pegavam uma folha em branco e desenhavam um rio, colocavam a aldeia, colocavam os recursos naturais, a localização deles. Muitas pessoas pela própria iniciativa já faziam o mapa da própria cabeça. A gente começou então a fazer o trabalho com imagens de satélite. Que nem essa que o Renato mostrou da terra Ashaninka (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa).

Entre os Ashaninka, o trabalho de elaboração de mapas mentais já vinha sendo desenvolvido nos cursos de formação de professores e AAFIs antes mesmo do início do etnomapeamento. Buscava-se, com esses mapas, começar a preencher o vazio

geográfico existente, facilitando o diálogo interétnico. Como dito por um dos professores Ashaninka formado pela CPI-Acre:

A gente já tinha trabalhado no mapa, mas tinha feito um trabalho de outra forma. Era um trabalho que a gente tinha desenhado um mapa com as invasões e esse agora é mais profundo, que você vai conhecer desde os rios, igarapés, identificar todos os igarapés dos rios, identificar a floresta, os tipos de florestas que tem dentro da terra indígena, os tipos de vegetação no geral, e também as aves, as caças, os peixes, os quelônios. Isso, para mim, está sendo muito importante eu estar participando; também é um trabalho que não está envolvido só as pessoas que estão aqui na frente do trabalho (os professores, os agentes de saúde, os AAFI), mas sim estão sendo envolvidas várias pessoas aqui da comunidade: os mais antigos que estão ajudando essas pessoas a identificar cada ponto de cada vegetação que tem dentro da nossa terra indígena (Bebito Pinhanta, 2004, Apiwtxa)

Envolvendo várias pessoas no processo de produção dos etnomapas, o etnomapeamento acaba contribuindo para acabar com o vazio das representações cartográficas e para ampliar o conhecimento dos Ashaninka sobre seu território. Nem todos os integrantes do povo indígena têm a oportunidade de percorrer os locais mais distantes das aldeias e, mesmo os que o fazem, não conseguem conhecer detalhadamente todo o território. Com a leitura das imagens de satélites pelos Ashaninka, alguns dos mais conhecedores do território se surpreenderam com informações que eles não dominavam. Como mencionada pelo AAFI Ashaninka,

Através desse trabalho que a gente fez, as pessoas começaram a conhecer. Mesmo eu conhecendo isso tudo, eu não sabia, por exemplo, dessa pista de pouso que tem aí na cabeceira do Arara, dentro da nossa área. Com certeza são de traficantes que estão lá fazendo esse trabalho. Quem é que vai morar no meio da floresta e abrir uma pista de pouso assim por qualquer coisa? Esse conhecimento nós não tínhamos e através desse trabalho eu tenho esse conhecimento. A gente vai tentar localizar para identificar direito qual é a finalidade dessa pista de pouso e dessas pessoas que estão morando lá realmente. Isso é um trabalho que eu estou dizendo, que a gente pensa em focalizar cada foco de cada coisa que está acontecendo dentro da área da gente, e vai conhecendo cada vez mais as coisas principais, não principais. A gente vai botando tudo em dia e formando e completando o mapa que a gente tem na cabeça, melhorando e colando em prática também (Benki, 2004, aldeia Apiwtxa).

O etnomapeamento da TI, portanto, propiciou a ampliação do conhecimento dos Ashaninka sobre seu território, do uso dos recursos que está sendo feito por eles, ou por invasores. Isto desperta entre eles um interesse em conhecer os locais até então não explorados, complementando a visão vertical oferecida pelas imagens de satélite com uma visão horizontal, obtida com o deslocamento até os locais pouco conhecidos. A junção entre informações verticais e horizontais, além de contribuir para a ampliação do conhecimento geográfico, dos usos dos recursos naturais e das invasões, proporciona o fortalecimento social do povo, dando subsídios para as ações em curso, como o manejo da fauna. Com o mapeamento, essas informações são mais socializadas entre os Ashaninka, entre homens e mulheres; sejam idosos, jovens ou crianças.

Em cima do que a gente vem fazendo de organizações indígenas ou não indígenas, esse é um dos trabalhos que traz uma visão maior para muita pessoa, até mesmo para quem vive na área e não consegue entender a área como ela é. Muitas vezes, só as pessoas que andam em torno, os vigilantes, que conseguem ter na cabeça aquela noção direitinho de como é a área; o restante não conhece, não entende. Aqui é legal porque tem várias pessoas participando, professores e alunos também se interessam a conhecer como funciona esse trabalho que hoje a gente vem fazendo e todo manejo da área. Conhecer melhor a área, as regiões que aqui tem, vários locais diferentes. Esse é um trabalho que fortalece mais a organização, fortalece mais a ampliação de desenvolvimento da população, não só de nossa comunidade, mas todas comunidades em que esse trabalho for feito, que aí que a gente começa a focalizar os pontos principais da nossa terra, os pontos principais onde estão as invasões, os pontos aonde a gente consegue deixar de descanso para o manejo da fauna e reprodução. Isso é uma coisa que traz uma força a mais dentro do espírito da pessoa, que ela passa a entender melhor a vida de certos animais que vivem dentro da nossa área, e que a gente vive perseguindo para comer (Moisés, 2004, aldeia Apiwtxa).

Não apenas o conhecimento dos Ashaninka sobre o território tem sido ampliado com o etnomapeamento, mas especialmente o conhecimento institucional sobre ele. Este último, em grande medida direciona boa parte do conteúdo e dos temas que serão representados cartograficamente. Pode-se dizer que a produção dos etnomapas inicia-se

com um direcionamento externo aos Ashaninka, atendendo aos interesses das instituições envolvidas no etnomapeamento. Não se trata de um mapeamento propriamente Ashaninka, como o termo “etno” poderia dar a entender. Esse termo está muito mais relacionado com a noção de mapeamento participativo realizado por um povo indígena, não necessariamente a partir da visão étnica particular e específica sobre o espaço e os recursos<sup>54</sup> (ver conclusão). Nas palavras do coordenador da SAMA/CPI-Acre durante a oficina:

Nesse trabalho de etnomapeamento, vocês irão identificar o que a terra tem de vantagem, o que a terra tem de benefício, também a gente vai identificar as fragilidades, os problemas que a terra tem. Um dos problemas muito sério que tem aqui são as invasões das madeireiras peruanas dentro da terra indígena, dentro do Brasil, causando um grande impacto socioambiental para todos que vivem nessa fronteira e seu entorno - um problema fronteiro entre o Brasil e Peru (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Mesmo os temas sendo direcionados pelos interesses institucionais ligados à gestão territorial da região transfronteiriça, não se pode negar que eles estão vinculados às demandas Ashaninka e que as informações inseridas nos “etnomapas” são de domínio do povo. Nesse sentido, o termo “etno” reflete parte do conhecimento Ashaninka, apresentado em forma de mapas. Por serem estes uma representação espacial da realidade, e não a realidade em si, possuem distorções que são inerentes à cartografia ocidental.

Outros exemplos de mapas que também possuem distorções, são os denominados mapas mentais, produzidos pelos Ashaninka nos cursos de formação de professores e AAFIs. Nestes, as representações espaciais são esboçadas pelos Ashaninka em croquis, sem uma base cartográfica convencional. Mesmo assim, a interface institucional se faz presente, pois o tema dos mapas é definido previamente,

---

<sup>54</sup> O mesmo pode ser dito para o etnozoneamento da TI Mamoadate e para o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.

dependendo das atividades de formação. Isto não quer dizer que haja uma imposição institucional, mas os mapas, tanto os croquis como os etnomapas, resultam de um diálogo entre povos indígenas e instituições, prevalecendo as informações que forem de interesse para ambos.

Além dos mapas mentais e etnomapas produzidos em contextos de relações interétnicas, pode-se visualizar as relações institucionais com os Ashaninka a partir da elaboração do “plano de uso” – depois denominado “plano de gestão ambiental e territorial” -, outro produto do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia que segue a noção de desenvolvimento sustentável. Em parte, as discussões sobre a gestão da TI já vinham sendo feitas há muito tempo pelos AAFIs ao longo do processo de formação realizado pela CPI-Acre. A visão institucional sobre o plano de uso, norteada por princípios sustentáveis e participativos, também foi apresentada no início das oficinas de etnomapeamento:

Outra atividade dentro do trabalho do etnomapeamento que é bastante importante, pode ajudar muito na gestão territorial e ambiental da terra, é a discussão e a sistematização de um plano de uso dos recursos naturais, ou um plano da vida como dizem os índios colombianos. Esse plano, para ser elaborado, vai precisar da participação das pessoas da comunidade, tentar envolver muita gente, envolver os mais velhos. Um plano de uso seria um conjunto de normas, de acordos, regras de convivência para o uso sustentável dos recursos naturais de uso coletivo e de uso individual. O plano de uso é um conjunto de normas, regulamentos que serão discutidos e elaborados por vocês mesmos, da própria comunidade. O plano de uso que vocês já vêm discutindo, há algum tempo, vai ser muito importante e fundamental para nortear a utilização dos diferentes recursos naturais existente na terra indígena (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Entendido como um conjunto de normas, regras, acordos e regulamentos, a princípio definidos pelo povo indígena, ele também se distancia, assim como os mapas e croquis, da cosmologia Ashaninka. Apesar de elaborado conforme o entendimento Ashaninka sobre o uso dos recursos naturais, ele está ancorado na noção de

sustentabilidade, bastante utilizada no discurso das lideranças, mas não totalmente apropriada pelos demais Ashaninka. No plano de uso, os acordos são norteados pelo modelo sustentável, uma preocupação atualmente indígena, mas em muito absorvida pelo contato interétnico com os discursos e as ações ambientalistas. Por serem materializados em documentos escritos, dificilmente dão conta de refletir a dinâmica das relações dos Ashaninka com os recursos naturais. Acordos, normas, regras e regulamentos Ashaninka, mais próximos dessa dinâmica, existem entre eles no universo da oralidade, não necessariamente orientados pelo discurso ambientalista, mas pela percepção Ashaninka sobre o meio ambiente.

Sem uma visão “dualista” da relação homem-meio ambiente, característica de nossa visão moderna do mundo (Descola, 2000), as percepções e práticas dos Ashaninka relacionadas com o meio ambiente são formadas e informadas a partir de sua cosmologia (Pimenta, 2004). Como ocorre com outros povos indígenas da Amazônia, os valores, normas, regras e regulamentos, portanto, fazem parte de uma ideologia distinta da ideologia do desenvolvimento sustentável, por mais que essa venha sendo apropriada por muitos deles.

Com uma cultura baseada no universo da “oralidade”, que coexiste com o do “letramento” (Ong, 1986: 7), os Ashaninka, por meio do etnomapeamento, materializam parte de suas relações com os recursos naturais em documentos escritos, elaborando os etnomapas e o plano de uso. Essa ação, no contexto do etnomapeamento, acaba gerando perda de informações (ver Capítulo 4), como ocorre em qualquer transformação da oralidade para o letramento. Essa transformação está em grande parte associada à área da educação, da conscientização dos Ashaninka para um uso sustentável dos recursos naturais, o que garantiria a gestão territorial na TI.

Enquanto uma ferramenta de planejamento indígena e institucional, o primeiro passo rumo à gestão territorial seria a elaboração dos etnomapas e, depois, dos planos de gestão, dentro de um processo educacional voltado para a conscientização acerca do uso sustentável dos recursos naturais. Todo o processo encontra estreito vínculo com uma perspectiva educacional:

Aqui na Apiwtxa é um exemplo de como vocês vêm trabalhando nessa direção de planejar e organizar o uso dos recursos naturais. Vocês já têm um plano de uso dos recursos naturais, que são os vários manejos que vocês já fazem. Agora vamos discutir e colocar no papel, começar a desenhar um plano. É um processo muito dinâmico, criativo e todos nós iremos aprender muito. O manejo dos recursos naturais, acho que ele está muito relacionado com o entendimento e a conscientização das pessoas que vivem na comunidade, na terra indígena. Esse trabalho de vocês elaborarem conjuntamente o plano de uso dos recursos naturais vai ser um exercício muito interessante para todos nós presentes. Eu vejo essa oficina como um longo processo de ação educacional (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Diferentemente do mapeamento etno-ambiental do Oiapoque, na TI Kampa do Rio Amônia o etnomapeamento passou a ser entendido pela CPI-Acre justamente como parte de seus trabalhos de educação, com a formação de professores indígenas e de AAFIs. Incorporado ao longo trabalho da CPI-Acre junto aos Ashaninka, o etnomapeamento possibilitou a elaboração do plano de uso, avançando no processo de gestão territorial na terra e de conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Essa conscientização dos Ashaninka tem ocorrido ao longo de anos, com a formação dos professores e do AAFIs, que atuam como multiplicadores de uma visão socioambiental. O etnomapeamento pode ser entendido, portanto, como mais um momento nesse longo processo educacional.

Discutir a questão da gestão ambiental dos territórios indígenas em uma oficina, particularmente vejo o quanto são fortes as ações educacionais em nosso programa de formação dos AAFIs e professores. O que aconteceu foi parte de um processo que há muito tempo vem ocorrendo em várias terras indígenas do Acre, de reunir muitas pessoas daqui e de outras terras indígenas, estar

discutindo, estar avaliando, estar sistematizando as suas idéias, das pessoas estarem participando (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Em consonância com a visão processual do etnomapeamento, os Ashaninka também percebem que ele está vinculado ao processo de formação dos AAFIs, dos professores indígenas e de outros atores sociais. Para eles, o mapeamento participativo é um “outro momento”, um “outro estágio” da capacitação, mesmo envolvendo grande parte do povo em suas atividades.

Talvez, esse trabalho do etnomapeamento seja um *outro estágio*, um outro momento em que os agroflorestais podem entender melhor, compreender melhor todo esse processo, poder está trabalhando isso com suas comunidades e os agroflorestais. O trabalho que está sendo feito de estar envolvendo desde a escola, os professores, os agentes de saúde e as lideranças, porque é um jeito muito assim de articular mesmo, de levar nas fronteiras e de ver as invasões e de estar preocupado com isso (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Contando com a participação de diversos Ashaninka e, em especial dos AAFIs e dos professores, o etnomapeamento para eles não é uma ação completamente nova. Em outras oportunidades, durante os cursos de formação da CPI-Acre, tiveram a oportunidade de elaborar diversos mapas: sobre a aldeia, o uso dos recursos, o relevo, o zoneamento, etc. Estes mapas foram organizados e selecionados, compondo o “Atlas Geográfico Indígena do Acre”, editado em 1996<sup>55</sup>. A principal diferença entre os mapas anteriores ao etnomapeamento foi o uso de imagens de satélite e de uma base cartográfica para a produção dos etnomapas. Como mencionado por um dos professores Ashaninka, o etnomapeamento foi apenas mais uma etapa em um processo que já vinha sendo realizado:

Eu acho que o etnomapeamento é uma nova etapa do que já vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais. Agora é uma etapa que é só organizar uma discussão ou um conhecimento que as pessoas já vêm colocando em prática.

---

<sup>55</sup> O Atlas resultou dos mapas produzidos durante cinco cursos de geografia promovidos pela CPI-Acre no processo de formação de professores indígenas, entre os anos de 1993 e 1996 (Gavazzi e Resende, 1996).

Não seria uma coisa diferente do que já aconteceu, as pessoas já fizeram isso há muito tempo. Foi o mapa de sua aldeia, localizar os recursos, localizar tudo. Eu vejo, conheço muitos mapas e desenhos dos próprios professores. Mesmo daquela época que a gente elaborou o livro de geografia, o atlas, as pessoas já trabalharam a questão do relevo, do zoneamento, do mapa da sua terra, o tamanho. Eu lembro que a gente fez a multiplicação, na área de mapa, a gente trabalhou a multiplicação da população por território. A gente trabalhou na questão da invasão, na questão do uso dos recursos. *Hoje só mudou um pouco porque a gente tentou organizar tudo isso e colocar de uma forma que seja registrada politicamente, que seja através dos mapas dos territórios.* Então eu acho que é um fortalecimento político muito grande que a gente vai ter (Isaac Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Colaborando para o fortalecimento político dos Ashaninka, seus representantes visualizam a importância do etnomapeamento no processo educacional, no conhecimento mais aprofundado dos limites da TI e dos recursos nela existente, nas ações de vigilância e no planejamento do uso dos recursos. Por meio de um esforço coletivo, as diversas informações são inseridas nos etnomapas, dando a dimensão do conhecimento do povo sobre seu território. Localizando com maior precisão as áreas invadidas, os locais de caçada, as “áreas de refúgio de caça”, entre outras, os etnomapas podem ser usados nas escolas como uma ferramenta pedagógica que compartilha o conhecimento coletivo com os mais jovens.

Esse trabalho que a gente está fazendo agora, esse diagnóstico geral que a gente está fazendo, é uma coisa muito importante para a gente, porque a gente vai poder identificar cada ponta da nossa terra. Onde que tem as reservas, onde estão sendo feitas as invasões, onde a gente está caçando, onde a gente está hoje deixando uma área de refúgio para os animais. A gente vai ter todo um diagnóstico bem feito para que a gente possa ter tudo isso com uma legenda completa de tudo o que a gente está fazendo aqui. Por quê? Porque a gente precisa trabalhar hoje com a fiscalização da nossa terra, onde que está sendo feita a invasão. Se a gente passar hoje por aqui, identificando tal igarapé, indicando o que está acontecendo. Então a gente está colocando o nome em língua indígena, mas tem também o seu nome em português, alguns outros não têm. Então, essa foi a coisa que a gente fez aqui desse mapa, dessa identificação dos igarapés. A gente tem sentido uma dificuldade muito grande que quando a gente sai para esses lugares, a gente não sabe até onde a gente foi ainda. Mas hoje a gente tem uma facilidade de saber o nome desses rios. Então, a comunidade toda, todas essas crianças vão ter um mapa que as pessoas mais

velhas vão estar passando para as pessoas mais novas. A gente vai estar colocando dentro da sala de aula, a gente vai estar trabalhando esses conhecimentos, para que seja passado das pessoas mais velhas para as pessoas mais novas estarem sabendo o que é um diagnóstico, o que é um mapa, qual o significado disso, para que serve isso aqui (Benki, 2004, aldeia Apiwtxa).

Enquanto ferramenta pedagógica, os etnomapas podem ser usados nas escolas indígenas para ensinar geografia, biologia, história e para fazer educação ambiental e outras, estimulando os mais jovens a conhecerem melhor o território do seu povo. Para representantes da CPI-Acre, discutindo as informações existentes nos mapas, os Ashaninka podem, inclusive, estar formando uma visão sustentável sobre o uso dos recursos naturais: “através de suas discussões, a comunidade vai criando uma consciência de começar a utilizar de uma maneira sustentável, onde os recursos não se acabem” (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Assim como os etnomapas e o plano de gestão, a discussão sobre uso sustentável existente no etnomapeamento apenas somou-se a discussões anteriores que os Ashaninka já desenvolviam nos cursos de formação. Há muito tempo eles já discutem questões ligadas à conservação da natureza. O maior desafio para eles, portanto, não é discutir o assunto e “colocar no papel”, mas conscientizar o povo para adequarem parte de suas práticas à ideologia do desenvolvimento sustentável:

Eu quero dizer que essa política feita na área da conservação, da preservação dos recursos é um trabalho já bem discutido que a gente precisa ampliar, porque já não dá para colocar na prática se não estiver todo mundo da comunidade (Ashaninka) participando. Quando se fala da questão do plano de uso, você já está falando de um processo mais avançado, até porque é bem fácil fazer um plano de uso, é só você estabelecer e preparar as vontades, idéias, e colocar no papel, mas não é o que se busca aqui, mas fazer com que a comunidade busque de fato entender isso (Francisco Pinhanta, 2004, aldeia Apiwtxa).

Para aumentar a conscientização do Ashaninka sobre o uso sustentável dos recursos naturais, diversos intercâmbios entre os povos indígenas do Acre e de outros

estados foram promovidos pela CPI-Acre. Com o etnomapeamento, as atividades de intercâmbio tiveram continuidade, tendo participado nas oficinas representantes de outros povos indígenas e de diversas instituições. Assim, procurou-se proporcionar um maior diálogo dos Ashaninka com outros povos indígenas e com as instituições que atuam entre eles. Na visão de uma assessora da CPI-Acre: “as oficinas são espaços ricos de intercâmbio de experiências e articulação entre as terras que já indicam a definição de estratégias para conservação e uso dos recursos naturais, vigilância e fiscalização dos territórios, entre outros” (Ôchoa, 2004: 8). A oficina também foi um espaço importante para o processo de formação dos professores e dos AAFIs, que são capacitados com o objetivo de contribuírem para a gestão territorial de suas terras.

O processo educacional presente no etnomapeamento encontra-se ligado também à educação ambiental e à conscientização ecológica, presente nos discursos de conservação da natureza da TNC, parceira da CPI-Acre. Como dito aos Ashaninka, durante a oficina, pelo representante daquela instituição: “um dos trabalhos fortes da TNC é tentar estabelecer parcerias com terras indígenas, pensando sempre na conservação dos recursos naturais e na utilização desses recursos pelas comunidades que moram nessa terra” (Márcio Sztutman, 2004, aldeia Apiwtxa). Em geral, a visão conservacionista apóia-se no planejamento, no manejo sustentável, na escassez futura, na sustentabilidade, etc., como pode ser percebido no etnomapeamento:

O plano de uso é um grande desafio, ele pode ajudar através de um uso planejado, através de manejo sustentável, pode garantir a preservação e conservação desses recursos a curto, médio e longo prazo. Vocês irão discutir como utilizar de maneira sustentável os recursos florestais, pensando na maneira da coleta das frutíferas da mata, na maneira de pescar e caçar, uso das madeiras, palha, enfim, todos os recursos naturais que vocês usam. Vamos pensar num plano de uso que vocês possam *planejar o uso de determinados recursos e que num futuro ele não venha a se escassear, usar os recursos de uma maneira sustentável*. Para fazer um plano de uso, ele tem que contar com *a participação de grande parte da comunidade*; quando se pensa num *plano de uso, ele está*

*muito relacionado com a conscientização da população* (Renato Gavazzi, 2004, aldeia Apiwtxa).

Em sintonia com a percepção conservacionista sobre o uso dos recursos naturais, os intercâmbios promovidos pelo etnomapeamento dentro de um processo educacional, incluíram trocas de experiências com o projeto desenvolvido pela TNC no Oiapoque. Além de ter a primeira oficina de etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia contado com a participação de um representante da TNC, dois AAFIs do Acre e o coordenador da SAMA/CPI-Acre deslocaram-se até o Amapá para participarem do “III Seminário de Sustentabilidade Econômica e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque”. Como dito pela assessora da CPI-Acre:

A presença de Márcio Stutzman, assessor da TNC na TI do Oiapoque, no Amapá, foi muito relevante porque foi neste território que a TNC apoiou anteriormente outra experiência de Etnomapeamento na Amazônia, em 2002-2003. E dois AAFIs do Acre viajaram com o coordenador do SAMA/CPI-Ac em intercâmbio ao Oiapoque (Sabóia Kaxinawá; Lima Kaxinawá, 2003). Durante a I Oficina, Márcio falou sobre a experiência da elaboração do Mapa Etnoambiental pelos povos indígenas do Oiapoque (Freschi, 2005: 16).

Assim, além do caráter pedagógico, esse intercâmbio foi relevante também para pensar o etnomapeamento como uma ferramenta política, capaz de contribuir para a resolução dos conflitos sociambientais. Na fala do representante da TNC durante a oficina de etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, como vimos, um dos assuntos contemplados diz respeito ao uso dos etnomapas no Amapá para diálogos com as autoridades no sentido de procurar resolver conflitos socioambientais advindos com os impactos da BR-156.

O propósito de elaboração de etnomapas e planos de uso reside, portanto, em grande medida, no poder dessas ferramentas de planejamento para equacionar conflitos, por meio da gestão territorial. Se no passado o conhecimento cartográfico sobre o Alto

Juruá foi utilizado para equacionar conflitos entre o Brasil e o Peru, devido à indefinição da fronteira até o início do século XX - como dito no segundo capítulo -, agora os etnomapas são novamente usados com propósitos semelhantes. Antes os mapas auxiliavam na resolução de conflitos entre governantes, seringueiros brasileiros e caucheiros peruanos. Em um novo contexto, do desenvolvimento sustentável na região do Alto Juruá, o etnomapeamento procura fornecer subsídios para resolver conflitos entre governantes, organizações não-governamentais, povos indígenas, ribeirinhos, fazendeiros, ex-seringueiros, narcotraficantes, madeireiros e outros, que residem ou transitam entre TIs e UCs. O poder dos mapas e do plano de uso para a resolução de conflitos socioambientais e para a gestão territorial, está presente no seu potencial para o planejamento do uso dos recursos naturais, como também pode ser percebido no etnozoneamento da TI Mamoadate.

## **3.2. O etnozoneamento da TI Mamoadate**

### **3.2.1. Um instrumento de planejamento e muitos olhares**

O etnozoneamento da TI Mamoadate, assim como os etnomapeamentos, tem sido concebido por seus formuladores e pelos povos indígenas a partir da ideologia do desenvolvimento sustentável e da conservação da natureza. Esta percepção acerca do etnozoneamento fica evidente devido ao fato dele fazer parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, iniciado em 1999 e executado a partir de 2002<sup>56</sup>. Entre os propósitos do Programa, encontram-se diversas ações voltadas para

---

<sup>56</sup> “O aporte total de recursos, para a Primeira Etapa do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, ora em plena execução, será de 108 milhões de dólares americanos, dos quais, US\$ 64.800.000,00 correspondem a empréstimo concedido pelo BID e os restantes US\$ 43.200.000,00 correspondentes a

a preservação do patrimônio natural no estado e para a melhoria da qualidade de vida atual e futura dos povos indígena e dos não indígenas. Procurando proporcionar o crescimento econômico de forma sustentável, o Programa busca combater a exploração predatória da floresta por meio da diversificação da produção e da preservação dos recursos naturais. Assim,

O Programa visa ampliar a base econômica do Estado do Acre, ancorada no uso racional dos recursos naturais e ainda se aparelhar para fazer frente ao rápido avanço da exploração predatória da floresta, como ainda ocorre no restante da Amazônia, nos dias atuais.

O Programa tem por objetivo geral a promoção do crescimento econômico, ambientalmente sustentável, e a diversificação produtiva do Estado do Acre, a fim de melhorar a qualidade de vida da sua população e preservar seu patrimônio natural, no longo prazo, tendo como diretriz estratégica o crescimento racional de setores produtivos com vantagens comparativas, que leve em consideração as aptidões naturais, a alta biodiversidade e a diversidade cultural existentes no Estado (Acre, 2006).

O Programa está direcionado para a dinamização da economia, a preservação da floresta e o respeito à diversidade cultural existente no estado. Desse modo, está em sintonia com a noção de desenvolvimento sustentável utilizada pelo governo, que contempla pelo menos três aspectos: economia, conservação ambiental e diversidade cultural.

O Desenvolvimento Sustentável pode ser compreendido como um novo padrão de desenvolvimento que tem como princípio assegurar condições dignas de vida para as gerações atuais, baseado em modelos de produção e consumo que mantêm os estoques de recursos naturais e a qualidade ambiental, de forma a permitir condições de vida igual ou superior às gerações futuras.

As metas básicas do Desenvolvimento Sustentável incluem: o combate a pobreza e a outras formas de marginalização social (inclusive a discriminação por gênero, raça ou etnia), o respeito à diversidade cultural, a eficiência das atividades econômicas, o uso duradouro dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade (ZEE, 2000: 01 Vol. I).

---

aporte do Estado do Acre, como contra-partida. O prazo de aplicação desses recursos financeiros encerra-se em junho de 2006. O Programa visa alcançar públicos variados dentro do território acreano, dentre os quais destacam-se aqueles relacionados às áreas florestais e rurais tais como seringueiros, ribeirinhos, produtores rurais e índios” (ACRE. IMAC, 2005: 26).

Com a preocupação com as gerações atuais e futuras, característica das políticas ambientais, o governo passou a desenvolver, a partir do Programa de Desenvolvimento Sustentável, no que diz respeito às culturas indígenas, diversas políticas públicas por meio do Plano de Mitigação dos Impactos das BRs 364 e 317 e do ZEE/Ac (1ª e 2ª fase). Entendido por seus formuladores como mais uma das políticas públicas voltadas para os povos indígenas, o etnozoneamento foi inicialmente estabelecido enquanto parte do “Plano de Mitigação dos Impactos das BRs 364 e 317”, de 2001, mais especificamente por meio do “Projeto de Apoio às Populações Indígenas”, iniciado em 2002. Dentro desse projeto, o etnozoneamento, primeiramente denominado etno-levantamento dos recursos naturais, passou a ser contemplado como parte do “Plano de Sustentação em Terras Indígenas”. O principal objetivo desse plano foi realizar atividades sustentáveis em 37 aldeias que estão sob o impacto das rodovias BR-364 e BR-317. Do plano decorreram três ações: capacitação dos povos indígenas, implementação de sistemas agroflorestais e etnozoneamentos.

Desde o primeiro momento, portanto, quando o etnozoneamento ainda era designado como etno-levantamento dos recursos naturais, ele foi concebido pelos formuladores como parte das políticas públicas do governo junto aos povos indígenas, voltadas para a realização de ações sustentáveis nas TIs sob impacto das BRs. Nesse momento, os etno-levantamentos eram entendidos apenas como diagnósticos de algumas aldeias, tendo sido realizados em duas TIs: Cabeceira do Rio Acre e Campinas/Katukina. Entretanto, após a conclusão do ZEE/Ac 1ª fase, desenvolvido de 1999 a 2002, o governo procurou contemplar, além do diagnóstico, um prognóstico, resultando na mudança do termo para etnozoneamento.

Inicialmente esta ação foi designada de Etnolevanteamento dos Recursos Naturais e a finalidade era apenas a de realizar diagnósticos nas 37 aldeias impactadas em

períodos de curta duração. Com o decorrer das discussões realizadas com instituições que lidam com a questão indígena e também com os índios, foi verificado que a atividade tornava-se incipiente e não atendia um dos principais objetivos levantados em Audiências Públicas e no próprio Zoneamento Ecológico – Econômico: o planejamento local para ações de curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, *partindo do pressuposto de que os integrantes das Terras Indígenas deveriam pensar o seu futuro, oferecendo subsídios para Políticas Públicas, norteando assim tomadas de decisões eficientes e eficazes*, o Etnolevanteamento dos Recursos Naturais foi substituído pelo Etnozoneamento em Terras Indígenas (Acre. ZEE, 2004: 9 – ênfase minha).

Para os formuladores dos etno-levantamentos, um diagnóstico não atenderia às demandas indígenas discutidas junto ao governo, sendo o planejamento de ações futuras essencial para tanto. Com o intuito de ir além de apenas identificar as demandas indígenas, mas de planejar ações futuras, os etno-levantamentos foram adequados à noção de desenvolvimento sustentável do governo - que leva em consideração as gerações futuras - dando origem aos etnozoneamentos. Como mencionado por um dos técnicos da SEMA/IMAC:

a pretensão de alguns técnicos era apenas a de realizar diagnósticos nas TIs impactadas pelos dois maiores eixos de desenvolvimento do Acre. Todavia, faltou a esta proposta indicativos e visualização de cenários futuros. Talvez essa seja a principal característica que diferencie o Etnolevanteamento do Etnozoneamento em Terras Indígenas (Araújo, 2004).

Se já era uma “pretensão de alguns técnicos” realizar diagnósticos, esta foi ampliada ainda mais com os etnozoneamentos, que além de diagnósticos deveriam contemplar “indicativos e visualização de cenários futuros”. De forma pretensiosa, com a intenção de “planejar o futuro” dos povos indígenas e do uso dos recursos naturais feito por eles, assim como nos etnomapeamentos, foram incorporados no ZEE/Ac 2ª fase, a partir de 2003, os etnozoneamento em TIs impactadas pelas BRs 364 e 317.

Resultante dos indicativos da 1ª fase do ZEE/Ac, os etnozoneamentos foram considerados a princípio como “zoneamentos sócio-ambientais participativos”:

O Governo do Estado deve propiciar condições para que *as populações indígenas elaborem zoneamentos sócio - ambientais participativos de suas terras*, que resultem em diagnósticos das atuais formas individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e na identificação de outras potencialidades de aproveitamento destas riquezas. Esta atividade deve ser contemplada como importante componente da segunda fase do Zoneamento Ecológico - Econômico do Estado.

Em cada terra indígena, este zoneamento deverá ser discutido e elaborado pelos chefes de família durante reuniões promovidas localmente, com a participação de lideranças, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais e de representantes de associações e organizações de representação.

Nesta empreitada, *cabera ao governo estadual oferecer assessorias* de biólogos, engenheiros florestais, agrônomos, educadores, antropólogos e outros profissionais, *para subsidiar a população local nas discussões e no planejamento e implementação das ações*.

Estes diagnósticos podem constituir instrumentos fundamentais à elaboração de planos de gestão territorial e ações de vigilância, bases para projetos de etnodesenvolvimento, que deverão ser apoiados pelo Governo do Estado (ZEE, 2000: 49-50 vol. III – ênfase minha).

Como parte de uma “empreitada” do governo estadual, deveriam ser oferecidas assessorias de diversos profissionais para, de forma participativa, subsidiar os povos indígenas nas discussões de planejamento e implementação de ações. Pensado nesse momento de forma multidisciplinar, o etnozoneamento da TI Mamoate acabou contando apenas com a participação de dois antropólogos, uma cientista social e dois agrônomos. Os demais etnozoneamentos, das TIs Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Colônia 27, Caeté e Katukina/Kaxinawá de Feijó, tiveram a participação de antropólogos e em algumas ocasiões de um indigenista, de um técnico agrícola e de uma agrônoma.

Mesmo sem a multidisciplinariedade sugerida nos indicativos do ZEE/Ac 1ª fase, os etnozoneamentos procuraram contribuir para a elaboração de “planos de gestão territorial e ações de vigilância” por meio dos “Indicativos de Plano de Gestão

Ambiental e Territorial” elaborados de forma participativa com os Mancheineri e Jaminawa da TI Mamoadate, e com os Kaxinawá, Shanenawa, Jaminawa e Yawanawa das demais TIs.

Abarcando regulamentações comunitárias, assuntos ambientais e “localidades governamentalizadas”, os etnozoneamentos de certa forma podem ser pensados a partir da abordagem denominada por Agrawal de “environmentality” – união entre a noção de meio ambiente e de governamentalidade de Foucault, que carrega uma preocupação com poder/conhecimento, instituições e subjetividades (Agrawal, 2005). Incorporado ao ZEE/Ac 2ª fase com o nome de etnozoneamento, em grande medida, ele incorporou preocupações sobre o poder/conhecimento, as relações institucionais com os povos indígenas e as subjetividades destes. Muito do entendimento dos formuladores sobre os “zoneamentos sócio-ambientais participativos” foram direcionados pela compreensão governamental acerca do desenvolvimento sustentável. Na concepção dos formuladores,

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Acre pode ser definido como um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza, que servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, *o objetivo principal do Zoneamento Ecológico-Econômico é contribuir para a incorporação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável na orientação das ações de governo, do setor privado e da sociedade em geral.* (ZEE, 2000: 01 Vol. I – ênfase minha).

Compreendido como um instrumento de planejamento e gestão territorial, o ZEE/Ac almeja que o governo, o setor privado e a sociedade como um todo incorporem os “princípios de Desenvolvimento Sustentável”, sendo estes, no programa governamental: sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural (Acre, 2006). Com base em estudos sobre as relações entre sociedade e natureza, o ZEE/Ac visa

fornecer subsídios para a “negociação” de políticas públicas entre o governo e os demais setores da sociedade. Esta percepção sobre o ZEE/AC, em grande medida, foi estendida para o etnozoneamento da TI Mamoadate, que por meio de estudos sobre a relação dos Manchineri e Jaminawa com a natureza, em uma perspectiva da etnoecologia (Vivan, 2006), procurou fornecer subsídios para as políticas públicas junto aos povos indígenas. A incorporação dos princípios de desenvolvimento sustentável, externos à cultura desses povos, também fez parte dos propósitos do etnozoneamento, que passou a ser tido como um instrumento de planejamento e gestão territorial.

Por Etnozoneamento compreendemos um instrumento de planejamento e gestão do território a partir dos conhecimentos da população que vive no local de forma a dar condições dignas de vida. Os seus objetivos constituem na elaboração de um instrumento para a tomada de decisões comunitárias, assim como nortear políticas públicas para as populações indígenas, sendo a sua finalidade a de realizar estudos participativos sobre o uso sustentável dos recursos naturais e aspectos sócio - econômicos e culturais com o intuito de garantir a segurança alimentar, uso e conservação dos recursos naturais, respeito as tradições e os costumes locais, além de atividades sustentáveis (Araújo, 2004).

Assim como o ZEE/AC, mas agora direcionado para os povos indígenas, o etnozoneamento é pensado como um instrumento de planejamento e de gestão do território. Se distanciando em parte do ZEE/AC, o etnozoneamento mais que apenas subsidiar as “negociações” entre governo e povos indígenas em relação às políticas públicas, objetiva ser também um “instrumento para a tomada de decisões comunitárias”. Exógeno às formas costumeiras de tomada de decisões dos povos indígenas, para alguns representantes Manchineri da TI Mamoadate “o etnozoneamento é um plano que está sendo criado pelo governo na terra indígena impactada pela BR – 317, para diagnosticar os recursos que têm dentro da terra indígena e pensar no futuro melhor” (Representantes da Aldeia Lago Novo, 12/07/2004, aldeia Extrema).

Cumprindo com um dos objetivos do ZEE/AC, de “contribuir para a incorporação dos princípios de desenvolvimento sustentável”, o etnozoneamento acaba estimulando os Manchineri e Jaminawa a entendê-lo como um plano “criado pelo governo”, e não por eles, para “pensar no futuro melhor”. Para poder pensar o futuro, primeiramente é preciso um diagnóstico do uso dos recursos, considerado uma prioridade do governo e da sociedade acreana: “diagnósticos acerca de Populações e Terras Indígenas e Gestão Ambiental em Terras Indígenas serão elaborados porque são temas considerados prioritários para o Governo do Estado do Acre, assim como para segmentos da sociedade acreana” (ACRE. IMAC, 2005: 26).

Para os Manchineri e Jaminawa, diagnósticos não faziam parte de suas prioridades, inclusive porque já haviam sido feitos com os Planos de Mitigação. A eles interessavam muito mais ações concretas que atendessem suas demandas nos diversos setores presentes nos princípios de desenvolvimento sustentável do governo - econômico, social, ambiental e cultural. Em última instância, o etnozoneamento para eles deveria propiciar o “etnodesenvolvimento” (Barretto Fº. 2006), oferecendo “oportunidades de desenvolvimento e uso dos recursos naturais”, o que é parte do entendimento dos formuladores do ZEE/Ac.

O Zoneamento Ecológico - Econômico é um instrumento de gestão capaz de romper posições polarizadas, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e uso dos recursos naturais e, propiciando maior qualidade ambiental. Propõe uma regulação do uso do território valorizando as diferenças culturais e constituindo uma forma de relação entre as comunidades e o setor público. Tem como finalidade subsidiar as estratégias e ações para a elaboração e execução de planos de desenvolvimento sustentável (local/regional).

Torna-se ainda um instrumento político-jurídico na medida em que no processo de sua implementação gera indicadores para elaboração de normas legais que regulam o uso do território. A participação social no processo de elaboração das normas legais garante a legitimidade e mesmo sua utilização (Acre. ZEE, 2004: 5).

Sem proporcionar o etnodesenvolvimento esperado por muitos Manchineri e Jaminawa, mas apenas indicando ações futuras nesse sentido, o etnozoneamento manteve-se fiel à concepção dos formuladores, de ser apenas um instrumento de planejamento e gestão, e não de ações concretas de desenvolvimento sustentável. Estas fariam parte de outras etapas da atuação do governo estadual. Por esse motivo, o etnozoneamento tem sido pensado como parte de um processo:

Apesar do Etnozoneamento nesse momento ser pontual, o governo do estado está entendendo que não cesse com essa única ação, porque a idéia é pensar o etnozoneamento como parte de um processo em que as informações precisam estar sendo atualizadas, que os próprios povos indígenas precisam estar cada vez mais fazendo uso desses etnozoneamentos e que eles mesmos possam estar atualizando essas informações e assumindo até mesmo o controle do processo de desenvolvimento (Correia, 17/11/2005, Rio Branco)<sup>57</sup>.

O caráter processual do etnozoneamento tem sido concebido por vários de seus formuladores e lideranças indígenas, mas o mesmo não pode ser dito em relação à sua definição. Desde as primeiras reuniões, entre representantes do governo, lideranças indígenas e consultores, discutia-se o que seria o etnozoneamento e qual sua contribuição para os povos indígenas. Como dito pela cientista social Eliza Mara Lozano Costa, que participou como consultora do etnozoneamento da TI Mamoadate ao longo das reuniões e da primeira oficina realizadas em 2003, existiam diferentes expectativas:

Conforme observado nas reuniões, depreende-se que representantes do governo estadual esperam que o etnozoneamento seja a parte mais “*subjetiva*” da segunda fase do ZEE, que irá trazer indicações em nível microscópico, que, por sua vez, poderão conferir um caráter *participativo* à segunda fase do Zoneamento do estado.

Parece ser esperado que o etnozoneamento traga informações sobre as possibilidades de produtos e/ou serviços passíveis (de) serem realizados dentro da TI, *sem prejudicar o ambiente e trazer alterações para a cultura local*.

---

<sup>57</sup> Esta fala foi por mim proferida durante o Seminário Troca de Experiência em Levantamentos Participativos em Terras Indígenas, realizado em novembro de 2005, em Rio Branco.

Aparentemente, trabalha-se com a idéia de que o aumento de renda possa ajudar a impedir os problemas que podem ser causados pelo avanço das estradas (Lozano Costa, 2005a: 3 – ênfase minha).

Para os representantes do governo, portanto, o etnozoneamento iria conferir um caráter participativo ao ZEE/Ac 2ª fase, produzindo informações ligadas à geração de renda que não prejudiquem o meio ambiente, ou alterem a cultura indígena. Deste modo, estaria contribuindo para minimizar os impactos advindos com o asfaltamento da BRs – 364 e 317. Mas nem todos os representantes do governo entendiam o etnozoneamento desse modo: para alguns ele ajudaria os povos indígenas a gerir suas terras. Ainda de acordo com a consultora:

Conforme o secretário Prof. Edegard de Deus, em reunião de 16/3/04, o etnozoneamento deveria mostrar como realmente se poderia ajudar as populações indígenas a gerirem suas terras, como ajudá-las a construir o que eles querem para seu futuro (Lozano Costa, 2005a: 3).

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre, Carlos Edegard de Deus, estaria muito mais preocupado com o futuro dos povos indígenas que residem nas TIs sob influência das BRs. A coordenação do ZEE/Ac, por sua vez, estaria pensando o etnozoneamento enquanto um instrumento de planejamento: “para a coordenação, o etnozoneamento seria um ‘instrumento de planejamento’, que deveria ser usado por aqueles que irão trabalhar junto aos moradores das aldeias da TI” (Lozano Costa, 2005a: 3). Para o sertanista da FUNAI, que também acompanhou as reuniões iniciais do etnozoneamento e posteriormente participou das oficinas na TI Katukina/Kaxinawá de Feijó, o futuro também seria a grande preocupação:

Para o sertanista Antonio B. de Macedo, que participou de algumas reuniões iniciais da equipe, o etnozoneamento deveria levantar informações e propostas de futuro dos moradores da TI, mas essas propostas deveriam realmente ter

correspondência com a história, com a vida, com os mitos compartilhados pelos moradores, que não sejam soluções vindas de fora, pois só assim teriam efetividade (Lozano Costa, 2005a: 3).

Para Macedo, o etnozoneamento não poderia ser exógeno aos povos indígenas; deveria ter correspondência com aspectos da cultura deles e as soluções para os problemas de diversas ordens deveriam ser por eles propostas, e não pelos técnicos do governo ou pelos consultores. Em relação ao ponto de vista dos antropólogos que sugeriram a realização dos etnozoneamentos nos indicativos do ZEE 1ª fase, a consultora afirma:

Para o antropólogo Terri V. de Aquino, também nas primeiras reuniões da equipe, o etnozoneamento deveria idealmente trazer respostas para os problemas que hoje podem ser identificados nas populações, como é o caso da permanência de Jaminawa nos centros urbanos. O etnozoneamento deveria, por exemplo, entender porquê os Jaminawa do Acre demonstram ter uma relação de fragilidade com a terra, o que não acontece com outros povos (Lozano Costa, 2005a: 3 - 4).

Para o antropólogo Marcelo P. Iglesias, em mensagem eletrônica de 30 de janeiro de 2004: “Parece que como linha de ação base [do etnozoneamento] está a produção, com a participação de vários atores, (...) visando subsidiar os planos prospectivos do que eles pretendem, ou gostariam, de fazer com essa riqueza, para viver melhor em suas casas, se inserir de maneira mais favorável no ‘mercado’ e garantir a integridade de seus territórios e seus limites” (Lozano Costa, 2005a: 3 - 4).

Para o primeiro antropólogo, Terri Aquino, o etnozoneamento deveria ter uma abrangência capaz de contemplar problemas de diversas ordens levantados pelos povos indígenas, inclusive da permanência de indígenas nos centros urbanos. Para o segundo, Marcelo Iglesias, a base do etnozoneamento estaria no aspecto produtivo, na inserção no mercado e na garantia do território. Frente aos diversos entendimentos sobre o etnozoneamento por parte dos formuladores, a consultora procurou sintetizá-los da seguinte maneira:

unindo as propostas, poder-se-ia dizer, em resumo, que o etnozzoneamento (1) deveria levantar propostas viáveis de uso dos recursos da TI para melhorar a qualidade de vida dos moradores sem prejudicar o ambiente, (2) que as propostas sejam realmente condizentes com a realidade e a história locais, da maneira como enfatizou Macedo; (3) que deveria ser útil para explicar problemas hoje existentes; e (4) que permitisse ao governo ajudar os moradores a gerir suas terras (Lozano Costa, 2005a: 4).

Esta concepção sobre o etnozzoneamento resultante dos diversos olhares dos formuladores, contudo, encontrava pouca ressonância na expectativa dos povos indígenas sobre ele. Do ponto de vista das lideranças indígenas da TI Mamoadate, as expectativas eram outras, mais práticas. Como percebido pela consultora:

As lideranças Jaminawa, os professores e agentes florestais Manchineri com os quais conversamos em Rio Branco, não mostraram muito interesse na atividade, nem viram o etnozzoneamento com grandes expectativas. Contraditoriamente, em alguns momentos aguardam que as atividades os ajudem a trazer soluções para seus problemas imediatos ou, pelo menos, aproveitam as reuniões para mostrar suas necessidades. Nas reuniões em que participaram, lideranças Jaminawa mostraram-se receosos com a atuação dos pesquisadores na área, provavelmente justificados por experiências anteriores que não foram esclarecidas. Mas ambos os povos, em meio a divisões internas, quiseram definir os moradores das aldeias que deverão acompanhar os consultores e participar das reuniões, provavelmente preocupados com as disputas internas da TI (Lozano Costa, 2005a: 4).

Mesmo com expectativas distintas dos formuladores em relação ao etnozzoneamento, os Manchineri e Jaminawa se dispuseram a participar das atividades, definindo quais representantes do povo acompanhariam os trabalhos. Em meio às diferentes concepções sobre o etnozzoneamento, ele acabou se consolidando como um “conceito novo”, muito próximo da visão dos membros da SEMA. Procurando defini-lo, a consultora menciona:

Etnozzoneamento é um *conceito novo* que procura unir as necessidades colocadas pela elaboração do zoneamento dos estados com as especificidades dos povos indígenas. Conforme especificado pelos membros da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre, o etnozzoneamento teria a pretensão de ser um “instrumento de planejamento”, tanto para os povos da TI como para as

instâncias governamentais e não governamentais que se relacionam com essas populações (Lozano Costa, 2005b: 6 – ênfase minha).

Ainda que pensado como um “instrumento de planejamento” pelos membros da SEMA, sua indefinição permaneceu. Para a consultora, ele deveria ser uma via para estreitar o diálogo entre o governo e os povos indígenas. Como dito por ela: “esse etnozoneamento deveria ser apenas um início de um diálogo, um diálogo que deveria ser aberto para que se pudessem conhecer as diferenças e acompanhar como as pessoas procuram, a cada dia, maneiras diferentes de construir o seu *futuro melhor*” (Lozano Costa, 2005b: 8 – ênfase minha).

Entre os diferentes entendimentos sobre o que seria o etnozoneamento, é possível notar que a idéia de “futuro melhor”, presente na noção de desenvolvimento sustentável do governo, permeia todas elas. Não obstante, a falta de uma definição mais precisa permaneceu até o final dos trabalhos na TI Mamoadate, em 2006. Um pouco antes, nos dias 17 e 18 de novembro de 2005, o governo estadual organizou o “Seminário Troca de Experiência em Levantamentos Participativos em Terras Indígenas”, realizado em Rio Branco. Participaram do evento representantes de ONGs com experiências em mapeamentos participativo com povos indígenas, representantes de diversas instituições do governo estadual e federal, e representantes indígenas, entre muitos outros<sup>58</sup>. O objetivo do evento era, por meio da troca de experiências entre algumas ONGs que realizam mapeamentos participativos com povos indígenas – CPI-Acre, TNC, ISA, CTI e ACT -, aperfeiçoar a metodologia utilizada pelo governo estadual, mas também reunir informações para posteriormente ir construindo um

---

<sup>58</sup> OCAEJ, AMAAIAC, APROKAP, OPIRJ, TNC, ISA, ACT Brasil, SEPLANDES, FUNAI/AC, PHC/FEM, PHC/FEM, SEMA/IMAC, OPIN, APIRR, OPIRE, CDMA/MPE/AC, CPI-Acre, FEMACT, MAPKAHA, Prefeitura municipal de Normandia- estado de Roraima, CTI, PDPI/ PPTAL –GTZ, SEPI, COIAB, Sesacre, Câmara municipal de Normandia-RR, Fundação do meio ambiente de Roraima, AKAC e SEINFRA/DERACRE

conceito em torno do termo etnozzoneamento. Durante o evento, tive a oportunidade de dizer aos participantes que:

Não existe uma definição ainda muito elaborada do que seria o conceito de etnozzoneamento, é algo que está em processo de construção a partir dessa experiência piloto, mas, pode-se dizer, resumidamente, que o etnozzoneamento é um instrumento de planejamento dos povos indígenas para gestão dos seus territórios (Correia, 17/11/2005, Rio Branco)

Em meio à indefinição, após o encerramento dos trabalhos de etnozzoneamento na TI Mamoadate, ele foi entendido nos documentos finais a partir da expectativa governamental e indígena acerca do futuro, mantendo a idéia de um instrumento de planejamento capaz de contribuir em diversos aspectos ligados à gestão territorial.

O etnozzoneamento da Terra Indígena (TI) Mamoadate, localizada nos Municípios de Assis Brasil e Sena Madureira, é um instrumento de planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios. Ele foi realizado de forma participativa com os Manchineri e Jaminawa, considerando a presença de “índios isolados”. Seu propósito tem sido contribuir com o processo de autonomia dos povos indígenas Manchineri e Jaminawa, respeitando a diversidade cultural. O etnozzoneamento procurou ater-se às especificidades de cada povo indígena, produzindo e sistematizando informações documentais, bibliográficas e empíricas consideradas relevantes por eles no processo de gestão dos seus territórios. Os dados produzidos foram de natureza cultural, social, política, econômica e ecológica. Com todas as informações resultantes deste etnozzoneamento pretende-se subsidiar esses povos e o governo do estado para a tomada de decisões (Correia et alli, 2005: 6).

Essa concepção sobre o etnozzoneamento aproxima-se consideravelmente do entendimento que os formuladores têm sobre o ZEE/Ac, mas a necessidade de elaborar um “conceito” e difundi-lo entre os povos indígenas, do mesmo modo que foi feito com o conceito de ZEE, permanece.

Essa questão de conceito ela é muito importante; nós precisamos ter um conceito único sobre o etnozzoneamento. Nessa consultoria, que o Paul Little está trabalhando, além de definir as diretrizes, ela vai estar definindo esse conceito, sendo aprovado esse conceito por todas as instituições, para que o governo possa difundir com as comunidades esse conceito. É um conceito que não adianta só o

governo ter, vai ter que ser um conceito pactuado junto com as comunidades e ser difundido para todos (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Em grande medida, o entendimento sobre o conceito de etnozoneamento está associado ao planejamento e vem sendo absorvido pelas lideranças indígenas. Como dito por uma das lideranças Manchineri durante a última oficina do etnozoneamento na TI Mamoadate:

Eu estou muito feliz porque várias lideranças de outras aldeias estão aqui trocando experiências. E nós estamos planejando como é que vamos trabalhar nas nossas aldeias, cada um de nós. Como vocês falaram, não é interessante a gente chegar nas aldeias e fazer tudo o que é preciso fazer, mas devagarzinho a gente trabalhando até que um dia chega lá (Noberto Bezerra da Silva Manchineri, 14/09/05, Água Preta).

Pensando em planejar o futuro, os Manchineri e Jaminawa começam a introjetar a ideologia do desenvolvimento sustentável. Antes, utilizavam os recursos naturais sem uma preocupação com a degradação, com a escassez. Hoje, vivendo em um território delimitado e com poucas possibilidades de ampliação, além de estarem inseridos em um contexto estadual de desenvolvimento sustentável, procuram ver o etnozoneamento como um instrumento capaz de orientá-los no uso sustentável dos recursos naturais.

Como mencionou uma outra liderança Manchineri:

Antes não tinha orientação, quando nós trabalhávamos nos seringais não tínhamos orientações, mas hoje nós temos. Para termos conhecimento, nossas famílias, nossos agroflorestais. Acho que se nós não tivéssemos orientações não saberíamos como é que íamos viver. Mas agora nós estamos felizes porque temos algumas pessoas do governo que estão nos orientando (José Sebastião Manchineri - Zé Barrão, 15/09/05, Extrema).

Essa noção de ser o etnozoneamento um instrumento capaz de orientar suas relações com os recursos naturais, também foi aos poucos se consolidando entre os Jaminawa. Mais resistentes que os Manchineri ao etnozoneamento, começaram

percebendo ele como mais uma forma de se especular sobre o modo de vida deles e o potencial econômico do seu território. Após várias reuniões com representantes do governo e ao término do etnozzoneamento da TI Mamoadate, muitos Jaminawa haviam absorvido a idéia de que ele poderia ser um instrumento orientador. Como dito por um dos representantes Jaminawa, Zé Correia, durante o “Seminário de Validação”<sup>59</sup>, cuja fala foi registrada no relatório do evento:

No início houve muita desconfiança por parte do seu povo em relação às verdadeiras intenções dos técnicos, quando perguntavam sobre a terra e o que tinha ali dentro, como aconteceu muito no passado das pessoas chegarem dizendo que queriam ajudar, mas na verdade “eram leões em pele de cordeiro”. Mas hoje reconhecem a paciência dos técnicos em orientar naquilo que seu povo tem dificuldade e auxiliar nesse diagnóstico, juntamente com as secretarias que estão nessa jornada, mas que não estavam presentes naquele momento (ACRE. SEMA, 2006: 7).

O etnozzoneamento foi em parte entendido pelos Manchineri e Jaminawa como uma orientação externa para o planejamento do uso dos recursos naturais, em grande medida de interesse deles, apesar da maior demanda que possuem ser por ações concretas que aumentem a renda das várias famílias. Para conseguirem o que de fato almejam, o aumento da renda, os Jaminawa e Manchineri sabem que precisam se apropriar do etnozzoneamento. Como registrado no relatório sobre o Seminário de Validação, em relação à fala da liderança Jaminawa:

Ele diz que os mapas são instrumentos feitos com ajuda dos técnicos, mas não para ser utilizado por eles e sim pelo povo, a quem eles pertencem. Ele ressalta que é preciso amadurecimento para tomar posse desses conhecimentos e gerar autonomia e não dependência dos parceiros que auxiliaram nesse projeto (ACRE. SEMA, 2006: 29).

---

<sup>59</sup> O Seminário de Validação do Etnozzoneamento da TI Mamoadate foi realizado no dia 3 de julho de 2006, na cidade de Assis Brasil. Contou com presença de várias lideranças Jaminawa e Manchineri, de consultores e de representantes de várias instituições do governo.

Conscientes da importância de se apropriarem dos produtos gerados pelo etnozoneamento, os Jaminawa e os Manchineri também reconhecem que o trabalho realizado contribuiu para ampliar o conhecimento deles sobre o território e o seu uso, principalmente por meio do mapeamento. Como disseram os representantes da organização Manchineri, durante a primeira oficina, o etnozoneamento

é tudo que temos na comunidade. São coisas que podemos trabalhar em qualquer aldeia. Mapear a região onde o povo Manchineri mora, local onde conseguimos nossa alimentação do dia-a-dia, local onde criamos nossas famílias. Ver tudo que existe na terra. Identificar o potencial hídrico, da fauna, da flora, a cultura material e imaterial. E conhecer melhor nosso território para melhor utilizá-lo (Representantes da MAPKAHA, 2003, aldeia Extrema).

Conhecer o território para poder utilizá-lo de uma forma melhor, sustentável, em muito diz respeito aos desdobramentos do etnozoneamento, às ações que decorreram dele e à forma como será apropriado pelo governo e pelos povos indígenas. Enquanto um instrumento de planejamento e gestão, ele é ainda uma ferramenta de poder, que pode gerar políticas públicas voltadas para os povos indígenas, elaboradas a partir de um maior diálogo entre governo e povos indígenas. Assim, o uso do etnozoneamento, do mesmo modo que o do etnomapeamento, está associado a poder, política e comunicação.

### **3.2.2. Relações de poder e etnozoneamento: expectativas e ações concretas**

Desde a fase inicial de elaboração do etnozoneamento, de discussões entre formuladores e povos indígenas, havia a preocupação com o uso, com o consumo, que viria a ser feito de seus produtos: mapas, indicativos de plano de gestão, recomendações, etc. A expectativa entre os formuladores era de que o etnozoneamento

da TI Mamoadate fosse de fato apropriado pelos Manchineri e Jaminawa no sentido de planejarem o uso dos recursos naturais e gerirem seu território. Esperava-se, ainda, que o governo atendesse às demandas indígenas com ações efetivas. Como parte de um processo voltado para a gestão do território, assim como o etnomapeamento, esperavam-se desdobramentos a partir dos produtos elaborados. O etnozoneamento deveria contribuir para o atendimento das demandas indígenas e não ser apenas mais uma ação que diagnosticaria os problemas e proporia soluções, sem resolvê-las. Esta preocupação com o uso a ser feito do etnozoneamento por parte do governo foi objeto de discussões entre os formuladores.

Iglesias acredita que o governo “deve, num segundo momento, pensar em como aproveitar esses produtos, para apoiar financeira e tecnicamente os planos de uso, desenvolvimento e vigilância que as comunidades vierem a gerar. Esta é uma segunda contrapartida que, pessoalmente, gostaria de ver posta em prática pelo Governo da Floresta, para que esses produtos não venham a se tornar apenas atividades cumpridas no projeto do BNDES, papel guardado em prateleiras, mais informações, sem uso, em bancos de dados todo poderosos ou materiais para futuras teses de doutorado” (Lozano Costa, 2005a: 4).

A importância de “um segundo momento”, voltado para o atendimento das demandas indígenas, era uma preocupação grande, por ser o etnozoneamento considerado um instrumento de planejamento e não de ações efetivas. A capacidade operacional do governo para fazer uso do etnozoneamento em um momento posterior chegou a preocupar os consultores.

Preocupou-me entretanto, que mesmo os documento recentes já realizados com os Jaminawa, a pedido do governo estadual, são de difícil acesso, e mesmo os materiais mais acessíveis, não são conhecidos por pessoas que trabalham diretamente com os indígenas. Há dificuldades do setor de Zoneamento no arquivamento, acesso e divulgação dos estudos realizados (Lozano Costa, 2005a: 4).

Sem uma estrutura adequada para arquivar e divulgar os resultados do etnozoneamento, o uso dele pelo governo era constantemente questionado. O ZEE/Ac já havia passado por uma primeira fase e seus resultados não haviam sido socializados ainda com algumas instituições que atuam com os povos indígenas, o que acentuava a preocupação dos consultores. Ademais, o levantamento de demandas indígenas sem a possibilidade real de atendê-las por parte do governo era outro fator preocupante.

Também acredito que não se deveria levantar propostas para a TI caso não haja ninguém responsável pelo menos para levantar informações sobre a possibilidade ou não da realização dessas propostas. Por exemplo, não adianta dizer que a população pretende trabalhar com artesanato se o que aparece nas aldeias são comerciantes querendo comprar gado e arroz. Seria necessário alguém responsável por percorrer os caminhos para descobrir qual é realmente o potencial para a produção e a comercialização do artesanato local. Em seguida realmente fazer um retorno dessa discussão com as aldeias, para rever ou encaminhar efetivamente as resoluções. Isso para todas as propostas, para que não sejam apenas mais um papel perdido em estantes do governo. Chamou-me a atenção de que pessoas da Funai lidando com definição de áreas indígenas nem terem o Zoneamento já feito para o Estado. Qual a possibilidade de que a Funai, ou órgãos da prefeitura, ainda dentro deste governo, usarem o etnozoneamento antes de decidirem ações relativas às TIs? (Lozano Costa, 2005a: 11).

Os resultados advindos com o etnozoneamento eram tão ou mais importante que a mera realização dele. Se não houvesse clareza sobre eles, seu propósito seria puramente político, apenas um paliativo usado pelo governo nas suas relações com os povos indígenas impactados pelas BRs e com organismos multilaterais. Estar-se-ia protelando a real execução de ações voltadas para as necessidades dos povos indígenas. Sem uma discussão aprofundada dos resultados, sem uma difusão adequada e sem um comprometimento do governo para a execução das propostas obtidas seria preferível, na visão de um dos consultores, a não realização do etnozoneamento.

O etnozoneamento, ao meu ver, não deveria ser realizado, no entanto, se não se prever uma discussão aprofundada dos resultados com a população, que não pode ser feita apenas em uma reunião. Também não deveria ser realizado enquanto não se prever a difusão dessa proposta para todas as instâncias que se

relacionam com os moradores da TI. Um exemplo disso é o Encontro que houve em Assis Brasil, quando se discutiu um dia inteiro sobre os problemas e necessidades dos Jaminawa e ninguém mostrou ter conhecimento do recente levantamento realizado na TI da Cabeceira do Rio Acre, com informações que poderiam ser de grande utilidade para o Encontro. O etnozoneamento também não deveria ser realizado se se acredita que a efetividade das propostas discutidas serão de responsabilidade única dos moradores da TI, que não têm atualmente condições nem de realizarem reuniões entre as próprias lideranças (Lozano Costa, 2005a: 11).

Para uma maior clareza sobre o papel do governo e dos povos indígenas o estreitamento do diálogo era essencial. Por esse motivo, o etnozoneamento chegou a ser considerado como o começo desse diálogo, estabelecendo um planejamento mínimo para nortear as relações entre os povos indígenas e o governo.

Devemos, no entanto ressaltar, que esse etnozoneamento é apenas o início de um processo de diálogo, uma forma de troca de conhecimentos entre os Jaminawa e o governo (...). Se será um "plano", ou um "planejamento", deverá ser apenas um planejamento de primeiros passos, porque ainda existe muito desconhecimento, e, como consequência, muito preconceito nas relações (Lozano Costa, 2005b: 7).

Para muitos dos formuladores, era imprescindível que o etnozoneamento proporcionasse um maior canal de diálogo não apenas entre povos indígenas e governo, mas também com a sociedade civil organizada. Era necessária uma definição clara da atuação posterior do governo, para que os produtos do etnozoneamento não se tornassem “apenas mais um papel perdido em estantes do governo”. Minimamente, o governo deveria disponibilizar os mapas que poderiam ser utilizados pelos Manchineri e Jaminawa.

O antropólogo Iglesias, no entanto, perguntava-se na mensagem citada, qual seria efetivamente o papel do governo na implementação dessas propostas. Propõe então que o governo trabalharia na disponibilização de mapas georreferenciados, com escalas e conteúdos, que deveriam ser usados durante os levantamentos e posteriormente tornarem-se material de uso dos moradores das TIs. Propõe também um diálogo com um projeto da CPI com a TNC de forma que possam se “retroalimentar” (Lozano Costa, 2005a: 10).

O estabelecimento de parcerias, especialmente com a CPI-Acre, que vinha desenvolvendo etnomapeamentos na região da fronteira, tornou-se fundamental para o governo estadual. Tanto que a intermediação entre o governo e os Manchineri para a realização do etnozoneamento foi realizada pela CPI-Acre, que já desenvolvia atividades junto a eles de formação de professores e de AAFIs.

A sensibilização da comunidade - etnia Manchineri sobre o Etnozoneamento iniciou com a ida da equipe da CPI (Gleysson Teixeira e Adriano Dias) à T.I. Mamoadate, durante Oficina Itinerante de Educação, Agricultura e Meio Ambiente, em dezembro de 2003 (ACRE. SEMA, 2004: 9).

A parceria entre governo do estado e CPI-Acre para a realização do etnozoneamento da TI Mamoadate havia se iniciado anteriormente, durante o ZEE/Ac 1ª fase. Muitas das informações produzidas pela CPI-Acre nas oficinas itinerantes de formação de professores e AAFIs foram utilizadas no ZEE/Ac. Por meio das oficinas foi possível difundir o ZEE/Ac entre os povos indígenas, principalmente para os professores indígenas e os AAFIs. Com essa parceria, o governo também passou a apoiar os cursos de formação ministrados pela CPI-Acre, como pode ser notado na fala da Gerente do ZEE/Acre:

É muito importante ter falado dessa parceria com a Comissão Pró-Índio, porque ela na verdade se iniciou desde 2000, antes mesmo do etnomapeamento e do etnozoneamento. Ela surgiu já na primeira fase do ZEE, os primeiros levantamentos de campo, apesar de muito ter sido feito com dados secundários. Mas com essa parceria, com o zoneamento, nós aproveitamos as oficinas itinerantes da Comissão Pró-Índio para levantar informações com relação a populações e TIs. Isso foi um trabalho muito interessante porque internalizou o ZEE para os professores que trabalhavam. Todos eles tomaram conhecimento da importância do zoneamento com um instrumento de gestão. E isso acabou demandando um outro trabalho, junto com a CPI também, que foi quando a gente fez um resumo explicativo, que era uma questão didática, com uma linguagem mais simples, os professores colocaram que para eles trabalharem esse conceito nas escolas tinha que ser um outro tipo de documento. Um documento que partisse da própria lógica de como os índios trabalham, que é diferente dos brancos. E aí eles elaboraram um livro de autoria indígena sobre o zoneamento. E hoje, todos os professores indígenas foram envolvidos desde o

início desse trabalho, eles já internalizam o zoneamento e estão trabalhando com esse livro dentro da sala de aula. Mas dentro de uma visão do índio e não do próprio branco. E isso é um instrumento facilitador. Porque a gente tem vários instrumentos de gestão. A capacitação ela também é um instrumento. Então, hoje os professores estão capacitados com essa parceria entre o governo do estado e a Comissão Pró-Índio. Nós temos apoiado todos os cursos de 2000 para cá, tanto com os professores como com os agentes agroflorestais. Nesse sentido, o zoneamento é incorporado em todos esses cursos que são realizados no centro de formação e também nas oficinas que eles fazem. Isso para mim é uma frente para a gente poder estar fazendo um uso, uma discussão mais aprofundada do zoneamento. E agora a gente vai poder avançar em outras capacitações, mais especializadas, até chegar na especialização deles estarem trabalhando com esses sistemas cartográficos, em formato digital, não só formato analógico. É um grande desafio e não é uma coisa para agora. A gente tem que pensar futuramente, tem que ousar (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

A parceria entre governo e ONG desdobrou-se com o etnozoneamento da TI Mamoadate, que enquanto parte de um processo, almeja chegar à capacitação dos povos indígenas para lidarem com os sistemas cartográficos. Ele estaria sendo usado, então, para acentuar não apenas o diálogo do governo com os povos indígenas, mas com outras instituições que trabalham com eles. No caso específico das relações entre governo e CPI-Acre, os interesses do governo pela realização do etnozoneamento estenderam-se inclusive para os etnomapeamentos. Para o aperfeiçoamento do ZEE/Ac, o governo tinha investido em 2004 na elaboração de uma base cartográfica mais aproximada, na escala de 1:100.000<sup>60</sup>. Essa base foi disponibilizada pelo governo para a CPI-Acre utilizar nos etnomapeamentos, estreitando a parceria já existente.

Nós disponibilizamos essa base cartográfica para a Comissão Pró-Índio poder trabalhar e isso foi muito importante porque ela é uma escala de 1:100.000. Então, muitos rios não eram enxergados na base anterior do zoneamento, que era 1:250.000. Os mapas foram feitos em 1:1.000.000, mas a base era de 1:250.000. Essa base é que se tinha disponível. Então, com essa base de 1:100.000 a Comissão Pró-Índio começou a ver também rios, outros limites que antes não podiam enxergar. Isso auxiliou muito para o trabalho do etnomapeamento. Além

---

<sup>60</sup> “O governo do estado contratou uma empresa que teve o trabalho de fazer uma base cartográfica do estado na escala de 1:100.000. E isso resolve o problema desses ajustes. Essa base cartográfica está hoje validada pelo IBGE e pelo SDG, que são os órgãos responsáveis oficialmente pelo território, em nível de Brasil” (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

disso, a gente tem feito boas parcerias com a Comissão Pró-Índio. A gente sempre disponibiliza o gerente do etnozoneamento para estar acompanhando esses trabalhos, que estão sendo feito em oito TIs. Essas TIs que eles estão trabalhando são em áreas de fronteira e ele tem acompanhado porque futuramente fica mais fácil para que a gente possa estar dando continuidade a esses trabalhos como uma política de estado (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Dentro dessa parceria entre governo e ONG indigenista, o primeiro procurou contribuir com o etnomapeamento permitindo a participação do gerente do etnozoneamento, o antropólogo Terri Aquino, em algumas das oficinas promovidas pela CPI-Acre com apoio da TNC. O objetivo do governo com essa cooperação era não apenas aproximar a metodologia do etnozoneamento daquela do etnomapeamento, mas também para, no futuro, considerar os dois instrumentos como parte das políticas públicas do estado para os povos indígenas. Com essa intenção, a colaboração do governo com os etnomapeamentos ocorreu em diversas frentes:

A gente tem procurado ajudar disponibilizando a logística, muitas vezes, os insumos necessários, como base cartográfica e imagem de satélite, e também, recursos humanos para poder estar ajudando nesse trabalho, que é um trabalho importante para o estado. Além disso, a gente teve a oportunidade da vinda de um técnico do IBGE para estar atualizando os nossos técnicos em sistema de informações geográficas. E aí nós convidamos o técnico que está trabalhando na Comissão Pró-Índio para ele estar se atualizando. São parcerias importantes nesse sentido, porque isso contribui também para o resultado do trabalho (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Essa parceria foi importante para a CPI-Acre realizar o etnomapeamento e de extrema relevância para o governo definir como seria feito o etnozoneamento. Mesmo distintos, a aproximação entre ambos os instrumentos de planejamento se deu por meio de metodologias participativas - a do governo consideravelmente inspirada na da ONG. Ainda que as metodologias possuam algumas variações, a base delas é comum, como pode ser depreendido do discurso da gerente do ZEE/Ac:

A metodologia que a Comissão Pró-Índio utiliza foi muito importante para a construção da metodologia do etnozoneamento. Nós sentíamos a necessidade de desenvolver um trabalho com metodologia participativa, mas a troca de experiências com a Comissão Pró-Índio nos fez definir como iríamos trabalhar em campo e organizar o trabalho como um todo. É claro que existem algumas diferenças, porque são objetivos diferentes. O objetivo da Comissão Pró-Índio e os objetivos do governo, em relação à realização do trabalho, são diferentes. Mas a base da metodologia ela é semelhante. E aí cada um trata a sua metodologia de forma a alcançar seus objetivos (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Os objetivos do etnozoneamento estão mais voltados para as políticas públicas, enquanto os do etnomapeamento para a área de educação. A atuação da CPI-Acre tem um caráter mais “permanente”, enquanto a do governo pode oscilar com o processo político partidário. Dependendo de qual partido esteja no governo as propostas elaboradas pelo etnozoneamento podem ser executadas ou não. Já o etnomapeamento, que parte de uma atuação da sociedade civil organizada, pode ter suas propostas continuadas independentemente do partido que ocupe o governo. A interferência nesse caso, seria apenas na parceria estabelecida entre a CPI-Acre e outros governos.

No atual governo, o uso do etnozoneamento está vinculado estreitamente ao Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), que é parte da atuação do governo nas TIs e UCs. Os propósitos do governo, com o etnozoneamento, referem-se a todas as TIs do estado, apesar de nessa gestão estarem centrados naquelas impactadas pelas BRs 364 e 317. A CPI-Acre, com uma atuação mais específica, centra-se apenas nas TIs localizadas na fronteira, sendo esta uma das grandes diferenças entre os dois instrumentos de planejamento.

Então, a Comissão Pró-Índio tem um fim educativo, de apoio permanente a essas TIs. E eles têm uma preocupação com as áreas de fronteira. O governo do estado tem uma preocupação de pensar a gestão participativa desses territórios que estão no âmbito do território acreano, principalmente depois da criação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, na Lei nº 1.426, de 2001, a Lei Estadual Florestal. Foi instalado esse sistema, o SEANP, e aí precisa pensar

agora as TIs no contexto desse sistema. Então, o etnozzoneamento dá início a esta metodologia e o objetivo é começar a se construir planos de gestão. E que esses planos de gestão possam futuramente estar sendo implementados, dialogando com essas áreas que fazem fronteira com essas TIs. Muitas são UCs, no âmbito desse SEANP, então a gente está iniciando, dando um primeiro passo no etnozzoneamento, dentro de um processo muito amplo. Mas para esse primeiro passo, foi muito importante já ter uma iniciativa como o etnomapeamento acontecendo no estado. Porque aí nós partimos disso. E isso vai ser muito interessante para futuramente a gente poder ampliar o etnozzoneamento como uma proposta de governo. E a gente não pode escolher, as terras têm que ser trabalhadas como um todo, a gente já tem um trabalho muito avançado em etnomapeamento em várias terras. Você economiza tempo para poder dar prioridade a outras terras (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Apesar das diferenças entre etnomapeamento e etnozzoneamento, uma aproximação entre os dois ocorre por meio das metodologias e dos produtos obtidos: mapas, documentos e planos de gestão. Como o etnozzoneamento está inserido no contexto do SEANP, a atuação da CPI-Acre com o etnomapeamento é muito bem vista pelo governo, por estar em parte sendo realizado em algumas TIs localizadas no entorno de uma UC de proteção integral, o PNSD. Devido ao apoio do governo nos etnomapeamentos, na parte logística, de insumos, recursos humanos e de capacitação de um técnico da CPI-Acre, o governo pretende contabilizar no balanço de sua atuação o mapeamento participativo realizado em 16 TIs no estado: oito que foram mapeadas pelos etnozzoneamentos e outras oito pelos etnomapeamentos. “Como meta, o Governo prevê até 2006 realizar e aprovar o Etnozzoneamento em 16 Terras Indígenas” (Araújo, 2004). Em parte por esse motivo, uma aproximação entre as metodologias e os produtos dos mapeamentos participativos era de interesse do governo.

Uma aproximação dos etnozzoneamentos com os etnomapeamentos também é de interesse do governo devido a sua atuação na região da fronteira entre o Brasil e o Peru. O governo inseriu-se no debate sobre a fronteira por duas vias, uma a partir do etnomapeamento realizado pela CPI-Acre, que demandou a participação governamental

no GT Transfronteiriço; e outra surgida por meio das relações exteriores entre o governo federal brasileiro e o peruano.

São duas coisas, o governo participa do GT Transfronteiriço, que foi criado no âmbito desse projeto com a TNC. Então, o governo tem cadeira como participante do GT. Agora, o governo já está em uma iniciativa com Pucallpa que independe desse projeto. Existe uma aproximação entre os dois países, através das relações exteriores, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Isso já vem sendo trabalhado, se não me engano, desde o início do nosso governo. Em 2000, foi criada uma Comissão Técnica, que tem representantes em Brasília. Nessa comissão técnica, de articulação entre Brasil e Peru, o Acre tem uma cadeira, uma cadeira de representação do Acre, que tem um gerente, o Leonardo, que trabalha com a representação técnica do Acre nessa comissão do Ministério das Relações Exteriores. Isso desencadeou uma primeira ida do governo a Pucallpa, assinando termos de compromissos, de ações que de tempo em tempo estão sendo avaliadas. Então, tem toda uma agenda que tem que ser cumprida e uma das agendas que já foi cumprida foi a instalação do fórum entre Brasil e Peru, que foi realizado agora em meados de agosto, criando essas comissões temáticas. Eu faço parte da comissão que discute a conservação da biodiversidade. Existe também a comissão que discute a questão indígena. Se não me engano são sete comissões (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Participando da Comissão Técnica criada pelo Ministério das Relações Exteriores, o governo do Acre chegou a divulgar para o governo Peruano o ZEE/Ac e o etnozoneamento como iniciativas que poderiam ser adotadas naquele país. A princípio, ela foi bem recebida: “já foi demandado, não só o zoneamento, de 1:250.000, mas eles (governo peruano) querem trabalhar com o etnozoneamento. Isso foi resultado da vinda dos peruanos ao Acre, quando a gente apresentou a metodologia” (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília). Procurando estreitar as relações com o governo peruano para a gestão da região de fronteira, a participação do governo do Acre no GT Transfronteiriço, resultante do projeto da TNC, passa a ser de grande interesse. Por meio desse GT, as parcerias com a CPI-Acre para a atuação do governo junto aos povos indígenas também são acentuadas.

Nesse sentido, uma das parcerias mais importantes que resultaram do etnozoneamento veio a ser com a CPI-Acre, mas diversas outras instituições que atuam com povos indígenas foram envolvidas. O uso que está sendo feito do etnozoneamento por parte do governo procura estabelecer um amplo canal de diálogo junto a diversas instituições parceiras, que em última instância dizem respeito às relações de poder interinstitucionais.

São parceiros estratégicos no processo de construção e monitoramento do etnozoneamento em Terras Indígenas as seguintes instituições: Comissão Pró – Índio (CPI), SOS Amazônia, União das Nações Indígenas (UNI), Conselho Missionário Indigenista (COMIN), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Universidade Federal do Acre (UFAC), Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEATER), Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Acre (DERACRE), Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Secretaria de Saneamento e Saúde do Estado do Acre (SESSACRE), Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar (SEPROF), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Patoá (APROKAP), Associação Comunitária da Aldeia Huni Kui da Colônia 27 (ACHC), Associação Katukina do Campinas (AKAK), Associação Agroextrativista Barão do Ipiranga (AAPBI), Associação dos Produtores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório (OAEYRG), Associação Nukini, Associação dos Produtores de Nova Vida, Associação da Comunidade Agroextrativista Jaminawa (OCAEJ), Associação Agroextrativista Kaxinawá Nova Moema do Rio Purus, Associação Agroextrativista Kaxinawá do Novo Lugar (ACROKA), Associação das Comunidades Indígenas Kaxarari (ACIK), Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni – Kui do Caucho (APAHC), Associação Jaminawa Arara do Bajé, Associação dos Serinhueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), APAMIKTARJ, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá (OPITAR), Associação Katukina do Sete Estrelas, Associação dos Seringueiros e Agricultores da TI Arara – ASATIA, APIWTXA, Associação Jaminawa e Jaminawa/ Arara da Terra Indígena Jaminawa do Igarapé Preto (Acre. ZEE, 2004: 12).

Essa ampla rede de parcerias estabelecidas pode ser considerada parte dos resultados do etnozoneamento. Outros resultados também podem ser destacados, como a abertura de um diálogo com instituições não apenas do Acre, mas de outros estados. O Seminário Troca de Experiência em Levantamentos Participativos, promovido pelo

governo em fins de 2005, é um exemplo do potencial do etnozoneamento para ampliar a interlocução do governo e dos povos indígenas com várias instituições que atuam no estado e fora dele, tendo sido mais um momento de interação do governo com a CPI-Acre.

O seminário foi um marco muito importante para propiciar que algumas experiências que estão sendo realizadas nos estados da Amazônia brasileira pudessem se encontrar - essas pessoas de referência - e trocar, para ver quais os avanços, quais as dificuldades existem em cada trabalho. A Comissão Pró-Índio participou desse trabalho e a gente espera agora com esses resultados estar publicando os anais desse encontro e estar fazendo um segundo encontro. Esse intercâmbio é muito importante para quem está tentando superar os desafios (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Muitos outros resultados podem ser percebidos a partir da forma como o etnozoneamento tem sido usado pelo governo. Deixando de ser “apenas mais um papel perdido em estantes do governo”, algumas ações mais efetivas resultaram dele, atendendo parcialmente as demandas indígenas. O envolvimento dos Jaminawa e Manchineri, com uma reflexão inicial sobre a gestão do território, é considerado por alguns formuladores como um primeiro resultado. O planejamento do uso dos recursos consolidado nos “indicativos de plano de gestão territorial e ambiental” seria outro, rompendo inclusive com as relações verticalizadas entre governo e povos indígenas.

Esse trabalho já teve um primeiro resultado, que é a preocupação e a prioridade que esses povos estão trabalhando no etnozoneamento, eles mesmo estão tendo com esse trabalho. Isso para mim já é um resultado. Não é mais um trabalho que não vai dar em nada, já deu. Eles já estão pensando a gestão dos seus territórios. Esse trabalho é uma estratégia motivadora para isso. Esse já é um grande resultado. O outro, é que ele começa a fazer uma ligação, você já começa a ter um planejamento, com o estado, já começa a ter uma inversão dessa lógica de planejamento existente hoje de cima para baixo. Com essa elaboração dos indicativos de plano de gestão, já começa a ter uma demanda diante da necessidade que eles têm, para inverter essa lógica de planejamento e de gestão. Isso é muito importante. Eu acho que esse é um grande avanço que o etnozoneamento está propiciando. Existem várias outras negociações, institucionais, das próprias TIs, para a resolução de conflitos. *Serve como um*

*instrumento de negociação e de resolução de conflitos* (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

O potencial do etnozzoneamento para a resolução de conflitos, presente também no etnomapeamento, é um dos resultados esperados pelos formuladores e pelos povos indígenas. No caso da TI Mamoodate, onde existe a demanda por uma ampliação da terra sobre a área de uma fazenda próxima e onde há invasões de traficantes de drogas, o etnozzoneamento poderia contribuir para a redução dos conflitos acentuando o diálogo dos Manchineri e Jaminawa com instituições responsáveis pela vigilância e fiscalização da terra e pela revisão dos limites dela. Como dito no capítulo 1, os mapas podem ser usados como parte dos mecanismos intensificadores dos aparelhos de poder ou dos mecanismos reguladores, estando eles integrados a tecnologias disciplinares e normativas (Foucault, 1977).

Para que o etnozzoneamento possa amenizar os conflitos existentes é preciso que ele cumpra com seus objetivos de instrumento capaz de subsidiar os povos indígenas e o governo na elaboração de políticas públicas. É necessário, ainda, que ele seja apropriado pelos povos indígenas, um outro resultado esperado pelos formuladores e aos poucos realizado. Como é possível perceber na fala de uma das lideranças Manchineri, ele está sendo utilizado por eles, já tendo contribuído com o aumento do conhecimento deles sobre o território e os recursos naturais, por meio da socialização das informações entre as gerações.

A junção dos novos com os mais velhos nos possibilitou ter conhecimento de nossa terra. E demonstrou também que os velhos realmente dominam o seu território. A partir do momento que ele fala, isso aqui é o rio tal, na língua manchineri, é daqui a nossa picada, toda essa questão. E nos possibilitou ver onde tinha a questão do maior número de caça. E já havíamos tomado uma decisão que a metade do território para cima, que é mais para parte do Peru, nós iam deixar para o nosso mercado. Porque ali as aldeias são próximas, com 120

peças, com 70. E a questão da caça e da pesca vem diminuindo (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco)<sup>61</sup>.

O etnozoneamento veio somar-se à intenção dos Manchineri em criar uma “área de refúgio de caça”, assim como entre os Ashaninka da TI Kampa do Rio Amônia, onde o etnomapeamento foi realizado. Visualizando o território nas imagens de satélite e nos mapas temáticos, tornou-se mais viável definir e difundir entre os demais os locais a serem preservados. A princípio poderiam ordenar seu território sem o uso dos mapas, apenas com o conhecimento espacial que possuem. O etnozoneamento, portanto, serviu apenas como um instrumento de planejamento, fomentando discussões sobre as áreas de uso dos recursos naturais e estimulando uma maior preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Enquanto um instrumento de planejamento apropriado por eles, o etnozoneamento acentuou a articulação entre a organização dos Manchineri, a Mapkaha, e a SEATER, do governo estadual. Os Manchineri e os Jaminawa demandavam há muito tempo cursos ligados ao manejo dos recursos naturais. Como essa demanda foi reforçada pelo etnozoneamento, elas começam a ser supridas.

E uma outra coisa muito importante, que também trouxe a questão do etnozoneamento, foi já um trabalho iniciado entre a Mapkaha, organização social manchineri, e a Secretaria de Extrativismo do Estado do Acre – SEATER. No mês de setembro, realizamos um curso de 11 dias sobre manejo de copaíba, já uma solicitação da própria comunidade da aldeia Santa Cruz. Foi feito o curso de mapa, começamos a questão do GPS, também de bússola, leitura de bússola. E, agora, os agentes afroflorestais da Santa Cruz estão fazendo as picadas e fazendo o emplaquetamento da copaíba. E, posteriormente, vão trazer isso para o mercado (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco).

A inserção no mercado de produtos extraídos de forma sustentável, possibilitando uma maior circulação de renda entre os povos indígenas, era uma

---

<sup>61</sup> Essa fala foi proferida pela liderança Toya Manchineri durante o Seminário de Trocas de Experiência em Levantamentos Participativos.

expectativa dos formuladores que começou a se concretizar. Como essa também era uma das maiores expectativas dos Manchineri e Jaminawa, que o etnozoneamento pudesse contribuir para a produção e comércio, eles estão se apropriando dele nesse sentido. Outro exemplo visível do consumo do etnozoneamento pelos Manchineri refere-se à criação de animais silvestres

Uma outra coisa é a questão que nos possibilitou (o etnozoneamento) de elaborar algum projeto, a questão do manejo. Manejo do porquinho do mato, que no primeiro momento é a questão da gente produzindo porquinho para o consumo interno. O consumo da comunidade, já que às vezes o pessoal vai caçar, duas, três horas, tu tem que ir buscar o porquinho. Então, estão ficando com preguiça, vamos criar ele mais perto para a gente começar a comer ele com mais facilidade. Um segundo momento, é tentar colocar o excedente da carne do porquinho no mercado. Nós temos o mercado do Peru e da Bolívia. Nós estamos com uma idéia bastante audaciosa nessa questão econômica, de melhorar e fortalecer a economia das famílias. Então, é o nosso objetivo. Isso vai ser na aldeia Senegal e na aldeia Laranjeira. Nós temos um projeto elaborado em parceria com a SEATER, o manejo de capivara, que tem para caramba lá. A gente não come muito, mas vamos tentar vender essa carne para fora (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco).

Em conformidade com o discurso do desenvolvimento sustentável e da conservação da natureza, presente no programa do governo, o etnozoneamento está sendo utilizado principalmente pelos Manchineri no diálogo com as instituições governamentais. Por meio dessa interlocução, procuram viabilizar projetos que atendam a suas demandas. Um outro projeto está associado à conservação dos lagos, fonte de pesca para eles: “uma outra atividade que nos possibilitou também através do etno, é a questão do manejo de lago que vai ser realizado na última aldeia, que é uma aldeia minha, na aldeia Extrema. Então, a questão do levantamento já possibilitou várias ações nossas” (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco).

Preocupados em ter uma maior autonomia, distanciando-se do paternalismo característico do órgão indigenista oficial, os Manchineri percebem o etnozoneamento

como um instrumento importante que pode propiciar projetos ligados à capacitação deles. Uma maior autonomia dos povos indígenas também é esperada pelo governo com o etnozoneamento que “vai partir para o fortalecimento dessas comunidades organizadas, para que eles possam ter autonomia na sua gestão, que é o nosso objetivo. E o governo entra para dar apoio nessa gestão” (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília). Com o apoio governamental, os Manchineri esperam obter um conhecimento técnico para definirem seus projetos políticos e econômicos.

É buscar a nos capacitar tecnicamente, para que a gente consiga desenvolver nossos trabalhos e a gente mesmo possa estar definindo nossos projetos economicos e nossos projetos políticos, isso é que é importante. Acho que qualquer projeto que venha com esse objetivo, para ser implantado ou discutido, em alguma comunidade, ele provavelmente vai dar certo, porque há uma participação realmente da comunidade, dos representantes, de maneira realmente que vá dar frutos (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco).

A participação indígena é tida por eles e pelo governo como fundamental no etnozoneamento. Como resultado dessa participação, várias parcerias podem ser formadas. Tendo o governo como parceiro, os Manchineri esperam que seus projetos sejam executados, mesmo enquanto desdobramento do etnozoneamento.

E a questão, por exemplo, do etno, me parece que a segunda fase, Magali, seria essa questão do próprio governo estar investindo recursos, para que esses projetos, pensados pela comunidade, pudessem estar sendo executados e trabalhados dentro da comunidade. E era isso gente, a experiência nossa é isso. Fundamos a organização manchineri em 2003 e de lá pra cá, com as parcerias que nós montamos, só deu frutos para o nosso povo. Eu acho que uma boa parceria ela é importante para ajudar qualquer comunidade (Toya Manchineri, 17/11/2005, Rio Branco).

Conscientes da importância das parcerias, de forma sutil os Manchineri usam o espaço de comunicação aberto pelo etnozoneamento para cobrar do governo uma próxima fase, que de fato efetive ações voltadas para a resolução de suas demandas, especialmente com apoio financeiro para o desenvolvimento de seus projetos.

Procurando evitar que o etnozoneamento fique sem continuidade nas próximas gestões, uma série de medidas foi adotada pelo governo. Pensado como uma etapa dentro de um processo, o governo tem procurado firmar parcerias com agências financiadoras para os desdobramentos do etnozoneamento.

Na verdade, a gente encerra uma primeira etapa do etnozoneamento. Nós conseguimos avançar nessa primeira etapa com o diagnóstico do etnozoneamento. Mas temos outros desafios, são os prognósticos, os cenários, o fortalecimento das comunidades organizadas, das associações, com o empoderamento delas com as informações. São várias etapas ao longo de um tempo e, para isso, o governo já tem trabalhado em parceria com a cooperação alemã e também através do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, financiado pelo BID. O programa de Apoio às Populações e Terras Indígenas, financiado pelo BNDES, com o intuito de dar continuidade para isso. Mas já estamos agora em andamento e fechamento dessas terras, mas estamos no planejamento para a continuidade disso. Então, independente do governo, das pessoas que estão na gestão desse governo continuarem ou não, a partir de 2007, nós já vamos ter recursos garantidos em projetos definindo essa segunda etapa de trabalho. No caso o Ministério do Meio Ambiente junto com o KFW, que é quem financia o projeto de gestão ambiental integrada, já aprovou recursos para a consolidação dessas atividades do etnozoneamento. A idéia nessa segunda etapa é trabalhar principalmente como áreas prioritárias essas TIs do Juruá, já pensando no mosaico desse Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas. E vai estar apoiando também, com o grupo de trabalho, que é chamado grupo de trabalho transfronteiriço Brasil/Peru, para que tenha uma articulação também com a fronteira. E, além disso, a cooperação alemã contratou uma consultoria<sup>62</sup> para dar diretrizes para a elaboração desse projeto, que deve ser financiado com recursos do BID para 2007. Enfim, tem essas ações sendo articuladas para que esse trabalho não pare. Seja só o final de uma etapa para que a gente possa dar continuidade nas etapas seqüentes (Magaly Medeiros, 28/08/06, Brasília).

Nessa região de fronteira, do Alto Juruá, encontra-se a TI Nawa, não contemplada pelos etnozoneamentos e nem pelos etnomapeamentos. Por enquanto, a TI Nawa não faz parte da programação do governo para a realização do etnozoneamento, que está direcionado para as TIs impactadas pelas BRs 364 e 317. Ela também não está prevista para ser contemplada pelos etnomapeamentos, que apesar de estarem sendo realizados nas TIs do entorno do PNSD, na região transfronteiriça, não englobam a TI

---

<sup>62</sup> Essa consultoria foi realizada pelo antropólogo Paul Little, professor do Departamento de Antropologia da UnB, com o intuito de dar subsídios para o POA 2007 do BID e do PGAI, entre outros.

Nawa sobreposta a ele. A previsão de um mapeamento participativo para a TI Nawa, fora da agenda do governo estadual e da sociedade civil organizada, passou a ser pensada pelo governo federal, a partir do Projeto de diagnóstico etnoambiental, analisado no próximo item.

### **3.3. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa**

#### **3.3.1. Visões verticalizadas sobre o diagnóstico etnoambiental e a tentativa de superá-las**

Para se compreender os diversos olhares sobre o projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, é preciso levar em consideração que em grande parte eles surgiram da negociação entre IBAMA e FUNAI em torno da reivindicação dos Nawa por uma TI localizada no interior do PNSD. Por esse motivo, esses olhares são verticalizados, de cima para baixo, estando consideravelmente distantes da visão dos Nawa, pouco levada em conta durante as tentativas de conciliação entre IBAMA e FUNAI. Devido ao curto espaço de tempo em que o projeto foi realizado<sup>63</sup>, não houve uma conscientização dos Nawa sobre seu caráter de instrumento de planejamento para o uso dos recursos naturais. Isto se reflete na ausência da fala deles ao longo do processo de concepção do diagnóstico etnoambiental, que foi sufocada pela dos formuladores, que concederam um limitado espaço de voz para eles. Ao longo das tentativas de conciliação entre FUNAI e IBAMA, os Nawa olhavam para o diagnóstico etnoambiental não enquanto um instrumento de planejamento, mas como um

---

<sup>63</sup> A equipe responsável pela elaboração do projeto esteve no estado do Acre entre os dias 30 de novembro e 22 de dezembro de 2003, mas a permanência na TI durou cerca de uma semana, com reuniões diárias para produção de informações e não para a conscientização dos Nawa. No começo de janeiro de 2004, a versão escrita do projeto foi entregue à Justiça Federal.

instrumento a mais para se garantir a regularização fundiária da TI. A ausência da participação dos Nawa também se reflete neste item da tese, que acaba não expondo a fala deles sobre o diagnóstico etnoambiental, como feito nos itens anteriores com os Ashaninka, Manchineri e Jaminawa.

Entre os Nawa, a liderança Ilson Carneiro de Oliveira, conhecida como Railson, foi quem teve uma compreensão mais abrangente do diagnóstico etnoambiental, por ter participado de todos os momentos das tentativas de entendimentos entre os órgãos governamentais. Railson chegou a incorporar o discurso do desenvolvimento sustentável presente na proposta de diagnóstico etnoambiental, falando da degradação ambiental, do reflorestamento, da produção sustentável, de área de refúgio, de redução do gado, etc. Em grande medida, ele também tinha a visão de que este discurso, vinculado ao projeto, era fundamental para a regularização da TI. Entretanto, essas concepções foram pouco assimiladas pelos Nawa, que estavam tendo seus primeiros contatos com a ideologia do desenvolvimento sustentável.

Mesmo sem uma efetiva participação indígena, o projeto de diagnóstico etnoambiental foi elaborado a partir de diversas informações produzidas em reuniões realizadas na TI pela equipe responsável por sua formulação. Somente após vários entendimentos entre os dois órgãos executivos do governo federal é que o projeto de diagnóstico etnoambiental foi proposto, com base na metodologia dos levantamentos etnoecológicos utilizada pelo PPTAL. Como consta no próprio texto do projeto:

A presente proposta para os estudos e levantamentos de diagnóstico ambiental é consequência de um longo processo de negociação entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) acerca da necessidade de se identificar a Terra Indígena (TI) Nawa (FUNAI. IBAMA, 2004: 5).

Antes da “necessidade de se identificar a Terra Indígena Nawa”, o IBAMA desenvolvia suas atividades na região de forma isolada, sem a participação do órgão indigenista oficial. Como de certa forma já foi mencionado no segundo capítulo, em 1998, O IBAMA havia inclusive realizado o plano de manejo do PNSD quando, no ano seguinte, a FUNAI foi informada da existência de um povo denominado Nawa residindo no interior da UC. Em 2000, os Nawa passaram a reivindicar junto à FUNAI uma área totalmente sobreposta à parte norte do PNSD. A partir de então, técnicos do IBAMA passaram a questionar a etnicidade deles.

A FUNAI foi informada pela primeira vez da existência de um povo denominado Nawa através de integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de Cruzeiro do Sul-AC quando estes estiveram no rio Môa em 1999. Já os primeiros documentos que reivindicavam a regularização fundiária da TI Nawa datam de 2000. No ano seguinte, a TI Nawa entrou no Edital do Programa de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) da FUNAI para ser identificada ainda naquele ano de 2001. Porém, a etnicidade dos Nawa veio a ser questionada pelos ambientalistas quando da Ação Civil Pública, citada acima, e já instaurada na época, impedindo qualquer atividade da FUNAI relacionada à identificação daquela terra (FUNAI. IBAMA, 2004: 5-6).

Os desdobramentos desse questionamento geraram a exigência judicial de ser realizado um Plano de Manejo - posteriormente denominado projeto de diagnóstico etnoambiental - concomitantemente à identificação e delimitação da TI Nawa. Até então, nenhum procedimento de demarcação de TIs no país esteve atrelado desde sua fase inicial a uma preocupação com o desenvolvimento sustentável da área por meio de um plano de manejo. De forma geral e, principalmente, de 1996 em diante, os procedimentos administrativos de demarcação de TIs incorporaram um componente ambiental, mas não voltado para uma gestão sustentável da área. Como exigência legal, durante a primeira fase de regularização de uma TI deve ser realizada uma “identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos

necessários ao bem estar econômico e cultural dos grupos indígena”, bem como fazer uma “explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias” (Portaria/FUNAI n° 14, de 09 de janeiro de 1996).

Essa exigência é muito diferente de se realizar um plano de manejo, ou um projeto de diagnóstico etnoambiental da TI, apesar do PPTAL ter se baseado nela para elaborar os levantamentos etnoecológicos. Para a legislação, é necessário identificar e descrever as áreas imprescindíveis e explicitar porque são assim consideradas. Entretanto, para a elaboração de um plano de manejo, muito mais que isso é levado em consideração. Associado à noção de plano de manejo, de levantamento etnoecológico, ou de diagnóstico etnoambiental, encontra-se um forte interesse na gestão do território baseada na ideologia do desenvolvimento sustentável, tal como nos etnozoneamentos e nos etnomapeamentos.

Como passou a haver um conflito entre IBAMA e FUNAI em torno da área reivindicada pelos Nawa, a legislação passou a ser interpretada de diversas maneiras, resultando na determinação judicial de elaboração do projeto de diagnóstico etnoambiental para a devida identificação da TI. Essa determinação se propôs a ser uma forma de conciliação dos interesses e perspectivas dos dois órgãos executivos, um responsável por colocar em prática a legislação ambiental e o outro a indigenista. Acabou imperando sobre as demais interpretações a do Juiz Federal da 1° Vara de Rio Branco, da Sessão Judicial do Estado do Acre, o Excelentíssimo Sr. David Wilson de Abreu Pardo. Procurando viabilizar um entendimento entre as partes, ele afirma, na Decisão de 07 de agosto de 2003, que

é possível vislumbrar neste processo a viabilidade de um entendimento no qual prevaleça, mais que qualquer sentimento pessoal de vitória ou derrota na luta por uma causa que se considera justa (indigenista ou ambientalista), o autêntico interesse público. Traduzo o interesse público, nesta causa, como uma

verdadeira questão de direitos, sejam estes ambientais ou indígenas, assim como se encontram consagrados na Constituição da República (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 2 – ênfase no original).

Preocupado com os sentimentos pessoais de técnicos do IBAMA e da FUNAI que estavam praticamente militando em favor do indigenismo<sup>64</sup> ou do ambientalismo, o Juiz Federal direciona a reivindicação de uma terra pelos Nawa para uma questão de “interesse público”. Na interpretação dele do SNUC<sup>65</sup> e dos artigos 225 e 231 da Constituição Federal, não deveria haver conflitos de interesse entre os dois órgãos. Segundo ele: “não vejo como absolutamente excludente os dois direitos constitucionais - o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o indigenato” (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 3).

Com essa visão sobre a legislação, o Juiz Federal sugere como conciliação entre os órgãos a criação de uma zona comum, administrada por ambos. Chega a sugerir uma classificação para ela: “Zona de Superposição Entre Área Indígena e Unidade de Conservação”, que poderia receber um nome, a título de exemplo, como a por ele denominada “Área Indígena ..... do Parque Nacional Serra do Divisor” (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fls. 3-4).

Na interpretação do Juiz Federal, a TI seria então uma área “do” PNSD. Não seria uma TI como vem sendo entendida a partir da legislação indigenista, mas apenas uma “área indígena do parque”, assim como outras definidas no plano de manejo das UCs: zona de uso intensivo, zona intangível, zona de amortecimento, etc. Para ele, sua proposta de conciliação estava totalmente fundamentada na legislação:

---

<sup>64</sup> Para uma noção mais ampla sobre indigenismo ver Baines (1991), Lima (1995), Oliveira (1987 e 1998) e Ramos (1998).

<sup>65</sup> Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

É interessante anotar que a própria legislação já indica a viabilidade de uma negociação nesse sentido, quando o artigo 57, *caput*, da Lei nº 9.985/2000 faz referência à regularização de eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação. É perfeitamente possível pensar-se em um compromisso negociado entre as partes (especialmente IBAMA e FUNAI), garantida a participação das comunidades envolvidas (parágrafo único do artigo 57 da Lei nº 9.985/2000). Surgiria uma área sujeita a um regime especial de regulamentação, em que se pudesse observar o respeito tanto ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, quanto ao direito ao indigenato, ambos, como já assinalou, de nível constitucional (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 4).

Entretanto, o artigo mencionado pode ser interpretado de outras maneiras. Nele não consta de forma explícita a criação de uma “área indígena do parque”, apenas determina que os órgãos indigenista e ambiental criem um grupo de trabalho, em um prazo determinado, com o propósito de encontrar soluções para as superposições entre TIs e UCs no país, não especificamente no Acre. Como está no SNUC, em seu artigo 57: “os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação” (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

O prazo estipulado expirou há muito tempo e o grupo de trabalho criado não teve uma atuação muito significativa. Ressuscitando o artigo, o Juiz Federal achava ter encontrado uma forma de resolver o conflito entre IBAMA e FUNAI. Era preciso apenas que a área reivindicada pelos Nawa ficasse submetida a um regime especial, detalhado com a participação indígena. Costurando por meio de sua interpretação a legislação ambiental e indigenista, ele afirmava:

Uma área submetida a tal regulamentação especial, cujo detalhamento se daria com a participação das comunidades envolvidas, atenderia à necessidade de permanência daquelas pessoas que se autodenominam indígenas, cabendo-lhes a

posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (artigo 231, § 2º, CF). Mas, ao mesmo tempo, como terras habitadas em caráter permanente para uso nas atividades produtivas, estaria submetida à condição de preservação dos recursos ambientais necessários ao próprio bem-estar das pessoas que se autodenominam indígenas. O § 1º do artigo 231 da CF já indica esse caminho, acrescentando que tudo se dê segundo seus usos, costumes e tradições (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 4).

A “regulamentação especial”, para o Juiz Federal, seria obtida por meio de um plano de manejo da área reivindicada pelos Nawa, de certa forma já sugerido pela antropóloga Delvair Montagner, perita responsável por dirimir as dúvidas sobre a etnicidade dos Nawa. Em seu relatório para a Justiça, a antropóloga mencionou a importância do “manejo ecológico” para os Nawa. Juntando a legislação ambiental, indigenista e as sugestões da antropóloga, o Juiz Federal começa a vislumbrar a alternativa para a conciliação entre os órgãos:

No caso da área reivindicada pelas pessoas que se autodenominam indígenas, neste processo, há inclusive o alerta da própria Perita do Juízo quanto à necessidade de que se pratique o manejo ecológico dos recursos, ainda que na hipótese da área ser considerada, pura e simplesmente, um território indígena. De fato, à fl. 1799 a Senhora Perita afirma que *mais da metade da população é formada de criança e jovem, o que significa um aumento expressivo no futuro da referida população*. E, como consequência, haveria uma *escassez de produtos em poucos anos (roça, caça e pesca), se não praticarem o manejo ecológico* (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fls. 4-5 – ênfase no original).

Apropriando-se de outro trecho do relatório da antropóloga, o Juiz Federal começa a esboçar na sua proposta de conciliação uma “regulamentação especial” baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável. O “manejo ecológico” sugerido pela antropóloga era especificado em seu relatório como um “manejo auto-sustentável”, capaz até mesmo de evitar os desmatamentos gerados pela pecuária praticada pelos Nawa.

Em outro trecho, afirma textualmente a Senhora Perita: “*O ideal seria que a comunidade fizesse o manejo auto-sustentável do território, com orientação de técnicos especializados, assim não incrementando a pecuária para evitar novos desmatamentos*” (fl. 1895). Certamente que isso poderia ser feito com a observância dos usos, costumes e tradições das pessoas que se autodenominam indígenas, mediante uma negociação sincera e transparente entre os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista (IBAMA e FUNAI), garantida a participação das comunidades envolvidas (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 5 – ênfase no original).

Um “manejo auto-sustentável” poderia ser realizado sem ferir a legislação indigenista desde que elaborado de forma participativa e que contasse com uma “negociação sincera e transparente” entre IBAMA e FUNAI. A legislação também respaldaria essa ação por meio do Decreto nº 24, de 4 de fevereiro de 1991. Como destacado pelo Juiz Federal:

No seu artigo 2º, inclusive, referido Decreto estabelece que, para os fins da proteção ambiental pretendida, serão elaborados projetos específicos em áreas consideradas prioritárias, objetivando ações de equilíbrio ecológico das terras indígenas e seu entorno, como condição necessária para sobrevivência física e cultural das populações indígenas. O parágrafo único do referido artigo especifica as ações que aqueles projetos deverão contemplar, como diagnóstico ambiental, recuperação de áreas, controle ambiental e identificação e difusão de tecnologias. Já o artigo 4º, ainda do Decreto em comento, indica o IBAMA e a FUNAI como órgãos de elaboração e execução de tais projetos, com o auxílio de outras entidades governamentais e não-governamentais (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 5).

Por fim, seguindo suas interpretações das diretrizes legais - indigenistas e ambientais -, e a sugestão da antropóloga Perita, o Juiz Federal chega à conclusão de que um plano de manejo é necessário para a “zona de superposição”. Esta, inclusive, não agrediria os direitos ambiental e indigenista.

Seguindo tais diretrizes, é possível visualizar a elaboração de um Plano de Manejo, nos moldes da Lei Nº 9.985/2000, para uma eventual ZONA DE SUPERPOSIÇÃO INDÍGENA E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO no Parque Nacional Serra do Divisor, cuja denominação já seria objeto de negociação entre as partes, garantida a participação das comunidades envolvidas. Registro que tal

zona resguardaria, simultaneamente, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito fundamental do indigenato (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 6).

Um plano de manejo da zona de superposição seria para o Juiz Federal a forma de obter um acordo entre IBAMA e FUNAI sobre a reivindicação dos Nawa. Não obstante, sua visão de plano de manejo era obtida a partir do SNUC, que se refere a UCs e não a TIs. No SNUC, plano de manejo é definido no artigo 2º, inciso XVII, como um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

Não há referência no SNUC à participação das populações locais, muito menos indígena. Sabendo disso, o Juiz Federal procurou definir as obrigações do IBAMA e da FUNAI para a elaboração do plano de manejo, ressaltando ser imprescindível a participação indígena. No que diz respeito à FUNAI e aos Nawa, deveriam ter o compromisso de deixar claro no documento de “criação da área indígena” que ela faria parte do parque. Precisavam assumir, ainda, o compromisso de elaborarem, juntamente com o IBAMA, um plano de manejo voltado para a proteção do meio ambiente, mas respeitando o modo de vida dos Nawa. Nos termos do Juiz Federal:

A execução prática de um acordo exigiria desde já um compromisso, da parte do órgão federal de assistência ao índio e das comunidades envolvidas, de:

- a) fazer constar, expressamente, no instrumento jurídico de eventual criação da área indígena, que a referida área, cuja denominação deve ser objeto de negociação, está localizada no Parque Nacional Serra do Divisor;
- b) elaborar e executar um Plano de Manejo, junto com o IBAMA e garantida a participação das comunidades envolvidas, para implementação de ações visando à proteção do meio ambiente na área reivindicada (Decreto nº 24, de 04.02.1991), devendo ser observadas ainda as diretrizes da Lei nº 9.985/2000,

especialmente aquelas relativas a parques nacionais (artigo 11), mas tudo em respeito à organização social e política, costumes, crenças e tradições das comunidades (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 6).

Em relação ao compromisso que o IBAMA e a UNIÃO deveriam assumir, o Juiz Federal exigia que no instrumento de criação do PNSD constasse que uma área indígena faria parte dele. O IBAMA também deveria elaborar e executar o plano de manejo juntamente com a FUNAI, garantindo a participação indígena.

A seu termo, o compromisso inicial do IBAMA e UNIÃO seria:

- a) fazer constar, expressamente, no instrumento jurídico de criação do Parque Nacional Serra do Divisor que deste faz parte um área indígena, cuja denominação deve ser objeto de negociação;
- b) elaborar e executar um Plano de Manejo, junto com o IBAMA e FUNAI, garantida a participação das comunidades envolvidas, para a implementação de ações visando à proteção do meio ambiente na área reivindicada (Decreto nº 24, de 4.2.1991), devendo ser observadas ainda as diretrizes da Lei nº 9.985/2000, especialmente aquelas relativas a parques nacionais (artigo 11), mas tudo em respeito à organização social e política, costumes, crenças e tradições das comunidades (Autos nº 1998.30.00.002586-0 – Ação Civil Pública – Decisão – fl. 6-7).

A interpretação do Juiz Federal foi fundamental para o acordo firmado entre o IBAMA e a FUNAI durante a audiência pública realizada em 15 de outubro de 2003, na cidade de Rio Branco. No acordo, MPF, União, IBAMA e FUNAI reconheceram a etnia Nawa e definiram os limites indicativos da TI, sendo que em três meses deveria ser entregue em juízo para homologação a identificação e a delimitação da TI Nawa, além de “convênio e Plano de Trabalho para a elaboração de Plano de Manejo específico para a terra indígena ‘Nawa’, nos quais deverá constar cronograma de elaboração do Plano de Manejo e sua execução” (Termo de Audiência, de 15/10/2005).

Às pressas, devido ao curto prazo determinado pelo Juiz Federal, foi constituído um grupo técnico para a identificação e delimitação da TI, e uma equipe técnica para

fazer o plano de trabalho para a elaboração do plano de manejo. A equipe técnica, contudo, teve uma visão diferenciada daquela do Juiz Federal sobre o plano de trabalho e o plano de manejo. Como consta no documento elaborado pela equipe técnica:

apresentamos o Plano de Trabalho, aqui denominado por *Projeto Nawa*, para realização dos levantamentos necessários à formulação do *Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Nawa* onde será então vislumbrado o Plano de Manejo determinado pelo Juiz Federal da 1ª Vara, ao qual chamamos de *Plano de Gestão para a Terra Indígena Nawa* (FUNAI. IBAMA, 2004: 79 – ênfase no original).

O “Plano de Trabalho” passou a ser denominado “Projeto Nawa” e o “Plano de Manejo” foi intitulado “Plano de Gestão para a Terra Indígena Nawa”. O Plano de Trabalho passou então a ser para a elaboração de um “Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Nawa”, por meio do qual se vislumbraria o Plano de Manejo. Ou seja, a equipe técnica apresentou em juízo um documento para a realização de um diagnóstico etnoambiental, por meio do qual seria possível elaborar um plano de gestão.

Este novo olhar, diferente daquele do Juiz Federal sobre o Plano de Manejo, foi inspirado na metodologia usada pelo PPTAL nos “levantamentos etnoecológicos”. Não obstante, nenhum recurso financeiro foi desembolsado pelo PPTAL para a realização do projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, ao contrário da identificação e delimitação da terra que foi financiada por essa instituição. Como mencionado no documento elaborado pela equipe técnica:

Desde 1996, o componente ambiental passou a ser incluído nos processos de identificação e demarcação de áreas indígenas. Em reconhecimento ao fato de que os dados ambientais somente são relevantes e úteis para a gestão destas áreas se incorporarem à perspectiva de seus habitantes, uma nova metodologia vem sendo testada e desenvolvida com o objetivo de garantir a participação efetiva das comunidades envolvidas nos levantamentos etno-ecológicos e na elaboração de planos de gestão em terras indígenas (Milliken, 1998). Neste contexto, acreditamos que a metodologia desenvolvida por Milliken e colaboradores está de acordo com os objetivos propostos neste projeto. No entanto, salientamos que algumas pequenas modificações tornam-se necessárias

para que haja adequação às características particulares da área em questão (FUNAI. IBAMA, 2004: 29).

O componente ambiental incorporado nos estudos de identificação e delimitação da TI Nawa já haviam sido considerados insuficientes pelo Juiz Federal que concebia a realização de um plano de manejo como única forma de se obter uma conciliação entre IBAMA e FUNAI. Sem o apoio do PPTAL para se realizar um levantamento etnoecológico, ainda assim este instrumento passou a ser visto pela equipe técnica como fundamental para a elaboração futura de um “plano de gestão” da TI Nawa. A apropriação dos levantamentos etnoecológicos, com as devidas adequações, em contextos fora da atuação do PPTAL, está inclusive prevista em sua metodologia, o que facilitou sua incorporação pela equipe técnica.

o objetivo secundário desta metodologia é proporcionar uma ferramenta básica que possa ser adaptada para uso em levantamentos etnoecológicos em outros contextos, isto é, fora das atividades do PPTAL. O nível de detalhe e o enfoque desses levantamentos (por exemplo, provimento de informações de fundamentos ‘macro’ etnoecológicos, ou estudos mais específicos de viabilidade para processos de gestão) podem ser ajustados para satisfazer as exigências contextuais (FUNAI. PPTAL, 2004: 12).

Fazendo os devidos ajustes, a equipe técnica adotou em grande medida a metodologia utilizada pelo PPTAL, que contempla levantamentos em escala macro e micro. Esse tipo de levantamento faz parte de um processo que visa, com a produção de informações, realizar a gestão de uma TI. Por esse motivo, “prevê-se que o trabalho de campo sirva para dar início a um processo, de longa duração, de avaliação etnoecológica pelas próprias comunidades indígenas” (FUNAI. PPTAL, 2004: 12).

O entendimento acerca dos levantamentos etnoecológicos do PPTAL enquanto parte de um processo participativo - assim como os etnomapeamentos e os etnozoneamentos - foi estendido ao diagnóstico etnoambiental da TI Nawa. Para a

equipe técnica, o diagnóstico seria apenas uma etapa, composta por diversas atividades de produção de informações para subsidiar um plano de gestão.

A realização de Diagnóstico Etnoambiental com vistas à posterior realização e execução de Plano de Gestão em terras indígenas é uma atividade recente e constitui-se, no atual contexto sócio-histórico, uma das necessidades primordiais para a melhoria do bem estar social das populações indígenas, manutenção e proteção dos territórios indígenas e, ainda, sustentabilidade ambiental dos ecossistemas e o revigoramento do uso tradicional dos recursos naturais (FUNAI. IBAMA, 2004: 4).

Estando o diagnóstico etnoambiental balizado pela ideologia do desenvolvimento sustentável, ele objetiva proporcionar a melhoria da qualidade de vida, a proteção do território, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento do uso dos recursos naturais de acordo com a cultura dos Nawa. Isto apenas seria possível com informações provenientes de uma escala micro, da qual o mapeamento participativo faz parte.

Um levantamento etnoecológico de uma única terra indígena, apoiado por recursos financeiros adequados, poderia fornecer, potencialmente, um quadro quantitativo muito detalhado ('nível micro') da disponibilidade de recursos naturais, bem como das interações com o meio ambiente e das percepções do mesmo pelo grupo. Seria esperado que o mesmo incluísse, por exemplo, o mapeamento (geo-referenciado) detalhado de recursos e a produção de dados razoavelmente abrangentes sobre o uso de plantas e animais, etc. ao nível de espécie (FUNAI. PPTAL, 2004: 13).

A escala micro do levantamento de informações, complementada por uma macro, possibilitaria a realização de ações futuras de gestão das TIs. Mas o uso dessas duas escalas não esgotaria o processo de produção de informações, que sempre pode ser aprofundado. Como destacado pelos formuladores da metodologia do PPTAL:

O recurso mais importante suprido por esses levantamentos se constitui num corpo de informações etnoecológicas básicas e em macro-escala sobre as áreas indígenas estudadas, com o objetivo de fornecer informações básicas, cruciais para o desenvolvimento de qualquer processo subsequente de gestão nessas áreas. A provisão dessas informações é o primeiro passo no processo de

desenvolvimento. Com base nesse conhecimento, será possível fazer recomendações para investigações posteriores mais aprofundadas, focalizando as necessidades comunitárias atuais e futuras, as opções para exploração de recursos de potencial importância, e os meios de mitigar ou prevenir ameaças ao seu modo de vida relacionadas ao meio ambiente ou aos recursos (FUNAI. PPTAL, 2004: 10 - 11).

Em grande medida, a produção de informações para um levantamento etnoecológico e mesmo para o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, ancora-se na etnoecologia, do mesmo modo que os etnozoneamentos e os etnomapeamentos. Para os formuladores da metodologia do PPTAL, essa área de conhecimento é extremamente importante, pois “existem benefícios que podem ser obtidos de uma maior compreensão da etnoecologia, que podem contribuir para o desenvolvimento de iniciativas apropriadas para mitigar alguns dos efeitos das mudanças nas terras, recursos naturais, economias e na sobrevivência” (FUNAI. PPTAL, 2004: 8). Por esse motivo, a “metodologia [do levantamento etnoecológico] deve ser vista como um documento orientador de estudos de natureza etnoecológica, cuja aplicação requererá não apenas reflexões e ajustes constantes, como também um certo grau de experiência do usuário” (FUNAI. PPTAL, 2004: 3).

Um dos principais objetivos da metodologia é realizar amplos levantamentos de caráter etnoecológico que atendam à legislação e contribuam para a “gestão” das TIs. O termo “gestão”, empregado na metodologia do PPTAL, não vem em momento algum acompanhado de adjetivos como “ambiental” ou “territorial”. Para os formuladores da metodologia,

ao invés de desperdiçar tempo em discussões semânticas ou filosóficas sobre o que significa ‘gestão’, qual seu papel nas áreas indígenas e como pode diferir de ‘manejo’, seria melhor focalizar a discussão na realidade prática das comunidades indígenas cujas terras estão passando pelos processos de identificação e de demarcação. Muitas comunidades indígenas estão, como discutido acima, se adaptando a mudanças que afetaram tanto o seu meio

ambiente como a forma pela qual elas o utilizam. Algumas comunidades estão buscando ativamente fontes de renda para satisfazer as suas novas necessidades (por exemplo, bens manufaturados, saúde, educação). Outras estão buscando meios para adaptar seus estilos de vida e de subsistência para as suas circunstâncias, agora alteradas. Muitas estão buscando meios de mitigar as ameaças, por forças externas, às suas terras e recursos (Milliken, 1998: 8).

Mesmo os formuladores furtando-se de uma discussão mais aprofundada sobre a noção de “gestão”, consta na metodologia que ela objetiva: 1) promover atividades que gerem benefícios econômicos; 2) romper com a tutela e garantir autonomia econômica; 3) dar poder aos povos indígenas com o autocontrole de suas necessidades comerciais; 4) apoiar o uso racional dos recursos indígenas, não colocando em risco o meio ambiente ou o manejo tradicional de recursos; 5) proteger os recursos indígenas de possíveis usurpações; e 6) evitar a desintegração social por meio do encorajamento de formas coletivas de produção e comercialização (Milliken, 1998: 8). Objetivando, em última instância, o desenvolvimento sustentável, a “gestão” das TIs como parte do processo dos levantamentos etnoecológicos foi incorporada no diagnóstico etnoambiental da TI Nawa.

A opção por um Diagnóstico Etnoambiental e seu respectivo Plano de Gestão, fiéis à cultura das populações tradicionais da Amazônia e direcionados para o desenvolvimento sustentável, procura fornecer alternativas às formas de exclusão advindas com a exploração predatória do capitalismo desenvolvimentista de grupos nacionais e internacionais, a partir da própria realidade dessas comunidades. Poucos estudos têm sido feitos dentro de terras indígenas, principalmente relacionados à fauna e a flora. A conservação dos recursos naturais em terras indígenas é fundamental para garantir a sustentabilidade destas áreas, proporcionando o bem estar físico e cultural das populações que nelas habitam. Neste sentido – através de um plano de gestão dos recursos, baseado em um diagnóstico participativo consistente da área e seu entorno, aliado ao fato de que, como outras sociedades indígenas, os Nawa fazem o uso do meio ambiente de forma diferenciada ao da sociedade envolvente – *pode-se pensar a gestão desta e de outras terras indígenas enquanto uma das estratégias de conservação dos diferentes Biomas brasileiros* (FUNAI, IBAMA, 2004: 5- ênfase minha).

Estando o diagnóstico etnoambiental e o plano de gestão direcionados para o desenvolvimento sustentável, eles chegam a ser pensados como parte de uma estratégia de conservação dos Biomas brasileiros. Bastante próximo da visão ambientalista sobre o uso dos recursos naturais e atendendo à visão indigenista de participação indígena, o diagnóstico etnoambiental e o plano de gestão dele decorrente teriam uma série de objetivos, bastante parecidos com aqueles do levantamento etnoecológico do PPTAL.

Como consta no projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, os objetivos específicos são: 1) realizar pesquisa documental dos aspectos culturais, sociais, faunísticos, florísticos e físicos - geologia, hidrologia, clima, paisagens; 2) complementação e atualização em campo das informações obtidas na pesquisa documental; 3) detalhamento das atividades produtivas e realização de um histórico da utilização dos recursos naturais – identificando problemas, impactos e limitações no uso dos recursos; 4) identificação dos fatores de degradação - do solo, da fauna, da flora e dos recursos hídricos - e identificação das áreas degradadas; 5) elaboração de mapas de uso dos recursos denominados “zoneamento etno-ecológico” e levantamento da ocupação espacial; e 6) elaboração de uma proposta para programa de educação ambiental, tido como parte do “plano de gestão ambiental” proposto a partir do diagnóstico. (FUNAI. IBAMA, 2004: 26)

Atendendo a estes objetivos o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa – de forma similar aos etnozoneamentos e aos etnomapeamentos – seria um instrumento de planejamento institucional e indígena para a “gestão ambiental”. Como os outros dois instrumentos de planejamento, ele estaria associado às relações políticas, podendo contribuir para o aumento do diálogo interinstitucional e interétnico.

### **3.3.2. Expectativas frustradas: nem regularização fundiária e nem diagnóstico etnoambiental**

O diagnóstico etnoambiental, como delineado no projeto, ao ser realizado, abriria um considerável canal de comunicação entre os Nawa e diversas instituições governamentais e não-governamentais. Também proporcionaria uma maior interlocução entre as diversas instituições. Para a execução do projeto seria criado um consórcio de instituições com várias outras parceiras. A instituição líder do consórcio seria a OPIRJ, cujo presidente, Luis Nukini, chegou a participar da primeira oficina do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e do GT de identificação e delimitação da TI Nawa. O consórcio seria, portanto, liderado por uma organização indígena e contaria com uma liderança indígena conhecedora de outros trabalhos de mapeamento participativo e da realidade dos Nawa. Para assessorar a instituição líder, um antropólogo seria o coordenador do diagnóstico etnoambiental.

Outras duas organizações indígenas comporiam o consórcio – OPIAC e AMAAIAC - juntamente com duas ONGs – PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflerestais do Acre) e Olhar Etnográfico - Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica. A OPIAC, representada pelo Ashaninka Isaac Pinhanta, seu presidente, que também participou do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, poderia contribuir com a capacitação dos professores Nawa. A AMAAIAC participaria do processo de capacitação dos AAFIs, contando com Nilson Sabóia Kaxinawa, que foi outro participante do etnomapeamento.

O PESACRE estaria responsável pelo fortalecimento institucional, sendo uma ONG voltada para a pesquisa e adoção de práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais. A Olhar Etnográfico, que promove etnodesenvolvimentos,

conservação do patrimônio material e imaterial e a defesa, conservação e preservação do meio ambiente, teria várias atribuições: 1) documentação videográfica e capacitação dos Nawa em audiovisual; 2) capacitação da associação dos Nawa na elaboração de projetos e de documentos oficiais; e 3) elaboração de cartilhas e participação na elaboração da metodologia do diagnóstico etnoambiental e do plano de gestão (FUNAI. IBAMA, 2004).

Além das instituições que compuseram o consórcio, várias outras seriam parceiras para a elaboração do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa e do plano de gestão dele decorrente. As instituições parcerias seriam: FUNAI, IBAMA, FUNASA, UFAC, SEPI, SEMA/IMAC, Secretaria Estadual de Educação, Prefeitura Municipal de Mâncio Lima, Secretaria Municipal de Saúde, UNI/AC e CPI-Acre. Entre os parceiros, estão instituições do governo federal, estadual e municipal, além de uma ONG e de uma organização indígena. Por envolver diversas instituições, o projeto de diagnóstico etnoambiental passou a ser considerado como uma “ação pública de grande porte”:

Este projeto vem sendo tratado aqui (no texto do projeto) como uma ação pública de grande porte, especificidade e abrangência, o que exige, a priori, capacitação, união e experiências institucionais e um horizonte de curto, médio e longo prazos. Para isso, supõe a soma de vontades, esforços e a cooperação estreita entre unidades e órgãos governamentais, de pesquisa, ensino e extensão, organizações não-governamentais, entidades representativas das comunidades envolvidas e a população beneficiada (FUNAI. IBAMA, 2004: 5 – parênteses meus).

Por ser pensado como uma ação pública, o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, assim como os levantamentos etnoecológicos do PPTAL, deveriam fornecer “informações funcionais que sejam úteis para as próprias comunidades indígenas e também para não-especialistas” (FUNAI. PPTAL, 2004: 13). Como o diagnóstico

etnoambiental foi inspirado na metodologia do PPTAL, pode se deduzir que precisaria ser apropriado pelos Nawa e por diversas instituições interessadas.

Os produtos dos levantamentos etnoecológicos serão elaborados de duas formas: a primeira, apropriada para ser usada pelas comunidades indígenas onde foram levados a cabo os levantamentos; e a segunda, para uso de indivíduos e organizações responsáveis pelo fornecimento de apoio a essas comunidades (FUNAI. PPTAL, 2004: 11).

A participação indígena, bastante frisada nos levantamentos do PPTAL, e fortemente presente nos etnozoneamentos e etnomapeamentos, também seria constitutiva do diagnóstico etnoambiental. Essa participação, como definida no Projeto de Diagnóstico Etnoambiental da TI Nawa, envolve diversas atribuições: 1) fornecimento de informações sobre o uso do território para a elaboração do roteiro de atividades; 2) participação de representantes Nawa no mapeamento para posterior zoneamento ambiental; 3) participação dos Nawa nos trabalhos de campo, para o reconhecimento de áreas degradadas, da rede hidrográfica, de áreas de caça e coleta, de áreas com manejo de fogo e outras áreas relevantes; 4) participação na oficina para correção dos dados preliminares; 5) participação na decisão de propostas de gestão; 6) tradução e difusão por representantes Nawa para o restante do povo dos conceitos desenvolvidos; e 7) participação na elaboração de cartilhas (FUNAI. IBAMA, 2004: 26).

Mesmo contemplando de forma consideravelmente ampla a participação indígena, o Projeto de Diagnóstico Etnoambiental da TI Nawa acabou não se atendo às advertências existentes na metodologia dos levantamentos etnoecológicos do PPTAL. A iniciativa para o “desenvolvimento” deveria partir dos Nawa e não da Justiça Federal, como aconteceu. Ademais, elaborado desde 2003, ainda hoje ele não foi implementado,

tendo gerado “expectativas irrealistas”. Esses cuidados deveriam ser levados em consideração ao se usar a metodologia do PPTAL.

Há várias advertências a serem enfatizadas aqui. A primeira é que qualquer processo de ‘desenvolvimento’ que ocorra em terras indígenas deve ser começado por iniciativa dos povos indígenas, por eles realizado e efetivado porque eles genuinamente necessitam do mesmo, e não porque eles foram convencidos de fazê-lo. A segunda é que qualquer projeto desse tipo deve ser realista, sustentável, muito cuidadosamente e antecipadamente planejado. Um projeto mal concebido e inadequadamente executado é freqüentemente pior do que não ter projeto algum, pois cria expectativas irrealistas e, nos piores casos, pode causar dano ou degradação cultural e/ou ambiental. Lamentavelmente, porém, o mundo está cheio de projetos de desenvolvimento e de ajuda que falharam e, muito freqüentemente, isso acontece porque são mal concebidos, porque não envolveram suficientemente as comunidades que os receberam, e porque as circunstâncias nas quais foram implantados foram insuficientemente pesquisadas e compreendidas (FUNAI. PPTAL, 2004: 9).

O projeto de diagnóstico etnoambiental não seguiu as advertências. A iniciativa de sua elaboração não partiu dos Nawa, eles foram convencidos de que deveriam participar do diagnóstico etnoambiental. Mesmo sem ter seguido as advertências, o projeto manteve-se em grande parte fiel à metodologia do PPTAL, com propostas de ações voltadas para a comercialização e administração dos recursos naturais. Partindo de um pressuposto de que os povos indígenas possuem um conhecimento profundo dos recursos naturais, mas nem sempre percebem uma forma clara de comercializá-los e administrá-los, a metodologia do PPTAL, estendida para os Nawa, tem o potencial de contribuir para uma outra forma deles se relacionarem com o meio ambiente.

Enquanto os povos indígenas geralmente têm uma compreensão muito mais profunda do que ninguém da ecologia do seu meio ambiente e de seus recursos naturais, em muitos casos eles ainda não têm uma idéia clara de como esses recursos podem ser comercializados, ou de como podem ser administrados para acomodar um estilo de vida diferente. Há, porém, uma riqueza de experiências, tecnologias e informações que poderia, se apropriadamente direcionada e adaptada, ajudá-los a alcançar essas metas (FUNAI. PPTAL, 2004: 9).

Uma das metas do diagnóstico etnoambiental, portanto, seria introduzir entre os Nawa uma visão advinda da ideologia do desenvolvimento sustentável. Para tanto, várias metas seriam cumpridas durante a elaboração do diagnóstico: 1) pesquisa documental de fundamentos; 2) planejamento de trabalho de campo; 3) trabalho de campo; 4) elaboração do “diagnóstico etno-ecológico”; 5) restituição dos dados de campo; e 6) elaboração final do diagnóstico e do plano de gestão (FUNAI. IBAMA, 2004: 27 - 28).

A quarta meta, intitulada “diagnóstico etno-ecológico”, uma mistura de levantamento etnoecológico e diagnóstico etnoambiental, prevê a elaboração de um “relatório de diagnóstico”, obtido com as informações produzidas na etapa anterior. Ainda na quarta etapa, o mapeamento realizado durante a terceira meta deveria ser indexado a um banco de dados. De cada meta deveria ser obtido um produto, sendo que na meta quatro ele seria o “Diagnóstico etno-ambiental integrado da Terra Indígena Nawa”. Mas somente na última se teria de fato o “diagnóstico etnoambiental e o plano de gestão”.

Por meio dos produtos, um “programa de educacional ambiental” seria elaborado. Contando com a participação de instituições especializadas na capacitação desde o começo da elaboração do diagnóstico etnoambiental, ele estaria contribuindo não apenas para a gestão da área, mas, ainda, para a educação dos Nawa. Essa preocupação dos formuladores do projeto de diagnóstico etnoambiental surge como uma das formas de usar e consumir esse instrumento de planejamento. Como consta no projeto:

A abordagem de educação ambiental prevista para a elaboração dos diagnósticos e do plano de gestão terá como resultado uma proposta de programa de educação ambiental específico para cada colocação da terra indígena. Por meio da integração das informações levantadas durante os estudos, os antropólogos

poderão avaliar a compreensão, a aceitação e a relevância conferidas ao diagnóstico e ao plano de gestão por parte da comunidade, como subsídio para a organização das estratégias participativas a serem desenvolvidas (FUNAI. IBAMA, 2004: 29)

Além de ser usado para a educação ambiental, o diagnóstico etnoecológico poderia ser apropriado pelos Nawa e pelas instituições envolvidas para conseguir apoios financeiros para executarem o plano de gestão. Esta perspectiva é contemplada pela metodologia usada pelo PPTAL, que visualiza o PDPI como uma das fontes de financiamento para projetos fundamentados na etnoecologia.

Um contexto no qual os resultados destes levantamentos serão, potencialmente, de relevância particular é o desenvolvimento de projetos de gestão no âmbito do PDPI. O desenvolvimento de projetos viáveis e bem sucedidos vai requerer sólida compreensão da etnoecologia das terras indígenas, por parte dos representantes do PDPI responsáveis pela tomada de decisões, pela alocação de recursos e pelo fornecimento de apoio para as comunidades receptoras. Entretanto, também vai requerer entendimento prático, por parte das comunidades indígenas, da realidade da comercialização de produtos, das ameaças ambientais externas, das experiências de outros projetos de natureza semelhante, etc. A realização desses levantamentos multidisciplinares e multiculturais fornecerá informações e experiências de relevância a esse processo (FUNAI. PPTAL, 2004: 11).

O processo de apropriação do diagnóstico etnoambiental pelos Nawa, iniciado após a conciliação entre IBAMA e FUNAI na Justiça Federal, acabou não ocorrendo com grande intensidade devido a não execução dele. Havia um grande interesse dos Nawa em incorporar em suas práticas a ideologia do desenvolvimento sustentável – mesmo que ainda pouco compreendida - passando assim a ter o IBAMA como uma instituição parceira e, principalmente, uma terra regularizada.

Mais que um plano de gestão advindo com o diagnóstico etnoambiental, os Nawa almejavam a regularização da TI. Com seus direitos fundiários garantidos, passariam a ter mais poder para dialogarem com as diversas instituições. Era visível

para eles e para os formuladores do instrumento de planejamento, que tendo uma terra regularizada, os Nawa passariam a ter mais poder de decisão sobre seu território. Esta percepção, inclusive, faz parte da metodologia do PPTAL.

É importante lembrar que o processo de demarcação intenta dar poder aos povos indígenas, reforçando o controle sobre as suas próprias terras. Assim, qualquer processo de gestão que acompanhe ou surja desse processo de demarcação deve ser conduzido pelos próprios povos indígenas, com a meta final de promover ou restabelecer a auto-sustentação. Os dias de paternalismo devem agora ser coisa do passado e é essencial que quaisquer novas iniciativas focalizem mais a capacitação e a aquisição de poder do que a provisão de ‘ajuda’ por prazo limitado (FUNAI. PPTAL, 2004: 9).

O diagnóstico etnoambiental poderia contribuir para o “empoderamento” dos Nawa, o que não veio a acontecer devido a sua não execução. Por estar muito atrelado à identificação e delimitação da TI, não houve interesse em executá-lo antes de uma definição dos limites da área. Após o projeto de diagnóstico etnoambiental ter sido entregue à Justiça Federal, ele sequer foi objeto de discussão, ao contrário dos estudos de identificação e delimitação. Antes mesmo de ter sido concluído o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da TI Nawa<sup>66</sup>, o IBAMA questionou na Justiça Federal os limites identificados em conformidade com o acordo firmado na audiência pública.

Em 20 de outubro de 2004, o Procurador-Chefe da União no Estado do Acre e o Procurador Federal junto ao IBAMA apresentaram ao Excelentíssimo Senhor Juiz Federal do Estado do Acre um documento discordando do memorial descritivo de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa. Alega-se que *quando da realização da audiência pública em 15.10.2003, a União e o IBAMA às fls. 2041 apresentaram três propostas de demarcação da área que abrangeria a reserva indígena Nawa, sendo elas de 44.000 ha, 53.000 ha e 74.000 ha, sendo aceita a proposta intermediária de 53.000 ha.* É preciso esclarecer que, mesmo o IBAMA e a UNIÃO tendo apresentado três propostas de limites, o que consta como acordado entre MPF, União, IBAMA e FUNAI,

<sup>66</sup> Devido a atrasos na entrega do relatório ambiental elaborado pelo engenheiro florestal do IBAMA que integrou o GT de identificação e delimitação da terra, somente em maio de 2005 o relatório final foi concluído, analisado e aprovado pela CGID. Até o momento, contudo, não foi publicado no D.O.U. o resumo do relatório, que caracteriza a finalização dessa fase do procedimento administrativo de demarcação de TIs.

na Ata da Audiência Pública, de 15 de outubro de 2003, tem como referência não uma superfície calculada numericamente e, sim, uma área definida pelos acidentes naturais. Isto, inclusive, porque para se saber os exatos limites de uma terra indígena são necessários estudos de identificação e delimitação, os quais contam com trabalhos de campo de diversa natureza, entre eles, levantamento cartográfico realizado por engenheiro agrimensor (Correia, 2005: 3 – ênfase no original).

Rompendo com o acordo, o IBAMA passou a fazer uma nova proposta de limites, ficando o diagnóstico etnoambiental em segundo plano. Para os representantes do IBAMA, a conciliação com a FUNAI e com os Nawa apenas ocorreria se os limites identificados fossem alterados, excluindo da TI as cabeceiras dos principais cursos hídricos usados pelos Nawa, deixando elas na área do PNSD. O argumento usado pelo IBAMA e outros para a redução da TI era que o parque seria dividido em dois, sendo que havia sido acordado na audiência que isto não deveria acontecer. Em resposta, seguindo a visão dos representantes da FUNAI, aleguei que o parque não foi dividido e que não houve nenhum acordo nesse sentido.

Outro argumento utilizado para discordar do memorial descritivo afirma que: *a proposta apresentada pela FUNAI divide o Parque Nacional da Serra do Divisor em dois, não atentando ao que havia sido acordado quando da realização da audiência pública.* É preciso mais uma vez ponderar que na Ata da Audiência Pública não existe nenhuma menção a uma preocupação em dividir ou não o parque em dois. Ademais, se observado com bastante rigor o mapa e memorial descritivo de identificação e delimitação da terra percebe-se que o parque não foi dividido, visto existir um corredor entre o limite Sul da terra indígena e a fronteira com o Peru, onde se encontram os limites do Parque Nacional da Serra do Divisor (Correia, 2005: 3 – ênfase no original).

Muitos outros argumentos foram utilizados pelos representantes do IBAMA para que fossem reduzidos os limites identificados e vários outros por parte dos representantes da FUNAI contrários a esse posicionamento. Buscando um entendimento, enquanto antropólogo coordenador do GT de identificação e delimitação

da TI, cheguei a propor a importância de uma forma de gestão conjunta entre os dois órgãos executivos, sem que fosse necessária a redução da área.

Como a região das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio e Jesumira são de extrema importância para o povo indígena Nawa e garante os direitos deles estabelecidos na Constituição Federal, mas também é de grande interesse para a conservação ambiental, por tratar-se de parte da área de uso intangível do Parque Nacional da Serra do Divisor, seria bastante adequado sinalizar no plano de manejo da terra indígena, cuja realização foi acordada em juízo, formas de gestão conjunta entre FUNAI e IBAMA. Durante os estudos de campo de identificação e delimitação da terra indígena, ficou evidente o interesse dos Nawa de manterem a região compreendida pelos limites sul sob um regime especial de uso, o qual atenda aos interesses deles e de conservação da natureza (Correia, 2005: 5).

Os Nawa não viam problemas em um “regime especial” de uso daquela fração da TI, desde que definido juntamente com eles, como já havia sido sugerido pelo Juiz Federal em sua proposta de Plano de Manejo. Mesmo com esse argumento, os representantes do IBAMA continuaram exigindo a mudança dos limites. Para tentar uma nova conciliação, em 06 de março de 2006, foi realizada outra audiência pública, mas agora com a participação de representantes da FUNAI que não estiveram na anterior. Antônio Macedo, sertanista da FUNAI, chegou a dizer que foi uma “audiência pública a portas fechadas”. Resistentes à proposta formulada pelo IBAMA de diminuição da área para se firmar um acordo, os Nawa saíram da audiência sem darem uma resposta favorável ou contrária. Por ainda não se ter chegado a um entendimento sobre os limites da TI, a realização do diagnóstico etnoambiental permanece sem previsão.

### **3.4. Metodologias para mapear terras indígenas no Acre**

Os diversos olhares sobre o etnozoneamento da TI Mamoadate, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa possuem estreito vínculo com as metodologias utilizadas para a realização desses instrumentos de planejamento. Essas metodologias têm algumas interfases e todas objetivam, em parte, a elaboração de mapas temáticos – caca, pesca, extrativismo, ocupação humana, histórico, etc. -, e a produção de informações descritivas correlatas.

Por meio de uma descrição e análise dos procedimentos metodológicos do etnozoneamento e do etnomapeamento, e daqueles propostos para o diagnóstico etnoambiental, é possível vislumbrar a extensa rede de relações sociais e políticas envolvidas na produção dos mapas. Nota-se, ainda, as diferentes formas de participação indígena no processo e começa-se a perceber algumas limitações dos mapas para a representação dos territórios indígenas e dos usos dos recursos naturais feito por eles, o que é mais explorado no quarto capítulo.

### **3.4.1. Etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia**

O etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia utilizou uma metodologia em parte empregada na experiência anterior de mapeamento participativo das TIs Uaçã, Juminã e Galibi, localizadas no Estado do Amapá. Com apoio da TNC Amazônia, o projeto “Mapeamento Etno-ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque” foi desenvolvido entre os anos de 2001 e 2003 (ver Capítulo 1). Com imagens de satélites obtidas junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa Estadual do Amapá), os povos indígenas das três terras mapearam as aldeias atuais e antigas, as áreas de roça, as áreas de caçada, as áreas de retirada de madeiras, as áreas de refúgio de caça, entre outras.

De forma muito semelhante à metodologia adotada pela CPI-Acre, no Amapá os mapas foram elaborados em dois encontros, com a participação de um amplo público indígena: homens, mulheres, idosos, crianças, jovens, lideranças, AAFIs e outros. O primeiro encontro resultou nos mapas preliminares, que depois de digitalizados retornaram às aldeias para correção e complementação, gerando os mapas finais (Sztutman, 2006). Entretanto, no Amapá não ocorreu a elaboração de um documento síntese, de um plano de uso e nem o trabalho esteve voltado para o monitoramento ambiental, como entre os etnomapeamentos realizados pela CPI-Acre. Estas duas últimas ações tornaram-se possíveis na TI Kampa do Rio Amônia devido ao longo trabalho de formação de professores indígenas e AAFIs desenvolvido pela CPI-Acre com os Ashaninka.

A realização do etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia pode ser pensado por meio da divisão das diversas atividades em algumas etapas: 1) articulação política interinstitucional; 2) consentimento prévio informado; 3) preparação para oficinas; 4) primeira oficina; 5) digitalização das informações preliminares; 6) segunda oficina; 7) digitalização das informações finais; e 8) elaboração do documento Ashaninka.

Na **primeira etapa** do etnomapeamento, de articulação política interinstitucional, iniciada em 2003, foi delineado o projeto “Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru)”, para obtenção de recursos da Gordon and Betty Moore Foundation, que seriam repassados pela TNC a três instituições parceiras: uma ONG ambientalista, uma indigenista e uma universidade federal, respectivamente, SOS Amazônia, CPI-Acre e UFAC. Dentro do projeto, foi estabelecido o subprojeto “Etnomapeamento em Oito TIs na Faixa de Fronteira do

Estado do Acre, Brasil/Peru”, que após aprovado, passou a ser executado a partir de 2004 pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Acre e pela AMAAIAC.

O subprojeto conta com a parceria de diversas instituições indígenas, mais precisamente de associações de oito TIs situadas no vale do alto Juruá; da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC); e da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ). Por meio do subprojeto, a CPI-Acre realizou, em 2004, oficinas de etnomapeamento nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu. Em 2005, outras oficinas foram realizadas nas TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Seringal Independência, Baixo Rio Jordão e Alto Rio Jordão. Em 2006, tiveram início as oficinas de etnomapeamento nas TIs Poyanawa e Nukini.

A execução do subprojeto que permitiu a articulação política entre diversas instituições não se limitou à TI Kampa do Rio Amônia, mas sua execução foi iniciada nesta. Paralelamente à primeira fase, o consentimento prévio dos Ashaninka, arbitrariamente classificado aqui como **segunda etapa**, veio a ser obtido por meio do diálogo entre representantes da CPI-Acre e lideranças Ashaninka. Como há vários anos a CPI-Acre desenvolve ações junto aos Ashaninka, de formação de professores indígenas e de AAFIs, foi possível o acompanhamento das lideranças da primeira fase, consolidando o interesse deles em participar do projeto.

Após os devidos entendimentos entre as instituições envolvidas e os Ashaninka, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia contou com uma **terceira etapa**, de preparação para os trabalhos na aldeia. Toda a parte logística foi preparada com a colaboração das lideranças Ashaninka para as atividades que seriam realizadas na aldeia Apiwtxa, localizada na TI Kampa do Rio Amônia. Nesta etapa, foi organizada a equipe que orientaria as atividades, composta por representantes da TNC e da CPI-Acre.

Também foi organizada a participação de representantes de outras instituições, que acompanhariam as atividades, AMAAIAC, OPIRJ e SEPI. Para as atividades de mapeamento junto aos Ashaninka, as informações cartográficas foram reunidas. As imagens de satélite foram cedidas pelo IMAC e pelo Setor de Uso da Terra e Mudanças Globais (SETEM) do Parque Zoobotânico/UFAC, evidenciando ainda mais o caráter interinstitucional do etnomapeamento, que trabalhou com uma base cartográfica na escala de 1:80.000, na primeira oficina, e de 1:50.000, na segunda (Ôchoa, 2004 e Freschi, 2005).

Após essa etapa preparatória, foi desenvolvida a **quarta**: a realização da primeira oficina de etnomapeamento na aldeia Apiwtxa. A oficina teve a duração de 11 dias, de 31 de março a 10 de abril de 2004. Organizada pela CPI-Acre e pela Associação Apiwtxa, dos Ashaninka, a primeira oficina de etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia contou com uma equipe diversificada, composta por integrantes de ONGs, do governo estadual e de organizações indígenas. Estiveram presentes na oficina três representantes da CPI-Acre, dos setores de Educação Indígena (SEDU) e de Agricultura e Meio Ambiente (SAMA)<sup>67</sup>; um representante da TNC<sup>68</sup>, que atuou no etnomapeamento das TIs Uaça, Galibi e Juminã, no Amapá; o Secretário da SEPI<sup>69</sup>; o coordenador da OPIAC<sup>70</sup>, o secretário da AMAAIAC e o presidente da OPIRJ<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> A consultora do SEDU, Maria Luíza Ôchoa, e o coordenador Renato Gavazzi e o assessor Roberto A Tavares, do SAMA.

<sup>68</sup> O consultor Márcio Sztutman, da TNC-Amazônia.

<sup>69</sup> O Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas, atualmente, é o Ashaninka Francisco Pinhanta, irmão do professor indígena Isaac Pinhanta e do AAFI Benki Pinhanta, estes dois últimos formados pelos cursos ministrados pela CPI-Acre na área de educação e de meio ambiente. A participação do Secretário no evento foi limitada, por não ter permanecido na TI ao longo de toda a oficina.

<sup>70</sup> O professor Ashaninka Isaac Pinhanta.

<sup>71</sup> O secretário da AMAAIAC é o Kaxinawá José de Lima e o presidente da OPIRJ é o Nukini Luiz Valdenir Silva de Souza. Este último também integrou o grupo técnico de identificação e delimitação da TI Nawa, tendo a oportunidade de participar das reuniões da equipe responsável por elaborar o projeto de diagnóstico etnoambiental.

Na aldeia Apiwtxa, vários homens, mulheres e crianças participaram, entre eles: AAFIs, professores, agentes de saúde, alunos, lideranças, pajé, representante da Associação Apiwtxa, representante da cooperativa e muitos outros Ashaninka. Com o intuito de tornar o evento um espaço para intercâmbio de conhecimento entre as etnias de outras TIs, onde o etnomapeamento seria posteriormente realizado, participaram, ainda, AAFIs e representantes das TIs Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu, Praia do Carapanã, Rio Humaitá, Nukini e Mamoadate<sup>72</sup>. Ao todo, 54 pessoas estiveram presentes na primeira oficina de etnomapeamento; destes, 36 eram Ashaninka.

Diversas atividades foram realizadas durante a primeira oficina, entre elas: 1) elaboração de forma participativa de mapas temáticos de hidrografia, vegetação, pesca, presença de fauna, uso da fauna, uso dos recursos naturais, histórico e invasões; 2) elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI e seu entorno; e 3) aprofundamento das práticas de manejo e dos estudos dos AAFIs para a realização do “monitoramento ambiental” de caça, pesca e “palheiras”<sup>73</sup>.

As atividades realizadas durante a oficina, que permitiram a produção dos mapas e das informações descritivas, se iniciaram com uma primeira aproximação dos Ashaninka ao material cartográfico. Logo no primeiro dia da oficina, foram

---

<sup>72</sup> A participação do AAFI Manchineri, Zezinho Moreno, teve o intuito de deixá-lo mais informado sobre o processo de elaboração dos mapas que alguns meses depois seria realizado na oficina de etnozzoneamento da TI Mamoadate, onde ele reside. Diferentemente da primeira oficina realizada na aldeia Apiwtxa, a do etnozzoneamento da TI Mamoadate não contou com intercâmbio entre representantes de outras áreas onde o mapeamento seria realizado pelo governo do estado. Além de proporcionar um maior diálogo entre os povos indígenas, o etnomapeamento também colocou os participantes indígenas em contato com um número maior de instituições. No caso do etnozzoneamento da TI Mamoadate, não houve um espaço social para uma maior interação entre os Manchineri e Jaminawa com representantes de outros povos indígenas ou de instituições. A equipe composta pelo etnozzoneamento contou apenas com a participação de representantes da SEMA/IMAC e dos consultores. O espaço para interação entre os Manchineri e os Jaminawa com representantes de instituições que atuam com povos indígenas no Acre ocorreu apenas nas reuniões em Rio Branco para a obtenção do consentimento prévio informado e no seminário de validação realizado em Assis Brasil. Mesmo nesses momentos, não houve a participação de pessoas de outras TIs onde o etnozzoneamento seria realizado.

<sup>73</sup> O termo palheira é bastante utilizado no Acre, inclusive pelos povos indígenas, para se referirem àquelas espécies de palmeiras cujas folhas são utilizadas como palha para a cobertura das casas e de outras construções.

apresentadas as imagens de satélite de Lansadt e de Radar aos participantes, que passaram a observar a vegetação, os rios, as nuvens, as terras altas, os locais de restinga, os desmatamentos, as aldeias antigas, os acampamentos de madeireiros, as áreas de refúgio, entre outros aspectos relacionados com a TI (Ôchoa, 2004).

Nos dias subseqüentes, várias atividades foram sendo desenvolvidas. Após um contato inicial com o material cartográfico, foi apresentado aos Ashaninka e demais participantes o desenho do projeto apoiado pela TNC para a realização do etnomapeamento. Ao longo da oficina, os representantes Ashaninka interpretaram as imagens de satélites para a produção dos “etnomapas”. Sobre as imagens de satélite eram colocados papéis transparentes (acetato) para os participantes indígenas, divididos em dois grupos, marcarem as informações com canetas de retro projetor<sup>74</sup>. Dessa forma, os mapas preliminares foram elaborados pelos próprios Ashaninka, com a assessoria da equipe presente, reunindo diversas informações representadas cartograficamente a partir de temas previamente definidos com eles: classificação dos cursos hídricos na língua indígena, classificação dos tipos de vegetação, uso e ocupação do território, história das migrações, invasões, distribuição e fluxo das caças e dos recursos naturais. Ao término da elaboração de cada mapa, era organizada uma plenária para apresentação e discussão dos mesmos entre todos os participantes. As apresentações e discussões eram feitas na língua Ashaninka e depois traduzidas para o português, facilitando a compreensão dos não falantes daquela língua indígena.

Encerradas as atividades de elaboração dos mapas temáticos preliminares, iniciaram-se as discussões para a produção do plano de uso – depois intitulado Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kampa do Rio Amônia e Entorno. Apenas os

---

<sup>74</sup> Essa técnica de mapeamento foi proposta no projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa e a tentativa de seu uso na TI Mamoadate acabou sendo relegada para segundo plano, utilizada apenas para a elaboração do mapa de vegetação.

Ashaninka do Amônia e a equipe de assessoria participaram da construção do plano de uso, os demais presentes reuniram-se com o Secretário dos Povos Indígenas para discutirem outros assuntos. Ao longo de dois dias, uma versão preliminar do plano de uso foi elaborada e redigida, sendo em seguida apresentada para todos os participantes da oficina. No último dia, um assessor da CPI-Acre, o professor Ashaninka Bebito Pinhanta, e mais dois participantes da oficina deslocaram-se até a aldeia Sawawo, dos Ashaninka no Peru, marcando e confirmando com GPS pontos da imagem de satélite (Ôchoa, 2004).

Concluída esta etapa na aldeia Apiwtxa, teve início a digitalização das informações preliminares, que pode ser pensada como uma **quinta etapa**, de gabinete. Nesta, utilizando tecnologia de geoprocessamento, os mapas produzidos na oficina foram transformados para um formato digital por um técnico da CPI-Acre, na sede da instituição em Rio Branco. Como há a presença constante de alguns Ashaninka nesta cidade, alguns inclusive residem nela, foi possível nesta etapa ter um acompanhamento deles do trabalho de digitalização. Entre um curso de formação e outro, os Ashaninka eram consultados sobre algumas lacunas nas informações, elevando a qualidade do trabalho.

Mas essas lacunas e a complementação e correção das informações foram mais exploradas durante a **sexta etapa**, com a realização da segunda oficina de etnomapeamento na aldeia Apiwtxa, entre os dias 24 de agosto e 03 de setembro de 2004. Essa oficina contou com 34 Ashaninka do rio Amônia; 02 assessores da CPI-Acre, Julieta Freschi e Roberto Tavares; 02 AAFIs, José Nilson Sabóia Kaxinawá e Erison Nukini; e 01 antropólogo do IMAC, Terri Aquino, gerente do etnozoneamento. Com um número menor de participantes vinculados a instituições que atuam com os

povos indígenas, na segunda oficina, diferentemente da primeira, foi inovadora a presença de um antropólogo, especialmente por fazer parte dos trabalhos de etnozoneamento. Sua participação no etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia foi muito relevante para o delineamento da metodologia que depois foi utilizada no etnozoneamento da TI Mamoadate, desenvolvido pelo governo do estado.

Na segunda oficina, os mapas preliminares e o plano de uso – agora denominado Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kampa do Rio Amônia e Entorno - foram corrigidos e complementados. Tiveram início, também, as atividades de monitoramento ambiental. Nas palavras da assessora da CPI-Acre:

A intenção da II Oficina é reunir novamente a comunidade para a correção e aprofundamento dos mapas temáticos produzidos e do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI e entorno discutidos na I Oficina. Durante a II Oficina também iniciamos a discussão sobre a atividade de monitoramento ambiental, escolhendo monitores, definindo técnicas de registro e alvos de conservação a serem monitorados. Além disto, realizamos o levantamento dos recursos pesqueiros existentes, em extinção e que já se extinguiram (Freschi, 2005: 6).

Em grande medida, as atividades de elaboração dos mapas e do plano de uso seguiram a metodologia adotada anteriormente, corrigindo e complementando os mapas com acetato sobre imagens de satélite, ou diretamente nos mapas preliminares, com a apresentação e discussão deles em plenária. O plano de gestão, corrigido pelos participantes, foi posteriormente apresentado a todos. A grande diferença em relação à oficina anterior foi o início do monitoramento ambiental.

Na **sétima etapa**, os mapas foram digitalizados em Rio Branco por um assessor da CPI-Acre que fez um curso no IMAC de geoprocessamento e, sempre que possível, os Ashaninka, quando estavam na cidade, acompanharam a confecção dos mapas em formato digital. A **oitava etapa**, de elaboração do Documento Ashaninka, foi

desenvolvida com base nas diversas informações e mapas produzidos. Para tanto, dois antropólogos<sup>75</sup> foram contratados pela CPI-Acre para redigir um texto sobre cada um dos mapas, organizando as diversas entrevistas e apresentações realizadas durante as oficinas.

### **3.4.2. Etnozoneamento da TI Mamoadate**

As atividades relacionadas com o etnozoneamento da TI Mamoadate tiveram início em fevereiro de 2004 e se estenderam até setembro de 2005. Elas podem ser divididas em pelo menos oito etapas, para facilitar a compreensão: 1) elaboração da proposta de trabalho; 2) produção e organização de informações secundárias; 3) produção de mapas temáticos preliminares e informações gerais (primeira oficina); 4) digitalização dos mapas temáticos preliminares e organização das informações gerais; 5) correção e complementação dos mapas e das informações gerais (segunda oficina); 6) digitalização dos mapas complementados e corrigidos; 7) nova correção e complementação dos mapas e das informações gerais (terceira oficina); e 8) elaboração dos mapas e documentos finais.

Na **primeira etapa**, foram realizadas diversas reuniões objetivando melhor definir o plano de trabalho e ter um maior entendimento sobre os propósitos do etnozoneamento. Essas reuniões propiciaram uma considerável articulação política e contaram com a participação de representantes de instituições governamentais e não-governamentais, que atuam junto aos povos indígenas, de representantes Manchineri e Jaminawa e dos consultores. As instituições que disponibilizaram representantes para colaborar com essa etapa foram: SEMA/IMAC, SEPI, CPI-Acre, AMAIAC, OPIACRE,

---

<sup>75</sup> Cloude Correia do PPGAS/UnB e José Pimenta do DAN/UnB.

UNI, FEM, FUNAI, Mapkaha e OCAEJ, todas integrantes do GT do Etnozoneamento da TI Mamoadate. As reuniões foram importantes para começar a discutir de uma forma mais ampla o etnozoneamento, procurando evitar ações isoladas.

Em muitas reuniões discutiu-se a revisão do componente indígena, os impactos da BR 364 e 317, a autonomia indígena, os etnolevantes das Terras Indígenas Cabeceira do Rio Acre e Katukina e a relevância de plano de uso para as terras indígenas. Também foram levantados alguns problemas existentes na TI Mamoadate, como as madeiras peruanas e a necessidade de políticas internacionais. Nas reuniões o etnozoneamento foi considerado como um “instrumento de planejamento” para os povos indígenas tomarem suas decisões e depois gerarem planos de uso, gestão, gerenciamento, etc.

Em outras reuniões, dos consultores com representantes Manchineri e Jaminawa, foi possível uma maior reflexão sobre o que eles esperavam do etnozoneamento e sobre o entendimento deles acerca das atividades. Nesse momento, obteve-se o “consentimento prévio informado” dos dois povos e levantou-se informações sobre logística, infraestrutura, transporte e organização política.

Reuniões mais específicas, voltadas para a elaboração do plano de trabalho, ocorreram entre os consultores e os representantes do IMAC, sendo sinalizada a necessidade de incorporar nele os pontos ressaltados pelo GT do etnozoneamento. Ao longo das discussões, o etnozoneamento foi considerado um desdobramento do plano de mitigação, entendido como um instrumento que pode ajudar a manter a gestão do território. Para isso, foi frisado que ele seria traduzido para as línguas indígenas, devendo ser realizado junto com a comunidade, por ser um documento dos povos

indígenas Manchineri e Jaminawa. A compreensão nesse momento sobre o etnozoneamento era que ele poderia gerar, posteriormente, um plano de gestão da TI.

Depois de estabelecido minimamente um plano de trabalho, teve início a **segunda etapa**, com a consulta de documentos e de fontes bibliográficas sobre os Manchineri, os Jaminawa, os índios isolados e a TI. Nesta etapa do etnozoneamento foram obtidas diversas informações secundárias junto a CPI-Acre, tendo sido consultada parte do “acervo txai” que estava sendo organizado pela instituição, que possui diversos documentos doados pelo antropólogo Terri Aquino. A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada, ainda, nas seguintes instituições: SEMA/IMAC, SEPI, AER-RBR, FEM, Patrimônio Histórico, Museu da Borracha e Biblioteca Estadual. Durante o período de levantamento das informações secundárias, ocorreram outras reuniões com os representantes do IMAC e com os professores Manchineri, para fazer alguns ajustes no plano operacional e planejar melhor os trabalhos de campo que seriam realizados em julho de 2004. Como parte dessa segunda etapa, os consultores sistematizaram e organizaram as informações produzidas.

Cerca de quatro meses depois, a **terceira etapa** foi iniciada. Os consultores voltaram a se reunir na cidade de Rio Branco visando preparar os últimos detalhes para os trabalhos de campo. Como parte das preparações para as atividades na TI, realizou-se uma reunião com o prefeito de Assis Brasil, visando contar com o apoio dele e mantê-lo informado das atividades previstas. Além de reuniões, esta etapa contou com a realização da primeira oficina, tendo sido integrados na equipe a técnica e agrônoma da SEMA/IMAC, então cedida para a SEPI, Marília Guerreiro, e o antropólogo Terri Aquino<sup>76</sup>. Na TI, a equipe foi dividida temporariamente para viabilizar as oficinas que

---

<sup>76</sup> A colaboração de ambos foi fundamental durante os trabalhos realizados na TI Mamoodate. Deve ser destacada, também, a contribuição de Renato Gavazzi, da CPI-Acre, com quem pudemos obter diversas informações sobre os Manchineri e sobre o etnomapeamento desenvolvido pela CPI-Acre em terras

foram feitas com os Manchineri e os Jaminawa, separadamente. A cientista social Eliza Costa, juntamente com o antropólogo Terri Aquino, foram para as aldeias Jaminawa. Eu e os agrônomos Jorge Vivan e Marília Guerreiro, para as aldeias Manchineri. Posteriormente, o antropólogo Terri Aquino participou da oficina com os Manchineri e a agrônoma Marília Guerreiro daquela realizada com os Jaminawa, propiciando, assim, um certo intercâmbio de informações sobre as duas etnias. Ao final das oficinas, durante três dias, todos os participantes Manchineri e Jaminawa foram reunidos para a apresentação e discussão dos mapas.

A realização de oficinas separadas, uma com os Manchineri na aldeia Extrema e outra com os Jaminawa na aldeia Betel, ocorreu com o intuito de respeitar as diferenças culturais entre ambos os povos, mas também a metodologia utilizada com os Manchineri foi distinta daquela utilizada com os Jaminawa. A produção de mapas e de informações junto a estes últimos foi realizada por aldeias separadamente e não como entre os Manchineri, com representantes de todas as aldeias juntos. O emprego de metodologias distintas refletiu-se na qualidade dos mapas, surgindo a necessidade de nivelar as informações e os métodos usados, o que ocorreu na quinta etapa. Após várias reuniões entre consultores e representantes da SEMA/IMAC, decidiu-se por seguir a metodologia que havia sido utilizada junto aos Manchineri. Por esse motivo, abaixo são descritas as atividades de elaboração de mapas e de produção de informações desenvolvidas com os Manchineri.

A oficina realizada na aldeia Extrema contou com a presença de: lideranças, agentes agroflorestais, professores, agentes de saúde, agentes sanitários indígenas, agentes ambientais e representantes da Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco,

---

indígenas localizadas no Juruá. Inclusive, os mapas produzidos em campo foram baseados naqueles do etnomapeamento, com suas devidas adequações.

denominada Mapkaha (Manchineri Ptohi Kajpaha Hajene), além de muitos outros indivíduos do povo Manchineri e Jaminawa. Na oficina, primeiramente era apresentado o etnozoneamento e as diversas atividades programadas. Em seguida, foi colocado em um quadro negro o que os participantes da oficina entendiam por etnozoneamento. Cada um dizia uma ou duas palavras sobre o etnozoneamento. Com a “chuva de idéias”, vários aspectos relacionados com o etnozoneamento foram levantados. Esta atividade foi importante, pois permitiu a todos visualizarem o amplo horizonte de informações com o qual o etnozoneamento está relacionado. Em seguida, os participantes foram organizados em grupos compostos por representantes das aldeias. Depois, eles escreveram em uma folha em branco o que cada aldeia entendia por etnozoneamento. Um integrante de cada grupo, representando uma aldeia, lia e explicava para os demais o que entendiam por etnozoneamento. Dessa forma, foi possível alinhar um pouco mais os diferentes entendimentos sobre o etnozoneamento.

Terminada esta atividade, teve início a elaboração de mapas mentais dos recursos hídricos. Os participantes foram divididos em grupos, formados com um ou mais integrante de cada aldeia, procurando assim ter grupos com pessoas que conheciam diversos locais da TI. Para esta atividade foram fornecidos lápis de cor, cartolinas e canetas coloridas para eles desenharem um mapa com todos os rios, igapós, igarapés e lagos existentes na TI, incluindo o nome deles na língua indígena e em português, quando existisse. Aqueles igarapés que não possuem nenhuma nomenclatura permaneceram assim. Solicitamos, ainda, que fizessem uma legenda contendo: rio Iaco, igarapés, lagos e igapós. Obtivemos com essa atividade, três mapas mentais. O que foi fundamental, pois aqueles incompletos podiam ser complementados com os outros.

Com base nos mapas mentais, alguns integrantes dos grupos copiaram as informações dos mapas mentais para um papel vegetal, com a malha hídrica da TI impressa nele em uma escala de 1:80.000. Com essa atividade, foi possível obter o mapa dos recursos hídricos. Quando o mapa com a malha hídrica impressa no papel vegetal não correspondia com a realidade local, eles faziam as devidas correções. Após o mapa ficar pronto, os representantes de cada aldeia checavam as informações e, depois, o grupo responsável por sua elaboração apresentava para todos os demais, ocasião em que algumas informações eram complementadas<sup>77</sup>.

A elaboração do mapa de recursos hídricos passou por 4 fases. 1) produção de três mapas mentais, 2) produção de um único mapa no papel vegetal, 3) correção de equívocos e 4) apresentação e discussão do mapa com todos os participantes para complementação. Paralelamente à produção do mapa de recursos hídricos, foram feitos mapas mentais das aldeias, com informações sobre residências, roçados, pastos, criações, demografia, cacimbas, escolas, postos de saúde e outros.

O mapa de recursos hídricos foi elaborado antes dos demais por conter informações que são referenciais geográficos para os Manchineri. A partir do mapa de recursos hídricos foram elaborados os outros mapas: caçada, pesca, extrativismo, ocupação histórica, vegetação, ocupação humana e ameaças. Para a elaboração do mapa de caçada, os participantes foram divididos em grupos por aldeia, porque o conhecimento sobre as caças e os locais onde são encontradas está vinculado a elas. Um morador de determinada aldeia, em geral, conhece muito pouco dos locais de caça das outras. Por isso, em um primeiro momento, um grupo de cada vez colocava no mapa as informações sobre caça. Ao término do mapa, ele foi apresentado e discutido pelos

---

<sup>77</sup> As apresentações e discussões dos mapas eram realizadas na língua indígena e depois traduzidas para o português.

participantes, na língua materna e em português. Um representante de cada aldeia expunha os principais problemas enfrentados por eles e descrevia seus piques e acampamentos de caça. Depois de concluído o mapa de caçada, com o mesmo procedimento adotado para a elaboração dele, iniciou-se a feitura do mapa de pesca.

Devido ao grande tempo investido na elaboração desses mapas, adotou-se outro procedimento para a confecção dos mapas de pesca, extrativismo, vegetação, ocupação histórica, ameaça e ocupação humana. Os participantes foram organizados em grupos por aldeias, ficando duas aldeias responsáveis por um mapa. Quando os representantes das duas aldeias terminavam de colocar as informações em um determinado mapa temático, passavam a fazer o mesmo em outro. Ou seja, após a introdução das informações de duas aldeias em um mapa, os seus representantes mudavam de mapa e assim sucessivamente. Dessa forma, ocorreu uma grande dinâmica para a confecção dos mapas que se mostrou bastante produtiva.

Finalizadas as atividades de elaboração dos mapas, eles eram apresentados a todos os presentes, gerando discussões sobre as informações neles contidas. Paralelamente à elaboração dos mapas, e depois de seu término, a equipe responsável pelo etnozoneamento procurava realizar um levantamento de informações gerais sobre o povo, por meio de entrevistas coletivas e individuais. Com todos os mapas confeccionados e com diversos dados gerais, a equipe passou a apresentar o resultado dos trabalhos em cada aldeia, sendo este um momento para corrigir e complementar informações com aqueles que não estiveram presentes na oficina. Quando a equipe chegava em uma aldeia, procurava sempre que possível conhecer os roçados, os SAFs e realizar entrevistas.

Para finalizar as atividades da terceira etapa do etnozoneamento, foi realizada uma grande reunião na aldeia Jatobá, com a participação dos dois povos que residem na TI Mamoodate, como mencionado acima. Durante esta reunião, os mapas produzidos eram apresentados e discutidos pelos Manchineri e Jaminawa. Assim, foi possível complementar ainda mais os mapas, fazer novas correções e levantar mais informações para o etnozoneamento. Ao todo, essa etapa teve a duração de 20 dias no interior da TI.

A **quarta etapa**, voltada para a digitalização dos mapas temáticos preliminares e para a organização das informações gerais, foi desenvolvida fora da TI. Os integrantes da equipe, ao longo dessa etapa, estiveram sempre em contato, discutindo as informações produzidas e sinalizando as lacunas existentes. Também foi quando ocorreram os preparativos para o retorno às aldeias, tendo se decidido que seria utilizada com os Jaminawa a mesma metodologia empregada junto aos Manchineri, por ter esta se mostrado mais completa. Por esse motivo, os mapas produzidos com os Jaminawa na etapa anterior não vieram a ser digitalizados, o que ocorreu apenas na sexta etapa.

Na **quinta etapa**, voltada para a correção e complementação dos mapas e das informações gerais (segunda oficina), a equipe foi modificada. A cientista social Eliza Costa e o antropólogo Terri Aquino não puderam participar das atividades, tendo a primeira se desvinculado completamente das atividades de etnozoneamento por questões de ordem pessoal. O retorno à TI, portanto, foi realizado pelo antropólogo Cloude Correia e pelos agrônomos Jorge Vivan e Marília Guerreiro. Nessa etapa, a equipe contou com a colaboração do técnico agrícola Adriano Dias, da CPI-Acre, quem acompanhou e auxiliou a equipe durante todas as atividades, por ocasião de sua viagem à área para trabalhar com os AAFI.

A correção e a complementação dos mapas e das diversas informações produzidas iniciaram-se com uma oficina na aldeia Betel, habitada pelos Jaminawa. Estiveram presentes lideranças, agentes agroflorestais, professores, agentes de saúde, agentes sanitários indígenas, agentes ambientais e muitos outros Jaminawa. Adotando prática semelhante a da oficina anterior realizada com os Manchineri, os participantes foram divididos em grupos compostos por integrantes de cada aldeia que se revezavam na tarefa de elaboração dos mapas, aproveitando sempre que possível as informações produzidas anteriormente com outra metodologia. Após a confecção dos mapas, corrigindo e complementando as informações já existentes, representantes de cada aldeia Jaminawa apresentavam e discutiam o resultado de seu trabalho.

Ainda nessa etapa começaram a ser elaborados os indicativos do plano de gestão ambiental e territorial da TI Mamoodate. Para tanto, os participantes da oficina foram organizados em grupos por aldeias que discutiam entre eles os temas mais relevantes como: recurso florestal, mata ciliar, caça, criação, pesca, quelônio, roçado, praia, sistema agroflorestal, artesanato, recurso hídrico, aldeia, vigilância, fiscalização e entorno. À medida que iam discutindo, registravam no papel os acordos estabelecidos por cada aldeia. Resultou dessa atividade um consenso entre aqueles que participavam da oficina sobre o uso dos recursos naturais, a criação de animais, os plantios, as aldeias e a fiscalização da terra.

Após encerrada as atividades com os Jaminawa, a equipe promoveu outra oficina, agora com os Manchineri. Adotou-se a mesma metodologia usada com os Jaminawa, tanto para a produção dos mapas quanto para a elaboração dos indicativos do plano de gestão ambiental e territorial da TI Mamoodate. Ao final dessa oficina, os mapas e informações gerais haviam sido corrigidos e complementados. Também foram

produzidos documentos de cada aldeia com diversos acordos sobre o uso dos recursos naturais, a criação de animais, os plantios, as aldeias e a fiscalização da terra.

Encerradas estas atividades, começou a **sexta etapa**, com a digitalização dos mapas elaborados pelos Jaminawa e os complementados e corrigidos pelos Manchineri. Nesse momento, as informações produzidas foram sistematizadas, especialmente aquelas constantes nos indicativos do plano de gestão ambiental e territorial da TI Mamoadate. Como só neste momento os mapas dos Jaminawa foram digitalizados, surgiu a necessidade de um terceiro retorno a campo para a correção e a complementação dos mesmos.

Na **sétima etapa**, então, nova correção e complementação dos mapas e das informações gerais (terceira oficina) foram realizadas, assim como a elaboração dos indicativos do plano de gestão ambiental e territorial da TI Mamoadate. Novamente a equipe sofreu alterações. Dessa vez, contando com os antropólogos Cloude Correia e Terri Aquino, com a agrônoma Marília Guerreiro e com o estagiário da SEMA/IMAC, Lucas Mana. Nesse retorno às aldeias, fez-se uma oficina com os Jaminawa e outra com os Manchineri. A metodologia adotada foi praticamente a mesma empregada na quinta etapa. A principal diferença é que neste retorno à TI foi possível unificar os indicativos do plano de gestão. Antes eles foram acordados pelos representantes de cada aldeia separadamente, agora buscou-se um consenso maior entre os representantes de aldeias diversas, mas não entre representantes Jaminawa e Manchineri, o que poderia ser uma atividade de ações futuras voltadas para a gestão territorial na TI.

Com os mapas dos Jaminawa e dos Manchineri corrigidos por eles, com as informações sistematizadas e com um documento produzido por cada povo sobre a gestão do seu território, a **oitava etapa** esteve direcionada para a elaboração da versão

final dos mapas, do relatório final e do documento síntese. Todos esses produtos foram submetidos à avaliação do GT do Etnozoneamento e das lideranças indígenas durante o evento intitulado “Oficina de Validação do Etnozoneamento da TI Mamoadate”, realizado no dia 03 de julho de 2006, na cidade de Assis Brasil.

### **3.4.3. Diagnóstico etnoambiental da TI Nawa**

A metodologia proposta no “Projeto de Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Nawa”, elaborada em janeiro 2004, distancia-se consideravelmente das empregadas no etnomapeamento e no etnozoneamento por ter sido pensada a partir do documento “Levantamentos Etnoecológicos em Reservas Indígenas na Amazônia Brasileira: uma metodologia”, datado de novembro de 1998 e de autoria do consultor do PPTAL William Milliken. Posteriormente, em janeiro de 2004, este documento foi revisado e atualizado pelo PPTAL para adequar-se às crescentes discussões sobre a bio e a sociodiversidade, e às regulamentações de atividades que dizem respeito ao acesso ao patrimônio genético e cultural.

A metodologia empregada pelo PPTAL em TIs da Amazônia surgiu a partir da necessidade de implementar o “Sub-Componente Estudos e Capacitação – Levantamentos Etnoecológicos”, que objetivava atender às exigências legais<sup>78</sup> de incorporar um componente ambiental nos processos de identificação e delimitação de TIs. Antes de 1996, a legislação não requeria estudos dessa natureza para a regularização das TIs, o que se tornou obrigatório a partir de então. Para adequar as TIs que já haviam sido identificadas e delimitadas sem a inclusão do componente ambiental, foi desenvolvida a metodologia dos levantamentos etnoecológicos, com o intuito de

---

<sup>78</sup> Decreto nº 1.775, de 8 de Janeiro de 1996 e Portaria nº 14, de 9 de Janeiro de 1996.

contribuir futuramente para “processos de gestão em terras indígenas” (FUNAI. PPTAL, 2004: 4).

Com algumas adequações, mas norteado pela metodologia do PPTAL, o projeto de diagnóstico etnoambiental da TI Nawa propôs um amplo levantamento etnoecológico dividido em seis etapas: 1) pesquisa documental; 2) planejamento de campo; 3) trabalho de campo I: diagnóstico etnoambiental; 4) elaboração do diagnóstico etnoambiental; 5) trabalho de campo II: restituição dos dados de campo; e 6) elaboração do plano de gestão (FUNAI. IBAMA, 2004). De modo semelhante - apesar de suas especificidades - ao etnomapeamento e ao etnozoneamento, esta metodologia prevê uma fase inicial para organização de informações básicas, dois deslocamentos às aldeias para atividades *in locus*, elaboração dos documentos e mapas, retorno para complementação e correção e finalização dos produtos.

Para a realização do diagnóstico etnoambiental, de forma ousada, está previsto para a primeira etapa uma equipe multidisciplinar composta por dezoito profissionais: 1) antropólogo coordenador; 2) antropólogo; 3) antropólogo especialista em educação ambiental; 4) biólogo especialista em manejo caça; 5) técnico especialista em banco de dados; 6) sertanista, FUNAI; 7) biólogo especialista em recursos não-madeireiros, colaborador UFAC; 8) biólogo educador ambiental, IBAMA; 9) biólogo especialista em fauna, IBAMA; 10) biólogo especialista em quelônios, IBAMA; 11) biólogo especialista em recursos hídricos, IBAMA; 12) biólogo especialista ictiofauna, IBAMA; 13) engenheiro florestal, IBAMA; 14) geólogo especialista em geoprocessamento, IBAMA; 15) engenheiro agrônomo especialista em reflorestamento de áreas degradadas, colaborador SEMA; 16) engenheiro agrônomo especialista em solos, UFAC; 17) técnico agrícola IBAMA; e 18) técnico florestal, IBAMA.

Na terceira e sexta etapa, com dezenove profissionais, soma-se aos anteriores um técnico especialista em abelhas melíferas, colaborador UFAC. Para a segunda, quarta e quinta etapa, com vinte e quatro profissionais, soma-se aos anteriores: coordenador da OPIRJ; líder da comunidade Nawa (cacique); representante da AMAIAC; representante da OPIAC; representante do PESACRE. Todos estes profissionais, indígenas ou não, desenvolveriam suas atividades de acordo com a metodologia elaborada para cada etapa.

Na **primeira**, de pesquisa documental, programada para ser desenvolvida em quatro semanas, a metodologia empregada permitiria fazer um levantamento de diversos acervos existentes em bibliotecas, órgãos públicos, museus e universidades. Nesses, o intuito seria de reunir e compilar dados “ambientais e histórico-antropológicos” que forneceriam as diretrizes para as atividades na TI. Todos os materiais - mapas, teses, livros, publicações, relatórios e artigos – seriam adquiridos para compor um acervo bibliográfico na OPIRJ. Por meio de um relatório, todo o material organizado deveria ser analisado.

Nesta etapa ainda está prevista a aquisição de uma sede administrativa do projeto, que serviria para apoio logístico da equipe, como centro de capacitação dos Nawa e de articulação da OPIRJ e da organização dos Nawa. A sede disporia de equipamentos de informática e audiovisual destinados à execução do projeto e à produção de material didático sobre educação ambiental. A compra de uma sede para o projeto objetiva o “apoderamento” – entendido pelos formuladores como um conceito que designa gestão participativa e autonomia de decisões de comunidades tradicionais – e a autonomia das organizações indígenas envolvidas, OPIRJ e Organização Nawa.

Para o planejamento de campo, **segunda etapa**, a ser realizado durante uma semana na sede do projeto, os membros da equipe, os representantes de instituições componentes do consórcio e os técnicos em geoprocessamento organizariam a parte logística dos trabalhos na aldeia, o cronograma de atividades, a divisão das atividades e o material cartográfico. Eles também deveriam elaborar bancos de dados, roteiros e planilhas para a produção de informações, além do “plano de campo”<sup>79</sup>.

Na **terceira etapa**, trabalho de campo I: diagnóstico etnoambiental, prevista para quatro semanas, há uma divisão das atividades em: 1) estudos e levantamentos específicos dos recursos naturais; 2) estudos e levantamentos sócio-culturais; 3) reunião de fechamento; e 4) relatório das atividades de campo. Para dar conta do amplo universo de informações decorrente dessas atividades, a metodologia a ser utilizada nesta etapa conta com reuniões, atividades com material cartográfico e aplicação de questionários e entrevistas.

Com o material cartográfico, o objetivo é realizar um mapeamento participativo da TI Nawa. Durante a reunião inicial, alguns representantes seriam escolhidos para, juntamente com membros da equipe, localizarem nos mapas e imagens de satélites as “áreas relevantes para a comunidade”. Assim como no etnozoneamento e no etnomapeamento, as áreas relevantes para o povo indígena são, a rigor, as relevantes para os formuladores do mapeamento participativo, o que fica visível no material cartográfico a ser selecionado. Usando imagens de satélite impressas e mapas da rede de drenagem, solo e vegetação impressos em papel vegetal (transparente), na escala de 1:100.000 e de 1:50.000, o projeto sinaliza para a importância de serem inseridas informações secundárias – de relatórios, livros, teses, etc. - sobre “áreas degradadas, áreas ameaçadas ou outras informações relevantes sobre a área de estudo e entorno”.

---

<sup>79</sup> Não há informações no projeto sobre o que seria o “plano de campo”.

Antes mesmo dos Nawa dizerem quais são as informações relevantes e quais tipos de mapas são importantes, parte-se do pressuposto que esses dados, de interesse institucional, também são de interesse deles. Dessa forma, no projeto, afirma-se que “serão representados assentamentos (antigos, atuais, provisórios), pontos/áreas de uso para diferentes atividades, áreas degradadas, áreas com prioridade para conservação, áreas de importância cultural e outras áreas relevantes para a comunidade” (FUNAI. IBAMA, 2004: 34). Não ocorre, portanto, uma participação indígena neste primeiro momento do processo de mapeamento, de seleção de mapas, imagens de satélites e informações relevantes.

O mesmo acontece com outro recurso para obtenção de informações, as entrevistas, cujos temas são definidos pelos membros da equipe: “durante as entrevistas devem ser abordados temas como problemas/limitações enfrentados na aquisição de recursos e na situação atual de cada recurso utilizado” (FUNAI. IBAMA, 2004: 34). O próprio roteiro e as planilhas, norteadores das entrevistas, não contam com a participação indígena. Eles são dirigidos pelos interesses institucionais para produzirem dados sobre a relação dos Nawa com os recursos naturais, a partir de uma metodologia definida previamente. Como se observa no texto do projeto: “os roteiros/planilhas deverão ser baseados na metodologia proposta por Milliken (1998), com modificações pertinentes para adequação do roteiro às peculiaridades da área de estudo” (FUNAI. IBAMA, 2004: 34).

Apenas com base nas reuniões promovidas pela equipe técnica responsável pela elaboração do diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, quando foram obtidas informações preliminares sobre a relação dos Nawa com os recursos naturais, procura-se legitimar o uso da metodologia dos levantamentos etnoecológicos do PPTAL, dos

tipos de mapas e dos seus conteúdos. Mas não se deve esquecer que essa legitimação é falaciosa, pois a realização do diagnóstico etnoambiental antes de ser uma demanda propriamente dos Nawa, é resultado de uma imposição judicial, gerada a partir do que seria um “acordo” entre os Nawa, o IBAMA, a FUNAI e outras instituições.

Procurando seguir o acordo, sem o qual a real demanda dos Nawa pela regularização fundiária da terra não seria atendida, o projeto propõe a produção de informações a partir dos interesses institucionais para a gestão dos recursos naturais, o que fica visível nas atividades de: 1) estudos e levantamentos específicos dos recursos naturais; 2) estudos e levantamentos sócio-culturais; 3) reunião de fechamento; e 4) relatório das atividades de campo.

Na primeira, as informações a serem obtidas referem-se aos recursos florestais, às abelhas melíponas nativas, ao reflorestamento, à caça, aos quelônios, à ictiofauna, às atividades produtivas não tradicionais (pecuária), aos estudos de mercado, à identificação de áreas com GPS e à coleta de material para identificação. No segundo bloco de atividades, estudos e levantamentos sócio-culturais, o propósito é gerar informações sobre a população (censo demográfico e sanitário), produzir uma caracterização sócio-cultural e a elaboração de um programa de educação ambiental. Este último, com viés sustentável, poderia “subsidiar a organização das estratégias participativas referenciadas pela identificação das alternativas de uso sustentável e recuperação ambiental a serem posteriormente desenvolvidas no Plano de Gestão” (FUNAI. IBAMA, 2004: 43).

Na etapa seguinte, a **quarta**, de elaboração do diagnóstico etnoambiental, prevista para ser desenvolvida em aproximadamente 10 semanas, redigir-se-ia o diagnóstico e as informações produzidas seriam sistematizadas e analisadas, compondo

o banco de dados do diagnóstico etnoambiental indexado aos mapas, formando, assim, um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para tanto, deveria ser realizada uma reunião entre os técnicos de geoprocessamento e os demais membros da equipe, ocasião em que também seriam delineados os principais tópicos e atividades para a elaboração do plano de gestão.

Para a **quinta etapa**, trabalho de campo II: restituição dos dados de campo, está previsto no projeto a apresentação dos resultados, do diagnóstico propriamente dito, por meio de seminários. Neste, um momento seria reservado para debate, esclarecendo dúvidas e incorporando sugestões que os Nawa possam ter. Durante o evento, a equipe apresentaria propostas de atividades de uso sustentável dos recursos naturais, de recuperação de áreas degradadas e de um programa de educação ambiental e capacitação dos Nawa e da comunidade do entorno. Debateria a proposta de gestão com os Nawa e as formas de viabilizar o plano de gestão, definindo metas para sua execução.

A elaboração do plano de gestão está programada para ser feita na **sexta etapa**, em um período de 15 semanas. Um relatório final – que equivaleria ao plano de gestão – seria elaborado a partir do diagnóstico, da avaliação de projetos anteriores desenvolvidos na região, das propostas de uso sustentável dos recursos naturais e de recuperação de áreas degradadas, do apoio definido entre a equipe e órgãos competentes e das estratégias de atuação no entorno. Ainda encontra-se previsto, para esta etapa, encontros entre os antropólogos responsáveis pelo diagnóstico etnoambiental e “representantes dos setores público, privado e social” da área de entorno.

Dessa maneira, apoios institucionais poderiam ser obtidos, ampliando a abrangência do plano de gestão. Estas articulações deveriam ser feitas antes mesmo da elaboração do plano de gestão, que depois de concluído viria a ser discutido com

representantes de órgãos como FUNAI, IBAMA, UFAC, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, órgãos relacionados ao Poder Municipal, dentre outros. Assim, a forma de participação destes órgãos na execução do plano de gestão estaria sendo definida (FUNAI, IBAMA, 2004), mas sem um envolvimento direto dos Nawa nessas articulações políticas.

A participação dos Nawa em diversos momentos do que viria a ser o diagnóstico etnoambiental, como nota-se no projeto elaborado, é bastante precária. Uma das etapas com participação mais intensa, contudo, seria a que prevê a elaboração dos mapas temáticos. Nesta etapa, diversas informações do conhecimento deles poderiam ser inseridas nos mapas, dando subsídios inclusive para o procedimento administrativo de demarcação da TI. As diversas informações inseridas nos mapas produzidos com os povos indígenas, seja no diagnóstico etnoambiental, no etnozoneamento ou no etnomapeamento, entretanto, não contemplam o amplo universo de informações do conhecimento indígena, mas servem de estímulo para diversas discussões sobre os temas registrados neles - como procuro mostrar no próximo capítulo.

## **Capítulo 4: Análise da forma e interpretações: os mapas e as falas indígenas**

Neste capítulo me proponho a fazer uma análise dos mapas e dos temas associados a eles. Para tanto, me baseio não apenas nos símbolos existentes nos mapas temáticos, mas também nas diversas informações – discussões gravadas e entrevistas coletivas e individuais - produzidas com as metodologias descritas anteriormente. Uma análise exclusivamente iconológica dos mapas não contemplaria a complexidade de assuntos vinculados a eles, alguns dificilmente passíveis de serem representados cartograficamente. Me proponho, portanto, a pensar os mapas temáticos e como eles podem ser interpretados utilizando a noção de “análise da forma” de Orlove (1991) e a discussão de Gadamer (1994) sobre a interpretação dos textos.

Para o primeiro, importa analisar as representações da realidade por meio da simbologia inserida nos mapas. Para tanto, leva-se em consideração a inclusão ou a exclusão de algumas características, a classificação delas e a relação entre elas (ver capítulo 1). Uma análise nestes termos acaba desconsiderando as diferentes interpretações que podem ser feitas dos mapas. Para complementá-la, considero, assim como Gadamer, que uma pessoa interpreta um texto distintamente de outra. O mesmo pode ser dito em relação aos mapas temáticos, interpretados de diferentes formas por quem os analisa. Os significados de um mapa ou de um texto não podem ser estruturados por uma via arbitrária e por isso são compreendidos de várias maneiras.

Como mencionado por Gadamer:

*A person who is trying to understand a text is always projecting. He projects a meaning for the text as a whole as soon as some initial meaning emerges only because he is reading the text with particular expectation in regard to a certain meaning. Working out this fore-projection, which is constantly revised in terms*

of what emerges as he penetrates into the meaning, is understanding what is there (Gadamer, 1994: 267).

Quando os Ashaninka, Manchineri, Jaminawa e Nawa discutiram os mapas durante as oficinas e reuniões, os significados que emergiram estiveram diretamente atrelados às expectativas deles em relação aos temas. As interpretações realizadas por eles foram balizadas pelo “horizonte” (Gadamer, 1994: 304) de cada um<sup>80</sup>. O horizonte presente que um indivíduo possui resulta da fusão de vários horizontes passados e dos horizontes de outros com os quais se relaciona. Essa “fusão de horizontes” gera o conhecimento: “understanding is always the fusion of these horizons supposedly existing by themselves” (Gadamer, 1994: 306).

Partindo dessa noção de horizonte de Gadamer, é possível inferir que indivíduos de grupos étnicos distintos possuem horizontes muito diferentes, enquanto indivíduos de um mesmo grupo possuem horizontes mais próximos e semelhantes. De acordo com Arhen (1996), entre muitos povos indígenas da Amazônia a noção de natureza é contígua à de sociedade. Essas noções constituem uma ordem integrada, um construto cultural holístico que forma a percepção, informa a prática e fornece diretrizes significativas para a vida. Trata-se do que o autor denomina de “eco-cosmologia”, que integra conhecimentos práticos e valores morais. Nesse sistema holístico, a relação de predação dos povos indígenas com a natureza pode ser representada como uma relação de interdependência, de trocas cíclicas e de reciprocidade (Arhen, 1996).

O mesmo ocorre entre os Manchineri, os Jaminawa, os Ashaninka e os Nawa, que operam com um sistema holístico em suas relações com a natureza. Ao discutirem os mapas, por exemplo, evidenciam a integração entre seus valores e seus

---

<sup>80</sup> Para Gadamer, horizonte seria “something into which we move and that moves with us. Horizons change for a person who is moving” (Gadamer, 1994: 304).

conhecimentos práticos. A percepção e a prática que possuem em relação aos recursos naturais situam-se nesse sistema holístico.

Ao fazer uma análise dos mapas levando em consideração os relatos dos Manchineri, Jaminawa, Ashaninka e Nawa, como procuro fazer aqui, fica visível não apenas a integração entre valores morais e conhecimento prático, mas também entre suas relações com a caça, a pesca, o extrativismo, a ocupação humana, a história, as invasões, a cosmologia, etc. Os sistemas holísticos dos Manchineri, dos Jaminawa, dos Ashaninka e dos Nawa não são segmentados como podem sugerir os diversos “mapas setoriais”. Fragmentá-lo, como os mapas temáticos procuram fazer, acaba empobrecendo-os. Por meio das discussões e das entrevistas realizadas durante o processo de produção deles, entretanto, torna-se possível mostrar a interligação entre eles, como se pode perceber a partir do próximo item da tese.

Mapas sínteses – que não foram elaborados - reunindo as informações de todos os outros poderia auxiliar na visualização dos vínculos entre eles. Isto fica evidente em todos os mapas temáticos por terem sido sobrepostos aos mapas de hidrografia. A base hidrográfica, com os nomes dos recursos hídricos na língua indígena e em português, reflete o conhecimento deles sobre rios, igarapés e lagos associados à caça, pesca, extrativismo e invasões da TI.

No caso do etnozoneamento da TI Mamoadate, mesmo tendo sido produzidas versões preliminares do mapa de recurso hídricos, ele acabou sendo integrado de forma arbitrária por alguns de seus formuladores ao mapa de ocupação humana. Nos mapas da TI Nawa, elaborados para a identificação e delimitação da terra, a base hidrográfica utilizada permaneceu com a nomenclatura dos mapas convencionais. Já no

etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia, foi produzida uma versão final do mapa de recursos hídricos.

Não chego a analisar esse mapa aqui, e nem mesmo o de vegetação das três TIs, não por serem eles menos importantes para a discussão que vem sendo desenvolvida ao longo da tese, mas por ter optado por privilegiar aqueles com informações sobre o uso dos recursos naturais. Nos mapas de hidrografia e de vegetação, não há informações dessa natureza, somente consta a nomenclatura dos recursos hídricos e dos tipos vegetacionais.

## **4.1. Mapas e usos da fauna**

### **4.1.1. Mapa de presença de fauna da TI Kampa do Rio Amônia**

A simbologia utilizada no “mapa de presença de fauna” reflete apenas doze espécies de animais que são caçados e utilizados na alimentação dos Ashaninka. Os animais priorizados por eles e inseridos no mapa foram: anta, arara, capivara, cujubim, gavião real, jabuti, macaco preto, mutum, porquinho do mato, queixada, tracajá e veado. No mapa foram inseridas, ainda, informações sobre acampamentos de caça, barreiros<sup>81</sup>, registro de invasões, piques de caçada, caminhos de vigilância, varação e caça, área de caça e área de refúgio. Todas essas informações, referentes às atividades de caça, foram espacialmente localizadas.

As doze espécies de animais representadas nos mapa com figuras que as simbolizam estão distribuídas por toda a extensão da TI, não havendo uma concentração

---

<sup>81</sup> Local de grande concentração de caça devido ao sal existente no solo que é consumido pelos animais.



de espécies em um determinado local. Em geral, as figuras dos animais foram colocadas nos mapas mais nas proximidades dos cursos fluviais, ficando algumas lacunas onde se encontram os divisores de águas. Chama atenção no “mapa de presença de caça” a existência de figuras que representam os tracajás ao longo de todo o igarapé Arara, dando a entender que nessa localidade não se encontram outros animais. A diversidade de fauna existente na região do Igarapé Arara está contemplada apenas nos afluentes da margem esquerda dele, onde figuras de vários animais foram inseridas. Na margem direita do Arara não é possível visualizar quais animais se fazem presentes, pois os afluentes desse lado do igarapé, situados fora dos limites da TI, no interior da RESEX do Alto Juruá, não foram inseridos.

O mapa, portanto, deixa de representar a localização das espécies da fauna segundo a experiência Ashaninka, indica a existência de um conjunto de animais que faz parte da dieta dos Ashaninka e que está disperso no interior da TI. Informações geograficamente mais precisas, que não estão vinculadas ao caráter móvel da fauna cinegética, são aquelas sobre piques de caçada, acampamentos, barreiros, invasões, caminhos de vigilância, área de caça e área de refúgio.

Observando o mapa, nota-se que os piques de caçada e os caminhos de vigilância estão mais próximos da aldeia Apiwtxa, sendo praticamente inexistentes à medida que se sobe o rio Amônia. Em um dos caminhos de caçada que parte das proximidades da aldeia Apiwtxa e leva a um barreiro está localizado o único acampamento temporário dos Ashaninka. Os outros três barreiros inseridos no mapa também são alcançados por meio dos piques de caça. Alguns dos piques foram denominados no mapa de caminhos de vigilância, por permitirem o acesso a áreas invadidas. Destas, apenas uma está situada na região do Igarapé Arara, as demais se

encontram entre as cabeceiras dos afluentes da margem esquerda do Amônia, na fronteira com o Peru. Todos os piques de caça, que em geral partem do Amônia para as cabeceiras dos seus afluentes, estão situados nas áreas definidas como de caça e, em alguns casos, se estendem até as áreas definidas como de refúgio.

Ao analisar os mapas, em grande medida, o que se realça é a localização dos itens presentes na legenda. A princípio, esta simbologia parece representar de forma bastante completa as atividades de caça entre os Ashaninka. Durante as oficinas de etnomapeamento, entretanto, os Ashaninka interpretaram o mapa ressaltando diversos outros aspectos ligados às atividades de caça. Falaram sobre a transmissão de conhecimentos entre gerações, as técnicas de caça, os valores relativos a essas e o seu manejo. Sobre os conhecimentos associados à atividade de caça transmitidos de geração para geração, um dos caçadores Ashaninka destacou:

Muitas vezes é uma coisa que é passada de pai para filho. Ele orienta muito, fala a melhor forma de caçar; é um estudo. Caçar não é só entrar na mata; você tem que ter todo um estudo para saber onde a caça vai estar; é como você começar a pesquisar, é da mesma forma. Quando você entra na mata, você tem que saber pesquisar onde está a caça. Você tem que se concentrar naquilo que você está fazendo. Com essa concentração, você pressente onde a caça está, você chega perto da caça, você consegue pressentir. Enfim, hoje você está aqui, amanhã você vai caçar; então hoje à noite você já começa a se concentrar para saber onde a caça vai estar. Não é só você acordar e ir para a mata caçar. Tem que ter concentração (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

A atividade de caça exige um amplo conhecimento, que em parte é transmitido de pai para filho. Com o pai aprende-se, por exemplo, uma série de técnicas de caça utilizadas pelos Ashaninka para abater um animal. Pode-se caçar a curso, na tocaia ou com cachorro. Esta última técnica, muito utilizada no Alto Juruá, não é atualmente praticada pelos Ashaninka. Utilizando as outras técnicas, os Ashaninka podem praticar a

caça ao longo de um dia, saindo de casa e retornando a ela; ou por mais de um dia, dormindo no acampamento de caçada.

Por não fazer muito uso de acampamentos, os Ashaninka caçam principalmente ao longo do dia, retornando para suas residências antes do anoitecer. Além de utilizarem suas técnicas de caça ao longo dos caminhos abertos na mata por eles, contam ainda com todo um conhecimento acumulado que faz parte do seu universo para abater um animal. Parte desse conhecimento foi ressaltada por eles quando estavam discutindo os mapas, ou apresentando-os para os participantes das oficinas de etnomapeamento.

Difícilmente tal conhecimento pode ser representado no mapa, como aqueles sobre o uso de ervas da floresta para melhorar a ação do caçador. Poderiam ter sido indicados no mapa os locais de onde estas plantas são retiradas, mas pouco se saberia sobre o uso delas. Mesmo não havendo menção a essas ervas no mapa, os Ashaninka mencionaram seu uso para tirar “panema”<sup>82</sup> de caçador, ou para atrair determinados animais.

Tem plantas, ervas para matar tal bicho, para atrair, para os animais não ficarem cismados com você, para você conseguir chegar perto, umas coisas assim. Tem quando o cara está panema, enrascado, aí dá um banho, uma defumação, uma coisa assim. Quando sua espingarda não está conseguindo matar, às vezes você dá uma dose de remédio para sua espingarda, aí sua espingarda mata. A flecha, mesma coisa. Tem tudo isso (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Todo um conhecimento inerente à cultura Ashaninka é utilizado quando um caçador adentra um dos caminhos de caçada utilizados por eles. Esses caminhos, atualmente, servem também para suas atividades de vigilância e fiscalização dos limites da TI. Como muitos deles partem do rio Amônia e se estendem até os limites da área, ao caçarem os Ashaninka também aproveitam para vigiar as invasões na terra.

---

<sup>82</sup> Quando um caçador não está conseguindo abater a caça dizem que ele está “panema”.

Vimos que os mesmo caminhos de vigilância também são usados para a gente ir caçar e nessa caçada dá para nós darmos uma olhada na fronteira, se está tudo bem, se tem alguma coisa estranha. Nós também fizemos um outro caminho, que é de varação, para irmos ao rio Sawawo, que é o rio Arara, onde fica uma outra aldeia Ashaninka. Esse mesmo caminho também é usado para fazer caçada, ou então, para ver se não tem alguém entrando aqui. Os caminhos são feitos para facilitar a nossa chegada em outro local. Os caminhos de caçada que nós fizemos são os caminhos que são freqüentados quase todo dia; se não é uma família é outra. Fizemos os caminhos onde tem mais caça, tanto perto da aldeia como distante (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Difícilmente seria possível representar no mapa os diferentes usos dos caminhos de caçada. Por isso, quando se referiram aos caminhos no mapa, que dizem respeito apenas à caça e à vigilância, eles acabaram mencionando os outros usos, que possuem também muita importância para eles. Muitos desses caminhos, utilizados para caçadas e para a vigilância, como sinalizado no mapa, se estendem por áreas delimitadas pelos Ashaninka como “áreas de refúgio”. Essas áreas foram reservadas por eles para a reprodução da fauna, sendo evitada a caça nelas. Como pode ser observado no mapa de presença de fauna, a TI foi dividida pelos Ashaninka em áreas de caça e áreas de refúgio. Desse modo, estão tentando controlar a quantidade de animais consumidos, evitando uma futura escassez. Como definido por Moisés:

uma área de refúgio seria uma área onde você reserva; e não caça por lá, protege ela para ninguém caçar lá também. Dentro da sua comunidade você faz uma reunião para explicar que na área tal não pode caçar; vamos deixar para os animais se reproduzir. A comunidade concorda e então tudo bem. Assim como nós fizemos nessas áreas, por exemplo, no Tawaya, Asoyane e no Sawawo, essas áreas são as que nós caçamos menos. No Tawaya e no Asoyane, só caçamos quando nós queremos fazer um rancho para um trabalho da comunidade, porque é mais rápido. Normalmente, em um trabalho comunitário nós fazemos assim. Nesses lugares você entra e logo sai; não se pode fazer morada (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Na área de refúgio não há moradias. Ela é usada para a caça apenas em caso de extrema necessidade. Já há mais de quinze anos os Ashaninka estão reservando

determinadas áreas dentro da TI para a reprodução da fauna. A princípio, tinham definido como área de refúgio apenas a região do Amoninha e do Revoltoso, mas perceberam a importância de ampliá-la, englobando atualmente grande parte da TI. Como pode ser visto no mapa, só não são áreas de refúgio as margens do rio Amônia e do Igarapé Arara.

Em fins da década de 1980, os Ashaninka começaram a perceber que a quantidade de caça estava reduzindo na TI e no entorno, o que os motivou a pensar sobre o manejo da caça, deixando de caçar em alguns locais ou evitando abater espécies pouco encontradas na TI. À medida que foram fazendo o manejo, notaram os resultados positivos e passaram a intensificar essa ação. Com o manejo de caça, a área percorrida para abater um animal foi encurtada na expectativa dos animais ficarem mais próximos da aldeia e dos piques de caça.

Após terem se concentrado em uma única localidade, na aldeia Apiwtxa, ficou visível para os Ashaninka a necessidade de definirem as áreas de refúgio. Para que ela de fato cumpra com seus propósitos, eles procuram sempre estar atentos a possíveis invasões da TI. A área de refúgio de caça está justamente nos limites da terra e, por isso, qualquer invasão a atinge. Mesmo tomando uma parte considerável da terra, na visão dos Ashaninka ela é pequena para suas necessidades, o que aumenta suas preocupações com a população do entorno.

O mapa permite visualizar muitos dos usos feitos do território, podendo ajudá-los a planejar melhor o manejo de caça. Com o conhecimento que já possuem do território, mas agora podendo ver as várias ações humanas na região, concluem que a maior ameaça às áreas de refúgio deve-se à atuação das madeireiras peruanas, que cada vez mais degradam o meio ambiente no interior da TI (ver item 4.3.1). O impacto sobre a

fauna advindo das atividades madeireiras do lado peruano e no interior da terra tem sido sentido com cada vez mais intensidade pelos Ashaninka.

Com essa invasão das madeireiras, por aqui (na TI) a gente viu uma recaída grande de caça nessa parte, nessa faixa aqui (fronteira com o Peru). Então, essa faixa teve uma recaída grande de caça. Aí nos preocupou mais ainda. Essa área onde tem os caminhos. Antes a gente caçava bem aqui, matava um monte de caça, bem aqui pertinho da comunidade. Aí quando começou o trabalho, foi se aprofundando, aí a gente viu a recaída de caça mesmo. E hoje está legal. Sabe por quê? Você começa a apontar os lugares nesse mapa. “É aqui que tem mais, é aqui que não tem, aqui está faltando, o que nós vamos fazer?” Por que está faltando? Porque está vindo caçador daqui; nós temos que fazer isso para poder segurar. *E esse mapa é uma coisa que a gente começa a botar a terra na frente da gente mesmo e apontar os lugares que precisam ser trabalhado* (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Para Moisés, portanto, o mapa de presença de fauna produzido durante o etnomapeamento é um importante instrumento capaz de ajudá-los a combater as invasões e a planejar o uso do território. A noção espacial que possuíam se alterou com a visualização do uso dos recursos no mapa. Passaram a operar com uma outra dimensão, concebendo de maneira diferente as áreas para manejo de caça. Antes do mapa, percebiam essas áreas com um tamanho maior; agora, representadas de outra maneira, parecem ser pequenas para eles.

Olhando o mapa, a gente consegue colocar o mapa que a gente tem na mente, juntando com esse daqui e localiza os locais onde a gente está trabalhando, então a gente consegue ver o tamanho e o espaço que a gente tem para cada coisa. A tarde estávamos vendo o espaço que hoje a gente está tendo para o manejo da caça, que hoje a gente vem fazendo, que é uma das coisas principais em nossa cultura e tradição; é daí que a gente depende para pode ter uma vida melhor, para poder continuar todo o trabalho. *Então, a gente está vendo o espaço que a gente tem, como é pequeno. Então para a gente ter um trabalho e buscar uma maneira como isso não se acabe, a gente ter isso sempre na mão, precisa de um mapa como esse, onde a gente possa em cada item que a gente quer fazer aqui dentro o trabalho de manejo* (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

A utilidade do mapa de presença de fauna para os Ashaninka se planejarem é bastante evidente, mesmo não contemplando todos os aspectos das atividades de caça. O

mapa cumpre, portanto, com seu objetivo primeiro: servir como um instrumento de planejamento do uso dos recursos animais. Seu propósito é auxiliar no planejamento do uso da fauna e, para tanto, as informações nele introduzidas são consideráveis. Mais que simplesmente representar o uso da fauna, o mapa também é relevante por estimular entre os Ashaninka uma discussão sobre o uso sustentável, em consonância com a lógica da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

#### **4.1.2. Mapa de fluxo de fauna da TI Kampa do Rio Amônia**

O mapa de fluxo de fauna possui informações inseridas pelos Ashaninka sobre o trânsito de alguns animais utilizados na alimentação, sendo eles: anta, queixada, macaco preto, mutum, arara e peixes. Os dois primeiros são tidos como “caça grande” e os demais, exceto os peixes, como “embiara” – animais de pequeno porte. Eles foram representados no mapa com desenhos na cor preta, enquanto o fluxo do deslocamento dos animais na área foi simbolizada com setas de cores diferentes.

Observando o mapa é possível perceber que muitos desses animais deslocam-se de regiões do Peru para o interior da TI e poucos fazem o percurso contrário, possivelmente devido à pressão madeireira existente do outro lado da fronteira brasileira. Chama a atenção, ainda, que não há um fluxo de caça da RESEX do Alto Juruá para a TI, mesmo sendo elas contíguas. O mesmo ocorre com o Projeto de Assentamento Amônia, que faz limite com a TI, mas os animais não se deslocam dele para a área ocupada pelos Ashaninka, com exceção dos peixes que sobem o rio Amônia.

O vasto conhecimento dos Ashaninka sobre a fauna não se limita ao deslocamento dela na TI; estende-se ainda para o comportamento dos animais, seus



hábitos e seus alimentos preferidos. Durante as oficinas de etnomapeamento, quando o mapa foi elaborado e discutido, os Ashaninka acrescentaram diversas informações sobre a fauna. Para eles, os lugares preferidos de circulação dos animais são aqueles com abundância de alimentos. Por esse motivo, sabem da importância de preservarem as fontes de alimentos dos animais para que estes não se afastem.

Se você acaba todas as frutas que existe aqui perto, a tendência é dos animais irem para longe, onde tem frutas. É a comparação que nós fazemos para passar à população daqui. Quando estamos com fome, nós vamos buscar comida onde tem e se nós pudéssemos até moraríamos lá, mas não podemos. E do mesmo jeito são os animais. Eles vão para onde tem alimento. Se não tem comida para ele aqui perto, eles vão para mais longe e vão morar onde está a comida dele. A natureza é mais que boa, quando nós conhecemos todos os ciclos dela. Nós cuidamos da planta, a planta dá o fruto para nós darmos aos animais que nós comemos. É assim, um vai cuidando do outro e se você só quer comer e esquece da outra parte, chega num ponto que não vai ter nem para você (Bebito Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Como os animais procuram as regiões com maior abundância de alimentos, os Ashaninka identificam os locais mais freqüentados por eles em lugares mais distantes das aldeias, onde a presença humana é menos intensa. No interior da TI, os animais estão mais concentrados nas cabeceiras do Amoninha e, fora da TI, estão nas cabeceiras do Amônia. Os Ashaninka não apenas identificam as áreas com maior quantidade de animais, mas também aquelas onde eles são pouco localizados.

Considerando o entorno da TI, eles afirmam que a região próxima ao Projeto de Assentamento Amônia é onde existe um número mais reduzido de animais. Mesmo sendo possível identificar as áreas com maior ou menor presença da fauna, os Ashaninka não deixam de observar a grande mobilidade deles por diversas regiões, o que varia dependendo do comportamento de cada animal. Conhecer os hábitos migratórios das araras, por exemplo, é de grande importância para os Ashaninka que secularmente utilizam as penas delas em seus artesanatos. Mais recentemente,

entretanto, eles reduziram consideravelmente o uso de penas desse animal silvestre no artesanato. Dada a diminuição dessa espécie de ave na TI, eles passaram a reduzir a caça desses animais para que possam se reproduzir e passaram a pensar em alternativas de manejo para evitar a extinção das araras, como, por exemplo, criando-as em cativeiro.

Entre os animais cujo trânsito foi registrado no mapa de fluxo de fauna encontram-se o macaco preto, o queixada, o porquinho e o veado. Detalhando o comportamento deste último, os Ashaninka, durante a segunda oficina de etnomapeamento, lembraram da dificuldade de avistá-lo na floresta. Quando uma pessoa está de frente para o animal, sua camuflagem torna-o praticamente invisível, o que não ocorre caso ele esteja de lado ou de costas. Com base na cultura Ashaninka, Moisés explica essa capacidade do veado se esconder dos predadores, ao se esconder atrás das orelhas, atrás da cabeça.

Se esconde atrás das orelhas. Se tiver de frente você não consegue ver. Você tem que ser bom para saber que é um veado mesmo que está de frente para você. Não é todo cara que enxerga ele não. Tem a história que falava que antigamente toda pessoa matava ele. Quando um cachorro corria atrás dele, corria um pouquinho, matava. Aí um dia, tinha o chefe dele, estava com fome. Aí procurou comida e não achou de jeito nenhum. Aí falou para ele, -“rapaz, eu quero que você me dê a banda do seu fígado que eu faço um negócio com você”. -“Mas que negócio é?” -“Olha, se você me der a banda do seu fígado, eu vou esconder você de trás da cabeça, ninguém vai te ver quando você estiver de frente. E você vai ficar forte também para correr, para se defender correndo”. Aí o veado topou. Deu a banda do fígado dele. É por isso também que hoje o veado só tem uma banda do fígado. Ele não tem o fígado como os outros bichos; os pedaços. Ele só tem uma banda. Parece que é cortado mesmo. E daí para cá o veado começou a se esconder de trás da cabeça. Você olha para ele e não consegue ver. Só se estiver de costela, você enxerga de longe. Mas se tiver de frente mesmo, você precisa ser bom para saber que é um veado. Às vezes você vê só os olhos dele e não vê o corpo dele. Aí que você vai olhar, rapaz, é um veado! (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Muitas das explicações sobre o comportamento dos animais provêm de um universo de narrativas míticas próprias da cultura Ashaninka, enquanto outras fazem

parte do conhecimento empírico adquirido ao longo de gerações que observaram o cotidiano da fauna. Em alguns casos, como no relato acima, é possível notar inclusive a interação entre ambas. O vasto conhecimento dos Ashaninka sobre os hábitos alimentares dos animais, por sua vez, parte do conhecimento produzido e acumulado por gerações a partir das observações. Ao falar extensamente sobre as frutas consumidas pelos animais, Moisés deixa evidente parte desse amplo conhecimento.

Tem fruta diferente o ano todo, cada qual na sua época. Tem aquelas também mais apreciadas pelos animais, que os bichos comem mais. Tem o manixi e o inharé, que são umas que queixada, porquinho, papagaio, jabuti [comem]. Tem cada fruta que o certo bicho mais gosta. Tem o ofê, que aí vem a anta, vem o veado, porquinho também. Aí vem esse manixi da beira, que é uma quantidade grande de bicho, quase todo bicho come. Tanto bicho de pena como de pêlo, de casco, todo tipo de animal come. Então, o manixi da beira do rio, é o inharé, é uma das frutas que os bichos comem mesmo. Depois dele, é só a embaúba que dá com ele. Na época de manixi, aonde tem muito bicho mesmo, você não vê folha, você não vê um caroço de baixo. As folhas ele varre, varre tudinho, fica tudo limpinho mesmo, deles virarem para comer tudo que tem. Eles ficam de baixo esperando, “é meu aquele, é meu!” (risos). Mas é incrível, que eles deixam tudo limpinho, limpinho mesmo! Tem também a sapotirana; ela é uma das frutas também que nessa época, vem os tempos que os bichos começam a engordar. Acho que são as frutas que têm mais proteínas para o bicho engordar. Vem o jabuti, começa engordar. O capelão engorda. São os que mais eles comem. Em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro. O bicho come e engorda. Tem a aabiurana, também, que é uma comida preferida da anta. Inclusive a anta quando come a banha fica branquinha, da mesma cor da fruta. Anta é engraçada, porque se ela come o buriti, a banha dela fica amarela, como o buriti. A aabiurana e o buriti são as duas frutas que mudam a cor da banha. A pama também, o porquinho, cutia, papagaio, quase todos bichos comem. A embaúba também; é na época que quase todos os pássaros tão gordos, engordam. O fruto dela eu acho que tem muita proteína, para engordar mesmo. É a vitamina dos animais. O macaco chega a pelar a barriga, de estar deitado no galho de pau, sem poder andar muito, só gordo, fica só deitado. E todos os bichos, papagaio, arara... Todos bichinhos ficam gordos. Cujubim, jacu, mutum, tudo engorda. Esses são os tipos de frutas que mais os bichos gostam (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Conhecedores dos hábitos dos animais, muitos deles utilizados na alimentação, os Ashaninka preocupam-se com aqueles que são pouco consumidos por eles e que estão aumentando de quantidade a ponto de prejudicá-los. Especialmente, os jacarés e as

capivaras passaram a ser um problema na TI devido ao seu crescimento populacional exagerado. O jacaré para eles é um animal perigoso que consome muitos peixes, enquanto a capivara é um transtorno por destruir suas plantações. Frente ao aumento populacional excessivo dessas espécies, os Ashaninka têm discutido entre eles e com as autoridades competentes alternativas para reduzir o número desses animais na TI, mas até agora nenhuma ação efetiva foi realizada. Ao falar das capivaras, que não foram representadas no mapa de fluxo de fauna, o Ashaninka Moisés ressalta o problema por eles vivido:

a capivara está aumentando. E para a gente está prejudicando cada vez mais. Já teve alguns roçados exterminados por elas, roçado de milho. Até o mudubim ninguém consegue plantar, porque ela acaba o mudubim tudinho. Abacaxi, txai, ela entra no roçado de macaxeira, vem comer abacaxi. O velhinho que mora lá em cima tinha um abacaxizal; eu acho que mais ou menos uns duzentos ou trezentos pés de abacaxi. A capivara entrou, acabou os abacaxis dele tudinho. O cara fez um roçado, o sogro dele aqui, dois roçados de milho. Foi lá, limpou, o milho tava embonecando, soltando as espigas, tava verdinho ainda. Disse: “Daqui a duas semanas nós vamos ter milho aqui para nós comer”. Voltou para casa, deixou tudo limpinho. “Bora buscar milho, mulher”. Chegou lá, o roçado todo toradinho, o milho, pelo toco. “Vamos no outro”. Chegou no outro, também do mesmo jeito. A banana nativa, por exemplo, ela está derrubando já as touceiras tudinho; derruba para comer. A bananeira mesmo; ela come com casco, com tudo. Então, está prejudicando bastante já a gente. A gente precisa dar um jeito. A gente precisa matar, ou botar no mercado, vender em Marechal Thaumaturgo, fazer alguma coisa nisso aí (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Apesar de não terem sido inseridas informações sobre as capivaras e outros animais no mapa - que privilegiou os animais usados na alimentação -, a partir deste os Ashaninka passaram a discutir sobre os diversos animais existentes na TI. Em relação aos jacarés, a maior preocupação dos Ashaninka é com a grande quantidade de peixe que eles consomem, reduzindo essa fonte de alimentos para eles. Buscando alternativas para reduzir a quantidade de jacarés na TI, pensam em realizar um projeto que permita levar os filhotes para regiões onde eles estão ameaçados de extinção. Dessa forma,

estariam contribuindo para resolver não apenas os problemas por eles enfrentados, mas também o da extinção dessa espécie de animal silvestre em outros lugares.

A onça é outro animal que também está tendo um grande crescimento populacional na TI, segundo os Ashaninka. Como eles pararam de caçar esse animal, de comercializar sua pele, percebem um aumento considerável dessa espécie, gerando preocupações entre eles. Cada vez mais a possibilidade de uma pessoa se deparar com uma onça aumenta, representando risco para a integridade física deles. Como dito por Moisés, elas estão inclusive transitando bastante perto da aldeia.

Para os Ashaninka, a onça e todos os outros animais possuem um “chefe invisível”, denominado na cultura Ashanika “txoyatxaki” ou “shiyamayri”. O chefe dos animais tem o poder de escondê-los ou não de um caçador, além de ser quem cuida das “árvores de espírito” que existem na floresta. Como mencionado por Moisés, quando discutiam o mapa de fluxo de caça:

tem o chefe de tudo mesmo, txai, é aquele que a gente está falando, que é meio invisível, que não são todos que vêm, que é o txoyatxaki. Esse daí é o que manda em tudo mesmo. Toda onça, queixada... Toda criação que tem é dele; ele é o dono. Todo bichinho que tem no mato, é ele que comanda tudo. Se ele vê você passando, ele diz: “Ah! Você não vai matar nada hoje!” Você pode topar rastro de queixada, passar no meio do bando, no maior cheiro de queixada, você não consegue ver um! Ele é o chefe! Ele é vivo, ele está no mato mesmo, ele mora sempre dentro do toco de jarina. É um caboclinho assim, cabelinho aqui... Ele fica dentro do toco de jarina; mesmo jeito o cabelo dele, você passa, nem vê ele. Às vezes você está quieto, de repente um pau cai; é ele que está bravo, txai! Ele mete o toco do pau, derruba tudo. Só é pequeno, mas tem força! É o que cuida também das árvores de espírito de mais valor dentro da mata. Ele é tudo como encantado; ele cuida de todo esse encanto, de caça, de árvore, de tudo. Às vezes você passa um monte de vez, não consegue ver uma árvore. De repente você vê: “rapaz, ninguém nunca tinha visto essa árvore aqui!”, a árvore está lá. Muitas vezes a pessoa diz: “acaba tudo aqui”, mas ainda tem aquela que ele fica guardando, para não ver, para ninguém acabar. Ele que é o chefe mesmo. Ele que guarda tudo. A caça, queixada, essas coisas assim, fica guardando. Chama também shiyamayri. Às vezes você está no mato, aí de repente você vê o mato mexer, você olha, pensa que é uma caça, mas não é. É ele que está passando ali (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

### 4.1.3. Mapa de caçada da TI Mamoadate

No “mapa de caçada”, os Manchineri e Jaminawa inseriram informações sobre os piques de caça, acampamentos, barreiros, caça grande e embiara. Assim como entre os Ashaninka, ao discutirem o mapa de caça, privilegiaram diversas outras informações. O mapa foi apropriado durante as oficinas de etnozoneamento apenas como o ponto de partida para discutirem o tema das caçadas. A partir dele, falaram sobre a ocupação espacial, as técnicas de caçada, os valores, os hábitos dos animais e a escassez de caça.

Distinto do mapa dos Ashaninka, não foram representadas as espécies de animais. O mapa de caçada da TI Mamoadate dá mais ênfase aos locais onde as atividades de caça são realizadas. O mapa evidencia uma grande área de uso intenso por ambos os povos e outra, mais acima no rio Iaco, distante das aldeias, pouco utilizada por eles. Um outro aspecto importante que pode ser notado no mapa é a considerável área de caça fora da TI, o que não ocorre entre os Ashaninka.

Os Manchineri e os Jaminawa caçam dentro e fora dos limites da TI. Dentro da terra eles caçam nos piques de caça, nos acampamentos, nos barreiros, na beira dos rios e igarapés, nos aceiros dos roçados e nas proximidades de árvores cujos frutos são alimentos para os animais. Fora da TI, as caçadas ocorrem nos piques de caça que existem na margem direita do igarapé Mamoadate e em ambas as margens do igarapé Márcia hapha, ambos afluentes da margem direita do rio Iaco, conforme indicado no mapa de caçada. Esses piques de caça são utilizados mais pelos Manchineri das aldeias Peri e Jatobá e pelos Jaminawa das aldeias Cujubim e Betel. Os Manchineri da aldeia Jatobá possuem um outro pique de caça que ultrapassa o limite da TI definido pelo



igarapé Riozinho, mais precisamente na margem esquerda deste igarapé, portanto, fora da TI.

Os moradores da aldeia Betel caçam, ainda, no igarapé da margem direita do Iaco, denominado Samarrã, que marca o limite entre a Reserva Extrativista Chico Mendes e a Fazenda Petrópolis. Ainda fora da TI, os Jaminawa de Betel caçam em uma outra localidade dentro da Fazenda Petrópolis, na margem esquerda do Iaco.

O mapa de caça da TI Mamoadate, além de ser um instrumento de planejamento para o uso da fauna, é um poderoso instrumento político. Ele demonstra a ocupação tradicional dos Manchineri e Jaminawa fora da TI, permitindo que eles usem esses mapas para fortalecerem suas reivindicações de ampliação da área. Esse mapa também lhes permite ter uma visão mais ampla das áreas por eles vigiadas contra invasores. Quando se deslocam pelos piques de caça que começam nas aldeias e se estendem até os limites da TI, assim como os Ashaninka, aproveitam para vigiar a área contra possíveis invasões: “a gente vai para lá olhar a divisa e também já vai caçar, pescar. Sempre lá arranja mais um pouco, mas não é essas coisas não” (Francisco Napoleão Manchineri, 13/09/2005, Jatobá).

Os demais piques de caça estão dentro dos limites da terra, sendo eles distribuídos por aldeias. Cada aldeia possui vários piques. Alguns seguem margeando os igarapés e outros passam pelos divisores de água destes. Os piques começam nas aldeias e se estendem, geralmente, até as cabeceiras dos igarapés. A extensão deles é variada, sendo calculada pelos Manchineri e Jaminawa em horas, não em quilômetros. Os piques mais longos levam cerca de cinco horas de caminhada, no ritmo de um caçador, que não costuma ser muito rápido por estar atento a todos os indícios da presença de animais. As caçadas realizadas nos piques costumam não exceder um dia: o caçador sai da aldeia

pela manhã e retorna para dormir em casa – do mesmo modo que ocorre entre os Ashaninka.

As caçadas que extrapolam o dia são aquelas realizadas nos acampamentos, onde constroem “papiris”<sup>83</sup> para se abrigarem. Bastante diferente do mapa da TI Kampa do Rio Amônia, que só possui um acampamento, no da TI Mamoadate foram inseridos vários. Os Jaminawa não costumam acampar para caçar, existindo entre eles apenas um acampamento, situado na margem do igarapé Mamoadate. Os demais acampamentos existentes no mapa são de uso dos Manchineri. Analisando o mapa, entretanto, não é possível saber de quem são os acampamentos, pois não foram sinalizados como de uso de um ou de outro povo indígena durante a digitalização das informações.

Reunindo as informações sobre os acampamentos presente no mapa e nos relatos dos Manchineri, é possível constatar que os caçadores das aldeias Jatobá e Extrema acampam na beira do rio Iaco, acima dos igarapés Moa e Glória, próximo à fronteira com o Peru. Esta região constitui território de índios isolados e, por isso, existe certo risco nos acampamentos localizados nesta área.

Os Manchineri das aldeias Peri e Jatobá também fazem acampamentos de caça nas margens dos igarapés Katsluksuha (Abismo) e Marilene, nos quais há indícios de trânsito de índios isolados. Estes acampamentos, talvez devido ao risco de se deparar com índios isolados e certamente por causa da distância das aldeias, não são muito utilizados pelos Manchineri. Caçam nestes locais quando necessitam de uma grande quantidade de carne para realizarem festas, adjunto (mutirões), grandes reuniões, etc. Já os Jaminawa, por estarem suas aldeias distantes da área de trânsito de índios isolados, praticamente não se deslocam até esta para caçarem. Por ser pouco utilizada, durante as

---

<sup>83</sup> O termo “papiri” é utilizado no Iaco para se referir às construções temporárias construídas para abrigo durante as caçadas ou pescarias. No Alto Juruá, o termo usado é “tapiri”.

oficinas de etnozoneamento discutiram a possibilidade de criar aí uma “área de refúgio” nos mesmos moldes daquela da TI habitada pelos Ashaninka.

Dentre os acampamentos, dois estão fora da área utilizada pelos índios isolados, sendo explorados com mais frequência. Um deles se encontra na foz do igarapé Jorimagua, usado pelos Manchineri das aldeias Peri, Jatobá e Laranjeira. O outro, de uso dos moradores da aldeia Peri, situa-se fora dos limites da TI, nas cabeceiras do igarapé Mamoadate, onde acampam por cerca de dois dias<sup>84</sup>. Os acampamentos feitos aí são os únicos nas cabeceiras, pois nos demais igarapés a abundância de caça torna desnecessário subir muito pelos seus cursos para acampar.

Conforme os Manchineri e Jaminawa, além dos piques de caça e dos acampamentos, existem outros locais bons para caçar: os roçados, os barreiros, as margens do rio Iaco e as proximidades de árvores cujos frutos servem de alimentos para os animais. Nestes locais, assim como nos piques de caça e nos acampamentos, a diversidade de animais caçados é considerável.

Nos roçados, caçam a cutia, a paca e o porquinho, além de nambus e outras aves. Nos barreiros, o veado, a anta e o queixada. Próximo a árvores frutíferas, o veado e o queixada. Nos piques de caça e acampamentos, macaco, queixada e muitos outros. Na beira do rio, caça-se jacaré, capivara, paca, veado e tatu. Segundo a liderança Jaminawa da aldeia Cujubim, na beira do rio “mata mais é paca, veado, tatu. Passa muito na beira. Capivara também, de noite também “ (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Todos os animais comestíveis são classificados pelos Manchineri e Jaminawa como “embiara” e/ou “caça grande”, sendo representados por meio dessas categorias no mapa. Dentre as embiaras pode-se mencionar a paca, a cutia, o tatu, o porquinho e os animais de pena. Entre as caças grandes está a anta, o queixada e o veado. Um caçador

---

<sup>84</sup> Este é mais ou menos o tempo médio de permanência nos acampamentos.

geralmente almeja uma caça grande, mas retorna para casa muitas vezes com várias embiaras. A caça grande é tida como a melhor, por fornecer uma quantidade considerável de carne, capaz de alimentar mais de uma família.

O abate de embiaras ou caças grandes está associado às técnicas de caça utilizadas pelos Manchineri e Jaminawa, divididas em: caça a ponto (a curso), caça com cachorro, caça na espera e caça com armadilha. Os locais onde estas técnicas são utilizadas não foram sinalizados no mapa, mas foram ressaltados por eles durante as oficinas de etnozoneamento. A caça a ponto é praticada principalmente nos piques de caçada, mas também ocorre nos acampamentos. O caçador costuma sair pela manhã, ou de madrugada, munido de espingarda, terçado e rancho. Passa longas horas na mata caminhando em um ritmo não muito acelerado. Pelo caminho, ele procura os diversos indícios da presença de animais comestíveis: barulho, rastro, piché (cheiro), etc. Com essa técnica, podem abater várias espécies de animais.

De ponto nós matamos porquinho, capelão, macaco preto. Macaco preto é difícil. É mais fácil zog-zog. Macaco Cairara é perigoso. Veado nós topa. Queixada nós topa. Anta nós topa, mas é só rastro, rastejando. Mas é difícil nós rastejarmos. Porque tem muita gente que não sabe caçar. Embiara também pega. Nós topa nambu azul, arara, nambu galinha, mutum, jacu; não é muito difícil não. Cujubim é difícil (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Ao se referirem às técnicas utilizadas, destacaram os vários animais abatidos com cada uma delas. Não estando as técnicas e os animais representados no mapa, apenas por meio dos relatos é possível saber sobre o consumo de caça e a forma de obtê-la. Ao falarem sobre a caça com cachorro, realizada nos piques de caça e acampamentos ao longo do dia, afirmam que a caminhada é mais rápida que na técnica a ponto, sendo o caçador guiado pelos cães. Dependendo do comportamento do cachorro, especialmente do latido, o caçador consegue fazer suposições do animal que se encontra

por perto. De acordo com os Manchineri e os Jaminawa, devido ao fato da caçada com cachorro afugentar a caça ela está diminuindo, mas ainda é praticada.

Não é caçar com cachorro. Nós sempre levamos alguns cachorrinhos para espantar as cotias. Para não acabar nossa roça, macaxeira (Zé Paulo Alfredo Jaminawa 09/09/05, Salão).

A gente caça com cachorro, mas não no centro da mata, com uma hora e meia. Às vezes quando o caçador topa de sorte arrumar caça ele não vai nem vinte minutos buscar; ali ele já fez a feira dele, de lá ele já volta (Noberto Bezerra da Silva Manchineri, 15/09/05, Água Preta).

A caça na espera, diferentemente das outras técnicas, é praticada nos roçados, nos barreiros e nos arredores das árvores frutíferas, principalmente das gameleiras. Ela é mais praticada durante a noite, quando o caçador munido de rancho, espingarda, terçado e lanterna fica no alto de uma árvore esperando os animais se aproximarem. Como nas outras duas técnicas citadas, o caçador fica sempre atento aos indícios da presença do animal, preocupando-se com o sentido do vento que pode fazer com que a caça fareje o cheiro do caçador e não se aproxime.

A caça na espera praticada no roçado permite aos Manchineri e Jaminawa abaterem para o consumo algumas espécies de animais silvestres. A paca, a cotia e o porquinho costumam freqüentar os roçados para alimentarem-se de macaxeira e milho, tornando-se alvos fáceis para os Manchineri e para os Jaminawa. A caça na espera, também pode ser realizada no interior da floresta, longe dos roçados. Neste tipo de caçada, os Manchineri e Jaminawa colocam uma rede de dormir no alto de uma árvore e ficam esperando para o abate a paca, o veado ou a anta. Esses animais são abatidos em locais onde costumam se alimentar. Conforme Isaías Manchineri: “a paca gosta de gameleira, gosta de coco de ouricuri, gosta de inharé. Muitos tipos de comidas. Agora, a

anta, é só cajarana e gameleira. O veado também. O veado é inharé, gameleira e abiurana (Isaiás Manchineri, 25/07/04, Santa Cruz).

Na caça com armadilha, diferentemente das outras, são utilizadas espingardas para caçar embiaras e caças grandes, e arapucas para “bichos de pena”. As arapucas, em geral, são armadas nos roçados para capturar animais de pena, como o jacú, as nambús e outros. As armadilhas com espingardas são colocadas nos locais de trânsito dos animais, amarrando um fio de nylon entre dois suportes ligado ao gatilho. Quando a caça força o fio para passar, a espingarda é acionada. A altura do fio em relação ao solo estabelece o porte do animal que será caçado, se embiara ou caça grande. Como eles dizem: “com armadilha pega tatu, paca, veado. Veado quem sabe fazer a armadilha. O mais principal mesmo é tatu e paca, na trilha dela” (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Todas essas técnicas estão associadas a um universo de valores difícil de ser representado no mapa. Assim como entre os Ashaninka, os valores associados à caça envolvem os caçadores, os cachorros e os instrumentos utilizados. A maior parte dos valores está associada ao que é por eles denominado “panema”, mesmo termo usado entre os Ashaninka. Quando um caçador está encontrando dificuldades para abater os animais, os Manchineri e Jaminawa dizem que ele está com “panema”. Acredita-se que o rompimento de alguns tabus pode deixar o caçador com panema. Caso uma mulher menstruada toque em qualquer instrumento de caça, ou coma a carne que o cachorro aciou, o caçador fica com panema. Se o caçador estiver caçando com cachorro, para evitar panema, ele deve, sem a ajuda do cão, caçar um animal para a mulher menstruada comer. Se jogar os ossos da caça no terreiro e alguém urinar em cima, “aí dá panema”. Se uma pessoa tiver inveja do caçador, ou da sua caça, ele fica com panema. Mulher grávida não pode ficar enjoada com a carne da caça, se não dá panema. Para os

Jaminawa, se uma mulher menstruada passar por cima da arma do caçador, ele fica com panema. Além disso, também é preciso ter um cuidado especial com os ossos da caça: “às vezes joga os ossos fora, da caça, e alguém mija em cima, aí panema. Tem outros também: baleia a caça, ela vai embora e morre longe, aí o urubu come. Aí o caçador fica panema” (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, Salão, 09/09/05).

Muitos outros motivos fazem o caçador ficar com panema, mas diversas técnicas podem acabar com esse mal. Para tirar panema, os Manchineri fazem uma defumação do caçador, dos instrumentos e do cachorro com a folha do tipi. Além desses conhecimentos, existe a defumação com pêlo de caça. Passar pimenta malagueta nas narinas do cachorro, ou defumar o caçador com pimenta, é outra forma de tirar panema. Na visão deles, o cachorro fica com panema porque ele é um caçador.

Entre os Jaminawa, outros valores estão associados ao consumo de caça. Alguns animais não podem ser caçados quando o caçador é pai de filhos pequenos, pois estes passariam a correr o risco de morrer. Como falado pela liderança da aldeia Salão:

Quando tem criança pequena de um ano, de dois anos, não pode matar macaco cairara. Nós podemos matar macaco cairara quando a criança tem de seis anos para sete anos, aí pode matar. Já está crescendo. Enquanto a criança não cresce não pode matar. Mutum, se tiver criança bem pequena de um mês não pode comer. O pai e a mãe. Depois que passou um mês aí pode comer. A arraia, também, o pai e a mãe não podem comer. Avó, Avô não tem problema. *É nossa cultura mesmo; a gente não pode deixar ela para trás* (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Como parte da cultura, os caçadores Manchineri e Jaminawa dividem a carne obtida conforme algumas normas sociais. O caçador reparte a caça com os parentes mais próximos. A caça também é repartida com os vizinhos, que podem ser parentes próximos ou não. O caçador Manchineri ou Jaminawa costuma caçar para alimentar sua família e seus parentes, mas pode ser para outras necessidades, como quando ele precisa

de ajuda para realizar um trabalho, construir uma casa, abrir um roçado. Nessas ocasiões, o caçador garante o rancho de todos os trabalhadores. A importância da carne de caça para eles não se limita, portanto, à alimentação. Ela está associada à organização social, aos valores sociais e ao conhecimento tradicional, que não têm como serem representados nos mapas georeferenciados na escala de 1:50.000.

A falta da carne de caça para os Manchineri geraria uma desestruturação do modo de vida deles bem mais intensa que entre os Jaminawa - que são mais pescadores que caçadores - apesar de ambos se preocuparem com a escassez da caça. Em algumas partes da TI, a dificuldade de obter caça aumentou consideravelmente. No mapa, é bastante visível a existência de uma vasta área muito utilizada para as atividades de caça. Esse problema tem preocupado muito os Manchineri, sendo um tema recorrente quando interpretam os mapas. Como dito pelo caçador Manchineri conhecido como Chico Tampa: “é cedo a gente sai para caçar e não encontra mesmo. Agora no verão, é meio difícil encontrar caça na mata. Encontra mais uns queixadas, mas não é toda vez que vai na mata que encontra caça não. Caça é meio difícil” (Francisco Napoleão Manchineri, 13/09/2005, Jatobá). A grande diminuição da caça ao longo dos anos também tem sido notada pelos Jaminawa. Como pode ser percebido nas palavras da liderança da aldeia Betel:

De primeiro, que eu alcancei aqui, era muita fartura. Perto da casa, do roçado, a gente via era muito queixada, veado, anta que andava quase no meio do terreiro. Hoje em dia não, ninguém vê mais isso não. Está meio difícil. O tempo que os bichos estão dando cria é melhor a gente parar uns dias, para não matar o bicho buchudo também. Porque ninguém sabe quando é fêmea ou quando é macho (Rubens Lorival Jaminawa, 09/09/05, Betel).

As aldeias Manchineri Peri, Jatobá, Santa Cruz e Laranjeira enfrentam dificuldades para conseguirem caça, tal como as aldeias Jaminawa Betel, Salão,

Cujubim e Boca do Mamoadate. Durante as discussões sobre o mapa de caça, realizadas nas oficinas de etnozoneamento, a escassez da fauna e a busca de uma solução foi um tema central. O mapa foi útil, então, para uma reflexão mais aprofundada sobre a situação vivida por eles, servindo naquelas discussões como um instrumento de planejamento.

A maioria das aldeias Jaminawa e Manchineri sofre com a escassez da caça. Apenas uma aldeia Jaminawa, Água Boa, não enfrenta grandes dificuldades para obter caça. Entre os Manchineri, a aldeia Alves Rodrigues não tem esse problema. Seus moradores, além de serem em número reduzido, duas famílias, retornaram para a localidade há cerca de três anos apenas. As aldeias Cumaru, Lago Novo e Extrema dos Manchineri, também não enfrentam grandes dificuldades com a falta de caça.

Nós, lá na aldeia Extrema, a dificuldade da caça não está muito difícil. Porque as nossas caçadas, todas as caçadas que fazemos é difícil voltar de mão vazia. Sempre a gente consegue para comer, para um dia, para dois dias. Outra, que lá para nós, ainda temos um espaço bom para nós, ainda não estamos caçando um no pique do outro. O fato é que não tem muita gente mesmo. Nós estamos até bom de caça ainda. Mas assim mesmo, com essa facilidade, às vezes a gente anda muito e não consegue nada (José Samarrã, Extrema, 13/09/2005).

Um dos principais motivos relacionados à diminuição da fauna cinegética na TI deve-se ao adensamento populacional, que acaba gerando a necessidade de abertura de muitos piques de caça e acampamentos, além da sobreposição dos primeiros. Discutindo o mapa, procuraram refletir sobre como solucionar o problema por eles vivido. Como pode ser visto no mapa de caça, a concentração de quatro aldeias Manchineri juntamente com outras quatro aldeias Jaminawa, em uma mesma região da TI, tem afastado a caça das proximidades das residências e deixado os piques de caça sobrepostos, gerando diversas queixas: “aqui está meio difícil de caça, porque é muita gente. As aldeias têm muita gente. Quando a gente vai caçar, vai atrás de uns queixadas,

a gente atravessa o pique dos outros” (Francisco Napoleão Manchineri, 13/09/2005, Jatobá).

Em geral os piques de caça dos Jaminawa são menores que os dos Manchineri e muitas vezes os Jaminawa usam partes dos piques abertos pelos Manchineri. Enquanto os Jaminawa não vão muito longe em suas caçadas, os Manchineri podem passar o dia inteiro caçando, retornando somente com algum animal abatido. Já os Jaminawa dificilmente ficariam mais do que um período na mata, voltando para casa mesmo sem conseguir encontrar nada. Como afirmado pelas lideranças Jaminawa das aldeias Salão e Betel:

Nosso costume é só caçar até onze horas, duas horas. Mais longe são três horas. Mesmo que não achemos nada, podemos voltar (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

A gente caça uma semana, uma vez na semana. Caça uma semana, falta duas semanas. Nos preocupamos mais com o nosso trabalho. A família fica passando fome a gente fica trabalhando no nosso roçado. Tem dia que a gente passa só com macaxeira, aí a coisa apertada e vamos procurar (Rubens Lorival Jaminawa, 09/09/05, Betel).

O mapa de caçada da TI Mamoodate e as discussões a ele associadas permitem perceber as diferenças culturais entre os Manchineri e Jaminawa em relação às atividades de caçada e ao espaço por eles utilizado para tanto. Também é possível perceber a preocupação que enfrentam devido ao adensamento populacional estar gerando uma forte pressão sobre a caça, como é reconhecido por eles.

#### **4.1.4. Mapa de caça da TI Nawa**

De modo distinto, o mapa de caça da TI Nawa informa sobre as atividades de caça e sobre o espaço utilizado para essa prática, com uma riqueza de detalhes bem

menor em relação aos mapas das TIs Kampa do Rio Amônia e Mamoadate. Elaborado sem uma metodologia de mapeamento participativo, apenas a partir de informações produzidas pelos técnicos responsáveis pelos estudos identificação e delimitação da TI, o mapa de caça da TI Nawa não possui legenda, escala e rosa dos ventos. A preocupação com convenções básicas da cartografia foi desconsiderada, resultando em um mapa pouco informativo. Analisando esse mapa, e os outros mapas temáticos relativos à TI Nawa, percebe-se como os mapeamentos participativos proporcionam uma representação cartográfica mais abrangente dos conhecimentos indígenas. Ainda que os mapas temáticos das TI Nawa sejam um instrumento político utilizado no processo de regularização da terra, eles não dão subsídios para um uso político mais amplo.

Mesmo sendo os mapas da TI Nawa bastante precários em relação àqueles produzidos pelos mapeamentos participativos, é possível notar a partir dos relatos dos Nawa alguns aspectos em comum com as atividades de caça dos Jaminawa, Manchineri, Ashaninka e Nawa. Como dito por vários Nawa, desde a idade em que uma criança consegue suportar o disparo da espingarda – assim como entre os outros povos indígenas mencionados - ela é introduzida no vasto universo de conhecimentos que envolvem a atividade de caça. Conhecer o relevo, a hidrografia, a vegetação e os hábitos dos animais (locais onde comem, bebem água, dormem, se reproduzem, etc.) é fundamental para o sucesso do caçador. É importante, também, reconhecer várias informações sobre a caça por meio dos rastros, como as últimas ações realizadas pelo animal, seu tamanho, a espécie e a distância em que se encontra do caçador. O conjunto dessas informações permite a formação de uma noção espacial que compõe os mapas mentais dos Nawa. Um desses mapas, quando elaborado para os estudos de

identificação da terra - a partir das orientações dos técnicos - contemplou apenas uma pequena parte do vasto conhecimento dos Nawa sobre o território e as atividades de caçada.

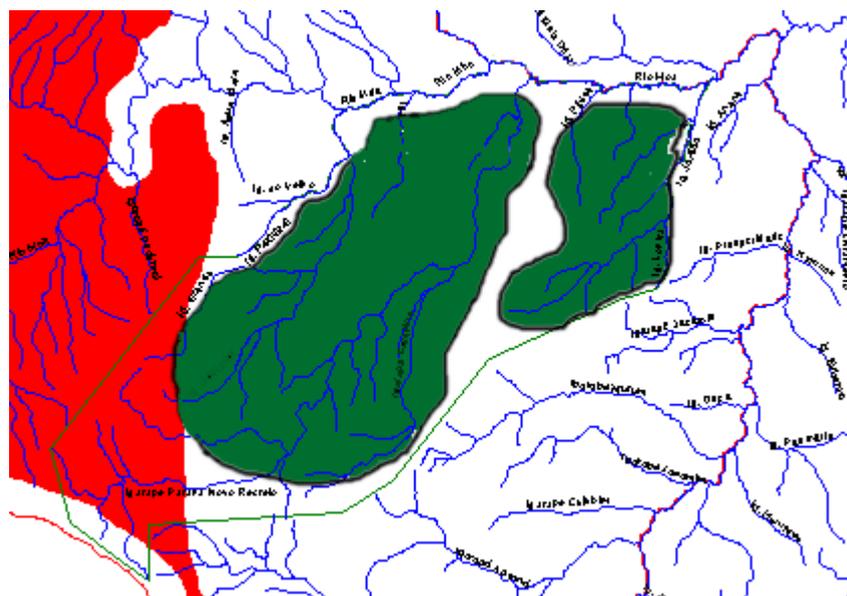
Segundo as informações orais obtidas para compor a documentação necessária à identificação e delimitação da terra, que não constam nos mapas, o período de inverno é o mais propício para a atividade de caça. Durante vários dias da semana um dos homens da família sai para caçar em áreas situadas no interior da mata, à qual tem acesso pelos caminhos de caça que saem dos fundos das residências e seguem em direção ao interior da mata. Esses caminhos também não foram registrados nos mapas, sendo privilegiado pelos estudos as zonas utilizadas para as atividades de caça. Não ocorreu, portanto, um mapeamento dos locais utilizados para as caçadas, como no etnozoneamento e no etnomapeamento, mas um zoneamento simplificado da área de caça. A forma para se definir essas zonas fugiu do modelo participativo adotado nos outros dois instrumentos de planejamento, por terem sido elaboradas em gabinete a partir das narrativas Nawa.

A dimensão das áreas de caça obtidas com esse procedimento metodológico foi pouco precisa. Como se pode observar no “mapa de caça”, duas zonas de caça foram identificadas, mas não há uma justificativa para a área em branco que as separa. Os Nawa, dependendo da necessidade, transitam entre uma e outra zona quando estão caçando, não existindo um limite fixo entre elas. Eles caçam em uma ampla área, que ocupa toda a região da margem direita do rio Moa e das microbacias dos igarapés Jordão, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina, Jesumira, do Velho, Paxiubal e Buraco-Fundo.

No mapa de caçada, a área por eles utilizada foi destacada em verde, enquanto a zona percorrida por índios isolados foi sinalizada em cor vermelha. Fica visível no

mapa que os Nawa não caçam onde existem índios isolados, mas chegam bem próximos dos locais com indícios da presença deles. Essas informações podem ser notadas no mapa, apesar das escassas informações, inclusive em relação aos nomes dos igarapés.

Distintamente do mapeamento realizado no etnozoneamento e no etnomapeamento, durante a identificação e delimitação da TI Nawa não foi realizado um levantamento aprofundado do nome de todos os igarapés. Somente foram considerados aqueles mais importantes, principalmente os que constituem os limites da terra. Para interpretar esse mapa é preciso ter como referência o mapa e o relatório de identificação e delimitação da TI Nawa, sem os quais as informações sobre as atividades de caça ficam sem sentido.



Mapa de Caça

Apesar da dificuldade para se entender o mapa de caça, da ampla área ocupada pelas bacias hidrográficas mencionadas destaque especial deve ser dado às cabeceiras dos igarapés Jesumira e Novo Recreio, e ao afluente da margem direita deste último, o igarapé Boca Tapada. A região formada pelas cabeceiras desses igarapés é uma das principais áreas de reprodução da fauna, por causa da grande quantidade de barreiros e árvores frutíferas que servem de alimentação para os animais. Conforme o Nawa Eufrásio, ao se referir à região das cabeceiras do Novo Recreio, Boca Tapada e Jesumira:

Tem uns barreirão que se você chega neles chega fica animado para matar uma caça. Embiara tem, jacu, kujubim, fervilha quando você chega assim (...) Todo tipo de caça fica em barreiro: é queixada, é porco, é veado, a anta. Agora tem uns tipos que andam de noite. A anta anda de noite. O veado anda de dia e de noite. Agora o queixada e o porquinho só anda de dia (...) Jacu, kujubim, mutum tudo anda em barreiro. Porque o barreiro é como uma terra salgada, por isso que a caça gosta (Eufrásio, 2003, Jesumira).

Os Nawa que residem no igarapé Jesumira caçam nas regiões das cabeceiras deste igarapé e de seus afluentes, além de obterem caça nas proximidades dos igarapés do Velho e Paxiubal. Aqueles que moram na margem direita do rio Moa e nos igarapés Venâncio e Jarina caçam nas regiões destes igarapés e na região dos igarapés Jordão, Novo Recreio e Jesumira. Já os Nawa que residem nos igarapés Novo Recreio, Jordão e Pijuca caçam nos afluentes destes igarapés e nas cabeceiras do igarapé Jordão. Por estar a maior parte dos Nawa residindo no igarapé Novo Recreio, as regiões desse igarapé e do igarapé Jordão são bastante freqüentadas para a obtenção de carne de caça. Muitas vezes os Nawa atravessam o igarapé Jordão em direção ao rio Azul – fora da TI e no interior do PNSD - e estabelecem acampamentos aí para desenvolverem suas atividades de caça. O mapa de caça, contudo, não mostra essas informações, não chegando se quer

a sinalizar as aldeias existentes na TI, como ocorre com os mapas viabilizados pelo etnozoneamento e pelo etnomapeamento.

Como mencionado por algumas lideranças Nawa, entretanto, os acampamentos são realizados com certa frequência, podendo ser estabelecidos, também, nas regiões das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio e Jesumira. Nos acampamentos, os Nawa permanecem cerca de dois ou três dias caçando. Em geral, deslocam-se para essas áreas quando necessitam abater uma quantidade de caça capaz de prover as famílias por vários dias. Quando os Nawa dedicam-se a atividades que não podem ser conciliadas com as de caça, como durante a construção de casas em regime de mutirão, a colocação de roçados e a participação em reuniões extensas, eles obtêm o alimento necessário para se dedicarem a tais atividades nas referidas cabeceiras. Essa área, durante os estudos de identificação da terra, estava sendo cogitada pelos Nawa para se tornar uma área de refúgio, nos mesmos moldes daquelas existentes entre os Ashaninka.

Quando saem para caçar no período de inverno, nas proximidades das residências, gastam poucas horas para adquirirem carne com fartura. A abundância de caça no inverno está associada a uma floresta bastante preservada na TI - em uma área classificadas no plano de manejo do PNSD como “zona primitiva” (Plano de Manejo, 1998) -, que oferece nesse período muitas opções de alimentos para os animais. No verão, as atividades de caça são mais difíceis por não haver tantas opções de alimento para os animais e por seus rastros não ficarem muito visíveis, como ocorre na estação chuvosa com o solo bastante molhado. No verão, portanto, a principal técnica utilizada pelo caçador é a da espera. No inverno, a melhor técnica é a do rastejo, “caçada a curso”. Entretanto, ambas as técnicas, do rastejo e da espera, podem ser praticadas nas duas estações do ano amazônico.

Durante o inverno e o verão costumam praticar também a caça com armadilhas. Tanto no verão como no inverno, alguns animais em busca de alimentos chegam nas proximidades das residências, nos roçados, quando são facilmente capturados. Tendo conhecimento dos hábitos dos animais, os Nawa podem sair de casa e ir em busca de uma caça específica. Isso ocorre também com as armadilhas, em geral colocadas para pegar determinados tipos de animais. A sazonalidade das caçadas e os locais usados para a colocação de armadilhas poderiam ser representados cartograficamente, mas isto não foi feito devido à natureza dos trabalhos de identificação, que não exigem a elaboração de mapas com esses dados.

Uma outra técnica de caça utilizada pelos Nawa durante o inverno e o verão não inserida no mapa é a caça com cachorro. Esse tipo de caçada é realizada nos piques de caça e acampamentos. Como os cachorros afugentam as caças para áreas mais distantes, muitos Nawa estão abandonando e proibindo a caça com esses animais domésticos dentro dos limites da TI reivindicada, como pode ser notado na fala do Nawa Euzébio:

Aqui é o seguinte, no momento que o cabra deixa de caçar com o cachorro, aí a caça vem chegando. Hoje o que acabou com tudo foi o cachorro, que espantou tudo da região. Mas já estão deixando mais de caçar com cachorro. Porque o cachorro ele tanto acaba como espanta também. Porque aqui, quando passa ano sem caçar com cachorro, você não precisa ir longe. Mata aqui por perto mesmo (...). Agora para ir buscar, se não for com sorte mesmo, é duas, três, quatro horas de viagem (...). O cachorro é um companheiro que inventaram para o homem, mas parece que foi uma derrota (Eufrásio, 2003, Jesumira).

Em geral, quando os Nawa se referem às técnicas de caça, mencionam os locais onde elas são praticadas sem fazer referência aos mapas elaborados. Isto ocorre porque durante os estudos de identificação da terra não houve uma discussão sobre os mapas, elaborados todos em gabinete, posteriormente aos trabalhos *in loco*. Ao se referirem às atividades de caçada, os Nawa seguem os mapas mentais que possuem. Em seus relatos,

informações dos mapas mentais são destacadas, como os locais onde os animais são encontrados e os comportamentos que possuem. Dos vários animais utilizados na alimentação, alguns de grande porte são mais facilmente encontrados que outros. De acordo com Seu Nilton:

A caça que consegue pegar mais fácil é o porquinho e o veado, porque é o que tem mais assim por perto. O queixada tem muito, mas hoje ele está aqui, amanhã está em outro canto. Não é caça que fica naquela redondeza comendo, pisando. É uma caça que vem assim passageira. Ele demora se a gente não atirar nele, mas se atirar, ele pega o caminho e vai embora. E o porquinho não. Você mata, atira nele e quando é na outra semana você já vai topar outro, no mesmo canto ou mais adiante. Torna a matar e é assim. O veado também é uma caça que não anda para longe, como o queixada (Nilton, 2003, Pé da Serra).

Estes animais, além de terem hábitos diversificados, ocupam também áreas diferentes dentro da floresta. Os animais mais difíceis de serem encontrados, porque habitam principalmente as regiões das cabeceiras dos igarapés são: macaco barrigudo, macaco guariba, macaco preto, macaco prego, macaco zog-zog, quatipuru, jacú, jacamim, mutum e cujubim. Por estarem estes animais mais distantes das residências, os Nawa fazem expedições de caça até as regiões das cabeceiras dos igarapés Novo Recreio, Boca Tapada, Jesumira e Jordão, acampando nessas localidades.

Quando um animal é abatido, seu fato é retirado no local da caçada e ele é transportado até à residência do caçador. Nesta, a mulher encarrega-se de limpar o animal e distribuir uma parte da carne para os parentes e vizinhos próximos. A proximidade das residências e o grau de relacionamento entre seus moradores são os principais móveis da divisão da carne de caça. Apesar da distribuição de carne envolver noções de reciprocidade, nem sempre um caçador tem sucesso na sua caçada para retribuir a dádiva feita por seu vizinho. Nesse caso, pode ser que o caçador esteja com “panema”. Para retomar seu sucesso em uma caçada, os caçadores Nawa colocam o

sumo de uma folha chamada churrô no olho para enxergar e acertar a caça. O cipó do churrô também pode ser usado para fazer defumação. Para defumar usa-se, ainda, uma planta denominada tipí, juntamente com o pêlo de porco, de veado, de anta e de outras caças. Misturam tudo, colocam pimenta e fazem uma fogueira. Colocam na fumaça os instrumentos de caça, o caçador e o cachorro, assim como ocorre entre os Ashaninka, Manchineri e Jaminawa.

#### **4.1.5. Mapa de pesca da TI Kampa do Rio Amônia**

No mapa de pesca foram inseridos pelos Ashaninka dados sobre praias com coleta de ovos, lagos, poços e remansos utilizados para obtenção de alimentos. Poços e remansos são termos utilizados para aqueles lugares ao longo dos rios e dos igarapés onde os Ashaninka costumam pescar. Como pode ser notado no mapa de pesca, em alguns casos, as praias com coleta de ovos de quelônios coincidem com a localização dos poços e remansos, mas geralmente situam-se em locais distintos. Nos lagos, por sua vez, não há coleta de ovos, apenas nas praias existentes nas margens dos igarapés e rios. Os locais utilizados para a pesca e a coleta de ovos estão às margens do igarapé Arara, do rio Amônia e de alguns de seus afluentes.

Ao falar sobre a utilização das praias, os Ashaninka mostram as diversas atividades relacionadas com a prática da pescaria e da coleta de ovos de quelônios. Ressaltam, ainda, a importância de manterem o uso das praias como uma atividade secular, quando os jovens têm a oportunidade de aprender a pescar, a fazer acampamentos de pesca e a coletar sementes de árvores nativas, usadas para o reflorestamento e para o comércio. Como mencionado por Moisés:

Nós temos a época em que deixamos as nossas casas e vamos para as praias. Apesar de todo o nosso trabalho de manejo e preservação dos nossos recursos, nós ainda temos o costume de deixar a nossa casa e irmos para as praias. Nós passamos uma ou duas semanas nas praias e voltamos para casa. A época em que nós vamos para as praias também é a época em que estamos tirando sementes; isso também é uma aprendizagem para os jovens, porque eles



aprendem a pescar, a fazer acampamentos e a coletar as sementes que usamos (Moisés pinhanta, 2004, Apiwtxa).

A atividade de pesca está conjugada, ainda, com a extração de frutas da floresta. Como só se pode conseguir algumas frutas no verão, que dão somente nas praias, eles aproveitam para extraí-las durante suas pescarias. A importância das pescarias para os Ashaninka não se limita às várias práticas realizadas concomitantemente, mas também por serem os peixes um dos animais preferidos para o consumo.

Para praticarem a pesca, atividade realizada por todas as famílias, os Ashaninka se organizam para evitar que a aldeia fique desprotegida, sem ninguém nela. As famílias revezam-se nas pescarias, mantendo sempre algumas na aldeia enquanto outras estão nas praias. Em geral, as famílias utilizam tarrafa, arpão, anzol ou flechas para pescar. Antigamente, também pescavam com venenos obtidos de vegetais da floresta. Como os danos gerados aos peixes e às águas eram consideráveis, eles abandonaram essa prática. Dentre as várias espécies venenosas conhecidas pelos Ashaninka e que servem para a pesca, procuram preservar a semente da oaca como parte da cultura deles. Outros venenos, como o barbasco, foram totalmente abandonados.

Procurando evitar uma futura escassez de peixe, deixaram de usar as plantas venenosas, mas sentem o efeito de seu uso por parte dos madeireiros peruanos que invadem a TI e colocam veneno nas águas. Os peruanos usam principalmente dois tipos de veneno, o tingui e a oaca, mas é provável que usem outros mais fortes. Ao colocarem venenos nas cabeceiras dos principais cursos hídricos que cortam a TI, os madeireiros acabam prejudicando os Ashaninka que residem mais abaixo, bem como suas atividades de manejo de peixes e quelônios.

No Amoninha, no Tawayá e em vários outros igarapés, os Ashaninka procuram realizar um trabalho de manejo, que está sendo dificultado devido à invasão dos peruanos. Recentemente, muitas pessoas na aldeia adoeceram por causa do uso exagerado de veneno feito pelos peruanos. Como relatado por Moisés, durante a oficina de etnomapeamento:

O rio que manejamos o peixe é o Tawayá e recentemente ele sofreu uma invasão pelo lado do Peru e jogaram veneno. Mataram muito peixe, não conseguiram levar tudo e deixaram muitos enterrados, e jogaram outros fora. A nossa dificuldade maior foi que muitos peixes apodreceram no rio e muitos de nós não temos cacimba e aproveitamos a água do rio para beber. Apareceu muita criança com diarreia e percebemos que foi por causa do veneno que jogaram na parte de cima do rio. Sobre o manejo do tracajá, nós também fomos prejudicados. Eles pegaram cerca de vinte covas de ovos perto da nossa área e a nossa expectativa de aumentar não deu certo devido a essas vinte covas que eles pegaram e isso dificulta o nosso trabalho (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Os locais de manejo de peixes e quelônios foram inseridos no “mapa de pesca”, mas não os lugares onde os madeireiros colocaram venenos. As informações sobre a presença de madeireiros peruanos na TI foram inseridas no mapa de invasões, sem referências explícitas ao impacto sobre a fauna existente nos rios e igarapés. O grande impacto das invasões na TI além de gerar uma diminuição no pescado e nos quelônios está prejudicando a saúde dos Ashaninka. Soma-se a esses impactos, a crescente redução de peixe no rio Amônia e seus afluentes devido a pouca ocorrência do fenômeno da piracema. Em décadas anteriores, subia o rio Amônia uma diversidade de peixes para se reproduzir nas suas cabeceiras, o que está deixando de acontecer. A drástica redução do fenômeno da piracema deve-se à prática de pesca realizada fora da TI, muitas vezes de forma ilegal. Como o mapa não engloba essas áreas, elas acabaram não fazendo parte do mapa de pesca, que poderia sinalizar os locais onde os pescadores colocam redes para pescar durante a piracema. Um mapa com essas informações

poderia servir como um instrumento político para pressionar as autoridades competentes a fiscalizar a pesca ilegal.

O problema da pesca comercial fica mais visível na região do Amônia devido a sua proximidade com as cabeceiras do rio Juruá, onde a atividade é intensa. Como os peixes são capturados por muitos pescadores ao longo desse rio, dificilmente chegam até às cabeceiras para se reproduzirem. Também preocupados com as atividades de pesca no alto rio Juruá, os Ashaninka ressaltaram:

Hoje, até a parte do Juruá também, surubim só tem até um certo meio, chega até Cruzeiro do Sul. Pirapitinga nem chega em Cruzeiro. Os pescadores andam com frigorífico dentro da balsa, como o Orlei Cameli, que acaba todo o peixe, ele vem pescando desde baixo. Num ano desses, vi vários caminhões cheios de surubim que eles pegavam, cortavam o filé e mandavam para fora. E com isso acabaram tudo. Quando o cardume chegava no Juruá, os pescadores já vinham acompanhando até acabar. Depois voltavam para pegar outros. Em Cruzeiro do Sul, as pessoas vêm até Marechal Thaumaturgo acompanhando o cardume de mandim, que é o que tem em grande quantidade e agora também está acabando. E no Juruá o cardume está ficando escasso. Em Cruzeiro, esse ano ninguém não tem nem notícia de peixe. Antigamente, nós víamos tantos cardumes de mandim, que fazia até medo pisar dentro da água. Tinha tudo isso e hoje acabou. O peixe que mais sobe é aqueles cascudos. Está ficando difícil e para manejar tudo isso precisa de muitas coisas. Se no Juruá está escasso, você imagina aqui, pois as pessoas tampam na foz e não deixa eles passarem (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Com a redução da Piracema e com as invasões ocorridas na TI, o manejo de peixes realizado pelos Ashaninka tem sido consideravelmente dificultado. Conscientes de que a escassez só tende a aumentar caso nenhuma providência seja adotada, procuram fazer o manejo para garantir um futuro melhor, podendo agora usarem os mapas como um instrumento de diálogo com as autoridades estaduais e federais no sentido de cobrar uma maior fiscalização.

Pensando em várias formas de realizar o manejo de peixes, os Ashaninka visualizam a construção de açudes como uma alternativa para aumentar a quantidade

desses animais na região. A construção de açudes capazes de atender as necessidades deles, entretanto, requer um maquinário de difícil acesso. Mesmo assim, a importância dos açudes tem sido ressaltada por eles, inclusive para o manejo de quelônios. Como esses animais estão escassos, pretendem fazer o repovoamento do rio, contando para tanto com apoio das autoridades competentes. Os tracajás existiam em abundância no rio Amônia, mas nas últimas décadas praticamente desapareceram. Buscando reverter esse quadro, o manejo de tracajá teve início há alguns anos e faz parte de uma das maiores preocupações do povo.

Em cima de todo o trabalho de manejo que estamos fazendo, o tracajá foi uma das nossas maiores preocupações. Antigamente, eu via o meu pai falando que tinha muito tracajá e hoje não tem mais; e isso estava virando história por que estava acabando e as crianças só vão ouvir falar. Já está com três anos que estamos fazendo manejo de criação e já estamos com um resultado de três mil filhotes de tracajá. A partir do ano que vem nós vamos manejar apenas com os tracajás que temos nos tanques e vamos deixar as trinta matrizes que temos nos rios se reproduzirem de forma natural. Nosso projeto é que daqui a cinco anos estaremos com duas mil fêmeas botando ovos, cada fêmea bota em média trinta ovos. Se isso acontecer, nossa comunidade vai ter ovos para comer à vontade (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Os locais de coleta de ovos de tracajá foram inseridos no mapa de pesca, demonstrando a importância da atividade de manejo para os Ashaninka. Boa parte das informações inseridas no mapa de pesca diz respeito ao interesse que eles atribuem a elas. Diversas outras, não registradas nos mapas, são de extrema importância para eles, como aquelas relacionadas com os valores culturais. Isso permite perceber que muitas das informações presentes no mapa dizem respeito mais ao interesse no uso dos recursos que a outros. O mesmo pode ser notado no mapa de pesca elaborado pelos Manchineri e Jaminawa.

#### 4.1.6. Mapa de pesca da TI Mamoadate

O mapa de pesca contém informações sobre poços, remansos, lagos e igarapés, todos nominados, onde as pescarias dos Manchineri e Jaminawa são realizadas. Ele oferece informações bastante precisas sobre os locais onde a pesca é praticada, fazendo uma distinção entre os lugares usados por um ou por outro povo. Também consta no mapa uma zona de pesca entendida como o curso dos rios que os Manchineri e os Jaminawa costumam percorrer pescando. Como ambos os povos pescam quando estão nos acampamentos de caça, estes foram inseridos no mapa como sendo acampamentos utilizados para as pescarias também. Ou seja, os acampamentos de caça também são considerados por eles como acampamentos de pesca.

Os Manchineri e Jaminawa pescam no interior da TI e fora dela, o que pode ser percebido no mapa. O local fora da TI onde a pesca é realizada situa-se em parte da área da fazenda Petrópolis, entre a margem direita do igarapé Mamoadate e a esquerda do Samarrã. Esta área está sendo reivindicada para a revisão dos limites da terra. Os Manchineri que pescam nela são moradores da aldeia Peri e Jatobá e os Jaminawa são das aldeias Betel, Salão, Cujubim e Boca do Mamoadate. Os primeiros pescam, ainda, na foz e no médio curso dos igarapés Mamoadate, Márcia Hapha e um sem denominação, situado entre os outros dois. Os Jaminawa pescam nestes locais e ao longo do igarapé Samarrã. Os Manchineri da aldeia Peri também pescam no alto curso do igarapé Mamoadate. Já os Manchineri da aldeia Jatobá pescam no médio e alto curso do Mamoadate, e em alguns de seus afluentes da margem direita e esquerda.

Muitos Manchineri e Jaminawa, portanto, freqüentam uma ampla área fora da TI para obterem peixes, tornando-se o mapa um instrumento político importante no



processo de revisão dos limites da terra. Isso não significa serem as localidades fora da terra as com maiores quantidades de peixe. De acordo com eles, todos os locais acima descritos não possuem fartura de peixes. Por não serem os igarapés próximos das aldeias Peri e Jatobá (Manchineri), Betel, Salão, Cujubim e Boca do Mamoadate (Jaminawa), bons para a obtenção de peixes, em diversas ocasiões eles pescam no interior da TI, em locais mais distantes. Sobem o rio Iaco com canoas e passam da aldeia Extrema para pescarem ao longo desse rio e em alguns lagos. Os Manchineri da aldeia Jatobá exercem essa atividade produtiva em pontos piscosos do igarapé Poltaha (Paulo Ramos), do rio Iaco e dos lagos. Do mencionado igarapé até a altura do Tlokanahapha (ig. da Capivara), afluentes da margem esquerda do rio Iaco, existem diversos pontos piscosos com maior quantidade de peixes.

Já os Manchineri da aldeia Peri sobem o rio Iaco e pescam em pontos compreendidos entre o igarapé Jinripowhahapha e o Katsluksuha (Abismo), sendo o primeiro um afluente da margem esquerda e o segundo da direita do rio. Nestes locais e em vários outros, os Jaminawa também praticam suas atividades de pesca. Os pontos de pesca nesta região são considerados bons. A maior parte dos pontos tidos como bons, tanto pelos Manchineri quanto pelos Jaminawa, encontra-se na área de trânsito dos índios isolados.

Considerável parte da região acima descrita também é utilizada pelos moradores das aldeias Extremas e Lago Novo (Manchineri), e Água Boa (Jaminawa). Os pontos de pesca usados pelos moradores da Extrema encontram-se ao longo do rio Iaco e seus lagos, entre o igarapé do Santana, acima da aldeia, e o igarapé Marilene, ambos tributários da margem esquerda do rio. Mesmo estando mais afastados das outras aldeias, os moradores da Extrema estão começando a ter dificuldades para obter peixes:

Na aldeia Extrema, a dificuldade de peixe é sempre meio difícil mesmo. Difícil assim, porque perto do porto tem peixe, mas não é de fartura. Às vezes vai mariscar e não pega nada, mas às vezes pega também. Mas não é de fartura. Para a gente pegar, temos que subir mais um pouco. Mas a dificuldade nossa não é tão assim. Porque o pessoal aqui da aldeia Jatobá diz que não tem mais não. Vamos dizer se o pessoal do Jatobá mariscar hoje, amanhã o pessoal da Santa Cruz vai mariscar no mesmo pedaço do rio. Então ali, o peixe está o tempo todo na correria, não tem sossego para ele. Nós na aldeia Extrema, daqui acolá estamos vendo dificuldade do peixe (José Samarrã, 13/09/2005, Extrema).

Os pescadores da aldeia Lago Novo, por sua vez, usam a região próxima à aldeia Extrema em menor intensidade. Seus locais de pesca situam-se no curso do igarapé Katsotalha (Jurimágua) e em um lago da margem do igarapé Katsluksuha (Abismo), ambos afluentes da margem direita do Iaco. Para os Manchineri dessas aldeias, os locais de pesca nessa região são considerados bons. Esses locais são usados pelos Jaminawa, mas em menor intensidade, pois preferem pescar descendo o rio, em áreas fora da TI muitas vezes.

Os pescadores da Extrema e Lago Novo freqüentam, ainda, outros pontos de pesca. As pessoas da Extrema usam os igarapé Kahyoha, Naponihapha e Poltaha (Paulo Ramos), que deságuam na margem esquerda do Iaco, e o igarapé do João Cascudo, na margem direita do rio. Dentro da classificação proposta para qualificar os locais de pesca, as cabeceiras desses igarapés foram avaliadas como de nível médio e o restante do curso dos igarapés com poucos peixes. As pessoas da aldeia Lago Novo utilizam os igarapés Hektuhatu e Hsutsatko, o primeiro na margem esquerda e o segundo na direita do Iaco. Além de pescarem nesses igarapés, avaliados por eles como um local com pouco peixe, usam também o curso do Iaco logo na frente da aldeia para pescarem, apesar de ser um local com poucos peixes também.

As outras aldeias, Cumarú, Alves Rodrigues, Laranjeira, Água Preta, Senegal e Santa Cruz, costumam desenvolver a atividade de pesca em localidades situadas nas

proximidades das aldeias e em alguns igarapés. Os moradores do Cumarú e do Senegal obtêm peixes no médio curso dos igarapés Homha e Senegal, afluentes da margem direita e esquerda do rio Iaco, respectivamente. Também costumam pescar ao longo desse rio, entre os igarapés Homha e Tsholnihapha, situados na margem esquerda do Iaco. Os Manchineri da aldeia Alves Rodrigues desenvolvem a atividade de pesca em pontos localizados no igarapé Konruhapha (Seringa) e próximos à aldeia, no rio Iaco. Os pescadores da aldeia Laranjeira pescam nos igarapés Hotawakalu e Kahlihapha (Santa Tereza), na margem direita do rio, e em dois igarapés sem denominação situados na margem esquerda do Iaco, um pouco acima da aldeia. Os moradores da aldeia Santa Cruz adquirem peixes para a alimentação no igarapé Konruhapha (Seringa), Kahlihapha (Santa Tereza), Homha e ao longo do rio Iaco no trecho compreendido entre sua aldeia e a aldeia Cumarú. Os pescadores da aldeia Água Preta no igarapé Mishirahapha e no rio Iaco, próximo à aldeia.

Todos os locais de pesca dessas aldeias foram considerados medianos para esta atividade, com exceção dos igarapés Kahlihapha (Santa Tereza) e Hotawakalu, tidos como pontos com poucos peixes. Locais mais próximos dessas aldeias, Pauzada da Engenhoca e o Poço da Anta, são bastante freqüentados por ainda serem bons para as pescarias:

O meio de nós pegarmos peixe mesmo é na Pauzada da Engenhoca. São os melhores lugares daqui das aldeias. Da Pauzada da Engenhoca para cima já vai melhorando, porque para lá tem menos pessoas, menos aldeias e as aldeias ficam mais distantes umas das outras. Por isso que para lá tem mais facilidade de peixe. Agora aqui não, aqui as aldeias são mais próximas umas das outras (Noberto Bezerra da Silva Manchineri, Água Preta, 13/09/05).

De acordo com os Manchineri e Jaminawa, no rio Iaco, nos seus igarapés e lagos existe uma fauna classificada como peixes de escama, peixes de couro e animais de

casco duro<sup>85</sup>, que não foi representada no mapa. Para pegarem esses animais, especialmente os peixes, utilizam algumas técnicas que são mais eficazes conforme o período do ano. Em geral, a atividade de pesca é praticada durante todo o ano, mas ao longo do verão amazônico torna-se mais fácil obter peixes devido à piracema e às águas ficarem mais límpidas. Este período do ano coincide com uma maior redução das atividades de caça. As técnicas empregadas, no verão, são a tarrafa, o visgador (mergulho) e a flecha, esta última em menor intensidade. Durante o inverno usam o “anzolim” (anzol e linha).

No rio Iaco, eles pescam na “pauzada”, que é um local de maior profundidade do rio, onde a água está mais parada e há um acúmulo de galhos, folhas e tronco de árvores secas. Usam no rio o anzol e o visgador - uma corda com um anzol grande amarrado na ponta utilizada pelo mergulhador para fisgar o peixe. Nos lagos e igarapés eles utilizam a tarrafa. Em geral, essas técnicas são utilizadas apenas pelos homens Manchineri, não sendo costume entre as mulheres desse povo a prática da pescaria. O mesmo não pode ser dito para os Jaminawa, que contam com intensa participação das mulheres nas pescarias. Já as mulheres Manchineri apenas acompanham os homens auxiliando-os a armazenarem os peixes obtidos.

Todas as técnicas são freqüentemente utilizadas, algumas em maior outras em menor intensidade. A única técnica que eles conhecem e que não está mais sendo usada é a pesca com plantas venenosas. Segundo os Manchineri e os Jaminawa, deixaram de utilizar essa técnica por causar a morte de diversos peixes e animais que não servem para a alimentação. Em parte, o abandono do uso do tingui está associado à escassez de

---

<sup>85</sup> Essas classificações foram inicialmente produzidas pelos agentes agroflorestais, em 2003, com apoio da CPI-Acre, sendo atualizadas, em 2004, nas oficinas de etnozonoamento.

peixes. A diminuição dos peixes no rio Iaco, seus igarapés e lagos tem sido sentida em todas as aldeias.

A diminuição dos peixes, conforme os Manchineri e os Jaminawa, deve-se em grande medida à pesca ilegal praticada com malhadeira durante a piracema, na foz do rio Iaco, próximo à cidade de Sena Madureira.

A gente precisa que alguém nos apóie. Pelo menos o pessoal do IBAMA, IMAC, aquele pessoal. Sabe porque não está tendo muito peixe? Porque está tendo muita gente ali na entrada, na boca do rio Iaco. Todo verão eles colocam muita rede e muita malhadeira. Aí o peixe não vem para cá. Porque antigamente vinha muita piracema de mandim, peixe grande, surubim, por que não tinha malhadeira (Edmilson Salomão Manchineri, 13/09/2005, Laranjeira).

Na piracema está subindo mais é sabaru. Mas não é aqueles grandes não, são pequenininhos, que nem a tarrafa não pega não. Piracema neste ano nós não vimos ainda não. Antigamente subia curimatã, mandim, mapará, branquinha. Hoje a gente não vê mais esses peixes não. O pessoal lá de baixo pesca muito. Eu vi uma vez os Dawa (brancos) pescando com malhadeira. Quando a piracema sobe, tem muita gente que pesca com tarrafa e malhadeira nesse rio. Uma vez eu passei lá, tinha muita gente pegando curimatã, mandim. Eu acho que por isso é que está ficando difícil para chegar aqui na terra indígena (Juraci Jaminawa, 09/09/05, Betel).

Mesmo não tendo sido inseridas no mapa informações sobre a pesca comercial na foz do rio Iaco, durante as oficinas de etnozoneamento essa questão sempre era apontada e discutida pelos Manchineri e Jaminawa. Outro fator da redução dos peixes, ressaltado por eles durante suas interpretações do mapa é o adensamento populacional. Como a maioria das aldeias encontra-se bastante próxima uma das outras, a atividade de pesca acaba sendo mais intensa em locais situados nas adjacências delas, reduzindo a quantidade de peixes disponíveis para o consumo. Assim, os melhores locais para a pescaria são de difícil acesso, estando distantes dos aglomerados populacionais, situados principalmente acima da aldeia Extrema.

Ainda que esta aldeia seja uma das mais distantes das outras, seus moradores estão convivendo com a visível diminuição dos peixes. Para os Manchineri da Extrema, alguns lagos ficaram com poucos peixes devido à intensidade da atividade de pesca. Em busca de alternativas para aumentar o pescado, alguns Manchineri, especialmente as lideranças, procuram dizer para os demais pararem de pescar muito nos lagos próximos à aldeia.

#### **4.1.7. Mapa de pesca da TI Nawa**

O mapa de pesca da TI Nawa apresenta uma riqueza de informações muito reduzida em relação aos das TIs Kampa do Rio Amônia e Mamoadate. Esse mapa, assim como o de caça, foi produzido em gabinete com base em informações obtidas pelo GT de identificação da terra. Por não ter o caráter participativo dos mapeamentos realizados durante o etnozoneamento e o etnomapeamento, bem como por possuir objetivos distintos, o mapa de pesca apenas sinaliza a existência de uma ampla área de pesca dos Nawa.

Como pode ser observado no mapa, que não possui legenda, apenas foram marcados alguns pontos ao longo dos igarapés, sinalizando a existência de atividades de pesca neles. Não foram feitas menções aos poços e lagos utilizados pelos Nawa, mesmo porque informações detalhadas sobre os locais de pesca não foram produzidas durante os estudos de identificação da terra. Analisando o mapa, percebe-se que os Nawa pescam nos igarapés Jordão, da Velha, Pijuca, Novo Recreio, Venâncio, Jarina, Jesumira, do Velho, Buraco-Fundo e no rio Moa, bem como nos lagos naturais



branquinha, cachimbo, cachorra, cará, cará-açú, caruaçú, casa-velha, casca-grossa (cascudo), curimatã, jacaré, jaú, mandim, mapará, matrinchã, mocinha, pacu, piau, piramutaba, piranha, piranha-roxa-pequena, pirarara, pirarucu, sardinha, surubim, tambaqui, traíra e tucunaré.

As modalidades de pesca praticadas atualmente pelos Nawa são realizadas com anzol (anzolim), com arpão (zagaia), com tarrafa e com plantas venenosas (tingui, timbó e awaka). Todas essas modalidades são freqüentemente utilizadas, algumas em maior, outras em menor intensidade. A mais utilizada é com o anzol, e a menos praticada é com plantas venenosas. A pesca com arpão, devido à facilidade de se produzir o instrumento para essa atividade, é bastante praticada, mas requer do pescador uma grande habilidade. Já a pesca com tarrafa, mesmo considerada bastante efetiva para a captura de peixes, acaba não sendo muito praticada porque poucas são as famílias que possuem uma tarrafa. Quanto à pesca com plantas venenosas, muitos são os preconceitos que recaem sobre ela, mesmo assim, eles não abandonaram essa prática totalmente.

A pesca com vegetais venenosos ocorre por meio da imobilização dos peixes, não havendo uma seleção em relação à espécie ou ao tamanho. O “marisco” com essa técnica gera uma fartura de peixes para o consumo. Depois de bater bem os vegetais, eles são imersos na água, quando liberam uma substância que imobiliza os peixes, facilitando sua captura com as mãos.

As pescarias podem ser realizadas individualmente ou coletivamente, contando com a participação dos homens, mulheres e crianças. No período do inverno, quando os homens dedicam-se às atividades de caça, as mulheres e crianças costumam pescar com anzol na margem dos igarapés e rios.

## **4.2. Mapas e usos dos recursos florestais**

### **4.2.1. Mapa de uso da flora da TI Kampa do Rio Amônia**

No “mapa de uso da flora”, os Ashaninka identificaram habitações, argila para cerâmica, Horowa, Ishiko, pedra de fiar, praias de coletas de ovos, áreas de uso da aldeia Apiwtxa, banana nativa, murmuru, açazais, buritizal, capoeiras e roçados. Como fica visível no mapa, as áreas de uso dos recursos naturais concentram-se ao longo do rio Amônia e de alguns de seus afluentes.

Ao considerarem a importância do mapa de uso da flora, os Ashaninka ressaltaram a importância dele para o planejamento da ocupação que realizam na TI. Uma das grandes contribuições desse mapa para eles é a possibilidade que ele proporciona de melhor organizarem as áreas que serão ou não utilizadas com seus plantios ou com a extração de produtos da floresta.

Sabendo da relevância do mapa de uso da flora, o professor Bebito fez uma longa exposição apresentando os principais aspectos existentes nele durante a segunda oficina de etnomapeamento, quando todos os mapas foram corrigidos e complementados. Ao descrevê-lo, ele menciona as áreas de uso, de extração de murmuru, de criação de abelhas, de extração de “banana nativa”, de roçados, de capoeiras, de habitações, entre várias outras.

A gente trabalhou no mapa de uso. A gente esteve revendo umas coisas que a gente fez no primeiro mapa, que ficou muito pequeno e a gente acabou fazendo outro. Seria para rever todos aqueles que a gente fez e aumentar mais um pouco e ver o que está faltando. A gente acabou fazendo aqui a demarcação da área de uso, de onde a gente tira alguns recursos para construção de casa, artesanato, canoa e etc. A gente esteve olhando as áreas que a gente faz a coleta de murmuru, de abelhas que a gente está trabalhando, também na área de pastos, de bananas nativas, aqui no igarapé Asoyane e no Tawaya. Também nas outras aldeias mais para cima do Tawaya, onde a gente esteve localizando algumas

terras e seus roçados do entorno, onde eles fazem seus roçados e tiram seus materiais de construção de canoas. Também a gente esteve localizando as capoeiras antigas que tem aqui no rio Amônia, tanto de branco, quanto de indígena que habitaram aqui antigamente e pessoas que ainda habitam no



Amônia, só que mudaram de canto, de colocação. Então, foi mais ou menos isso no mapa de uso que a gente fez, localizando a aldeia e alguns outros tipos de uso, como no caso da horoa e kamarãpi. A gente teve conversando muito sobre os recursos que a gente usa para fazer artesanatos e a gente acabou fazendo uma pequena lista de alguns deles, principalmente das sementes que a gente tira da floresta pra fazer artesanatos. O que está distante e também das que estão aqui nas margens dos rios, perto também nas capoeiras, que tem muito também que a gente usa para fazer os artesanatos. Foi mais ou menos o que a gente fez e acho que a gente acabou discutindo sobre o uso de madeira para fazer canoas. A gente acabou discutindo que as canoas a gente não faz todo o tempo, não é seguido, não tem uma área definida para a gente fazer as canoas, foi o que a gente acabou discutindo aqui. Essa área que a gente marcou é uma área que a gente usa, mas são para outros recursos, como para fazer pintura dos artesanatos. No caso da canoa foi uma coisa maior. A gente teve discutindo porque é uma coisa que a gente mata uma árvore para fazer a canoa, e na outra vez se a pessoa for fazer canoa a gente não faz mais nesse canto; ele vai procurar uma outra árvore que ele acha que é bonita para ele fazer a canoa. Enfim, a gente acabou conversando e definindo que a área pra fazer canoa seria a terra toda; onde as pessoas acharem que tem uma árvore para fazer canoa as pessoas vão lá e fazem a sua canoa. Também não é uma coisa que faz muito estrago; a canoa só é feito para o uso da pessoa. Se o cara faz uma canoa, ele usa ela por uns seis a sete anos se ele tiver cuidado de amarrar. Porque senão o nawá (não índio), ele vai lá e pega e modifica ela e fica com ela. Então, foi isso que a gente acabou discutindo aqui e fazendo uns pontos de onde a gente coleta. Outra questão que a gente discutiu foi a área que a gente coleta o murmuru: os cocos de murmuru que a gente coleta mais nas várzeas dos rios e de alguns igarapés. A gente coleta mais é na várzea dos rios mesmo e a gente até discutiu também que é para estar facilitando, usar o rio maior como transporte. A gente também não coleta até o centro da mata a gente pensa mais ou menos uns duzentos ou trezentos metros que a gente possa colher e não vai prejudicar as caças, porque os murmuru são muito comidos pelos queixadas, pelos porquinhos, alguns outros animais (Bebito Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Ao elaborarem o mapa de uso da flora, os Ashaninka discutiram cada uma das informações inseridas. Isto mostra que os mapas, mais que apenas representarem uma parte da realidade, são um estímulo para se refletir sobre determinados temas e sobre o planejamento das ações. Como parte das informações inseridas no mapa diz respeito às plantações, os Ashaninka discutiram a partir do mapa a necessidade de reservar áreas para o plantio de macaxeira, tida como fundamental na dieta alimentar. O plantio

consorciado de macaxeira com outras espécies, para eles, precisa ser bem planejado, evitando assim qualquer tipo de impacto negativo sobre o cultivo.

A colocação de roçado entre os Ashaninka ocorre de forma rotativa: plantam por alguns anos em uma determinada área e depois que os nutrientes do solo estão se esgotando, param de plantar naquele local e mudam seus roçados para outros. Na área não mais cultivada, volta a crescer uma vegetação nativa denominada de capoeira. No mapa de uso da flora, tanto os roçados quanto as áreas de capoeira, indígenas ou usadas antigamente pelos brancos, foram mapeadas.

O intenso uso no passado pelos antigos moradores brancos de áreas hoje no interior da TI permite a visualização na imagem de satélite de várias capoeiras, muitas dessas com uma cobertura vegetal nativa de grande porte. Como nessas áreas os Ashaninka não colocaram seus cultivos, a vegetação se regenerou consideravelmente. Algumas das capoeiras antigas e atuais são de grande porte, outras pequenas. No mapa, apenas aquelas mais expressivas foram destacadas por eles, por evidenciarem amplas áreas desmatadas no passado e agora praticamente restituídas.

A parte de cima da área (ao Sul), como eles dizem, foi mais explorada por terem os “paulistas” implementado nela grandes fazendas, enquanto na área de baixo (ao Norte) predominou a ocupação de pequenos posseiros e seringueiros. Com a regularização da TI e o crescimento da cidade de Marechal Thaumaturgo, a situação foi revertida: o desmatamento na primeira reduziu e na região mais próxima da cidade aumentou. O uso dos recursos naturais feito pelos Ashaninka, balizado pela noção de sustentabilidade, em muito contribuiu para o restabelecimento da cobertura vegetal nativa.

Esse uso pode ser observado a partir da exploração do coco de murmuru, cuja área utilizada também foi inserida no mapa. Nas margens do rio Amônia, os Ashaninka extraem o murmuru para a alimentação e também para o comércio, cuja essência é utilizada em uma fábrica localizada em Cruzeiro do Sul para a produção de sabonetes. Nas margens do Amônia, além do murmuru, os Ashaninka também retiram madeira para a construção de canoas e outros.

Esses pontos aqui são as áreas que a gente vem trabalhando o coco de murmuru, coletando o coco de murmuru, que a gente utiliza e vende para a fabricação de sabonete em Cruzeiro do Sul. Vocês podem observar que aqui mais perto da área, em torno da área maior, aqui da aldeia maior, é onde está mais usada. Também vê esses pontos que são as áreas que você, que a gente está utilizando assim pra fazer, aonde você tira as madeiras como cedro ou cumaru. Sabe as madeiras que a gente utiliza pra fazer canoa? Esses pontos assim mais distantes da beira do rio, como esse daqui que estão mais longe, são madeiras, lugar que tiram madeiras, onde faz a canoa pra gente utilizar no transporte, que na verdade não são baleeiras, não são essas coisas, mas é canoa, canoa mesmo pra você andar de varejão. Então, esse aqui também está mostrando (Benki Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Dada a crescente demanda pela comercialização do murmuru da empresa Tawaya, que utiliza sua essência na fabricação de sabonetes, foram realizados plantios na TI com o intuito de extraí-los em maior quantidade sem prejudicar a floresta. Dessa forma, os Ashaninka evitariam retirar muito murmuru da floresta, o que poderia gerar impacto na cadeia ecológica, especialmente os animais que se alimentam do fruto. Mesmo tendo realizado os plantios, o cultivo não está recebendo a atenção devida, por causa de dificuldades na administração da empresa Tawaya e pela tentativa do seu proprietário, Fábio Fernandes Dias, patentear a formulação do sabonete de Murmurú, o que foi denunciado pelos Ashaninka na Procuradoria da República no Estado do Acre como apropriação indevida do conhecimento tradicional deles.

O murmuru é uma das espécies nativas cultivadas na TI, mas também possuem outras, que são exógenas. Entre estas, uma vasta gama de espécies frutíferas são cultivadas, como a laranja, a lima, a tangerina, o coco e outras. Essas frutas, antigamente, eram mais plantadas nos roçados, prática que ainda ocorre. Atualmente, boa parte delas está sendo cultivada no terreiro, próximo às residências. A prática de cultivo de espécies não nativas ocorre há muitos anos, sendo possível encontrar várias árvores frutíferas em antigas capoeiras.

Outras espécies de frutíferas exógenas, mas consideradas no mapa de uso da flora pelos Ashaninka como sendo nativas, são algumas bananeiras. Em grande parte das margens dos rios Tawayane e Amoninha encontram-se extensos “bananais nativos”, como foram classificados pelos Ashaninka. Para eles, esses bananais não foram plantados. Neles, há duas espécies de bananas:

Essa banana nativa que a gente fala tem duas espécies aqui dentro, uma que é amarela e a outra que é roxa, e essas bananas só tem nesses dois igarapés aqui, que é o Asoyane e o Tawayane. Existe nos outros igarapés também, só que é na parte do Peru. A gente faz coleta nessa época do inverno, que é quando as pessoas vão pescar ou caçar, que dá para navegar bem de canoa. Então, as pessoas aproveitam essas viagens para ir caçar e coletar e não tem perigo; pelo motivo de estar na época cheia você pode encher o barco. Porque nessa época de verão barco nenhum entra aqui dentro, só por terra que dá para chegar aqui, e por isso que nessa época só quem come essas bananas são os macacos, antas, capivaras e pacas. Mas agora a gente está se preocupando muito por causa das capivaras, elas estão derrubando bastante para estarem comendo os filhotes e o miolo da árvore da bananeira. Ela chega no bananal e devora todos os pés pequenos. A gente está se preocupando muito com isso e a gente vai estar discutindo muito sobre o que fazer com as capivaras (Bebito Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Algumas tentativas de cultivo dessas bananas foram realizadas pelos Ashaninka, mas sem grande sucesso. Plantadas em locais distintos das margens dos rios Tawayane e Amoninha, onde os bananais nativos estão localizados, elas se tornam pouco produtivas. Dependendo de como são plantadas, sequer chegam a se desenvolver.

Dentre os recursos utilizados, os Ashaninka falaram sobre aqueles que permitem a eles produzirem tintas de várias cores, apesar de não terem sido mapeados. A partir de alguns vegetais, os Ashaninka obtêm tintas pretas, amarelas, brancas, verdes, vermelhas, roxas e outras. Os locais onde esses vegetais são encontrados podem estar próximos ou distantes da aldeia. Para uma maior fixação das tintas, eles costumam misturá-las com determinado tipo de barro (argila). O barro que utilizam está associado a uma série de valores dos Ashaninka. Conforme relatado, esse barro pode ser encontrado no lago sagrado conhecido por eles como lago Txencari.

Existem aqueles lugares sagrados, por exemplo. Aquele lago é onde fica o chefe, as cobras grandes que são donas desse barro, ela que cuida desse barro. Até as mulheres têm o maior cuidado para mexer nesse barro; tem que ter o tempo certo para estar mexendo. Elas não podem estar menstruadas ou grávidas, aí não pode mexer; a dona dela pode ficar brava e a mulher pode acabar ficando valente. E daí não dá resultado nenhum, porque se pintar o barro não fica preto. Voltamos a falar daquele lago que a gente estava falando. Um lago é um lugar sagrado e é onde os chefes andam lá dentro, e até as pessoas têm medo de estar andando por lá (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

Alguns vegetais também estão associados ao universo de valores dos Ashaninka, como o kamarãpi e a horoa, respectivamente, o cipó e a folha usados para a fabricação do chá da Ayahuasca. Em vários locais da TI essas duas espécies são encontradas. Como o primeiro não “tem partido” - não nascem próximos uns dos outros - não foram mapeados. Já a horoa, “tem partido”, o que facilitou sua identificação no mapa. Um dos dois grandes “partidos” de horoa está próximo da área delimitada como de presença de “bananal nativo”, enquanto o outro está relativamente próximo da área definida como área de uso. Nesta última, os Ashaninka desenvolvem diversas outras atividades. É na área de uso que estão trabalhando com a coleta de mel.

Em parte da área de uso e mesmo fora dela são retirados diversos produtos florestais utilizados para a confecção do artesanato. Há vários anos os Ashaninka

comercializam diversos artesanatos, tanto no estado do Acre, quanto fora. No mapa, os locais utilizados para a obtenção de matéria prima para o artesanato não foram identificados, o que se apresenta como uma grande lacuna nas informações registradas. Em geral, a matéria prima para os artesanatos está localizada no interior da TI, mas existem outros produtos da floresta muito utilizados pelos Ashaninka que somente são encontrados fora dos seus limites. O material para a confecção das flechas, por exemplo, é encontrado na região do rio Amônia, mas do lado peruano. Para evitar uma exploração fora da TI, os Ashaninka passaram a cultivar os vegetais que permitem a eles fazerem suas flechas.

A flecha, por exemplo, aqui no lado do Peru, a gente do Amônia pegava a flecha aqui do lado do Peru no rio Amônia. Aqui na cabeceira do Tukurutango tinha uma espécie de flecha, que é mais ou menos essa que a gente tem plantado aqui. Com certeza era plantada pelos Ashaninka também, da época que habitaram lá há alguns anos atrás. Aqui no Amônia, mais para baixo, era outro tipo de flecha que é mais comum na beira do rio. É comum, por exemplo, lá no Envira, no Breu, essa outra que a gente trouxe, que plantamos agora é um outro tipo de flecha, cultivada pelos Ashaninka também. Então, o Benki saiu daí e foi pra lá e trouxe (Moisés Pinhanta, 2004, apiwtxa).

O txamayro, um cipó utilizado pelos Ashaninka, também não é encontrado no interior da TI. Sua obtenção é ainda mais difícil por estar localizado apenas na RESEX do Alto Juruá e no Projeto de Assentamento do Amônia. Nessas áreas, seus moradores passaram a dificultar o acesso dos Ashaninka e a retirada do txamayro. Uma das soluções buscada pelos Ashaninka para continuarem utilizando o txamayro é plantando o cipó nas proximidades da aldeia, apesar do seu cultivo não ser muito fácil. O songari também é de difícil cultivo e não existe na TI, localizando-se somente no alto Juruá. Os Ashaninka costumam sair da área em busca do songari e, ao mesmo tempo, estão tentando cultivá-lo para evitarem esse transtorno.

#### 4.2.2. Mapa de extrativismo da TI Mamoadate

O extrativismo também é uma atividade de extrema importância para os Manchineri e Jaminawa. Praticada deste o “tempo dos antigos”, como eles dizem, esta atividade sempre foi caracterizada por uma grande diversidade de produtos retirados da floresta. Com o contato dos Manchineri e Jaminawa com caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros, entretanto, as atividades extrativas sofreram alterações. Durante décadas os Manchineri produziram borracha nos seringais da região. Quando se deslocaram para a TI, em fins da década de 1970, essa atividade já não era muito lucrativa, tendo sido abandonada paulatinamente. Também contribuiu para o abandono dessa atividade as poucas estradas de seringa existentes no interior da TI, todas no pequeno seringal Senegal, que não contribuía para a extração em grande quantidade do leite da seringa.

Atualmente, os Manchineri não produzem mais borracha e o extrativismo entre eles e os Jaminawa está vinculado à alimentação, transporte, moradia, medicina, rituais e fabricação de diversos instrumentos, utensílios domésticos e adornos. Com os produtos extraídos da floresta, os Manchineri e Jaminawa enriquecem sua alimentação, curam suas doenças e fazem casas, cercas, arcos, flechas, remos, canoas, galinheiros, chiqueiros, móveis, artesanatos, etc. Todas essas ações estão relacionadas com os conhecimentos sobre a floresta adquiridos e transmitidos por gerações.

Como pode ser notado no mapa de extrativismo da TI Mamoadate, boa parte das espécies vegetais utilizadas pelos Manchineri e Jaminawa foi representada por meio de três categorias utilizadas por eles: madeireiras, palheiras (palmeiras) e frutíferas. Dentro dessa classificação, as espécies madeireiras mapeadas foram: amarelão, cedro, cerejeira,



copaíba, cumarú, envireira, freijó, guariúba, gameleira, gitó, itaúba, jacareúba, jatobá, mogno, maçaranduba, mulateiro, paxiúba e quariquara. Entre as palheiras encontram-se: açai, buriti, jarina, ouricuri, patauá e pupunha. As espécies de frutíferas foram: cacau e cagaça.

A localização dessas espécies foi realizada durante as oficinas de etnozoneamento, quando dois mapas de extrativismo foram elaborados, um com as informações dos Manchineri e outro com as dos Jaminawa (ver Capítulo 2). As diversas espécies vegetais foram mapeadas e digitalizadas nos mapas preliminares, resultando em um amontoado de símbolos para representá-las. Como não existiam espécies concentradas em determinada área, mas dispersas ao longo da terra, a visualização do mapa tornou-se pouco significativa. A posterior digitalização de ambos os mapas em um único, da TI Mamoadate, resultou em um documento visualmente muito poluído e pouco informativo. Tentando solucionar esse problema, os formuladores optaram por classificar os dados nas três categorias referidas. Ainda assim, o mapa é muito pouco representativo do uso que fazem das madeiras, das palheiras e das frutíferas.

Uma enormidade de outras espécies madeireiras, de palheiras e de frutíferas é utilizada pelos Manchineri e Jaminawa, mas não chegaram a compor o mapa. Em geral essas espécies são encontradas por toda a TI, sendo utilizadas somente aquelas mais próximas das margens do rio Iaco, onde estão localizadas as aldeias. Algumas espécies são obtidas pelos Manchineri e Jaminawa fora dos limites da TI, como pode ser visto no mapa. Nele, não é possível saber quais áreas são usadas pelos Manchineri ou pelos Jaminawa, porque não foi feita uma distinção entre essas áreas no mapa final. Em muitas ocasiões, as áreas de extrativismo de ambos os povos se sobrepõem, dificultando a representação gráfica.

As áreas utilizadas podem sofrer um uso mais ou menos intenso dependendo da época do ano e das necessidades dos dois povos indígenas. As frutas, diferentemente das madeiras e das palheiras, são encontradas em períodos diferentes do ano. Ocorre uma variação quanto ao local onde são colhidas, dependendo de onde estão situadas as árvores frutíferas: na beira do rio, nas terras baixas, nos igapós, nas terras firmes, na beira dos igarapés, na baixada das terras firmes e nas capoeiras. Para a extração das frutas, em algumas ocasiões, os Manchineri e Jaminawa costumam derrubar as árvores, mas estão procurando estabelecer acordos para evitarem essa prática:

*As frutas, antes não tinha quem orientava a gente. E a gente pensava que nunca ia chegar as coisas novas, orientando para nós que não era para destruir as frutas. E aí a gente começou a derrubar. Começou a derrubar açai, patauí, a pama, essas frutas da gente comer, pupunha. Aí foi ficando mais distante. As frutas, que a gente não alcançava tirar com as mãos, derrubavam. O que não foi muito destruído lá foi a jarina, porque é baixinha e a gente tirava o coco e já não estragava muito. Mas as outras frutas foram destruídas mesmo, porque antes a gente não pensava. Depois daquela oficina que teve lá na Extrema os parentes pararam mais um pouco de estar derrubando as frutas. A gente está pensando em não destruir mais as fruteiras porque até os bichos ficam afastando, porque não tem mais o que comer perto (Ademir Batista Manchineri – Neguinho, Extrema, 14/09/05).*

Antigamente o pessoal derrubava. Acho que eles derrubaram muito açai, porque já está ficando difícil. Está muito difícil para você topar um pé perto aqui, porque eles derrubaram muito. Tanto faz os brancos com os índios também. O patauí a gente usa muito também. *Só que hoje em dia para derrubar um pé de patauí é muito difícil* (Rubens Lorival Jaminawa, 10/09/05, Betel).

A derrubada ocorria quando se tratava de árvores frutíferas que não se podia escalar, ou quando as mulheres saíam para extrair as frutas sem a companhia de jovens habituados a subir nas árvores – que geralmente são acompanhados por mulheres e crianças que os auxiliam no transporte do alimento. Após as oficinas de etnozoneamento, com a produção do mapa de extrativismo e com as diversas discussões

associadas, alguns Jaminawa e Manchineri passaram a refletir sobre a escassez de alimentos gerada por essa prática.

Além de fornecer alimentos, a floresta também oferece matéria-prima para a construção das casas, que é uma atividade masculina. Diversas espécies madeireiras e de palheiras utilizadas pelos Manchineri e Jaminawa com essa finalidade foram mapeadas e depois classificadas. Segundo eles, cada vez mais as madeiras utilizadas nas construções estão ficando distantes das aldeias, ao contrário das palheiras:

São muito difíceis as madeiras, para nós fazermos as casas. Para a gente tirar todo mundo sabe, é preciso ir muito distante para poder fazer a casa. As palheiras nós não derrubamos, pegamos só para cobrir a casa. Não é muito difícil. É difícil mais fica perto da casa, no campo. Está ficando muito difícil as paxiúbas (Rubens Lorival Jaminawa, 10/09/05, Betel).

Muitos Jaminawa e Manchineri, frente a essas dificuldades, têm afirmado o desejo de construir casas de tábua serrada, com madeira de lei, devido à durabilidade. Entretanto, faltam equipamentos adequados. A falta de motosserra acaba gerando o desperdício de diversas madeiras de lei que poderiam estar sendo aproveitadas. Muitas caem na beira ou na mata bruta e apodrecem. Outras são derrubadas nos roçados e utilizadas em algumas ocasiões como lenha:

Nós não temos como utilizar a madeira de lei de onde nós fazemos os roçados, que é o mais principal. Ali não tem jeito de não matar a madeira de lei. Às vezes fazemos o roçado onde tem a madeira e aquela madeira vai estragar porque não tem outro jeito de aproveitar. Estão queimando, vamos falar bem certo mesmo. Queima a madeira, aquela que serve para lenha queima no fogão. E essa intaúba, massaranduba e aguano (mogno), só vão mesmo servir de pau oco, para as plantas. Às vezes nós não temos casas boas, feitas de tábua, porque falta o material, que é a motosserra. E às vezes não aproveita por esse motivo também (Noberto Bezerra da Silva Manchineri, 14/09/05, Água Preta).

Além dos mencionados recursos, retiram da floresta a folha e o cipó para o preparo da ayahuasca, como denominado pelos Manchineri, ou do shuri, como dito

pelos Jaminawa. A extração e o preparo dessa bebida, considerada sagrada, são realizados pelos pajés, ou por pessoas qualificadas. A ingestão da bebida ocorre de forma ritual e pode ser consumida por homens, mulheres e crianças. As demais atividades extrativas são exercidas por homens, mulheres e crianças, sendo que alguns produtos, como o açaí, são retirados pelos homens e preparados para o consumo pelas mulheres. A extração de produtos florestais pode ser coletiva ou individual, estando geralmente direcionada para o consumo da família nuclear.

Entre os diversos produtos extraídos da floresta, alguns são usados para a fabricação de artesanato. Os Manchineri e os Jaminawa produzem muitos artesanatos com matéria-prima encontrada na floresta, ou nos roçados. Entre os itens de artesanato produzidos pelos Manchineri podem ser citados: capanga, rede, saia, chapéu, koshma, pano, flecha, peneira, abano, vassoura, kolwixwa (para o preparo de caiçuma), colar, pulseira, anel, mutxora (arma com pontas colocada entre os dedos), cachimbo, hupuru (espécie de colchão), pilão, mão de pilão, hahalu (borduna) e rede de algodão. Dentre aqueles produzidos pelos Jaminawa estão: redes, bolsas, faixas de algodão tecido, objetos de folhas de palmeiras, chapéus, pulseiras e colares.

Considerável parte do artesanato Manchineri e Jaminawa é produzida a partir do algodão. Os Manchineri, entretanto, destacam algumas dificuldades associadas à produção do artesanato a partir dessa matéria prima. Segundo eles, é preciso mais variedades de fibras boas, de corantes da mata e de instrumentos para a produção, como teares. Identificam, ainda, a importância de incentivarem o uso do artesanato entre eles e de ser o conhecimento sobre a confecção transmitido para um número maior de Manchineri. Outro problema frisado pelos Manchineri e Jaminawa é a falta de incentivo

para a comercialização, que poderia ser suprida com o apoio de instituições governamentais e não governamentais.

De modo geral, o comércio de madeiras realizado no passado por não índios e o uso intenso de madeiras utilizadas nas construções, bem como a antiga prática de derrubada das frutíferas, são os principais fatores que contribuíram para a escassez dos recursos florestais nas proximidades das aldeias. As informações sobre a escassez de recursos, assim como diversas outras associadas ao uso das espécies vegetais, não podem ser adequadamente traduzidas nos mapas. Ainda assim, os mapas contribuem muito para os Manchineri e Jaminawa refletirem sobre o problema da escassez. Durante as oficinas de etnozoneamento, ao analisarem o mapa de extrativismo, alguns Jaminawa ressaltaram sua preocupação com a obtenção de madeiras utilizadas nas construções. Procurando alternativas, começaram a pensar no plantio de madeira de lei como uma forma de no futuro não sofrerem com a escassez:

Eu acho que seria melhor a gente plantar. Nós não vamos usar essas madeiras que nós vamos plantar, mas os netos, os filhos dos netos, devem usar essa madeira que nós vamos plantar para eles. Aqui, há muito tempo atrás tinha muita madeira, mas acontece que o dono da fazenda tirou muita madeira. Naquele tempo não tinha lei, como hoje está existindo. Por aqui você vê: se você entrar aqui uns 100, 200 metros você não acha mais madeira. Aguano (mogno), cedro, cumaru de cheiro, é muito difícil. Usaram muito para fazer casa, para fazer curral. Agora, hoje em dia não; eles não entram mais na nossa área para tirar madeira, nem para caçar (Rubens Lorival Jaminawa, 10/09/05, Betel).

Mas nem todas as aldeias sofrem com a escassez de madeiras ou de frutíferas. Algumas, por suas proximidades não terem sido muito exploradas, contam com razoável disponibilidade desses recursos. Este é o caso das aldeias recém formadas, como Alves Rodrigues, dos Manchineri, e Água Boa, dos Jaminawa. Independente de ser em aldeias novas, com mais facilidade para a obtenção de recursos florestais, ou

antigas, onde a escassez começa a preocupar, muitos Jaminawa e Manchineri estão procurando preservar a floresta. Como disse a liderança da Aldeia Salão:

Nós temos que cuidar mesmo da mata. Tudo nós temos que cuidar, porque se derrubar nós não vamos ter mais. Então, nós temos que cuidar dela. Se nós derrubarmos dois alqueires de mata virgem, já derrubamos muito. Derruba todo tipo de mato. Palheira, todas as coisas ficam difíceis. Hoje em dia nós não podemos derrubar um hectare, dois hectares, não. Porque a gente tem que derrubar mais é pouquinho. Usa mais a capoeira. As coisas aqui estão apertando muito (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 10/09/05, Salão).

### **4.2.3. Mapa de recursos hídricos e ocupação humana da TI**

#### **Mamoadate**

Mesmo tendo sido elaborado durante as oficinas um mapa de recursos hídricos específico, como o nome dos cursos fluviais e dos lagos em português e na língua indígena, ele acabou sendo juntado pelos formuladores do etnozoneamento com o de ocupação humana, sem critérios para tanto. Como pode ser observado no mapa de recursos hídricos e ocupação humana da TI Mamoadate, diversas informações foram contempladas sobre cemitérios, índios isolados, roçados, capoeiras, plantios de praia, SAFs, pastos, cana brava e taboca seca. Apesar desse mapa dizer respeito a um universo vasto de informações, durante as discussões realizadas nas oficinas de etnozoneamento eles privilegiaram os temas agricultura e criações de animais domésticos, possivelmente devido a sua importância na alimentação.

Pode-se dizer da agricultura que os Manchineri e Jaminawa cultivam uma grande diversidade de produtos agrícolas. Entre eles: macaxeira, milho, banana, mamão, jerimum, cana-de-açúcar, inhame, cará, feijão, arroz, batata-doce, pimenta, algodão, taioba, fumo, cará, melancia e outros. Mais recentemente, por meio dos sistemas



agroflorestais (SAFs) implementados com apoio da CPI-Acre e do governo do estado, novas espécies estão sendo cultivadas, como a pupunha, o cacau-de-cobra, o genipapo, o genipapinho, a maçã-de-cutia, o abacate, a laranja, a fruta-pão, o mogno, a copaíba, o cedro e a cerejeira, entre outras.

Dos roçados são retirados vários produtos para a alimentação, sendo a abertura de um roçado uma atividade que demanda diversas técnicas. Primeiramente é escolhido um local apropriado para, em seguida, “brocar” a área. A atividade de brocar requer o corte das árvores mais finas, dos cipós e da vegetação mais baixa. A próxima etapa para “colocar” um roçado é a derrubada das árvores de porte maior e a queima do que foi brocado e derrubado. Assim, é importante ter brocado e derrubado as árvores antes do período da seca, quando em seu auge a vegetação será queimada. Para evitar que o fogo se alastre é feito um aceiro. O restante da vegetação que não virou cinza é reunido e queimado novamente. Assim, o terreno fica limpo de troncos que dificultam a plantação e aumenta-se a quantidade de cinza que adubará o solo. Mas nem sempre todos os troncos são completamente queimados, passando esses a serem uma fonte de extração de lenha. Após a coivara, inicia-se a fase do plantio, coincidindo com o começo das chuvas. Quando os cultivos novos começam a brotar, é preciso realizar outra atividade, a limpeza do mato.

Na agricultura dos Manchineri e Jaminawa, procura-se realizar também o descanso da terra. Após um roçado ser utilizado por alguns anos, sua terra perde grande parte dos nutrientes e a produção começa a diminuir e perder qualidade. Nesse momento, o roçado é deixado sem cultivos para se regenerar, formando a capoeira. Depois da vegetação de capoeira adquirir um desenvolvimento considerável, a área pode ser utilizada para roçados novamente. Colocar um roçado em área de capoeira é

uma atividade que exige menos esforço que colocá-lo em uma área de “mata bruta”, isto devido ao porte da vegetação nesta área ser consideravelmente maior. Como dito por uma liderança Jaminawa:

Nós não brocamos mata bruta. Sempre broca capoeira, porque é muito trabalho para nós. Para derrubar a mata bruta é pau grande, dá mais trabalho, demora muito para derrubar (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Tanto para colocar um roçado em mata bruta ou em área de capoeira, os principais instrumentos utilizados são a foice, a enxada, o machado e o terçado, os quais são em geral manipulados pelos homens. Apenas na limpeza e na colheita dos produtos agrícolas as mulheres participam intensamente, pois geralmente as outras atividades são desenvolvidas pelos homens, algumas vezes em um regime de adjunto (mutirão). Os cultivos do terreiro, contudo, são realizados individualmente e estão sob os cuidados femininos. As mulheres preparam a terra do terreiro, plantam, limpam e colhem:

Sempre a mulher ajuda no roçado a encoivarar, sempre ajuda a limpar. Não são só os homens que trabalham no roçado, tem mulher que trabalha. Limpar, plantar, sempre as mulheres ajudam. Colher arroz, banana, essas coisas. Quando nós vamos caçar, as mulheres tomam conta, das panelas, lavam roupa, vão para o roçado, cortam banana, tiram macaxeira (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

A mulher tira macaxeira, pega mamão, pega milho. Quando o milho está de vez, para fazer pamonha e canjica. É a mulher que vai, porque o homem não tem tempo de ficar toda hora andando no roçado porque tem outros trabalhos (Isaiás Manchineri, 25/07/04, Santa Cruz).

Dos produtos do roçado, o principal é a macaxeira, que constitui, juntamente com a carne da caça ou da pesca, a base da alimentação dos Manchineri e Jaminawa. A macaxeira pode ser comida cozida, frita, ou como farinha, sendo pouco usual entre os Jaminawa o consumo nesta última forma. Da macaxeira as mulheres Manchineri e Jaminawa fazem a caiçuma. A caiçuma é uma bebida que pode ser consumida

fermentada, com um teor alcoólico mediano (caíçuma forte), ou não fermentada, sem teor alcoólico (caíçuma doce). Conforme o Manchineri Isaías Manchineri, as mulheres vão ao roçado, arrancam a macaxeira, colocam no paneiro e levam para casa. Após descascar a macaxeira, cortam em pedaços e colocam para ferver em uma panela. Depois de cozida, a macaxeira é machucada e peneirada. Quando vira uma massa, colocam açúcar, batata doce ou mascam, o que permite a fermentação. A caíçuma doce pode ser ingerida na hora; a caíçuma forte fica alguns dias fermentando (Isaías Manchineri, 25/07/04, Santa Cruz). Dos vários alimentos produzidos com a macaxeira, os de maior produção entre os Manchineri são a caíçuma e a farinha, ambas para o consumo.

As famílias Manchineri e Jaminawa costumam ter mais de um roçado, alguns próximos às residências, outros mais distantes, a aproximadamente 30 ou 40 minutos de caminhada da residência. A maioria deles situa-se dentro da TI, mas há alguns anos famílias Jaminawa estão cultivando fora dos limites da terra, na área reivindicada por eles da fazenda Petrópolis:

Por que será que do lado de lá (fora da TI) nós estamos querendo colocar nossos roçados para plantar e manter nossas famílias? Nós plantamos do lado de lá porque a terra é melhor de plantar que desse lado. Porque é melhor do outro lado? É porque a gente planta mais? É porque ela é misturada terra com areia. E desse lado ela é bom sim, só que onde nós moramos fica bem pertinho de um igapozal. E os parentes também criam os bichos. Nós colocamos do lado da fazenda porque lá é melhor; ao todo nós temos 10 roçados e esse ano brocamos mais 6, com dez faz 16. Só que a gente brocou pequeno os roçados, a gente não vai brocar 2, 3 hectares (Sebastião Batista da Silva Jaminawa, 09/09/2005, Boca do Mamoadate).

A manutenção de mais de um roçado por família permite a eles terem macaxeira para o consumo durante todo o ano. Os Manachineri usam a macaxeira, principalmente, para a produção de farinha. O fabrico da farinha passa por várias etapas após seu

cultivo. A macaxeira é primeiramente descascada e lavada, para em seguida ser colocada em uma caixa de madeira, onde ela será cevada. Para cevar a macaxeira usa-se um ralador denominado “jumenta”, como na aldeia Cumarú. Mas por se considerar este instrumento precário, usam nas outras aldeias um outro tipo de ralador, que é um cilindro com dentes de metal movido por um pequeno motor a gasolina. Depois de ralar a macaxeira, obtém-se uma massa que será deixada sob a pressão de uma prensa durante horas. Dessa massa podem ser retiradas gomas para fazer tapioca. Após prensada, a massa é peneirada e torrada. Para torrar a farinha, usa-se uma chapa de metal sobre um forno de barro a lenha, sendo a farinha constantemente mexida com uma espécie de “pá” ou “rodo”.

Mesmo sendo a macaxeira um produto muito importante para os Manchineri e Jaminawa, apenas uma parte do roçado é cultivada com ela, o restante sendo reservado para outros alimentos:

Um pedaço do roçado é para plantar macaxeira. Daqui para cá planta arroz, planta milho. No meio planta banana. Para cá não dá para plantar porque macaxeira com banana não dá certo. Por isso nós separamos banana, arroz e milho. Fica tudo junto, de um lado do roçado, misturado. Do outro lado do roçado é só macaxeira, batata doce e inhame. Na mesma macaxeira a gente planta um tipo de feijãozinho (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

As variedades de macaxeira cultivadas pelos Manchineri são consideráveis. Existem, ainda, outros produtos no roçado de fundamental importância para os Manchineri, como o milho, o arroz, a banana e o feijão. Entre as variedades de milho, pode-se mencionar: branco, boliviano, catiano, serrano, paraná, pipoca, trigo, maçã, duro, produção, moli e diano. Os tipos de arroz conhecidos e plantados pelos Manchineri são: agulhinha, comum, paulista, agulhinha branca, secretário, mineiro, chatão, chatinho, são bento, americano, vermelhão, açair, branco e três meses. Entre os

tipos de bananas plantadas encontram-se: perouá, muçam, prata, comprida, chifre de bode, rocho, ouro, grosa, baié, naja, sapo e branca. As variedades de feijão existentes entre os Manchineri são: branco, cinzento, costela de boi, arromba homem, arranca, rozinho, manteiguinha e monquinho. Além desses produtos agrícolas mencionados, nos roçados os Manchineri plantam uma grande variedade de: algodão, taioba, pimenta, cana-de-açúcar, fumo, mamão, cará e melancia. Na mapa de recursos hídricos e ocupação humana, nenhuma dessas informações foram mapeadas, apenas os roçados como um todo foram sinalizados.

Os Jaminawa cultivam alguns dos produtos mencionados e outros que não são plantados pelos Manchineri. Mesmo cultivando uma ampla variedade de espécies vegetais, a agricultura Jaminawa e também a Manchineri hoje são basicamente destinadas à alimentação, já que as despesas com viagens, a dificuldade na obtenção de compradores nas cidades e os baixos preços não estão compensando o comércio.

A produção agrícola voltada para o consumo encontra-se calcada no conhecimento dos Manchineri e Jaminawa, que inclui o local adequado para as plantações, os cuidados durante o plantio, a manutenção das áreas de cultivo e os períodos de plantio e colheita, entre outros. Os locais mais apropriados para o plantio são aqueles com ocorrência de mata fechada, terra firme ou floresta de várzea, podendo ser os vegetais plantados no roçado, no terreiro, nas praias ou nos SAFs. Os produtos que não são necessariamente plantados nos roçados (frutas, plantas medicinais, temperos e outros) encontram-se localizados nos terreiros, próximos às residências. Os SAFs cada vez mais estão se tornando um local importante para a produção de alimentos, enquanto nas praias praticamente não há plantios, devido à criação de gado. Como mencionado pelo Jaminawa Zé Paulo: “uma vez nós plantamos feijão aqui e o

gado comeu. Meu sogro plantou melancia, feijão e o gado comeu tudo. Por isso que ninguém aqui planta. Aqui é difícil plantar na praia por causa das criações” (Zé Paulo Alfredo Jaminawa, 09/09/05, Salão).

Entre os Manchineri e os Jaminawa existem três tipos de animais domesticados, aqueles de estimação, os de transporte e os que servem para o consumo. Todos, eventualmente, podem ser comercializados, mas esta não é uma prática muito constante. Dentre os animais domesticados, os Manchineri e os Jaminawa costumam criar vários que são silvestres, domesticados desde filhotes. Os animais domesticados para transporte, basicamente cavalos (equinos), assim como os demais, são criados soltos e transitam constantemente pelas aldeias. Os equinos são criados em pequena quantidade, mas estão aumentando de importância entre os Manchineri e os Jaminawa, pois facilitam o deslocamento das pessoas e o transporte de cargas. Mesmo possuindo um aspecto benéfico, a criação dos equinos representa ameaças para o meio ambiente, para as plantações e para a saúde dos Manchineri e Jaminawa.

Outros animais de criação são mantidos basicamente para o consumo, entre os quais estão a galinha (galináceos), o pato (anatídeos), o porco (suínos), a ovelha (ovinos) e o gado (bovinos). Todos esses animais são criados soltos, permanecendo próximos às residências em determinados horários e à floresta em outros. Os bovinos e suínos são em maior quantidade, seguidos dos galináceos e anatídeos. Existe uma pequena quantidade de ovinos. Estes animais representam muitas vezes uma reserva de dinheiro, uma espécie de poupança para os Manchineri. Caso necessitem de dinheiro para comprarem produtos industrializados, ou para resolverem problemas de saúde, há a opção de comercializá-los. O dinheiro adquirido com a venda é revertido em bens de

primeira necessidade, como o sal, o açúcar, os remédios, a pólvora, o chumbo, a espoleta e outros.

Mesmo a criação destes animais sendo importante hoje para os Manchineri e Jaminawa, é preciso destacar alguns transtornos que eles geram. Especialmente por serem criados soltos, eles costumam gerar danos às plantações: “o gado solto, às vezes entra no roçado que está perto, invade. Era melhor fazer um lugar para eles, para nós termos mais alimentos” (Arnaldo Manchineri, 14/09/05, Santa Cruz). O gado e o porco são os animais domésticos que mais destroem os roçados, inclusive por serem criados em maior quantidade que os outros. Não obstante, também são importantes complementos alimentares:

Quem quiser criar porco, gado, tem que colocar o roçado longe. Uma hora. Mas coloca o roçado bem pertinho, aí depois vão achar ruim, estão comendo isso. Então, criação, eu estou começando a criar. Não vou dizer que eu sou mariscador (pescador), sou caçador, às vezes eu não mato nada. Chega em casa não tem nada, eu tenho que falar com meus meninos, ou então com minha mulher: “mata um frango, mata um capadinho, uma leitoa”. Porque porco dá banha, dá carne, a gente vende (José Pedro Jaminawa - Zé Pequeno, 11/09/05, Cujubim).

Além dos danos causados aos roçados, o gado tem contribuído com a formação de pequenos pastos em áreas de capoeira, onde antes eram plantados roçados. Potencialmente, com o aumento da criação, eles podem gerar um maior desmatamento da floresta: “esse campo está ficando muito pequeno para esses bois aqui, então eles vão querer invadir nossos roçados. Então, precisa fazer um pedacinho de pasto para esses gados” (Juraci Jaminawa, 09/09/05, Betel).

Quanto aos porcos, os maiores danos causados são à saúde, devido ao fato de permanecerem próximos das residências. Tanto o gado quanto os porcos passam a noite em volta ou em baixo das casas, gerando um acúmulo de excrementos. Ambos também

são nocivos à saúde por usarem a água das “cacimbas”, onde os Manchineri tomam banho e pegam água para beber e cozinhar, e dos rios e igarapés, onde os Jaminawa fazem sua higiene pessoal e obtêm água para uso doméstico.

A reclamação de ter bicho assim no campo, é que nós não usamos cerca, não temos quintal ao redor da casa. Os porcos fazem o que querem. Porco é porco mesmo. Mas agora nós estamos ajeitando, a cacimba nós vamos cercar. Nós já fizemos o telhado da cacimba para ela não ficar no sol (Noberto Bezerra da Silva Manchineri, 14/09/05, Água Preta).

Uma solução para os danos gerados por esses animais de criação à plantação foi apontada pelos Manchineri da aldeia Jatobá.

Os animais estão soltos. Nós não temos essa técnica de como criar. O povo estava discutindo, também, a falta de materiais. Como tirar as madeiras? Para fazer um chiqueiro, um curral, precisa de muitas madeiras roliças, e dura poucos anos, três anos já está quebrando de novo. Então achamos que seria melhor madeira de lei, ou arame também, que seria cercado (Jaime Sebastião Manchineri, 14/09/05, Jatobá).

Para eles, os animais precisam ficar em cativeiro. Há um grande interesse deles em colocar cercas elétricas, com placa solar, para cercar os bichos em um campo. As residências, todavia, estão nesse campo. Trata-se do pátio da aldeia. Cercar os bichos neste local pode solucionar o problema da destruição das plantações, mas provavelmente aumentaria os problemas de saúde. O uso de cercas elétricas também parece ser uma solução dúbia, devido aos riscos do contato com a eletricidade, principalmente por parte das crianças.

Como esses animais são de grande importância para os Manchineri, pois servem para o consumo e como reserva de dinheiro, têm surgido propostas de obter o mesmo ganho com a criação de animais silvestres de forma sustentável. Dentre as propostas existentes, a SEATER tem procurado desenvolver projetos de criação e manejo de animais silvestres, como o tracajá, o pirarucu, o porquinho, a capivara e o mutum. Essas

criações podem ser de grande importância para a renda dos Manchineri e dos Jaminawa, além de um complemento à alimentação.

#### **4.2.4. Mapa de extrativismo da TI Nawa**

As atividades de extrativismo são desenvolvidas entre os Nawa sem nenhuma finalidade comercial, sendo uma fonte importante para adquirem complementos alimentares, materiais para a construção das residências, produtos medicinais, temperos para os alimentos, óleos vegetais, etc. Os produtos florestais são extraídos e usados de formas variadas, possuindo épocas do ano específicas para serem retirados. Eles estão localizados em praticamente toda a extensão da terra indígena, mas apenas em algumas áreas são extraídos.

No mapa de extrativismo elaborado durante os estudos de identificação da TI Nawa, procurou-se delimitar as zonas de extrativismo. Assim como no mapa de caça e de pesca, não ocorreu um mapeamento das espécies e dos usos nos moldes do etnozoneamento e do etnomapeamento. Apenas foram estabelecidas zonas de extrativismo com base nas informações fornecidas pelos Nawa sobre a região que percorrem para a obtenção de produtos florestais. Esse mapa, portanto, bem mais precário que aqueles elaborados pelos instrumentos de planejamento, não revela nenhum dos recursos utilizados pelos Nawa, somente indica as áreas usadas. Essas são bastante extensas, pois se localizam nas áreas de “centro” e de “beira”, ou seja, nas áreas do interior da TI e naquelas próximas aos principais cursos hídricos existentes dentro dos seus limites.



ocupantes da região do alto Juruá introduzido outras atividades extrativas, entre elas a retirada do látex da seringueira. A produção de borracha pelos Nawa, desde o início do século XX, permitiu ao grupo adquirir diversos produtos industrializados, gerando uma dependência em relação àqueles comercializados no barracão, como o sal, o açúcar, a querosene, a munição, a arma de fogo e os tecidos, entre outros. Assim, durante muitos anos as outras atividades produtivas desenvolvidas pelos Nawa ficaram relegadas a segundo plano, pois a principal atividade econômica era a produção e comercialização da borracha no barracão.

Tendo o Nawa Nilton Costa de Oliveira (Seu Nilton) herdado o seringal Novo Recreio, foi possível a diversos Nawa desvincularem-se do jugo dos patrões e passarem a produzir e comercializar a borracha de forma independente. Entretanto, após a década de 1980, a crise no preço da borracha levou os Nawa a abandonarem a extração da seringa por não ser rentável seu comércio. Atualmente, as principais atividades extrativas estão voltadas para o uso e o consumo familiar, não mais para a produção da borracha. Dentre os vegetais extraídos da floresta encontram-se frutos comestíveis, madeiras, palhas e plantas medicinais.

Muitas são as plantas medicinais utilizadas por esse povo, sendo possível citar algumas a título de exemplificação. O pau-amargoso, árvore de grande porte, é usado para picadas de insetos. A casca de jatobá com a de copaíba e de esperaí (arranha-gato) servem para fazer chá para dores em geral, tosse e inflamações nos nervos. O chá da casca de quina-quina serve para malária. A seiva do talo da jarina e do olho do açaí para picada de insetos. O cipó-guaribinha - seiva espremida – é usado para gripe. A chichoá – sua casca curtida na pinga – é um tônico-geral. O malvarisco é utilizado para gripe,

tosse e como calmante. O agrião para gripe, tosse e dor-de-dente, sendo também um antiinflamatório.

Alguns recursos naturais são usados para adornos corporais e artesanato em geral. As sementes do urucum costumam ser machucadas junto com água até virar uma massa, sendo a tinta resultante utilizada para a pintura corporal e como corante de alimentos. O jenipapo é cortado ao meio e colocado na água aquecida, até adquirir a coloração azul. O cipó-titica é usado para confeccionar cestaria e diversos adornos, os quais são pintados com urucum e jenipapo. A cinza da casca do caripé é utilizada na fabricação de cerâmicas para dar liga ao barro, com o qual fazem diversos objetos (Correia, 2004).

Dos produtos retirados da floresta, podem ser destacados, ainda, aqueles utilizados no consumo alimentar: abiu, bacaba, caju-do-mato, embauba, ingá, jarina, kutinake, muratinga, pãrnã, pé-de-jabuti, piquiá, pupunha, ramuchucú, uchi, açaí, apuruí, bacuri, buriti, buritirana, patauá (grande), cumarú, jatobá e maçaranduba. Entre aqueles que são usados para diversas outras finalidades, construção de casas, canoas, remos, pilões, conserto de barcos, etc., encontram-se: jatobá, maçaranduba, paxiúba, cumaru, itaúba, itaúba-abacate, guariúba, andiroba, angelim, cajuí, cedrinho, cedroarana, cupiúba, jacareúba, lacre, louro-preto, marupá, ucuúba e violeta.

### **4.3. Mapas e ameaças às terras indígenas**

#### **4.3.1. Mapa de invasões da TI Kampa do Rio Amônia**

No mapa de invasões, os Ashaninka inseriram informações sobre os ramais de invasões, a contaminação do igarapé Tawayane - em agosto de 2004 -, invasões recentes de caçadores, invasões antigas e recentes de madeireiros, e concessões madeireiras no Peru em exploração e já exploradas. Todos esses temas são de extrema preocupação dos Ashaninka por ameaçar praticamente todas as atividades desenvolvidas por eles na TI.



Por esse motivo, ressaltam a importância do mapa de invasões por propiciar um levantamento mais detalhado de todas as áreas invadidas, além de servir como um meio de divulgar os problemas por eles enfrentados. A partir do mapa, podem melhor se planejar para tomarem as devidas providências que garantam a segurança da TI.

Esse mapa é como um levantamento para a gente saber o que está acontecendo em nossas terras e como a gente vai poder mostrar cada coisa que está acontecendo em nossas terras. Então essa foi a coisa que a gente fez explicando no nosso mapa por onde estão as invasões, o que aconteceu no passado, o que está acontecendo no presente e o que pode acontecer para frente, para o futuro, se a gente não tomar uma providência mais efetiva. Como a gente está trabalhando nesse mapa, vai ser uma coisa que as pessoas vão passar a conhecer mais as coisas que eles não conheceram ainda (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Difundindo em diversos setores da sociedade os problemas enfrentados devido às invasões, torna-se mais fácil para os Ashaninka conseguirem obter apoio externo para solucioná-los. A gravidade das invasões é tamanha, que sem a intervenção das autoridades competentes elas não podem ser resolvidas. Em uma exposição geral do mapa durante a segunda oficina de etnomapeamento, quando o mapa foi corrigido e complementado, o Ashaninka Bebito Pinhanta evidencia como a TI encontra-se bastante ameaçada por invasões de diversas ordens, em quase todos os limites da área.

Eu vou falar um pouco sobre o mapa das invasões da TI Ashaninka do Rio Amônia, registrada como Kampa, mas na verdade é Ashaninka. A gente deu uma olhada em todos os territórios que estavam sendo invadidos no mapa da nossa terra. A gente já tinha localizado aqui a invasão da madeireira do Abraão, depois do Cameli, a primeira e a segunda. E depois a gente deu uma revisada nas outras invasões que também ocorreram pelo lado do Peru e alguns outros pontos que foi encontrado pelo pessoal do exército. Aqui onde a gente prendeu três peruanos e depois a gente presenciou também aqui a entrada deles. Além disso, a gente acrescentou mais outras áreas que também são invadidas não por madeireiros, mas por caçadores e pescadores que estão entrando também dentro do nosso território, tanto pelo rio Sawawoyame como pelo rio Amônia, aqui na parte da RESEX, e na parte do Assentamento do Inra. E também na outra parte, do lado de cima, do marco 40, onde tem outra terra indígena que é onde está agora a invasão maior, mas pelo lado do Peru, e que também está chegando e entrando um pouco dentro do nosso território. Então, a gente deu uma olhada e acabou acrescentando mais coisas. Agora em agosto a gente presenciou uma

pescaria que eles fizeram lá da aldeia do marco 40, do Sawawo, que colocaram veneno aqui no nosso rio e matou uma quantidade de peixe que ninguém tem idéia da quantidade que foi, no igarapé Tawaya. Sendo que o senhor que viu lá e estava contando para a gente ontem, ele falou que foi quantidade mesmo, não foi brincadeira não (Bebito Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

As diversas invasões atuais e antigas no território Ashaninka foram lembradas por eles durante as oficinas de etnozoneamento. Relatando sobre elas, começam lembrando aquelas que ocorreram antes mesmo da regularização da TI. Na década de 1970 e mesmo antes, a região foi explorada por diversos caçadores que comercializavam carne e pele de animais. No começo da década de 1980, a área de ocupação Ashaninka foi alvo de intensa exploração madeireira por brasileiros que atuavam na região do Alto Juruá. Mesmo essas explorações tendo sido se encerrado, a TI continua sendo ocupada por madeireiros, agora peruanos.

Eu vou contar agora para vocês as invasões das madeireiras, invasões que vêm acontecendo dentro de nossas terras desde os anos de 82 a 85. Também que está acontecendo aqui no lado peruano, na nossa fronteira, que aconteceu com as pessoas mais invasoras das nossas terras. Começando aqui por dentro de nossas terras, essa parte rosa e essa parte que é encarnado, a gente verificou duas invasões muito grande que aconteceu na nossa terra, inclusive com o mesmo empresário que foi a empresa Camelli e que essa empresa, onde o dono dessa empresa foi o Orleir, que era o empresário que entrou aqui dentro, inclusive tinha outros patrões também envolvidos no meio, como o Abraão Cândido Correia, que era um outro patrão também muito forte, que é um empresário muito forte de Cruzeiro do Sul, que também ajudou a fazer isso, e tem várias outras empresas como a Bidu, como a Correia e irmão, como teve vários outros que compravam também aqui madeira. Só que eles não tiravam com máquinas; esperavam as pessoas que moravam dentro de nossas terras, que ficavam por esses igarapés, só na beira exploravam, na boca do Amônia, na boca do Revoltoso, em Marechal Taumaturgo, para receber toda essa madeira. Quem dava o preço melhor levava. Então, era feita toda uma coisa bem feita; então, quem pagava melhor, quem dava mais mercadoria, às vezes quem dava mais dinheiro, ia levando com a madeira; quem vendia fiado, que confiava por mais tempo e assim foram explorando as pessoas e acabando com a floresta (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Patrões como Orleir Camelli e Abraão Candido, além de empresas como Bidu e Correia e Irmão, extraíram muita madeira na atual TI, gerando uma enorme degradação ambiental. As madeiras mais retiradas foram: mogno, cedro, cerejeira e copaíba. As técnicas utilizadas para tanto não levavam em consideração nenhuma preocupação com o manejo adequado e a sustentabilidade.

Concomitantemente à retirada de madeira, os exploradores da região do rio Amônia caçavam diversos animais silvestres que eram comercializados ou consumidos pelos trabalhadores, aumentando ainda mais o impacto sobre o meio ambiente. Após os Ashaninka terem conseguido retirar a empresa dos Camelli, outra empresa, na década de 1990, de Abraão Cândido, adentrou a TI e iniciou uma intensa extração de madeiras de lei para comercialização. Como a TI já estava regularizada, houve uma dificuldade maior por parte dos madeireiros para retirarem a madeira. Como mencionado pelo AAFI e presidente da Associação Apiwtxa, Benki Pinhanta:

E aí uma outra empresa, que foi o Abraão, que foi em 93. Ele derrubou a madeira aqui, era mais ou menos 500 árvores de mogno para tirar. Quem tirou para ele foi até o Marmude Camelli com outras pessoas que também participaram, que estiveram aqui. O Abraão não veio tirar essa madeira por que ele teve medo, também porque já era falado que era terra indígena, essas coisas toda. Aí, como o Marmude Camelli já tinha vindo uma vez a empresa deles, disseram: “nós vamos lá de novo”. Então eles vieram e entraram aqui com uma autorização (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Desconfiando que a autorização não tinha validade legal por ser a área uma TI, os Ashaninka entraram em contato com a FUNAI e comunicaram o que estava ocorrendo. Com a morosidade do órgão indigenista oficial e da Polícia Federal para deslocarem seu pessoal até a região do rio Amônia, uma grande parte da floresta chegou a ser desmatada. Graças à denúncia feita pelos Ashaninka, a atividade madeireira foi interrompida antes de gerar um dano ainda maior.

Uma grande parte da madeira extraída não foi retirada da TI devido à pressa dos madeireiros em saírem da área antes da fiscalização. A grande quantidade de madeira acabou não sendo aproveitada pelos Ashaninka. Como não houve destinação, a madeira derrubada e que permaneceu na TI acabou aumentando o impacto ambiental por ter apodrecido e contaminado a água dos igarapés.

Além das invasões antigas que exploraram carne e pele de animais silvestres e madeiras de lei para comercialização, mais recentemente a TI passou a ser alvo de novas invasões. Com a criação do Projeto de Assentamento Amônia, realizado pelo INCRA, a área passou a ser invadida em seu limite norte por caçadores. Os Ashaninka decidiram fundar a aldeia Apiwtxa nas proximidades desse limite, concentrando toda a população em uma única localidade, com o objetivo de evitar essas invasões.

Com a mudança dos Ashaninka para a aldeia Apiwtxa, a “área de cima”, limítrofe à fronteira com o Peru, ficou desprotegida e também passou a ser invadida. Devido ao processo de concessões madeireiras no Peru na região de fronteira, a TI começou a ser invadida por madeireiros vindos do país vizinho. A estratégia adota pelos Ashaninka para proteger sua terra, formando a aldeia Apiwtxa, conteve grande parte da invasão brasileira, mas a peruana passou a aumentar consideravelmente.

Para você ver txai, não tem um lado que nós não estamos sendo invadidos, sem ninguém estar mexendo. Na nossa imaginação, nós tínhamos todo esse lado do Peru protegido: “pôxa, a gente está protegido e ninguém mexe aqui”. E isso era uma força para o nosso trabalho, principalmente a parte da fauna. E nós tínhamos a parte de invasão só, que era na parte do Brasil; a nossa força de vigilância era aqui e nós conseguimos quebrar uma parte dessa invasão. E depois vem toda essa invasão do outro lado, o equivalente a três quartos da nossa área. Agora essa parte está toda invadida (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

As invasões de madeireiros peruanos não são recentes; já aconteceram em um passado próximo em pequena escala. Uma intensificação da atuação das madeireiras

peruanas na TI aconteceu principalmente em fins da década de 1990. A recente invasão das empresas madeireiras peruanas conta com a colaboração dos Ashaninka que residem no Peru. O território reservado para as populações indígenas no Peru pode ser objeto de exploração madeireira de acordo com a legislação daquele país. Por esse motivo, as empresas acabam cooptando alguns indígenas para conseguirem extrair madeira em suas terras. Como algumas dessas áreas fazem fronteira com a TI Kampa do Rio Amônia, a invasão da fronteira e da TI acaba sendo facilitada.

A empresa Venado fez um acordo com a comunidade do Sawawo que fica aqui na fronteira. Mas esse acordo em troca da estrada era a retirada de madeira que a empresa tirava; em troca, pagava uma taxa à comunidade e também reflorestava, recuperava toda essa terra de novo com madeiras, com plantio de madeiras. Mas eles estão acabando com tudo, tanto a madeira está sendo acabada, quanto a caça está sendo acabada nessa região. Então, tudo isso de rosa que está aqui (no mapa) é por conta dessas invasões de peruanos que está acontecendo na nossa terra. Então, aqui não tem mais madeira, acabou tudo. Agora eles estão começando a chegar dentro da nossa terra. Então, é isso que está acontecendo, essa parte de azul que está aqui (no mapa) também é uma parte aonde está sendo ameaçada, começando agora por aqui, esse quadreamento com esse risquinho aqui, é uma terra indígena, outra terra que foi criada pelo Carlos, um outro representante dessa comunidade aqui também, que tirou uma outra terra e dividiu e foi buscar a família dele lá no outro rio, e aí trouxe quarenta famílias para cá e fizeram um assentamento aqui na beira do rio Amônia. Então, ele fez essa parte aqui, aí ele fez um outro contrato com essa mesma empresa aqui. Então, eles já atravessaram o Amônia já acabaram esse bico e para cima não sei o quanto acabaram. (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Ao falarem sobre a exploração das madeireiras, os Ashaninka destacam a rota utilizada pelos madeireiros para deslocarem as toras do Brasil para o Peru. Após serem levadas por um longo caminho que inclui diversos igarapés, a madeira chega à cidade peruana de Pucallpa, onde é beneficiada e depois transportada em caminhões até o litoral do pacífico, quando são embarcadas nos portos e transportadas para outros países.

Assim como nas invasões antigas, essas mais recentes, de exploração madeireira por peruanos, ocorrem concomitantemente à caça de animais silvestre para comercialização da carne e da pele. Como a comercialização da carne de caça não é proibida no Peru, os madeireiros acabam aproveitando que estão trabalhando em uma região com abundância de animais silvestres para capturá-los.

O dano ambiental gerado pelas madeireiras peruanas não se limita à derrubada das árvores e à caça de animais silvestres, mas estende-se também para os cursos hídricos. Estes muitas vezes são parcialmente aterrados com tratores para que a madeira seja transportada de um lado para o outro dos igarapés. Ao formarem pequenas represas, a água do rio abaixo dela seca e afeta drasticamente os peixes. Um dos rios que tem sido aterrado constantemente para o transporte das madeiras é o rio Amônia, devido a sua largura ser grande.

A região explorada por madeireiros e caçadores está toda interligada por caminhos utilizados por eles. Há, ainda, uma concentração populacional crescente na fronteira, inclusive com pista de pouso para aviões de pequenos portes. Essa pista, entretanto, não consta no mapa de invasões, mas segundo os Ashaninka tem sido utilizada por traficantes que também estão ocupando a região e invadindo a TI.

Além dos vários caminhos utilizados por caçadores, madeireiros e traficantes, mais recentemente foi aberta uma estrada no Peru para o trânsito de veículos de carga. Com a abertura da estrada, que facilita a exploração madeireira e o tráfico de drogas, tem aumentado o contingente populacional na região da fronteira.

A invasão de traficantes na TI ameaça não apenas a integridade física dos Ashaninka, mas também da fauna e da flora. Os produtos tóxicos utilizados no fabrico de cocaína muitas vezes são jogados nos rios, ou abandonados na floresta, gerando a

mortalidade de peixes e de animais silvestres. Ao contaminar as cabeceiras dos igarapés, os Ashaninka que consomem suas águas mais em baixo correm o risco de adoecerem. Como muito bem relatado por Moisés, a respeito de mais esse problema.

Nós matamos um porquinho que estava pelando. O que nós deduzimos foi que o porquinho entrou dentro de alguma química na parte que o pessoal trabalha a cocaína, porque as pessoas daqui já presenciaram peixes morrerem dentro do rio por causa da química, do veneno que eles jogaram no rio, e saiu matando todos os peixes rio abaixo; e da mesma forma nós pensamos isso do porquinho: talvez ele teria deitado em algum lugar. Essa química é usada para fazer a cocaína. Nós encontramos dentro da nossa área locais onde eles preparavam a cocaína. Eles cavaram um buraco no chão como se fosse uma piscina e forraram com um plástico especial para fazer esse serviço e nós encontramos aqui dentro. Na ida que a gente deu aqui na nossa área, nós pegamos três peruanos no acampamento, mas era mais, o resto tinha ido buscar comida (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

As águas dos igarapés não estão sendo contaminadas apenas pelas atividades dos traficantes, mas também por outros que pretendem prejudicar os Ashaninka devido a suas ações de combate às invasões e de conservação da natureza. Recentemente, um dos venenos mais fortes da floresta, o barbasco, foi colocado em igarapés que deságuam no Amoninha, gerando uma grande mortandade de peixe. Por ser o veneno muito forte e, provavelmente, a quantidade usada ter sido muito grande, as crianças Ashaninka sentiram seus efeitos e adoeceram.

As crianças Ashaninka são as maiores prejudicadas com as invasões, desde o tempo das antigas extrações madeireiras por brasileiros até os dias atuais. No passado, a mortalidade infantil foi tão grande que a população Ashaninka era composta quase que apenas por adultos. Não só a população Ashaninka sofreu e está sofrendo com as invasões. Os impactos dessas também estão sendo sentidos pelos índios isolados que habitam a região de fronteira entre o Brasil e o Peru. Com a intensa exploração das madeireiras peruanas, os índios isolados estão ficando em um território reduzido e

chegaram a atacar os Ashaninka do Peru como forma de vingança, provavelmente achando que eles são os responsáveis pelas invasões.

Tanto traz problema para as comunidades que estão civilizadas, como também para a população que está na floresta que são os isolados, e nós não sabemos quais são os problemas que eles estão passando, qual é o problema que está chegando até eles e nós aqui estamos preocupados com eles também. Recentemente aconteceu um ataque deles chegarem até os nossos parentes, na região do Peru pra cima da fronteira. O ataque deles foi para atacar os Ashaninka e pelo que os Ashaninka falam é uma vingança que eles estão fazendo, achando que são os Ashaninka que estão fazendo aquilo com eles. Mas na verdade não são os Ashaninka, são as empresas que estão chegando e botando as máquinas e pressionando eles, estão espantando e acabando com a floresta onde eles ficam e buscam a alimentação deles. Como eles são isolados da floresta, eles não têm uma aldeia definitiva, para eles não tem fronteiras. Na região que eles habitam, eles vão para onde quiserem e se já tem esse problema que está ocorrendo na fronteira toda, então também estão atingindo eles e os nossos parentes Ashaninka que estão do lado do Envira também vão sofrer (Bebito Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Ao relatarem o ataque dos índios isolados aos Ashaninka de Dulce Glória, quando os primeiros mataram alguns Ashaninka, mencionam um outro problema enfrentado pelos isolados. Os madeireiros peruanos, sempre armados, quando se deparam com os índios isolados na floresta, acabam matando-os. Logo após o confronto dos Ashaninka do Peru com os índios isolados, os madeireiros peruanos mataram vários deles.

Os vários problemas na região da fronteira entre o Brasil e o Peru não são apenas dos Ashaninka e dos índios isolados, mas também de soberania nacional. As invasões peruanas em território brasileiro carecem de uma maior atuação das autoridades de ambos os países, como chama atenção o Ashaninka Benki Pinhanta:

Então, aqui é o que está acontecendo nesse meio, aqui já tem uma pista de pouso, na ponta de nossas terras. É uma nova notícia que a gente sabe e é preciso tomar uma providência para a gente saber quem é que está aqui dentro. Eu quero saber quem é que está aqui. Então, essa parte é um caminho que vai para o Peru, já é uma invasão que eles estão fazendo aqui dentro do nosso Brasil. Isso não é uma providência que nós vamos tomar, isso é de soberania nacional,

isso é do governo brasileiro, é do poder judiciário. As autoridades competentes devem ver essas coisas que estão acontecendo em nossa fronteira (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Ao mencionar a atuação do governo federal na TI em relação ao combate às invasões, os Ashaninka destacaram que as poucas ações da polícia federal e do exército ocorreram somente após muitas pressões políticas feitas por eles. Outro órgão que poderia ter uma atuação mais intensa no combate às invasões na TI seria a FUNAI, mas segundo os Ashaninka poucas ações têm sido realizadas pelo órgão. Constantemente os Ashaninka denunciam ao órgão indigenista oficial a situação por eles vivida, entretanto, nenhuma ação efetiva foi realizada. Assim como os demais órgãos do governo federal, para os Ashaninka,

a Funai também é a mesma coisa. Inclusive a Funai é um órgão que é para estar vendo estas coisas que está acontecendo em nossas terras, é para dar muitas assistências do que está acontecendo, mas tem ficado muito parada, a gente tem jogado muita denúncia para a Funai para que eles possam vir até aqui fazer todo esse trabalho, mas eles falam que estão sem dinheiro, que estão fazendo o possível, mas teve uma vez que veio até Marechal Taumaturgo, mas voltou. Outra vez veio aqui, mas não fizeram nada e voltaram. Então, desde o dia que chegaram aqui dentro, que a gente denunciou era para ter pegado todas essas pessoas que estavam aqui dentro, que a gente sabia que estava dentro do Brasil e não aconteceu isso (Benki Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

Várias autoridades estaduais e federais já foram alertadas pelos Ashaninka sobre o problema que enfrentam na região da fronteira. Mesmo alguns representantes de diversos órgãos tendo se deslocado até a aldeia Apiwtxa para se informarem melhor sobre o que está acontecendo, nada de efetivo ocorreu. Inconformados, os Ashaninka chegaram a cogitar a realização de um combate armado contra os invasores. Em uma ocasião, deslocaram-se armados sem o acompanhamento das autoridades governamentais brasileiras até a região invadida para expulsarem os peruanos, mas ao chegarem ao local eles não estavam mais lá.

Com as muitas denúncias feitas pelos Ashaninka, algumas ações pontuais de vigilância e fiscalização da TI e da fronteira foram realizadas pelas autoridades brasileiras. Alguns madeireiros chegaram a ser presos e uma quantidade considerável de madeira foi apreendida. Para o combate às invasões na região da fronteira, os Ashaninka promoveram uma grande articulação para obterem o apoio do governo federal e estadual. Para controlarem as outras invasões, realizadas por brasileiros, pensam em começar novas articulações para desenvolverem um trabalho de conscientização ambiental junto aos moradores do entorno, colocando em prática alguns projetos de desenvolvimento sustentável.

Uma articulação para trabalhar com a população do entorno envolve organizações governamentais e não governamentais. Cientes disso, os Ashaninka sabem também que essa seria uma ação demorada, mas que precisa ser iniciada. Com a terra sendo invadida por todos os lados, eles procuram atuar em diversas frentes, mudando a visão que tinham sobre as invasões no passado.

No passado a gente só tinha preocupação com o lado do Brasil, a entrada da nossa área e o Arara, essas eram as nossas preocupações. O Peru estava garantido, porque era outro país e ninguém iria invadir a nossa área. Essa era a nossa imaginação, de que o Peru estava garantido e a gente iria se preocupar com o Brasil. Nós descemos lá de cima para poder cuidar dessa área aqui e do Arara, e o Peru estava garantido por que era fronteira, então estava tranquilo. Hoje a invasão fechou o ciclo; hoje ninguém sabe qual é o lado pior, se está fechado o ciclo e se a gente for fazer um trabalho para tentar convencer as pessoas que moram no entorno da nossa área a levar um trabalho menos explorativo, ou até parecido com o que a gente faz, vai durar anos. E se ninguém tiver ajuda da população branca no meio, ninguém vai conseguir. Então, temos que buscar aliados nessa luta para poder fazer esse trabalho: prefeitura, governo, outras ONGs que trabalham também nessa área, como a CPI que hoje está aqui trabalhando. *E uma coisa importantíssima para o nosso trabalho que a gente vem fazendo é a construção desses mapas e que hoje a gente está vendo o tamanho. Porque a gente pensava que era grande a nossa área e a gente vê o tanto que na nossa imaginação reduziu o que a gente tem de riqueza aqui dentro, do que a gente tem que cuidar, e as partes que estão sendo descansadas sem ninguém estar invadindo, e as partes que estão sendo invadidas. A gente vê que só tem um pedaço onde as caças têm refúgio, então precisa de um trabalho*

muito grande para você poder fechar o círculo aqui nessa área de preservação, onde as pessoas vão se integrar nesse trabalho e também praticar um trabalho assim para poder não invadir (Moisés Pinhanta, 2004, Apiwtxa).

#### **4.3.2. Mapa de ameaça da TI Mamoadate**

Na TI Mamoadate foram mapeados basicamente três tipos de invasões. Há invasões que são realizadas por traficantes de drogas, invasões de pessoas estranhas e invasões de madeireiros. Os traficantes costumam descer pelo igarapé Abismo, tendo chegado a estabelecerem uma clareira nas imediações desse igarapé. Como pode ser observado no mapa de ameaça, os Manchineri plotaram essa clareira como parte das ações de invasão da terra. Os traficantes também possuem outra rota, descem pelas cabeceiras do rio Iaco, do lado peruano, e atravessam todo o rio Iaco, que corta a TI. Já tiveram casos de conflitos entre os Manchineri e traficantes, quando eles prenderam alguns desses traficantes e tomaram suas armas e drogas: “os Manchineri já pegaram traficantes. Não pegaram madeireiro não, mas já pegaram traficantes, várias vezes, entrando aqui no alto Iaco” (Josimar Barreto Mariano Jaminawa, 09/092005, Betel).

No mapa de ameaças, visualiza-se essas invasões de traficantes, mas nas entrevistas e nas conversas com os Manchineri e Jaminawa nota-se a grande preocupação deles com a falta de atuação da Polícia Federal, do Exército, dos Governos Federal e Estadual dentro da TI, no sentido de poder gerar uma maior vigilância e fiscalização:

É preciso essa proteção, do apoio do governo Estadual, Federal. Mandar verificar as falhas onde estão. Porque nós mesmos para ficar verificando essas falhas, andando nesses piques, já fizemos, andamos. Tem muitos parentes aqui que já trabalharam. Acho que agora eles têm que se encarregar, os governos, mandar os policiais, o exército com helicópteros. O governo está aí para apoiar



as comunidades indígenas. Como diz, a terra indígena é do governo, da União. Então, eles têm uma obrigação (Jaime Sebastião Manchineri, 14/09/05, Jatobá).

Outras invasões ocorridas na TI e registradas no mapa têm sido de pessoas estranhas, chamadas por eles de “marginais”. Suspeitam ser presidiários fugidos da Penal que acabaram se escondendo dentro da TI. Eles já identificaram três desses fugitivos na TI e essas pessoas têm gerado um clima de tensão, porque mesmo não tendo armas de fogo, carregam armas brancas. Em certa ocasião, tentaram esfaquear um índio Manchineri, que conseguiu fugir. Em outra, um desses marginais invadiu a casa de um Manchineri para roubar alimentos. De acordo com os Manchineri e os Jaminawa, esses “marginais” têm sempre freqüentado os roçados em busca de alimentos, o que ocorre há mais de dois anos. Como fica evidente, os Manchineri e Jaminawa já não têm segurança e tranqüilidade para irem aos seus roçados, ou para deixarem as suas casas sozinhas. As mulheres e crianças já não podem mais ir sozinhas para os roçados, sendo preciso o acompanhamento de um homem adulto.

Além dessas invasões, duas ações no entorno da TI, ligadas às atividades madeireiras, têm preocupado os Manchineri e os Jaminawa. No lado peruano da fronteira existem vários lotes que foram concedidos pelo governo peruano para extração de madeiras. Como existem invasões de madeireiros na TI Kampa do Rio Amônia, eles temem que o mesmo ocorra na TI Mamoadate. O limite da TI com o Peru é um local de difícil acesso, sendo também uma área ocupada por índios isolados, denominados de Mashko pelos Jaminawa e Manchineri. Por esse motivo, eles sentem a necessidade de uma maior colaboração dos órgãos competentes para acentuar a vigilância e a fiscalização desses limites. Para eles, é necessário também que o governo peruano fiscalize as concessões madeireiras.

Uma outra ameaça à TI, por madeireiros, ocorre na região do igarapé Riozinho. Recentemente tiveram início estudos nessa região para a implementação de um projeto de manejo florestal madeireiro. Tanto os Manchineri quanto os Jaminawa colocaram essas informações no mapa e se prontificaram a intensificar a fiscalização dessa área:

nós Jaminawa já conversamos entre nós mesmos e de dois em dois meses nós vamos corrigir aqui, no Riozinho, para ver o que está acontecendo, se madeireiros estão entrando, se pescadores estão entrando lá dentro. Cada aldeia vem duas ou três pessoas para ir juntos, cada aldeia, de dois em dois meses. Daqui nós vamos até o Riozinho, subindo a divisão, esse pique aqui (Josimar Barreto Mariano Jaminawa, 09/092005, Betel).

O apoio dos órgãos competentes é fundamental para a vigilância e fiscalização da TI. Eles têm um receio muito grande de que atividades madeireiras nessa região possam gerar grande impacto sobre os animais da floresta, aqueles que eles utilizam na alimentação:

Nós estamos com medo por causa das caças também. Porque se a máquina entrar, vai ficar cada vez mais longe. A motosserra faz muito barulho. Nós não caçamos muito lá para preservar nossos animais, nossos alimentos, nossas frutas (Josimar Barreto Mariano Jaminawa, 09/09/2005, Betel).

Se forem utilizadas motosserras nessa área, se tiverem pessoas trabalhando na extração de madeira, a caça pode ser afugentada e a possibilidade de invasão da terra aumenta. Como já vimos, a escassez de caça já é um problema enfrentado pelos Manchineri e Jaminawa, podendo ser acentuada com atividades madeireiras na região do Riozinho.

O vínculo entre os mapas setoriais de invasões, caça, pesca, extrativismo, ocupação humana, etc. acaba não sendo destacado sem as informações provenientes das discussões e entrevistas realizadas. Temas como vigilância e fiscalização, manejo, áreas de refúgio, escassez e outros possuem conexões pouco evidenciadas pelos mapas, mas

fortemente presente nos relatos. Uma visão mais abrangente desses mapas e dos temas associados, entretanto, é fundamental para as discussões e ações de gestão territorial em TIs.

## Conclusão

O etnozoneamento da TI Mamoadate, o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia e o diagnóstico etnoambiental da TI Nawa, tomados nesta tese como instrumentos de planejamento, foram compreendidos como expressão dos mapeamentos participativos com povos indígenas que passaram a ser realizados em diversos países, principalmente a partir da última década do século XX. Assim como os demais mapeamentos participativos, esses instrumentos de planejamento fornecem subsídios – principalmente cartográficos, mas também descritivos – para as ações voltadas à gestão territorial em TIs.

Esses instrumentos de planejamento possuem algumas especificidades que merecem ser destacadas. Do ponto de vista terminológico, o etnozoneamento sugere que por seu intermédio seriam criadas zonas nos mapas, sejam elas de uso, de proteção, de caça, de pesca, de extrativismo, ou outras. Como pode ser observado no quarto capítulo, isso não veio a ocorrer; apenas foram mapeadas algumas informações consideradas relevantes pelos povos indígenas e pelos formuladores. O etnomapeamento, diferentemente, sugere que as informações serão mapeadas; entretanto, algumas zonas foram criadas, como pode ser visto, por exemplo, no mapa de presença de fauna e no de uso da flora da TI Kampa do Rio Amônia. O diagnóstico etnoambiental, por sua vez, mesmo não tendo gerado mapas até o momento, por não ter sido implementado, não implica a elaboração de mapas, como consta na sua metodologia prescritiva. Não obstante, os mapas são ferramentas extremamente importantes que elaborados com a metodologia dos mapeamentos participativos poderiam contribuir muito para o processo de regularização fundiária da TI Nawa.

Os três instrumentos objetivam, de algum modo, fornecer um diagnóstico sobre as TIs por meio de mapas e informações descritivas. O etnozoneamento, além de ter proporcionado um diagnóstico também permitiu a elaboração de um prognóstico e de recomendações de políticas públicas relacionadas com a TI Mamoadate e seus habitantes. O etnomapeamento restringiu-se à produção do diagnóstico, mas suas informações permitem a realização de um prognóstico e de sugestões para políticas públicas. Ainda que o diagnóstico etnoambiental não tenha sido implementado, é possível afirmar que ele possui potencial para a realização de diagnósticos e prognósticos, e para a elaboração de políticas públicas.

Tanto o etnozoneamento, quanto o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental estão calcados na participação indígena e na produção de informações e dados para a elaboração dos mapas. Como sugerido por Little (2006), a participação não implica que os povos indígenas fizeram parte do processo como um todo. Em geral, eles são convidados para participar na elaboração de instrumentos previamente definidos. Eles tomam parte no processo, mas não são os seus idealizadores. A noção de agência étnica, que não está presente nos instrumentos de planejamento, seria muito mais significativa. Por meio dela, entende-se que os povos indígenas estiveram presentes desde o momento da concepção dos instrumentos (Little, 2006: 38).

A ausência de uma agência étnica, no entanto, não deslegitima os instrumentos de planejamento, mas deixa claro que eles são muito mais produtos da nossa sociedade, que em um dado momento, são introduzidos entre os povos indígenas, passando a fazer parte da sociedade deles também. Como mencionado por Little, que os concebe como “etnoinstrumentos”:

a agenda política que propõe o uso desses etnoinstrumentos está ligada ao “movimento ambientalista”, entendido aqui no seu sentido mais amplo: todas as

organizações da sociedade civil, do setor privado e do Estado que se preocupam explicitamente pela qualidade do meio ambiente. Podemos afirmar que os etnoinstrumentos, mesmo que estejam internalizados na atuação cotidiana dos povos indígenas, são instrumentos “híbridos” que contêm elementos da sociedade ocidental e elementos das sociedades indígenas (Little, 2006: 22).

Não estando apenas ligados ao movimento ambientalista, mas ao “indigenismo”, entendido este do mesmo modo que Ramos (1998)<sup>86</sup>, percebe-se a amplitude da agenda política a que se propõem os instrumentos de planejamento analisados na tese. A noção de “híbrido”, se considerarmos o etnozoneamento, o etnomapeamento e o diagnóstico etnoambiental como vinculados ao indigenismo acreano contemporâneo, torna-se ainda mais complexa.

Se admitirmos o caráter “híbrido” desses instrumentos de planejamento, fica claro que o prefixo “etno” empregado neles não se aproxima daquele utilizado, por exemplo, na etnoecologia. Nesta, o prefixo sugere um esforço por entender os olhares indígenas sobre os seus meios ambientes; nos instrumentos de planejamento, sugere apenas uma ação que está sendo realizado junto a povos indígenas, mas que de certo modo almeja refletir a percepção indígena. Nesse sentido, os mapas produzidos pelos instrumentos de planejamento, em alguns casos denominados “etnomapas”, não são propriamente mapas dos conhecimentos indígenas, mas dos conhecimentos dos diversos atores envolvidos na sua elaboração.

Ao se observar os mapas produzidos pelo etnozoneamento e pelo etnomapeamento, nota-se que os símbolos utilizados não foram elaborados pelos índios. Muitos fazem parte dos bancos de dados dos *software* utilizados, ou foram produzidos pelos técnicos responsáveis pela digitalização dos mapas. Esse aspecto dos

---

<sup>86</sup> Isto é, como um amplo campo político e semântico, construído pelo Estado, pelos índios, pelas ONGs, por antropólogos, por ambientalistas, missionários, etc., que possuem cada um suas próprias práticas e idéias sobre como devem se dar as relações e as políticas face aos povos indígenas (Ramos, 1998: 5-7).

mapeamentos participativos não se limita ao Acre, mas ficou visível durante o Seminário “Trocadas de Experiências em Levantamentos Participativos em Terras Indígenas”, quando foram discutidas as experiências de mapeamentos participativos no país promovidas por várias instituições: ISA, ACT-Brasil, TNC-Brasil, CTI, CPI-Acre e SEMA/SEPI.

A única dessas experiências que procura evitar o uso de símbolos ocidentais e incorporar nos mapas figuras indígenas foi a realizada pela ACT-Brasil. Em suas atividades de mapeamento participativo, os índios desenham os símbolos para determinadas informações e eles são escaneados por técnicos da ONG para posterior inserção nos mapas. Esse esforço, contudo, continua sendo em vão na tentativa de superar o caráter “híbrido” dos mapas. A partir do momento em que métodos, técnicas e tecnologias ocidentais são utilizados para a produção dos mapas, torna-se problemático concebê-los como “indígenas”.

Essa afirmação pode ser generalizada para diversos contextos. A metodologia utilizada pela ACT-Brasil segue em grande medida aquelas aplicadas em Honduras, Nicarágua e Panamá, inspiradas nos materiais produzidos pelos seus principais idealizadores: Chapin e Threlkeld (2001). O trabalho desses autores é uma espécie de manual para a elaboração dos mapeamentos participativos. De forma bastante sintética, na metodologia empregada tenta-se transmitir aos índios a maior parte do processo de elaboração dos mapas. Pesquisadores indígenas são formados para produzirem os mapas nas aldeias sem necessariamente contar com a presença de técnicos ou pesquisadores externos. As versões manuscritas dos mapas georeferenciados são, posteriormente, digitalizadas por técnicos não indígenas, excluindo os índios dessa etapa fundamental do processo.

As outras experiências de mapeamento participativo no Brasil distanciam-se dessas metodologias. A TNC-Brasil, o CTI, o ISA, a CPI-Acre e a SEMA/IMAC têm trabalhado principalmente em e com “oficinas” para a elaboração dos mapas. Nestas, representantes indígenas são auxiliados por técnicos dessas instituições e formados para produzirem e inserirem as informações em mapas georeferenciados, que depois são digitalizados por técnicos não indígenas.

Alguns pontos em comum podem ser destacados em todas essas experiências de mapeamento participativo que estão sendo desenvolvidas no país: 1) os mapas finais digitalizados não estão sendo produzidos pelos indígenas; 2) o caráter pedagógico da elaboração desses mapas está presente, em graus variados, no processo de elaboração e uso dos mapas; 3) o caráter político do processo de elaboração e uso dos mapas não foi totalmente apropriado pelos indígenas; 4) o diálogo entre representantes indígenas e os representantes de diversas instituições tem se ampliado; e 5) os mapas e informações correlatas estão subsidiando discussões e ações voltadas para a gestão territorial em TIs.

Como forma de compensar a não participação dos representantes indígenas na fase de digitalização dos mapas, eles costumam ser submetidos à revisão e à validação pelas lideranças indígenas por mais de uma vez. Durante a revisão, várias informações são corrigidas ou complementadas, aumentando o grau de confiabilidade do conteúdo dos mapas. Como essa revisão é feita por indígenas que detêm um conhecimento específico sobre determinados temas considerados nos mapas – e nem sempre só os que participaram desde a fase inicial de elaboração fazem revisões - as alterações costumam ser significativas. Caso os mapas passassem a ser digitalizados pelos próprios indígenas, estaria sendo dado mais um passo em direção à agência indígena, conseqüentemente ao processo de autonomia deles em relação aos conhecimentos cartográficos.

Quanto ao caráter pedagógico da produção e uso dos mapas, nota-se que as experiências mais direcionadas para a formação educacional indígena estão sendo realizadas pela CPI-Acre e pelo CTI. Em ambas, os mapas foram inseridos nos projetos educacionais que há anos vinham sendo desenvolvidos por essas ONGs, tornando-se mais um material pedagógico no âmbito das ações educativas. Os mapeamentos participativos realizados pelo ISA, ACT-Brasil, TNC-Brasil e SEMA/SEPI, mesmo sendo materiais com grande caráter pedagógico, não estão totalmente direcionados para a área educacional, por não atuarem essas instituições diretamente com educação escolar indígenas nas áreas mapeadas.

A apropriação política do processo de produção e uso dos mapas, outra questão presente nas experiências realizadas no país, ainda é incipiente. Em parte, isto se deve ao fato dos povos indígenas não estarem envolvidos em todas as etapas dos mapeamentos participativos. Desse modo, eles estão parcialmente excluídos do contexto político associado à produção e ao uso dos mapas. Ainda há uma dependência por parte dos povos indígenas das instituições que participam do processo, pois estas têm mais condições de acessar e produzir novos mapas a partir da base de dados digitais. Os poucos mapas impressos que circulam entre os povos indígenas acabam não sendo apropriados mais intensamente. Quando sentam em uma mesa de negociação, por exemplo, dificilmente podem distribuir os mapas impressos às autoridades. Isso não significa que os povos indígenas não estejam fazendo uso político crescente dos mapas – o que pode ser visto no uso deles pelos Ashaninka durante a Semana Ashaninka realizada em 2004, em Brasília -, mas que alguns fatores têm limitado a apropriação com esse viés.

Mesmo com tais limitações, os mapeamentos participativos estão contribuindo para uma ampliação do diálogo entre representantes indígenas e representantes de instituições diversas. Nem todos os integrantes de um povo indígena participam desse diálogo e os mapas não proporcionam uma ampliação do diálogo em sentido numérico necessariamente. O uso dos mapas continua restrito, principalmente, aos representantes indígenas, mas estes cada vez mais entram em contato com um número maior de instituições durante o processo de elaboração e mesmo de uso dos mapas. Os mapas mais que ampliar o diálogo, têm dado subsídios para negociações em andamento. Com eles é possível sensibilizar as autoridades que cada vez mais operam com informações visuais, como no caso dos Ashaninka que apresentam o mapa de invasões para conseguir apoio à sua luta contra as madeireiras peruanas.

Outro aspecto comum entre os mapeamentos participativos no Brasil, que pôde ser constatado principalmente durante o seminário referido, é que eles estão subsidiando discussões e ações voltadas para a gestão territorial em TIs. Por meio dos mapas e das informações a eles associadas, representantes indígenas e de instituições governamentais e não-governamentais estão aprofundando seus conhecimentos sobre os territórios indígenas e seus usos. Com base nesses conhecimentos, as discussões e ações relacionadas a vigilância e fiscalização, manejo sustentável, áreas de refúgio, conservação ambiental, reflorestamento, geração de renda a partir de atividades sustentáveis, etc., estão se delineando.

A gestão territorial, como foi entendida aqui, procura conciliar controle político e manejo ambiental dos territórios indígenas e configura-se como um processo amplo que engloba diversas concepções e ações. Estas podem ser classificadas em etapas, como feito por Little (2006). Pensando em etapas que podem culminar na gestão

territorial propriamente dita, os instrumentos de planejamento seriam apenas uma dentre várias ações no processo que combina controle político e sustentabilidade do território.

Em muitas ações voltadas para a gestão territorial, em maior ou menor intensidade, os mapas e materiais descritivos têm sido supervalorizados por seus formuladores. Mesmo que as ações de gestão territorial não venham a ser realizadas exclusivamente por povos indígenas, por demandar *inputs* dos conhecimentos científicos, em especial da biologia, agronomia, engenharia florestal, geografia, antropologia e outras, os povos indígenas continuam sendo os principais sujeitos desse processo e os mapas apenas um complemento periférico para suas discussões e ações.

Como fica evidente, a gestão territorial e - pelo menos - uma das ações vinculadas a ela, o mapeamento participativo, são temas de grande relevância para pesquisadores, povos indígenas e técnicos governamentais e não-governamentais. Abordagens distintas da realizada aqui, fundamentadas em outros estudos de caso, dados e referências bibliográficas, podem abrir novos horizontes de compreensão desses fenômenos sociais. Um estudo comparativo de mapeamentos participativos realizados junto a povos indígenas e outros grupos sociais no país - camponeses, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco e outros -, alguns já analisados por Almeida (1994 e 2006), Almeida et alli (2005) e Anjos (1999), ampliariam ainda mais o entendimento desses fenômenos. Por esses motivos, esta tese não esgota o tema, oferecendo mais uma contribuição ao debate em andamento sobre mapeamentos participativos e gestão territorial em TIs.

## Bibliografia

- ACRE. Governo do Estado do Acre. ZEE. Etnozoneamento em Terra Indígena. 2004. Programa de Etnozoneamento em Terras Indígenas – fase II. Diretrizes Básicas. Rio Branco. Versão preliminar. mimeo
- ACRE. SEMA. ZEE. Gerência do Etnozoneamento. 2004. Relatório das Atividades Desenvolvidas no Âmbito do Etnozoneamento em Terras Indígenas. Rio Branco: SEMA. mimeo
- ACRE. IMAC. 2005. Programa de Desenvolvimento Sustentável. Comissão Especial de Licitação – II. Concorrência Nacional - NCB nº 018/2004 - BID 1399/OC-BR. Edital para a contratação de serviços de consultoria para realizar estudos de zoneamento nas TIs Rio Gregório, Caeté, Katukina/Kaxinawa de Feijó, Igarapé do Caucho e Colônia 27. Rio Branco. mimeo
- ACRE. Governo do Estado do Acre. 2006. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. <http://www.ac.gov.br/contratobid/oprograma/index.html>, acessado em 20 de setembro de 2006.
- ACRE. SEMA. 2006. Relatório da Oficina de Validação do Etnozoneamento da TI Mamoadate. Rio Branco, julho. mimeo
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1994. Carajás: A Guerra dos Mapas. Belém: Falangola.
- \_\_\_\_\_. 2006. Os quilombolas e a Base de Lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAIISHI NETO, Joaquim; e MARTINS, Cynthia Carvalho. 2005. Guerra Ecológica nos Babaçuais. São Luiz, MA: Lithograf.
- ALMEIDA, W. B. Mauro. 1990. *As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais*. In: Terra Indígena. Ano VII, nº 54, janeiro-março. São Paulo: Unesp
- \_\_\_\_\_. 1992. *Desenvolvimento e Responsabilidade dos Antropólogos*. In: Arantes et alli (orgs.). Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. São Paulo: Editora da Unicamp, pp.111-122
- ANDERSON, Benedict. 1995. Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalim. London e New York: Verso

- ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. 1999. Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor.
- APORTA, Claudio & HIGGS, Eric. 2005. *Satellite Culture: Global Positioning Systems, Inuit Wayfinding, and the Need for a New Account of Technology*. Current Anthropology. Volume 46, Number 5, December
- AQUINO, Terri Valle de. 1977. Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a “peão” acreano. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao PPGAS/UnB.
- \_\_\_\_\_. 2004. Conflitos territoriais e relevância ambiental no Alto Juruá acreano. Relatório de consultoria do projeto RESEX II – CNPT/IBAMA Brasília, mimeo.
- AQUINO, Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. 1994. Kaxinawá do Rio Jordão - História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado. Rio Branco: Comissão Pró-Índio
- \_\_\_\_\_. 1999. Terras e Populações Indígenas no Estado do Acre. Novembro de 1999. mimeo
- \_\_\_\_\_. 2005. Terras e Populações Indígenas no Estado do Acre. mimeo
- ARANTES, Antônio Augusto. 1992. *Por uma Antropologia Crítica e Participante*. In: Arantes et alli (orgs.). Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. São Paulo: Editora da Unicamp, pp. 19-24.
- ARAÚJO, Wladimir Sena. 2004. Diagnóstico Ambiental em Terras Indígenas do Alto Acre. Rio Branco: SEMA/ZEE. mimeo
- ATAÍDE, Marcos Sebastião & MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. 2005. A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão. mimeo.
- AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. 1905. Primeiro Relatório Semestral. Apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1906. Relatório do Primeiro Semestre. Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Exteriores, pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BAINES, Stephen G. 1991. “É a Funai que Sabe”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR

- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 1997. *UC's na Amazônia: Território Planejado e Grupos Sociais Locais*. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Vol. II. Curitiba-PR.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Invenção ou Renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste*. In: Oliveira, João Pacheco (org.). A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa
- \_\_\_\_\_. 2001a. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de doutorado em Antropologia Social, FFLCH/USP.
- \_\_\_\_\_. 2004. Projeto Plano de Gestão do Corredor Central da Amazônia. Alcance em Terras Indígenas. Relatório Final, 08 de fevereiro.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Os Predicados do Desenvolvimento e a Noção de Autoctonia*. In: Revista Tellus. Ano 6, nº 10, abril de 2006. Campo Grande: NEPI e UCDB.
- BARTH, Fredrik. 1969 [1956]. *Ecologic relationships of ethnic groups in Swat, North Pakistan*. In: Environment and cultural behavior: ecological studies in cultural anthropology. A.P. Vayda, ed., Garden City, NY: Natural History Press, pp. 362-376
- BARROS CUNHA, Geovânia C. 1998. Conflitos Sócio-Ambientais no Acre: um estudo de caso sobre modalidades de apropriação e gestão de recursos naturais no período 1990/1997. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, curso de pós graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BASTIDE, Roger. 1971. Antropologia Aplicada. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BECKER, Berta et alli. 1990. Fronteira Amazônica: Questões Sobre a Gestão do Território. Brasília e Rio de Janeiro:UNB/UFRJ.
- BENNETT, John W. 1993. *Human ecology as human behavior: a normative anthropology of resource use and abuse*. Human ecology as human behavior: Essays in environmental and developmental anthropology. New Brunswick, NJ: Transaction, pp. 45-76
- BLACK, Jeremy. 2005. Mapas e História: construindo imagens do passado. Bauru, SP: EDUSC
- BORGES, Jorge Luiz. 2000. Obras Completas. São Paulo: Globo.
- BRECHIN, Steven R. e WEST, Patrick C. 1991. *National Parks, Protected Areas, and Resident Peoples: a comparative assessment and integration*. In: West Patrick C.

et alli (edits). Resident Peoples and National Parks: social dilemmas and strategies in international conservation. Tucson: University of Arizona Press, p. 363-400.

BRODY, Hugh. 1983. Maps and Dreams. New York: Pantheon Books

BROMLEY, Daniel W. 1989. *Property relations and economic development: the other land reform*. World Development. 17 (6): 867-877

BROSIUS, P. 2001. *The Politics of Ethnographic Presence: sites and topologies in the study of transnational environmental movements*. In: C. Crumley (ed.). New Directions in Anthropology and Environment: intersections. Walnut Creek, CA: Altemira Press.

CABRAL, Alfredo Lustosa. 1984. Dez Anos no Amazonas (1897-1907). 2ª ed. Brasília-DF

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1992. *Práticas Interétnicas e Moralidade*. In: Arantes et alli (orgs.). Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. São Paulo: Editora da Unicamp, pp. 55-66.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. 1930 [1922]. *O Juruá Federal: Território do Acre*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial. Congresso Internacional de História da América. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol IX. pp. 591-722.

\_\_\_\_\_. 1947. *Caminhos do Acre*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol 196, Julho/Setembro. pp. 74-225.

\_\_\_\_\_. 1950. *O Gentio Acreano*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 207, Abril-Junho. pp. 3-77

\_\_\_\_\_. 1958. *Acreânea*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol 240, Julho/Setembro. pp. 03-83.

\_\_\_\_\_. 1961. *Povoamento da Acreânia*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 250, Janeiro- Março. pp. 118-256.

CHANDLESS, W. 1949. *Notas sobre o Rio Purus, lidas perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, em 26 de fevereiro de 1868*. In: Manaus: Associação do Comércio do Amazonas. Separata dos Arquivos, volumes 09 (3) e 10 (3). pp. 21-29 e 29-40.

\_\_\_\_\_. 1869. *Notes of a journey up the river Juruá*. In: Journal of the Royal Geographical Society. London, XXXIX. pp. 296-311.

- CHAPIN, Mac & THRELKELD, Bill. 2001. Indigenous Landscapes: A Study In Ethnocartography. Center For The Support of Native Lands
- CHAPIN, Mac. 2004. A Challenge to Conservationists. Worldwatch magazine, nov./dez. <http://www.worldwatch.org/node/565>. Acessado em 03 de agosto de 2006.
- CHAPIN, Mac et alli. 2005. Mapping Indigenous Lands. Annu. Rev. Anthropol. 34:619–638.
- CHASE SMITH, Richard et alli. 2003. Mapping the Past and the Future: Geomatics and Indigenous Territories in the Peruvian Amazon. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- COFFACI DE LIMA, Edilene. 1993. Relatório Antropológico sobre o Parque Nacional da Serra do Divisor (rios Môa e Azul) - Acre. São Paulo. mimeo
- CONKLIN, Harold C. 1954. An Ethnoecological Approach to Shifting Agriculture. Transactions of the New York Academy of Sciences, 2nd series 17. pp. 133-142
- CORREIA, Cloude de Souza. 2004. O Parque Nacional da Serra do Divisor e as Terras Indígenas Nawa e Nukini. In: Ricardo, Fany (org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, págs. 449-453
- \_\_\_\_\_. 2005. Carta s/nº, de 04 de abril de 2005. Encaminhada pelo Antropólogo Coordenador do GT PP nº 1.071/03 ao Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI. Brasília
- CORREIA, Cloude de Souza & COSTA, Eliza Mara Lozano & VIVAN, Jorge Luiz. 2005. Etnozoneamento da Terra Indígena Mamoate: relatório final. Rio Branco: SEMA/IMAC. mimeo
- COSTA, Craveiro. 2003. A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do Território do Acre. Rio Branco: Tribunal de Justiça
- COUTINHO Jr., Walter. 2001. Relatório de Viagem: áreas de ocupação indígena ainda não regularizadas no Acre e Sul do Amazonas. FUNAI/BSB, mimeo
- CPI-Acre, 2003. Implantación de Tecnologías de Manejo Agroflorestal em Tierras Indígenas del Acre. GAVAZZI, Renato & MONTE, Nietta Lindenberg & VIVAN, Jorge (orgs.). Experiências PDA nº 3. Brasília: PDA/ Ministério do Meio Ambiente, GTZ. Setiembre.
- CUNHA, Euclides da. 2003. Um Paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio Branco: Tribunal de Justiça.

- DEAN, Warren. 1996. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. C. Moreira, trad. São Paulo: Companhia das Letras
- DENNISTON, Derek. 1994. *Defending the Land with Maps*. World Watch. January/February.
- DESCOLA, Philippe. 2000. *Ecologia e Cosmologia*. In: Diegues, Antônio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume Editora
- ERIKSON, Philippe. 1992. *Uma Singular Pluralidade: a etno-história Pano*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, SMC. pp. 239-266
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. 1976. Witchcraft, oracles, and magic among the azande. Oxford: Clarendon.
- FIRTH, Raymond. 1956. *Introduction: Malinowski as Scientist and as Man*. In: FIRTH, Raymond (ed.) Man and Culture. London: Routledge & Kegan Paul. pp. 1-14
- FONSECA, Marina Antongiovani. 2005. *Seminário promove troca de experiências sobre levantamentos participativos em Terras Indígenas*. In: Notícias Socioambientais, 23 de novembro de 2005. <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2148>, acessado em 11 de janeiro de 2007.
- FOUCAULT, Michel. 1977. *O Panoptismo*. In: Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, p. 173-198.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Aula de 17 de março de 1976*. In: Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Sobre a geografia*. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRESCHI, Julieta Matos. 2004. Autoria, Interculturalidade e Conhecimentos Etnoecológicos: o caso dos agentes agroflorestais indígenas do Acre. UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
- \_\_\_\_\_. 2005. Relatório da II Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa Do Rio Amônia. Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru). Subprojeto Etnomapeamento em Oito Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru. Comissão Pró-Índio do Acre, versão preliminar, mimeo.

- FUNAI. PPTAL. 2004. Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: uma metodologia. Versão revista e atualizada, janeiro. mimeo
- FUNAI. IBAMA. 2004. Projeto de Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Nawa. Janeiro, mimeo.
- FUNAI. Processo nº 08620.2780/2002. Convênio nº 12/2002 de cooperação mútua que celebram entre si a Amazon Conservation Team – ACT e as comunidades indígenas do Parque Indígena do Xingu com a interveniência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
- FUNAI. Processo nº 1725/2002. Convênio nº 003/2002 de cooperação mútua que celebram entre si a Amazon Conservation Team – ACT e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque com a interveniência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
- GAVAZZI, Renato Antônio & RESENDE, Márcia Spyer (orgs.). 1996. Atlas Geográfico Indígena do Acre. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre – setor de educação.
- GEERTZ, Clifford. 1969 [1963]. *Two Types of Ecosystems*. In: Vayda, Andrew (ed). Environment and cultural Behavior: Ecological Studies in Cultural Anthropology. Garden City, NY: Natural History Press, 1939, pp. 3-28
- \_\_\_\_\_. 1978. A Interpretacao das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar
- \_\_\_\_\_. 1997. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: O Saber Local. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 85-107
- GODELIER, Maurice. *Ecosystems and social systems*. In: The mental and the material, M. Thom, trad. London: Verso, 1986, pp. 27-70.
- GONÇALVES, Marco Antônio (org.). 1991. Acre: História e Etnologia. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena, LPS/IFCS/UFRJ
- GORDON, Edmund T. et alli. 2003. *Rights, Resources, and the Social Memory of Struggle: Reflections on a Study of Indigenous and Black Community Land Rights on Nicaragua's Atlantic Coast*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- HARLEY, J. B. 1988. *Maps, Knowledge, and power*. In: Cosgrove, Denis & Daniels, Stephen (eds.). The Iconography of Landscape: essays on the symbolic representation, design and use of post environments. Cambridge University Press.
- HERLIHY, Peter H. 2003. *Participatory Research Mapping of Indigenous Lands in Darién, Panama*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

- HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). 2003. *Maps of, by and for the Peoples of Latin America*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- HOUAISS. 2001. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. Versão 1.0
- JOHNSTON, Barbara R. 2001. *Anthropology and Environmental Justice: analysts, advocates, mediators and troublemakers*. In: C. Crumley (ed.). New Directions in Anthropology and Environment: intersections. Walnut Creek, CA: Altemira Press.
- LEIS, H. R. & VIOLA, E., 1996. *A Emergência e Evolução do Ambientalismo no Brasil*. In: O Labirinto: Ensaio sobre o Ambientalismo e Globalização. H.R. Leis. São Paulo: Gaia; Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1995. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes
- \_\_\_\_\_. 1998a. *Identificação como Categoria Histórica*. Oliveira, J. P. (org.). Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa
- LITTLE, Paul E. 1999. *Environments and Environmentalisms in Anthropological Reserch: Facing a New Millennium*. Annual Reviews of Anthropology. Vol. 28 (In Press)
- \_\_\_\_\_. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Paper apresentado na XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS.
- \_\_\_\_\_. 2006. Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA-AC, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI-AC e Agência da GTZ no Brasil – GTZ. Rio Branco, Acre, 15 de dezembro de 2006.
- LOZANO COSTA, Eliza Mara. 2005a. Relatório Parcial de Atividades de Consultoria para o Etnozoneamento da Terra Indígena Mamoadate – Povo Jaminawa. Rio Branco: SEMA/IMAC, fevereiro. mimeo
- \_\_\_\_\_. 2005b Etnozoneamento da TI Mamoadate/AC. Relatório preliminar-povo Jaminawa, julho. mimeo.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.
- MARCHESE, Daniela. 2005. Eu Entro Pela Perna Direita: Espaço, Representação e Identidade do Seringueiro no Acre. Rio Branco: EDUFAC.

- MARCUS, George E. 1998. Ethnography Through Thick and Thin. New Jersey: Princeton University Press
- McCORMICK, John. 1992. Rumo ao Paraíso. A história do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MELATTI, Júlio Cezar. 1997. Juruá-Ucayali. In: Índios da América do Sul – Áreas Etnográficas. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. Vol. II, pgs. 147-160
- MENDONÇA, Belarmino. 1989. Reconhecimento do Rio Juruá (1905). Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, V. 152. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre
- MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. 2004. Da Cana ao Caos: Usos Sociais do Meio Ambiente no Litoral Sul-Pernambucano em Perspectiva Comparada. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MÉTRAUX, Alfred. 1970 [1953]. *Applied Anthropology in Government: United Nations*. In: KROEBER, Alfred L. (Org.). Anthropology Today. Chicago: University of Chicago Press, pp. 880-894
- MILLIKEN, William. 1998. Levantamento Etnoecológicos em Reservas Indígenas na Amazônia Brasileira: uma metodologia. Edinburgh Development Consultants, segunda versão, novembro.
- MONTAGNER, Delvai. 2002. Construção da Etnia Nawa. Brasília, agosto. mimeo
- MONTE, Nietta Lindenberg. 2003. Novos Frutos das Escolas da Floresta. Registro de Práticas de Formação. Rio de Janeiro: N. L. Monte.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. 1994. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: HUCITEC
- MORETON-ROBINSON, A. & RUNCIMAN, C. 1990. *Land Rights in Kakadu: self management or domination*. In: Journal for Social Justice Studies, Special Edition Series, Contemporary Race Relations, vol. 3. pp. 75-88.
- OFFEN, Karl H. 2003. *Narrating Place and Identity, or Mapping Miskitu Land Claims in Northeastern Nicaragua*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. 1983. *Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica*. Boletim do Museu Nacional, Antropologia, N.S., n. 44. Rio de Janeiro, out.

- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de (org.). 1987. Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero
- \_\_\_\_\_. 1989. Os Poderes e as Terras dos Índios. Comunicação do PPGAS, n. 14. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional
- \_\_\_\_\_. 1998. *Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais*. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda. pp. 269 - 295
- \_\_\_\_\_. 1999. *Romantismo, negociação política ou aplicação da antropologia: perspectivas para as perícias sobre terras indígenas*. In: Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp. 164 - 191
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1998. *Demarcação e Reafirmação Étnica: um ensaio sobre a FUNAI*. In: Oliveira, J. P. (org.). Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa
- ONG, W. J. 1986. Orality and Literacy: the technologizing of the word. Methue, New York.
- ORLOVE, Benjamim S. 1991. Mapping Reeds and Reading Maps: the politics of representation in Lake Titicaca. *American Ethnologist* nº 18 (1): 3-38.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Editorial: Time, Society, and the Course of New Technologies*. Current Anthropology. Volume 46, Number 5, December 2005
- PÁDUA, José Augusto (org). 1987. *Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. In: Ecologia Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/IUPERJ, p. 11-62.
- PÁDUA, José Augusto. 2002. Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888). Introd., cap. 3 e 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. 2004. Os Milton: cem anos de história nos seringais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana.
- PARDO, David Wilson de Abreu. 2004. *O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e o Direito dos Índios sobre as Terras que Tradicionalmente Ocupam: o caso da comunidade indígena Nawa do Parque Nacional Serra do Divisor – ACRE*. In: Jurisprudência Catarinense. Ano XXIX, 2º trimestre 2003, N. 102. Tribunal de Justiça: Florianópolis - SC. [http://jusvi.com/link\\_viewer/show/2663](http://jusvi.com/link_viewer/show/2663), acessado em 26 de dezembro de 2006.

- PARESCHI, Ana Carolina Cambeses. 1997. Realismo e Utopia: O Trabalho de Formigas em um Mundo de Cigarras. Um estudo antropológico do discurso ambientalista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. 2002. Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- PEREIRA NETO, Antônio. 2000. Relatório Preliminar a Respeito de População que se Afirma Pertencer a Etnia Naua do Parque Nacional da Serra do Divisor, Município de Mâncio Lima-AC. Rio Branco, outubro. mimeo
- PETI. Projeto de Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil. Museu Nacional. 1993. Atlas das Terras Indígenas do Nordeste: Alagoas, Bahia (exceto Sul), Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. <http://www.laced.mn.ufrj.br>, acessado em 10 de janeiro de 2007.
- PIMENTA, José. 2002. Índio não é todo igual': a construção ashaninka da História e da política interétnica. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (DAN/UnB).
- \_\_\_\_\_. 2004. *Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas: os paradoxos de um exemplo amazônico*. In: Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Reciprocidade, Mercado e Desigualdade Social entre os Ashaninka do Rio Amônia*. In: Série Antropologia n° 392. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.
- PLANO DE MANEJO. 1998. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor. Acre. Rio Branco.
- POOLE, Peter. 1995. Indigenous Peoples, Mapping and Biodiversity Conservation: An Analysis of Current Activities and Opportunities for Applying Geomatics Technologies. BSP People and Forests Program Discussion Paper. Washington, D.C.: Biodiversity Support Program.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1983. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. Textos. CERU e FFLCH/USP, SP
- RAFFESTIN, Claude. 1993 [1980]. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática.
- RAMOS, Alcida Rita. 1990. *Ethnology Brazilian Style*. Republicado em Cultural Anthropology, vol. 5, n° 4. Chicago: University of Chicago Press, pp. 452-472.

- RAMOS, Alcida Rita. 1992. *O Antropólogo Como Ator Político*. In: Arantes et alli (orgs.). Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. São Paulo: Editora da Unicamp, pp. 155-162.
- RAMOS, Alcida Rita. 1998. Indigenism. Ethnic Politics in Brazil. Madison: University of Wisconsin Press.
- RAPPAPORT, Roy A. 1969 [1967]. *Ritual Regulation of Environmental Relations Among a New Guinea People*. In: Vayda, Andrew (ed). Environment and cultural Behavior: Ecological Studies in Cultural Anthropology. Garden City, NY: Natural History Press, 1939, pp. 181-201
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992. *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia de Desenvolvimento*. In: Revista de Antropologia 34. São Paulo: USP.
- SAHLINS, Marshall. 1969 [1957]. *Land use an the extended family in Moala, Fiji*. In: Environment and cultural behavior: ecological studies in cultural anthropology. A.P. Vayda, ed., Garden City, NY: Natural History Press, pp. 395-415
- SMITH, Derek A. 2003. *Participatory Mapping of Community Lands and Hunting Yields Among the Buglé of Western Panama*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- STERN, Margaret J. & Apanú N., Ricardo. 2002. *Cartografía comunitaria de un bosque en el Alto Marañón, Dpto. Amazonas, Perú: Delimitación de territorio y hábitats*. Cartografía Comunitaria. Herbario Nacional del Ecuador, Quito, Ecuador
- STEWART, Julian. 1977 [1968]. *The concept and method of cultural ecology. Evolution and ecology*. In: Essays on social transformation. Urbana: University of Illinois Press, pp. 43-57
- STOCKING, George W. 1985. *The Ethnographer's Magic*. In: STOCKING, George W. (ed.). Observers Observed. Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 70-120
- \_\_\_\_\_.1991. *Maclay, Kubary, Malinowski. Archetypes from the Dreamtime of Antropology*. In: STOCKING, George W (ed.) Colonial Situations. Madson: The University of Wisconsin Press. pp. 03-74
- STOCKS, Anthony. 2003. *Mapping Dreams in Nicaragua's Bosawas Reserve*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- STOCKS, Anthony et alli. 2005. Beyond The Map: Indigenous and Colonist Impacts and Teritorial Defense in Nicaragua's Bosawas Biosphere Reserve. [http://www.iapad.org/publications/ppgis/beyond\\_the\\_map\\_sv.pdf](http://www.iapad.org/publications/ppgis/beyond_the_map_sv.pdf). Acessado em 12 de julho de 2006.

- STURTEVANT, Edgar H. 1964. *An Introduction to linguistic science*. New Haven: Yale University Press
- SUTTON, Alison. 1994. *Seringais: servidão sob controle monopolista*. In: Trabalho Escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo: Edições Loyola. mimeo
- SZTUTMAN, Márcio. 2006a. Mapeamento Participativo das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, Oiapoque/AP. Fonte: *Jornal Mensageiro – CIMI*. [http://www.povosindigenasdooiapoque.com.br/artigos\\_mapeamento.php](http://www.povosindigenasdooiapoque.com.br/artigos_mapeamento.php), acessado em 28 de agosto de 2006.
- \_\_\_\_\_. 2006b. Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Versão preliminar elaborada para a 1ª Turma de alunos do curso de Gestão Etnoambiental do CAFI, – outubro de 2006.
- TASTEVIN, Constant. 1914. *Em Amazonie. Sur lê Moa, aux limites extremes du Brésil et du Perón*. In: Missions Catholiques, Tomo XLVI. pp. 502-504; 514-516; 526-528; 537-539; 550-552 e 559-561
- \_\_\_\_\_. 1919. *Quelques considérations sur les indiens du jurua*. In: Bulletin et Memoires de la Société d'Anthropologia de Paris. Vol. 8, 6ª série. Paris. pp. 144-154
- \_\_\_\_\_. 1920. *Le fleuve Juruá*. In: La Géographie, Tomo XXXIII. pp. 131-148.
- \_\_\_\_\_. 1921. *Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes*. In: La Géographie, Tomo XXXV. pp. 449-482
- \_\_\_\_\_. 1924. *Chez les indiens du Aut.-Jurua*. In: Missions Catholiques, Tomo LVI. pp. 65-67; 78-80; 90-93 e 101-104
- \_\_\_\_\_. 1925. *Le fleuve Muru*. In: La Géographie, Tomo XLIII & XLIV. pp. 14-35 e 403-422
- \_\_\_\_\_. 1926. *Le Haut Tarauacá*. In: La Géographie, Tomo XLV. pp. 34-54 e 158-175.
- \_\_\_\_\_. 1928. *Le Riozinho da Liberdade*. In: La Géographie, Tomo XLIX. pp. 205-215.
- TNC Amazônia. 2006. Etnomapeamento nas Comunidades Indígenas da Amazônia. <http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/work/art16607.html>, acessado em 01 de setembro de 2006.

- TOCANTINS, Leandro. 1979. Formação Histórica do Acre. Volume I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre
- TOCANTINS, Leandro. 1989. *Um Relatório Sobre a Geografia Física e Humana do Rio Juruá*. In: MENDONÇA, Belarmino. Reconhecimento do Rio Juruá (1905). Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, V. 152. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre
- TOCANTINS, Leandro. 2003. *Amazônia na Vida e na Expressão de Euclides da Cunha*. Um Paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio Branco: Tribunal de Justiça.
- TOLEDO, V. 1992. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica*, Vol. 1, No 1, pp. 5-21.
- UCHOA, Maria Luiza Pinedo. 2004. Relatório de atividades: Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor (Brasil-Peru): Oficina de Etnomapeamento. Comissão Pró-Índio do Acre, mimeo.
- ULLOA, Astrid. 2001. El Nativo Ecológico: Movimientos Indígenas y Medio Ambiente en Colômbia. <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a26-aulloa>. Acessado em 13 de setembro de 2006.
- VAYDA, Andrew P. & RAPPAPORT, Roy A. 1968. *Ecology: cultural and non-cultural*. In: Clifton, James A. (ed.). Introduction to Cultural Anthropology: essays in the scope and methods of the science of man. Boston: Houghton Mifflin Company
- VIOLA, Eduardo. 1992. *O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia a conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. In: Goldenberg, M. (coord.) Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Revan. pp. 49-75.
- VIVAN, Jorge. 2006. Etnoecologia e manejo de recursos naturais: reflexões sobre a prática. Artigo apresentado no VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Porto Alegre, RS. mimeo
- WAGLEY, Charles. 1969 [1951]. *Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes*. In: Environment and cultural behavior: ecological studies in cultural anthropology. A.P. Vayda, ed., Garden City, NY: Natural History Press, pp. 269-282
- WOOD, Denis. 1973. I Don't Want to, But I Will: the genesis of geographic knowledge. Worcester, Mass.: Clark University Cartographic Laboratory

ZEE. Governo do Estado do Acre. 2000. Zoneamento Ecológico-Econômico: Aspectos socioeconômicos e ocupação territorial. Volume I, II e III. Rio Branco: SECTIMA